

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

outubro 2019



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA



Câmara Municipal de Nisa | outubro 2019

Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura, Lda.



**CÂMARA
MUNICIPAL
NISA**



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. METODOLOGIA ADOTADA	15
3. ENQUADRAMENTO E DINÂMICAS POLÍTICAS DE DECISÃO: TERRITÓRIO E GOVERNÂNCIAS	17
4. PLANOS E PROGRAMAS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL E INTERFERÊNCIA NOS DESIGNIOS DO MUNICÍPIO.....	23
4.1. ÂMBITO NACIONAL.....	25
4.1.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território PNPOT	25
4.1.2. Plano Rodoviário Nacional PRN	26
4.1.3. Plano Nacional da Água PNA.....	28
4.1.4. Plano de Gestão da Região Hidrográfica PGRH do Tejo e Ribeiras Oeste - RH5 ..	29
4.1.5. Plano Setorial da Rede Natura 2000 PSRN 2000	30
4.2. ÂMBITO REGIONAL.....	35
4.2.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo PROT Alentejo	35
4.2.2. Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo PROF Alentejo	38
4.3. ÂMBITO INTERMUNICIPAL	45
4.3.1. Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020 ...	45
4.3.2. Plano Estratégico de Mobilidade Sustentável para o Alto Alentejo	47
4.4. ÂMBITO MUNICIPAL	51
4.4.1. Estrutura do Ordenamento	51
4.4.1.1. Plano Diretor Municipal de Nisa PDM de Nisa	52
4.4.1.2. Plano de Pormenor do Centro Histórico de Nisa PP do Centro Histórico de Nisa	59
4.4.1.3. Plano de Pormenor da Avenida D. Dinis PP da Avenida D. Dinis	60
4.4.2. Reabilitação Urbana.....	62
4.4.2.1. ARU do Mercado Municipal de Nisa e Áreas Envolventes.....	65
4.4.2.2. ARU do Centro Histórico de Nisa.....	66
4.4.2.3. ARU da Zona Envolvente à Praça de Toiros de Nisa.....	67
4.4.2.4. ARU de Tolosa.....	68
4.4.2.5. ARU de Alpalhão	69

4.4.3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	70
4.4.4. Dinâmica Urbanística	71
5. EVOLUÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS.....	77
5.1. ENQUADRAMENTO FÍSICO E USO DO SOLO.....	77
Síntese	82
5.2. DEMOGRAFIA	83
Síntese	93
5.3. HABITAÇÃO	95
Síntese	102
5.4. ECONOMIA	103
5.4.1. Dinâmica Empresarial	110
5.4.2. Zonas Industriais	117
5.4.3. Turismo	118
Síntese	126
5.5. REDES DE CONETIVIDADE.....	127
5.5.1. Rede Rodoviária	128
5.5.2. Rede Ferroviária.....	131
5.5.3. Padrões e Fluxos de Mobilidade da População	132
5.5.4. Sistema de Transportes Públicos	135
5.5.5. Mobilidade Suave e Ativa	138
Síntese	139
5.6. PATRIMÓNIO.....	141
Síntese	144
5.7. EQUIPAMENTOS	145
5.7.1. Equipamentos de Educação	145
5.7.1.1. Ensino Secundário	145
5.7.1.2. Estabelecimentos de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	145
5.7.1.3. Escolas Básicas do 1.º Ciclo	146
5.7.1.4. Educação Pré-Escolar e Jardins de Infância	146
5.7.2. Equipamentos Desportivos	147
5.7.2.1. Grandes Campos de Jogos.....	148

5.7.2.2. Pequenos Campos de Jogos	148
5.7.2.3. Piscinas Cobertas	149
5.7.2.1. Piscinas ao Ar Livre	149
5.7.2.2. Pavilhões e Salas de Desporto.....	149
5.7.3. Equipamentos de Saúde.....	150
5.7.4. Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social	151
5.7.4.1. Infância e Juventude – Creches e Jardins de Infância.....	152
5.7.4.2. Infância e Juventude – Centro de Atividades de Tempos Livres	152
5.7.4.3. População Adulta e Idosa – Centros de Convívio.....	153
5.7.4.4. População Adulta e Idosa – Centros de Dia.....	153
5.7.4.5. População Adulta ou Idosa – Lares de Idosos	154
5.7.4.6. População Adulta – Serviços de Apoio Domiciliário (Idosos).....	155
5.7.5. Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil	156
Síntese.....	157
5.8. INFRAESTRUTURAS	159
5.8.1. Rede Abastecimento de Água	159
5.8.2. Rede Saneamento (águas residuais).....	160
5.8.3. Telecomunicações	160
Síntese.....	162
5.9. AMBIENTE.....	163
5.9.1. Resíduos.....	163
5.9.1.1. Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos.....	168
5.9.2. Qualidade do Ar	169
5.9.3. Qualidade da Água	170
5.9.4. Ruído.....	172
5.9.5. Energia	174
5.9.6. Proteção Civil.....	177
5.9.6.1. Defesa da Floresta.....	177
5.9.6.2. Situações de emergência ou catástrofe	182
Síntese.....	185
6. NÍVEL DE EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO PDM.....	187
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199
Legislação.....	201
Sítios da Internet.....	205
Siglas e acrónimos	207
Glossário	211
ANEXO	215

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento territorial do concelho de Nisa e concelhos limítrofes	17
Figura 2. Enquadramento da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo nas NUTS III	20
Figura 3. Agregação de freguesias do concelho de Nisa com a reorganização administrativa em 2013	21
Figura 4. Planos e programas com incidência no concelho de Nisa	23
Figura 5. Enquadramento Excerto do PRN 2000 – Rede rodoviária no concelho de Nisa e envolvente..	27
Figura 6. Enquadramento do PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste.....	29
Figura 7. Enquadramento da Rede Natura 2000.....	31
Figura 8. Modelo territorial do PROT Alentejo.....	36
Figura 9. Subsistema das unidades de paisagem do PROT Alentejo.....	37
Figura 10. PROF Alentejo	39
Figura 11. Planta de Ordenamento – Geral do PDM 2015.....	54
Figura 12. Planta de Ordenamento – Património Não Classificado do PDM 2015	56
Figura 13. Planta de Condicionantes – Geral do PDM 2015	57
Figura 14. Planta de Condicionantes – Incêndios, Riscos e Defesa da Floresta do PDM 2015	59
Figura 15. Planta de Implantação do Plano 1998	60
Figura 16. Planta de Implantação do Plano 2012	61
Figura 17. Planta de Condicionantes do Plano 2012	62
Figura 18. Dinâmica evolutiva de delimitação das ARU 2016 e 2019.....	64
Figura 19. Delimitação da área da ARU do Mercado Municipal de Nisa e Áreas Envolventes	65
Figura 20. Delimitação da área da ARU do Centro Histórico de Nisa.....	66
Figura 21. Delimitação da área da ARU da Zona Envolvente à Praça de Toiros de Nisa.....	67
Figura 22. Delimitação da área da ARU de Tolosa.....	68
Figura 23. Delimitação da área da ARU de Alpalhão.....	69
Figura 24. Licenciamentos (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa 2015–2018	72
Figura 25. Pedido de informação prévia (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa 2015–2018	73
Figura 26. Comunicação prévia (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa 2015–2018.....	73
Figura 27. Obras isentas de controlo prévio (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa 2015–2018	74
Figura 28. Operações urbanísticas, segundo o tipo de obra (%), por freguesia, no concelho de Nisa 2015–2018	76
Figura 29. Hipsometria do concelho de Nisa.....	77
Figura 30. Hidrografia do concelho de Nisa.....	78

Figura 31. Carta de Uso e Ocupação do Solo do concelho de Nisa 1995 e 2015	79
Figura 32. População residente (N.º) e respetiva taxa de variação, por freguesia, no concelho de Nisa	85
Figura 33. Densidade populacional (hab./km ²), por freguesia, no concelho de Nisa	86
Figura 34. Índice de envelhecimento (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa.....	91
Figura 35. Famílias clássicas (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa	91
Figura 36. Edifícios (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Nisa	96
Figura 37. Idade média dos edifícios (anos) e necessidade de reparação (%), por freguesia, no concelho de Nisa.....	97
Figura 38. Alojamentos (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Nisa	98
Figura 39. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos e respetiva densidade (N.º/Km ²), por freguesia, no concelho de Nisa	100
Figura 40. População empregada e taxa de variação (%) da população ativa, por freguesia, no concelho de Nisa.....	105
Figura 41. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população empregada, por freguesia	106
Figura 42. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população desempregada, por freguesia	107
Figura 43. População empregada (N.º) segundo os setores de atividade (%), por freguesia, no concelho de Nisa.....	108
Figura 44. Taxa de desemprego (%), por freguesia, no concelho de Nisa	110
Figura 45. Termas da Fadagosa de Nisa	119
Figura 46. Mina de Ouro do Conhal do Arneiro	120
Figura 47. Blocos Pedunculados de Arez–Alpalhão	121
Figura 48. Portas do Ródão.....	121
Figura 49. Falha do Ponsul.....	122
Figura 50. Caminho Português Interior de Santiago	122
Figura 51. Rede rodoviária no concelho de Nisa	128
Figura 52. Rede ferroviária no concelho de Nisa	131
Figura 53. Principais fluxos externos da população residente do concelho de Nisa que se desloca para outro município para trabalhar ou estudar (N.º)	133
Figura 54. População que entra e sai (%), para trabalhar ou estudar, no concelho de Nisa	133
Figura 55. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante no concelho de Nisa	135
Figura 56. Rede de transportes públicos no concelho de Nisa.....	136
Figura 57. Horários e percursos do transporte social.....	137

Figura 58. Rede de infraestruturas de telecomunicações	161
Figura 59. Ecopontos (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa.....	164
Figura 60. Ecoponto subterrâneo no concelho de Nisa.....	164
Figura 61. Índice da qualidade do ar na Zona Alentejo Interior	169
Figura 62. Mapa de Ruído Diurno do concelho de Nisa	173
Figura 63. Mapa de Risco de Incêndio Florestal no concelho de Nisa.....	178
Figura 64. Enquadramento da ZIF da Ribeira de Nisa	179
Figura 65. Áreas ardidadas no concelho de Nisa	180

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Compromissos urbanísticos no concelho de Nisa 2015–2018.....	71
Gráfico 2. Operações urbanísticas, por tipo de obra (%) no concelho de Nisa 2015–2018.....	75
Gráfico 3. Carta de Uso e Ocupação do Solo (%) do concelho de Nisa 1995 e 2015.....	80
Gráfico 4. População residente (N.º) de Nisa e respetivos concelhos limítrofes.....	84
Gráfico 5. População residente (N.º), por grupo etário, no concelho de Nisa.....	87
Gráfico 6. Taxa de natalidade e mortalidade (‰) no concelho de Nisa.....	88
Gráfico 7. Taxa de crescimento natural e crescimento migratório (‰) no concelho de Nisa	89
Gráfico 8. Índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho de Nisa.....	90
Gráfico 9. Índice de envelhecimento (N.º) no concelho de Nisa	90
Gráfico 10. Alojamentos familiares clássicos (N.º), por tipologia de ocupação, no concelho de Nisa ...	99
Gráfico 11. Índice de Renovação da População Ativa (%) no concelho de Nisa.....	104
Gráfico 12. Mão-de-obra agrícola (N.º), por tipologia de mão-de-obra, no concelho de Nisa	109
Gráfico 13. Empresas (N.º) no concelho de Nisa	111
Gráfico 14. Empresas (N.º), por pessoal ao serviço, no concelho de Nisa.....	111
Gráfico 15. Empresas (N.º), por atividade económica, no concelho de Nisa	112
Gráfico 16. Taxa de sobrevivência (%), por empresas nascidas 2 anos antes, no concelho de Nisa....	113
Gráfico 17. Valor dos bens importados e exportados (€) no concelho de Nisa.....	114
Gráfico 18. Estabelecimentos hoteleiros (N.º) no concelho de Nisa.....	123
Gráfico 19. Hóspedes e dormidas (N.º) no concelho de Nisa	123
Gráfico 20. População residente empregada ou estudante (N.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho de Nisa	132

Gráfico 21. Modo de transporte mais utilizado (N.º) nos movimentos pendulares no concelho de Nisa	134
Gráfico 22. Resíduos urbanos recolhidos (t), por ano, no concelho de Nisa	166
Gráfico 23. Edifícios (N.º), por existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, no concelho de Nisa.....	167
Gráfico 24. Água segura (%).....	170
Gráfico 25. Volume de água captada, importada e faturada (m³).....	171
Gráfico 26. Volume de águas residuais recolhida, exportada e faturada (m³)	172
Gráfico 27. Consumo total de energia elétrica (kWh)	174
Gráfico 28. Consumos de energia elétrica (kWh), por tipo de consumo, no concelho de Nisa	175
Gráfico 29. Consumidores de energia elétrica (N.º), por tipo de consumo, no concelho de Nisa	176
Gráfico 30. Áreas ardidadas (ha) no concelho de Nisa	181
Gráfico 31. Ações propostas para Qualificação do Território (%), por nível de execução, no PDM em vigor	188
Gráfico 32. Nível de execução das ações propostas (%), no âmbito da Inovação e Formação de Competências	189
Gráfico 33. Nível de execução das ações propostas (%), no âmbito da Atratividade e Reestruturação de Atividades Económicas	190
Gráfico 34. Nível de execução das ações propostas (%), no âmbito do Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de Fronteira)	192
Gráfico 35. Ações propostas (%), por nível de execução, no PDM em vigor no concelho de Nisa	192

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Medidas específicas do PGRH Tejo e Ribeiras do Oeste.....	30
Tabela 2. Concelhos envolvidos do SIC –Sítio Nisa/ Lage da Prata.....	32
Tabela 3. Concelhos envolvidos do SIC – Sítio São Mamede	33
Tabela 4. Normas a atualizar ou compatibilizar no PDM	41
Tabela 5. PMOT em vigor.....	51
Tabela 6. PDM – Objetivos Estratégicos em vigor	53
Tabela 7. Categorias de espaço no total de solo urbano municipal	54
Tabela 8. Categorias de espaço no total de solo rural municipal	55
Tabela 9. Solo ocupado pela REN e RAN no total de solo municipal	57

Tabela 10. Condições de risco de incêndio do território municipal	59
Tabela 11. Classes de ocupação do solo (ha e %) no concelho de Nisa 2015	80
Tabela 12. População residente (N.º) desde o nível nacional ao municipal 2001, 2011 e 2018*	83
Tabela 13. Edifícios (N.º) desde o nível nacional ao municipal.....	95
Tabela 14. Idade Média dos edifícios desde o nível nacional ao municipal	96
Tabela 15. Alojamentos (N.º) desde o nível nacional ao municipal	98
Tabela 16. Características do parque habitacional no concelho de Nisa	101
Tabela 17. Habitação social no concelho de Nisa.....	101
Tabela 18. População ativa (N.º) e taxa de atividade (%) desde o nível nacional ao municipal	103
Tabela 19. População ativa (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa	104
Tabela 20. Taxa de desemprego (%) desde o nível nacional ao municipal	109
Tabela 21. Evolução do volume de negócios (€) das empresas em Nisa por sectores de atividade ...	114
Tabela 22. Evolução dos projetos aprovados do Alentejo 2020 para o concelho de Nisa	115
Tabela 23. Investimentos do fundo FEDER, em milhares de euros, no concelho de Nisa	115
Tabela 24. Investimentos do fundo FSE, em milhares de Euros, no concelho no Nisa.....	116
Tabela 25. Estada média (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros	123
Tabela 26. Empreendimentos turísticos no concelho de Nisa	124
Tabela 27. Unidades de Alojamento Local no concelho de Nisa.....	124
Tabela 28. Ações ao abrigo do programa operacional do Turismo de Portugal.....	125
Tabela 29. Ações no âmbito da rede viária e espaços urbanos no concelho de Nisa	130
Tabela 30. Ações no âmbito da mobilidade suave e ativa no concelho de Nisa.....	138
Tabela 31. Património classificado e em vias de classificação à data da 1ª revisão do PDM.....	141
Tabela 32. Património classificado e em vias de classificação – 2019.....	142
Tabela 33. Equipamentos com o ensino secundário.....	145
Tabela 34. Equipamentos com o ensino básico, 1º ciclo	146
Tabela 35. Equipamentos com ensino pré-escolar.....	147
Tabela 36. Hierarquia da rede de equipamentos para o desporto.....	148
Tabela 37. Grandes Campos de Jogos	148
Tabela 38. Pavilhões e Salas de Desporto	149
Tabela 39. Piscinas Cobertas	149
Tabela 40. Pavilhões e Salas de Desporto	149
Tabela 41. Equipamento de Saúde	150
Tabela 42. Creches e Jardins de Infância	152

Tabela 43. Centro de Atividades Tempos Livres – ATL.....	153
Tabela 44. Centros de Dia	154
Tabela 45. Lares de Idosos	154
Tabela 46. Serviços de Apoio Domiciliário a Idosos	155
Tabela 47. Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil	156
Tabela 48. Infraestruturas de abastecimento de água (N.º) e comprimento de condutas (km).....	159
Tabela 49. Infraestruturas de tratamento de águas residuais (N.º) e cumprimento total de coletores (km)	160
Tabela 50. Infraestruturas de recolha (N.º), por ano, no concelho de Nisa.....	165
Tabela 51. Resíduos recolhidos (t), por ano, no concelho de Nisa	166
Tabela 52. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de destino, no concelho de Nisa	167
Tabela 53. Análises (N.º) das águas para consumo humano, por parâmetro de qualidade, no concelho de Nisa	170
Tabela 54. Nível de execução das ações propostas, no âmbito da Qualificação do Território.....	188
Tabela 55. Nível de execução das ações propostas, no âmbito da Inovação e Formação de Competências	189
Tabela 56. Nível de execução das ações propostas, no âmbito da Atratividade e Reestruturação de Atividades Económicas	190
Tabela 57. Nível de execução das ações propostas, no âmbito do Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de Fronteira).....	191

1. INTRODUÇÃO

As entidades responsáveis pela concretização das orientações que constam na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, LBGPPSOTU, Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, RJIGT, Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, devem promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território.

As diretrizes originam que, a nível municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 189.º do RJIGT, a Câmara Municipal elabore, de quatro em quatro anos, um Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território, REOT, ou quando se verifique a necessidade de promover a revisão de planos municipais, decorrente da adequação à evolução, a médio e longo prazo das condições sociais, económicas, ambientais e culturais.

De acordo com o n.º 4 do artigo 189.º do RJIGT, os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.”

Neste contexto, o presente relatório constitui um retrato do estado do ordenamento do concelho de Nisa, que pretende identificar a tendência de evolução nos mais variados domínios, ponderando as suas consequências a nível social, económico, ambiental, cultural, demográfico, urbanístico e o ordenamento em solo rústico.

Além disso, fornece o enquadramento aos programas e planos de hierarquia superior de incidência territorial no território nicense, nomeando as suas implicações ao nível municipal, e destacando ainda, o impacto dos apoios financeiros no território municipal, decorrentes do Programa Portugal 2020.

Deste modo, dá-se particular enfoque às alterações de governança territorial e dos fundos de apoio à implementação de ações preconizadas em planos e programas municipais, nomeadamente através das Comunidades Intermunicipais, CIM, e de novos desafios inscritos em planos e programas de escala nacional e regional que vem alterar o quadro de decisão territorial.

A importância deste documento está muito além de uma imposição legal, pelo facto de se inserir num processo contínuo, capaz de analisar e avaliar a concretização das estratégias de desenvolvimento territorial municipal, uma vez que permite monitorizar o quadro propositivo nelas contido e, desse modo, redefinir políticas e decisões, mais adequadas às atuais circunstâncias.

O presente relatório consubstancia, assim, um modelo de avaliação da execução da 1.^a revisão do Plano Diretor Municipal, PDM, publicada a 9 de novembro de 2015, produzindo a ponderação em torno das linhas de desenvolvimento preconizadas no Plano.

Efetivamente, entende-se que a concretização da estratégia vertida no PDM, ganhará um novo impulso através do acionamento de mecanismos que possam auxiliar na colmatação de eventuais lacunas detetadas. Nesta senda, considerando as intenções que norteiam o modelo de estratégia territorial no concelho de Nisa, o REOT pretende dotar o município de informação para o apoio à caracterização e diagnóstico, e à tomada de decisão ao nível do ordenamento do território e do ambiente.

Após conclusão da elaboração do documento, este será sujeito a aprovação em reunião de Câmara para, posteriormente, ser submetido a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias e ainda à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto no RJIGT no n.º 3 e n.º 5 do artigo 189º.

2. METODOLOGIA ADOTADA

O presente documento centra-se na análise e avaliação das estratégias de desenvolvimento municipal, pretendendo-se monitorizar as dinâmicas territoriais do concelho de Nisa, com implicações a nível ambiental, económico, social e cultural.

Pretende-se, com este REOT, traduzir o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho de Nisa os quais, deste modo, foram objeto de avaliação, decorrentes de um processo de inter-relacionamento, que constituíram referenciais em torno dos agentes e atores envolvidos, nomeadamente a Câmara Municipal de Nisa, CMN, os Serviços Técnicos e a Equipa do Plano, constituindo a base de fundamento para uma eventual necessidade de revisão e/ou reprogramação das opções estratégicas definidas.

Do modelo adotado, um entre os múltiplos possíveis, adotou-se o método “comparativo” entre o estado atual do território e dos seus principais indicadores e o preconizado em 2015, ano do PDM em vigor. Aborda-se, assim, dois assuntos paralelos com porções estruturais constituídas por forma a estabelecer conclusões sobre as necessidades atuais e o que o PDM considerou, resultado de um conjunto de recomendações consideradas pertinentes para posteriormente constituírem-se como uma das bases do processo de planeamento urbanístico e territorial do concelho.

Neste sentido, tornou-se essencial proceder à análise e tratamento de informação estatística proveniente do Instituto Nacional de Estatística, INE, recorrendo aos resultados definitivos dos Censos de 2001 e 2011 e ainda a estimativas realizadas para os anos posteriores, por forma a identificar a evolução da conjuntura, bem como perspetivar as tendências evolutivas nos diversos domínios do ordenamento do território enquanto construção social. Importa, no entanto, salientar o carácter volátil das estimativas e, como tal, será necessário ter a devida precaução na interpretação de tais informações, em virtude da inconstância dos ciclos económicos e consequentemente sociais.

Portanto, efetuar-se-á uma caracterização e diagnóstico da situação e da dinâmica atual do município de Nisa através do recurso a uma série de indicadores estatísticos. Atente-se que apesar de os mesmos deterem por base a organização administrativa anterior à Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro¹, todas as variáveis serão agrupadas e devidamente calculadas em função da nova organização administrativa, de modo a facilitar e adequar a informação existente à nova configuração territorial e a permitir a construção de análises temporais comparativas.

¹ Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.

Face ao exposto, o balanço efetivo da execução do plano será a consequência de uma monitorização bem estruturada e contínua, que permitirá perceber as variações existentes, mantendo-se a coerência dos dados, ao mesmo tempo que se desenvolverá uma análise ao nível da condição demográfica, habitacional, económica, ambiental e da mobilidade, relativamente à estratégia e objetivos estabelecidos pelo PDM, reequacionando sempre que necessário as ações e os procedimentos de implementação.

Realizar-se-á ainda o enquadramento aos instrumentos de gestão territorial em vigor com incidência no concelho de Nisa, designadamente a nível nacional, regional e municipal, a fim de elencar as alterações, realizadas ou a realizar, no âmbito do PDM.

Ademais, será desenvolvida a avaliação do nível de execução das propostas elencadas no Relatório do Plano do PDM em vigor, de modo a compreender o grau de implementação das ações previstas.

Por fim, apresentar-se-á as considerações finais, onde se identificarão as principais conclusões face aos vários domínios estudados, pretendendo-se elucidar o município através de recomendações a ter em consideração, de modo a ser possível colmatar eventuais lacunas detetadas.

3. ENQUADRAMENTO E DINÂMICAS POLÍTICAS DE DECISÃO: TERRITÓRIO E GOVERNÂNCIAS

O concelho de Nisa encontra-se localizado nos territórios raianos e, em termos de Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, NUTS, faz parte da Região do Alentejo – NUTS II e enquanto sub-região – NUTS III² Alto Alentejo, limitado a Norte pela sub-região da Beira Baixa. No que respeita aos municípios limítrofes, são cinco que os que tem relações fronteiriças (Figura 1).

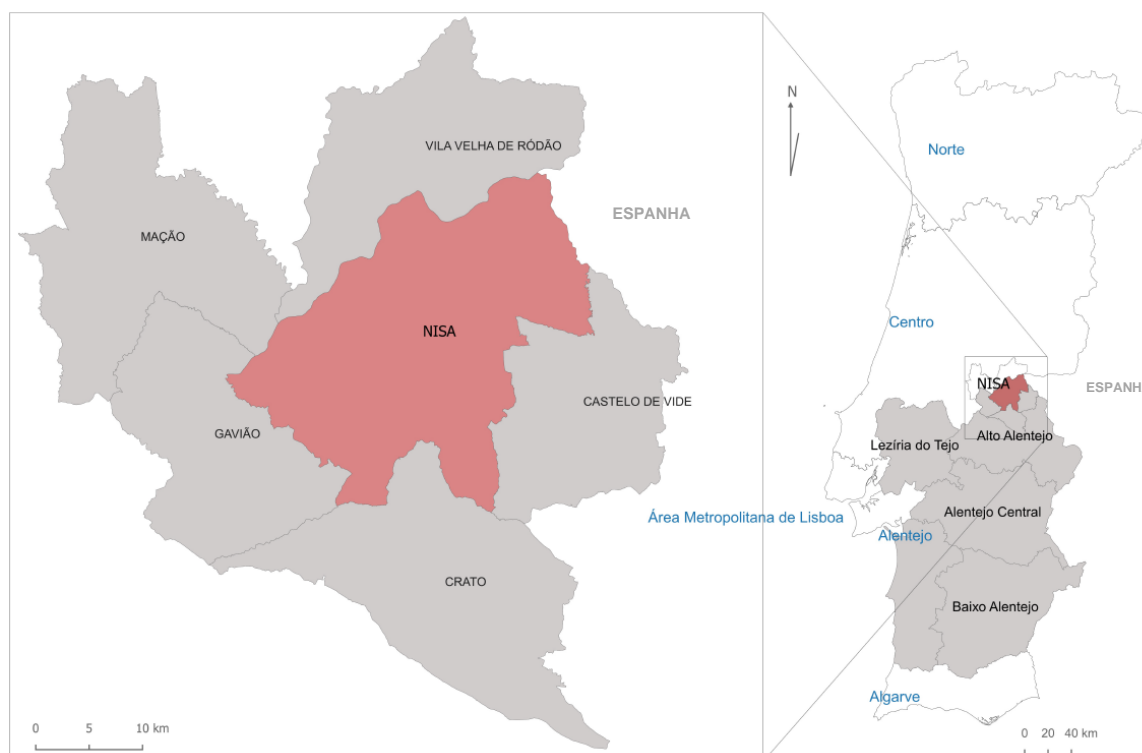


Figura 1. Enquadramento territorial do concelho de Nisa e concelhos limítrofes

FONTE: CAOP, 2018 e EUROSTAT, 2013

Atendendo ao enquadramento nestas sinergias locais e regionais, e às relações entre territórios, pode afirmar-se que, as formas de governação local, tem vindo a transformar-se, na sequência do crescente envolvimento de novos atores, como as comunidades intermunicipais e os organismos de coordenação política regional, com impacto no desenvolvimento local e na tomada de decisão.

As CIM, começam a ser desenhadas em 2008 com a publicação da Lei³ que regula o associativismo municipal de fins múltiplos, devendo estas corresponder a unidades territoriais definidas pelas NUTS

² NUT estabelecida pelo regulamento comunitário n.º 868/2014.

³ Lei n.º 45/2008 de 27 de agosto - Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, de 13 de maio.

III. Ficaram estabelecidas na altura, as atribuições e fins públicos a que se destinam as comunidades intermunicipais, assim como, as competências de gestão territorial.

Assim, de acordo com o artigo 5.º da Lei n.º 45/2008 de 27 de agosto, as CIM destinam-se à prossecução dos seguintes fins públicos:

- *Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;*
- *Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;*
- *Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN;*
- *Planeamento das acuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.*

Por sua vez, as competências, no sentido de assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, estendem-se pelas seguintes áreas:

- *Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;*
- *Rede de equipamentos de saúde;*
- *Rede educativa e de formação profissional;*
- *Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;*
- *Segurança e proteção civil;*
- *Mobilidade e transportes;*
- *Redes de equipamentos públicos;*
- *Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;*
- *Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.*

Cabe também às CIM exercer as responsabilidades e funções transferidas da administração pública central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram. O processo de transferência de competências do nível central da administração para as regiões é operacionalizado mediante mecanismos de contratualização (setorial ou territorial) e de descentralização por via legislativa⁴ no ano de 2013.

⁴ Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Mais tarde, em 2015, surge também o novo regime jurídico⁵ da organização dos serviços das entidades municipais e os estatutos do pessoal dirigente. Por via destas alterações legislativas, quer no âmbito da descentralização de competências do estado para as entidades locais e regionais, quer no contexto da estrutura orgânica das CIM, em 2018 a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, CIMAA, publica em Diário da República, a alteração ao regulamento interno⁶, pela necessidade de proceder a alterações e adaptações em relação às competências que passam a ser da sua incumbência.

Ainda no contexto da governação regional na sequência do decreto-lei⁷ de 2016, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento, em que as NUTS III correspondem às unidades territoriais de aplicação dos investimentos, as CIM começam a firmar os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, um acordo de parceria entre os municípios. No caso da CIMAA, o pacto intermunicipal foi acompanhado da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal com o objetivo e a preocupação de criar condições para que os fundos europeus que vão estar disponíveis até 2020, que possam ser mobilizados em prol do desenvolvimento da região.

O Pacto é assinado em janeiro de 2015 e fica estabelecido que através deste instrumento regulamentar dos investimentos territoriais integrados, definidos no âmbito do período de programação do “Portugal 2020”, os municípios da CIM devem desenvolver ações que vão de encontro aos temas de aplicação dos fundos em Portugal:

- *Programação da competitividade e internacionalização da economia;*
- *Formação do capital humano;*
- *Promoção da coesão social e territorial;*
- *Reforma do estado, na prossecução do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.*

Neste contexto, acresce o aumento das competências e responsabilidade do município, tanto pela avaliação intercalar do pacto, definida pelo mesmo, a realizar-se de forma intercalar e ajustado ao calendário das avaliações dos Programas Operacionais financiadores, como pelo que resulta dos processos de descentralização e de um maior envolvimento dos governos locais nos processos de desenvolvimento e integração regional. Sendo que Nisa integra a CIMAA (Figura 2), a par com os municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Ponde de Sor, Portalegre e Sousel.

⁵ Lei n.º 77/2015, de 29 de julho - Estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente.

⁶ Aviso n.º 9076/2018 - Alteração do Regulamento interno da CIMAA.

⁷ Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro - Fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) impõem que se verifique uma forte sintonia com as prioridades estratégicas enunciadas na «Estratégia Europa 2020».

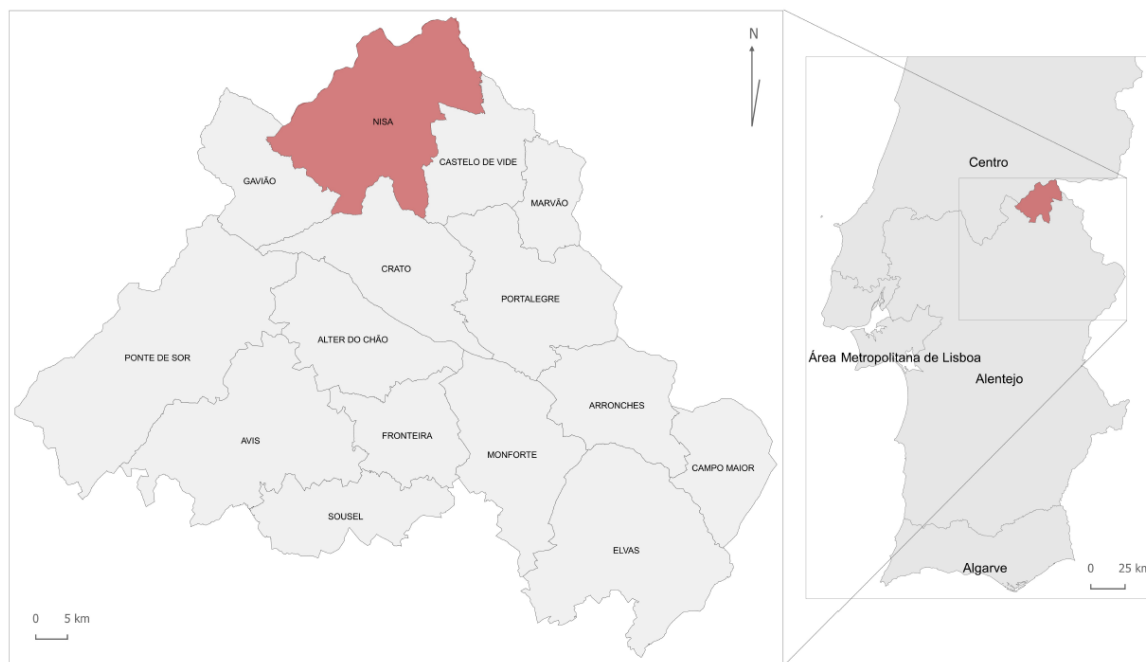


Figura 2. Enquadramento da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo nas NUTS III

FONTES: CAOP, 2018 e EUROSTAT, 2013

Com isto, emerge o conceito de *governança multinível*⁸ que constitui um desafio acrescido, quanto à dotação do município em termos de autonomia, de capacitação institucional e de recursos financeiros para fazer face às novas exigências da governação. Com as CIM a trazerem aos territórios que abarcam, uma nova centralidade de decisão, através dos pactos, das medidas de mobilidade e da gestão dos fundos de apoio europeus.

Acresce ainda, em termos de administração local, a articulação entre o município e as freguesias que advém da reorganização administrativa do território⁹ em 2013 que implicou no concelho de Nisa, uma redução do número de freguesias, passando assim a ser composto por sete, ao invés das dez que anteriormente existiam, aquando da elaboração do PDM em vigência, a saber: Alpalhão, Montalvão, São Matias, Santana, Tolosa e as Uniões de freguesias de Arez e Amieira do Tejo e a de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão (Figura 3). O que acarreta mudanças nos limites territoriais das freguesias configurando novas escalas de análise, mas também de decisão, pelo peso de representatividade na participação da definição do orçamento municipal.

⁸ Transferência de competências do nível central do governo para as entidades intermunicipais (NUTS III) e para os municípios.

⁹ Lei nº11-A/2013 de 28 de janeiro, que estabelece a reorganização administrativa das freguesias por agregação das mesmas, originando alterações dos seus limites territoriais.

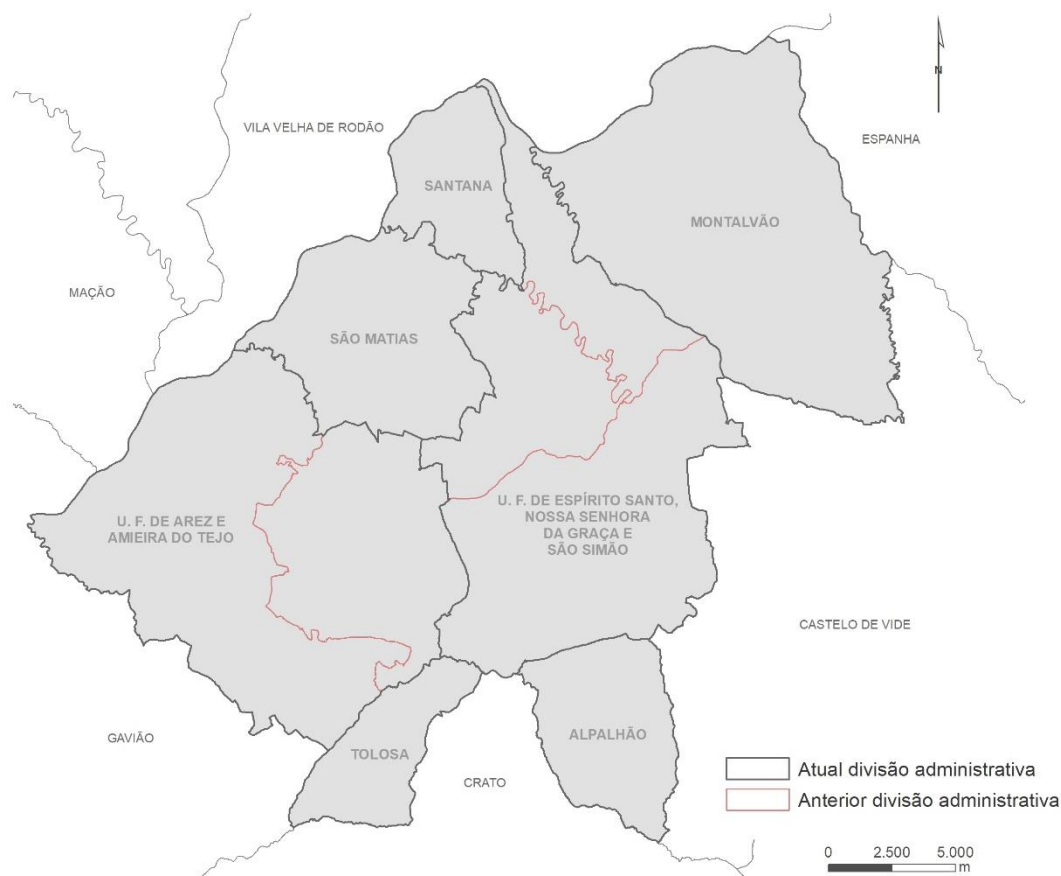


Figura 3. Agregação de freguesias do concelho de Nisa com a reorganização administrativa em 2013

FONTE: CAOP 2011 e 2018

As estratégias e as ações de desenvolvimento concelhio devem ser definidas conforme as novas organizações administrativas locais e regionais, como o enquadramento supramunicipal e regional em termos de governação, denotando-se ser desejável apostar no desenho e implementação de estratégias e políticas de desenvolvimento económico que consagrem as sinergias decorrentes deste contexto atual de inter-relações.

No entanto, as populações e as autarquias locais devem ter uma opinião determinante no reconhecimento das assimetrias territoriais, atendendo ao conhecimento profundo que as várias comunidades locais têm do seu território como ponto de partida para avaliar a revisão da reforma administrativa das freguesias. É neste contexto que em 2019 encontra-se em desenvolvimento uma proposta de lei¹⁰ que define o regime jurídico de criação de freguesias, para que, a fusão ou a desagregação seja, concretizável, no futuro.

¹⁰ Enviada pelo secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, para parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), sendo posteriormente remetida ao parlamento após aprovação em Conselho de Ministros.

A governação local tem vindo a sofrer atualmente inúmeras transformações que se vêm processando a diferentes ritmos, o que pode condicionar o desempenho do município no que respeita aos desafios de natureza económica, social, cultural e de sustentabilidade ambiental, que estão relacionados entre si, pela dimensão institucional, dimensão territorial e a dimensão da gestão pública¹¹.

De facto, poder-se-á estar na presença de uma mudança de paradigma na governança pública, que inclui a reformulação de estruturas, instituições, papéis, competências e escalas de atuação, como chama a atenção Teles¹² (2016) para a profundidade e implicações estruturais destas reformas.

A integração regional e a modernização da administração pública em geral, convergem como resposta a estes desafios, suscitando uma maior coordenação, entre os municípios da Região do Alto Alentejo e entre os diferentes níveis do governo nacional, regional e municipal. Contudo, será de ressaltar que “(...) os executivos não deixam de assumir um lugar central nas redes de governação territorial que se desenham e multiplicam sectorialmente.¹³”

¹¹ OECD (2017), Multi-level Governance Reforms: Overview of OECD Country Experiences, OECD Multi-level Governance Studies, Paris: OECD Publishing.

¹² Teles, F. (2016), Local Governance and Inter-municipal Cooperation, UK, Palgrave Macmillan.

¹³ Tavares, António; de Sousa, Luís. Qualidade da governação local em Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santo (2018) pp. 10

4. PLANOS E PROGRAMAS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL E INTERFERÊNCIA NOS DESIGNIOS DO MUNICÍPIO

A elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, PMOT, obriga a identificar e a ponderar os planos, programas e projetos com incidência na área em estudo, considerando aqueles que existam e os que se encontrem em preparação, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações, facto que é mencionado no n.º 4 do artigo 76.º do RJIGT.

De acordo com a LBGPPSOTU, o ordenamento do território organiza-se num quadro de interação coordenada dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal, em função da natureza e da incidência territorial dos interesses públicos prosseguidos.

Neste âmbito, a política de ordenamento do território e de urbanismo no concelho de Nisa é concretizada através dos seguintes planos e programas (Figura 4):

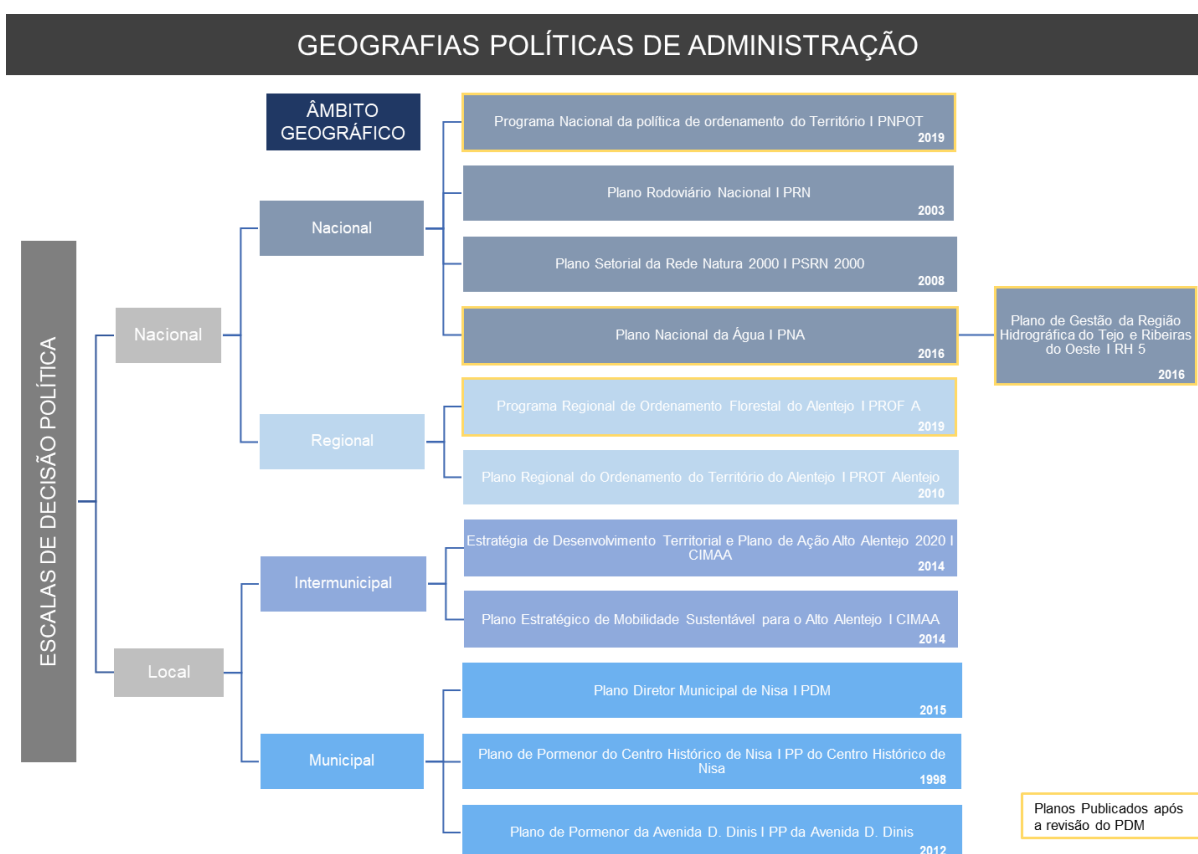


Figura 4. Planos e programas com incidência no concelho de Nisa

FONTE: DGT, 2019

4.1. ÂMBITO NACIONAL

4.1.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território I PNPOT

A visão estratégica e o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNOT, constituem os elementos de referência para a elaboração, alteração ou revisão dos instrumentos de gestão territorial, uma vez que são estabelecidas as orientações específicas, sistematizando-as de forma a evidenciar o modo como devem ser acolhidas e concretizadas nos seguintes instrumentos:

- Programas Setoriais I PS
- Programas Especiais de Ordenamento do Território I PEOT
- Programas Regionais de Ordenamento do Território I PROT
- Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território I PIOT
- Planos Municipais de Ordenamento do Território I PMOT

O PNPOT foi criado pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo de 1998, a fim de dotar o país de um instrumento detentor de uma visão prospetiva, completa e integrada da organização e desenvolvimento do território, capaz de coordenar e articular políticas públicas.

O primeiro PNPOT foi aprovado pela Lei n.º 58/2007 de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007 de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007 de 23 de novembro, aplicando-se a todo o território nacional, versão sobre a qual foi elaborado o PDM em vigor de Nisa.

No entanto, o PNPOT foi alvo de uma avaliação em 2014, com o intuito de determinar os resultados provenientes do programa de ação e apresentar recomendações para o futuro. Face aos problemas encontrados e vertidos no diagnóstico da avaliação, foi determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto, o processo de alteração.

Assim, a 5 de setembro de 2019 foi publicada em Diário da República, 1.ª série, N.º 170, a primeira revisão do PNPOT, onde se identificaram os cinco desafios territoriais a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta nas próximas décadas:

1. *Gerir os recursos naturais de forma sustentável*
2. *Promover um sistema urbano policêntrico*
3. *Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial*
4. *Reforçar a conectividade interna e externa*
5. *Promover a governança territorial*

A revisão do PNPOT foca-se na elaboração de um novo programa de ação com o horizonte a 2030, assente num sistema de racionalização, monitorização e avaliação, capaz de dinamizar a concretização das estratégias de organização e desenvolvimento territorial, que importa considerar aquando da elaboração de qualquer PDM.

Interessa, por isso, realçar que o PNPOT indica que o PDM deve ter os conteúdos estratégicos reforçados, em detrimento dos regulamentares, devendo ainda possuir orientações e práticas consentâneas aliadas a um planeamento mais claro e firme no que respeita à organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos.

Além disso, aponta-se para a necessidade dos PDM estabelecerem princípios e regras gerais de reclassificação do solo, que evitem operações casuísticas passíveis de prejudicar a otimização do modelo de organização territorial e a concretização da estratégia municipal.

A necessidade de integrar as disposições relativas aos PE e PS também são mencionadas, bem como a importância de articulação com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios.

Por fim, é também declarada a relevância de munir os principais centros urbanos dos respetivos PU e incentivar a adoção de Planos de Urbanização, Planos de Pormenor e Unidades de Execução, a fim de libertar os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos.

4.1.2. Plano Rodoviário Nacional I PRN

Um dos elementos estruturantes de qualquer território é a rede de vias de comunicação, uma vez que constitui um fator indispensável a ter em consideração na definição das políticas e estratégias ao nível do ordenamento do território.

Esta constatação justifica a relevância do PRN2000¹⁴, bem como, a importância de englobar as suas opções no presente estudo, pelos objetivos assumidos como:

- O fomento correto e articulado do funcionamento do sistema de transportes rodoviários;
- O desenvolvimento de potencialidades regionais;
- A redução do custo global daqueles transportes;
- O aumento da segurança da circulação;

¹⁴ Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho e alterado pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto.

- A satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.

Todas estas intenções devem ser ponderadas e articuladas com os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente com o PDM, que deve assumir uma visão estratégica da rede viária concelhia através da concertação com a sua envolvente supramunicipal, de forma a conseguir, localmente, melhorar as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego.

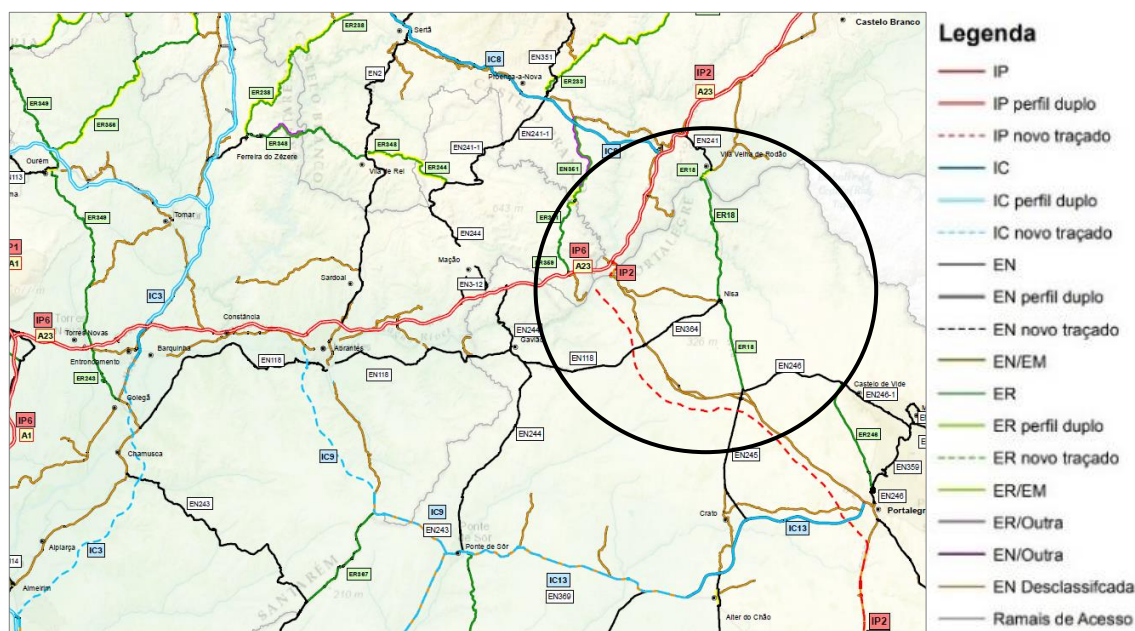


Figura 5. Enquadramento Excerto do PRN 2000 – Rede rodoviária no concelho de Nisa e envolvente

FONTE: Infraestruturas de Portugal, 2018

A hierarquia viária no concelho de Nisa está estabelecida pelo PRN2000 (Figura 5), tornando-se perceptíveis as principais ligações viárias e os eixos estruturantes previstos por este instrumento de gestão territorial.

Deste modo, segundo a classificação adotada pelo PRN2000, os principais eixos viários que servem, de uma forma direta ou indireta, o concelho, são os seguintes:

Rede Nacional Fundamental

- IP6/ A23 Peniche – Castelo Branco
- IP2 Portelo – Faro

Rede Nacional Complementar

- IC8 Figueira da Foz – Castelo Branco
- EN241 Alvaide (IP2) – Vila Velha de Ródão
- EN246 Alpalhão – Crato (IC13)
- EN364 Nisa – Arez (IP2)

Estradas Regionais

ER18 Vila Velha de Ródão – Nisa – Alpalhão (IP2)

4.1.3. Plano Nacional da Água I PNA

O PNA define a estratégia nacional para a gestão integrada da água. Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e regras de orientação a aplicar pelos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas, PGRH, e por outros instrumentos de planeamento das águas.

O primeiro PNA foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002 de 17 de abril. Este plano, elaborado no quadro legal definido pelo Decreto-Lei n.º 45/94 de 22 de fevereiro, visava a implementação de uma gestão equilibrada e racional dos recursos hídricos.

Nos termos da Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, foi desenvolvida a revisão do PNA, onde se definiram as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar pelos PGRH para o período 2016-2021 e ainda os programas de medidas que lhes estão associados. Apontou-se também as grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água, DQA.

O Decreto-Lei n.º 76/2016 de 9 de novembro aprovou o PNA, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008 de 31 de maio, e criou a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Assim, o PNA, instrumento de política sectorial de âmbito nacional, prossegue três objetivos fundamentais para a gestão das águas, designadamente:

- *A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;*
- *A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;*
- *A mitigação dos efeitos das inundações e das secas.*

Neste contexto, importa referir que a Lei da Água, no artigo 17.º, refere que o PNA deve ser coordenado e articulado com o PNPT, uma vez que este estabelece o RJGT, desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial.

Aliás, também afirma que medidas preconizadas nos PS, PEOT e PMOT devem ser compatibilizadas e articuladas com os instrumentos de planeamento das águas.

4.1.4. Plano de Gestão da Região Hidrográfica I PGRH do Tejo e Ribeiras Oeste - RH5

A Lei da Água, Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, transpõe a DQA n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, de modo a estipular os objetivos ambientais para a proteção das águas superficiais interiores, de transição, costeiras e subterrâneas, através da aplicação dos programas de medidas especificados nos PGRH, sendo a competência da sua elaboração atribuída à Agência Portuguesa do Ambiente, APA.

Nestes termos, o PGRH está estruturado em ciclos de 6 anos. Atualmente está em vigor o 2.º ciclo de planeamento referente ao período 2016-2021, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20 de setembro, retificado e republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016 de 18 de novembro.

A Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste – RH 5, é uma região hidrográfica internacional com uma área total em território português de 30 502 km² e integra a bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, a bacia hidrográfica das Ribeiras do Oeste, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes (Figura 6).

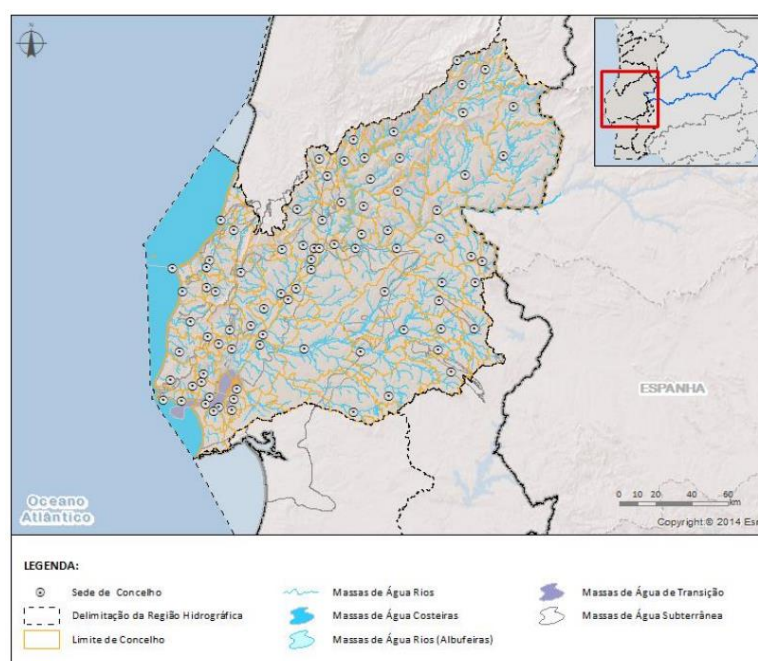


Figura 6. Enquadramento do PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste

FONTE: APA, 2015

O Rio Tejo nasce na Serra de Albarracín (Espanha) a cerca de 1 600m de altitude e apresenta um comprimento de 1 100 km, dos quais 230 km em Portugal e 43 km de troço internacional. O troço português é marcado por importantes quebras de declive, primeiro em Portas de Ródão, concelho de Nisa, na dependência do atravessamento da crista quartzítica, e depois em Belver. A bacia hidrográfica das ribeiras do Oeste engloba todas as pequenas bacias da fachada atlântica entre, aproximadamente, a Nazaré, a norte, e a foz do rio Tejo, a sul. Constitui uma estreita faixa, com cerca de 120 km de extensão.

Desta forma, importa ressaltar as medidas específicas que o PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste apresenta para o concelho de Nisa (Tabela 1), de modo a que possam ser atingidos ou preservados os objetivos ambientais.

Tabela 1. Medidas específicas do PGRH Tejo e Ribeiras do Oeste

Eixo	Designação	Tipologia	Natureza	Prioridade	Âmbito
Eixo 1 Redução ou eliminação de cargas poluentes	Construção do sistema de pré-tratamento de efluentes das queijarias do concelho de Nisa	Medida Suplementar	Corretiva	3	Específica
	Ligação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas do Pardo à ETAR do Arneiro, freguesia de São Simão no concelho de Nisa	Medida Suplementar	Corretiva	3	Específica

FONTE: APA, 2015

A execução física das medidas possuiu o horizonte a 2027, não obstante a existência de inúmeros fatores que podem condicionar a sua execução temporal, nomeadamente de ordem financeira. Na tabela anterior verifica-se que o concelho de Nisa é abrangido por duas medidas no eixo da redução ou eliminação de cargas poluentes através da construção do sistema de pré-tratamento de efluentes das queijarias do concelho, com o fim de intervir nos sistemas de saneamento do município. Sendo que a ligação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas do Pardo à ETAR do Arneiro, encontra-se candidatada e em vias de aprovação, estando assim em vias de resolução.

Quanto à construção do sistema de pré-tratamento dos efluentes das queijarias de Nisa, encontra-se circunscrito à freguesia de Tolosa, localizando-se o problema à entrada da ETAR, sendo necessário reforçar e melhorar o tratamento dos efluentes, mas que ainda não se perspetiva solução.

4.1.5. Plano Setorial da Rede Natura 2000 | PSRN 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que visa assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies, bem como da

regulamentação da sua exploração. É por excelência o principal instrumento da União Europeia de conservação da natureza.

Esta rede ecológica surge no seguimento da implementação da Diretiva Habitats¹⁵, estando composta por Zonas de Proteção Especial e Zonas Especiais de Conservação ou Sítios de Interesse Comunitário, onde as intervenções humanas devem ser compatíveis com a conservação dos valores naturais que levaram à sua designação e seguir as diretrizes do Plano Setorial da Rede Natura 2000, PSRN 2000 aprovado em 2008, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

A gestão das áreas Rede Natura 2000 deve ter como orientação a gestão sustentável dos espaços, visando a manutenção da qualidade em termos ecológico, a par do desenvolvimento económico e social, assim, no concelho de Nisa existem duas áreas classificadas:

- *Sítio de Interesse Comunitário Nisa/ Lage da Prata – PTCON0044;*
- *Sítio de Interesse Comunitário São Mamede – PTCON0007.*

Cerca de metade da área do território municipal de Nisa, está integrado em zonas especiais de conservação, mais concretamente em Sítios de Importância Comunitária, definidos pelo PSRN 2000, que é um instrumento de gestão territorial, que visa a gestão da biodiversidade dos Sítios e das Zonas de Proteção Especial do território continental.

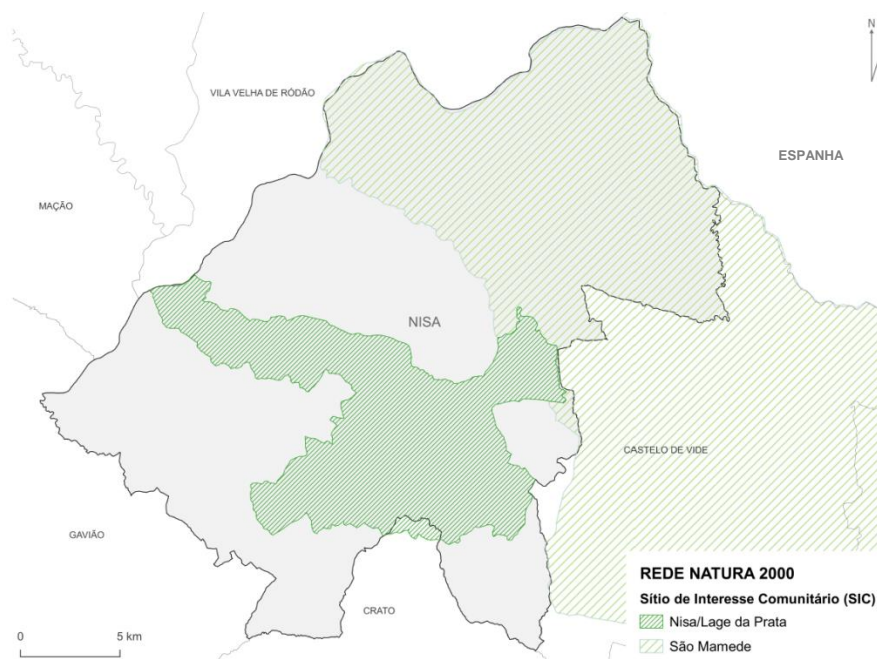


Figura 7. Enquadramento da Rede Natura 2000

FONTE: ICNF, 2019

¹⁵ Diretiva 92/43/CEE, e da Diretiva Aves, Diretiva 79/409/CEE do Conselho, revogada pela Diretiva 2009/147/CE

O **Sítio Nisa/ Lage da Prata** integra a área de granitos do alto Alentejo, cujo relevo de peneplanície apresenta cabeços coroados por grandes blocos graníticos, e apresenta algumas áreas mais declivosas nas vertentes dos vales fluviais. Apresenta zonas arborizadas com pequenos bosques rodeados por giestais que alternam com tojais e tapetes herbáceas. Neste Sítio é frequente encontrar o carvalho-negral em comunidades estremes ou associado ao sobreiro ou à azinheira, ou ainda sob a forma de montado, formações muito raras a nível nacional.

Realçam-se também as zonas de charcos temporários mediterrânicos. Trata-se de um sítio de ocorrência de lince-ibérico que mantém características adequadas para a sua presença ou suscetíveis de serem otimizadas, de modo a promover a recuperação da espécie ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo.

A área deste Sítio no território municipal é bastante expressiva (Tabela 2).

Tabela 2. Concelhos envolvidos do SIC –Sítio Nisa/ Lage da Prata

Unidade Geográfica	Área (ha)	% do concelho classificado	% do sítio no concelho
Nisa	12 478	22	99
Crato	180	0,5	1

FONTE: ICNF, 2019

Donde que, há orientações de gestão deste Sítio de Interesse Comunitário que visam sobretudo a conservação dos carvalhais e do montado, pelo que é necessário um acompanhamento das ações de ordenamento e gestão florestal.

O **São Mamede** também tem uma presença importante de carvalho-negral em comunidades frequentemente associadas a afloramento graníticos. Este Sítio tem também a particularidade de conter áreas onde a espécie ocorre sob a forma de montado, formações raríssimas a nível nacional.

Destaca-se a exuberante floresta associada às principais linhas de água, nomeadamente ao rio Sever, onde predominam os amiais, e cujo vale, por vezes muito encaixado, é marginado por afloramentos de xistos onde ocorrem comunidades vegetais típicas de habitats rochosos e fissurados, pobres em solo. Regista-se a presença de outros habitats em bom estado de conservação, nomeadamente o montado de sobreiro e azinheiro. Este Sítio apresenta uma grande diversidade em termos de fauna com algumas espécies raras e também à semelhança de Nisa/ Lage da Prata, também é uma área de ocorrência histórica do lince-ibérico.

Em termos de expressão territorial, são vários os municípios que integram o Sítio São Mamede, sendo também representativa a área em Nisa (Tabela 3).

Tabela 3. Concelhos envolvidos do SIC – Sítio São Mamede

Unidade Geográfica	Área (ha)	% do concelho classificado	% do sítio no concelho
Nisa	20 447	36	18
Arronches	22 139	70	19
Campo Maior	9 242	37	8
Castelo de Vide	25 009	94	22
Elvas	258	0,4	0,2
Marvão	15 473	100	13
Portalegre	22 853	51	20

FONTE: ICNF, 2019

Assim, no que respeita às orientações de gestão deste Sítio, que devem estar acauteladas nos instrumentos de gestão territorial, é necessário proteger os povoamentos florestais de carvalho-negral, reconverter algumas manchas florestais de modo a restabelecer os bosques de espécies de folhosas autóctones ou promover os povoamentos mistos, incentivar a manutenção dos montados de uso múltiplo e gerir a floresta de forma a mitigar o risco de incêndio. Pois é objetivo de gestão do Sítio de São Mamede favorecer a existência de um mosaico equilibrado entre os habitats naturais e seminaturais, e os espaços agro-silvo-pastoris, mantendo e promovendo as atividades agro-pastoris tradicionais.

Como tal, a proteção, valorização e conservação dos espaços da Rede Natura no concelho, bem como dos demais valores naturais que integram o património municipal, e formam a sua estrutura ecológica, são parte integrante de uma estratégia que visa a preservação dos ecossistemas numa perspetiva de sustentabilidade.

Assim, para melhorar a situação atual algumas medidas e ações têm sido adotadas e implementadas à escala concelhia, nomeadamente no que concerne ao controlo de exóticas, como o eucalipto.

4.2. ÂMBITO REGIONAL

4.2.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo I PROT Alentejo

Os PROT definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos especiais do ordenamento do território e dos planos municipais de ordenamento do território.

O PROT Alentejo, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 53/2010, publicado em Diário da República n.º 148 Série I em 2 de agosto de 2010, como instrumento fundamental de articulação entre o PNPT e os diversos instrumentos de política sectorial com expressão territorial e os instrumentos de planeamento municipal, constitui a oportunidade de criar uma nova perspetiva sobre a inclusão da Região do Alentejo no espaço nacional e definir modelos de desenvolvimento que reforce o potencial dos sistemas urbanos, científico e tecnológico e explore a vantagem das novas acessibilidades e promova a proteção e valorização dos seus recursos naturais e culturais.

O PROT Alentejo, na sua qualidade de instrumento de desenvolvimento territorial, afirma o Alentejo como território sustentável e de forte identidade regional, sustentada por um sistema urbano policêntrico, garantindo adequados níveis de coesão territorial e integração reforçada com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu posicionamento geoestratégico.

Em que define opções estratégicas de base territorial assentes em quatro grandes eixos estratégicos:

- *Integração territorial e abertura ao exterior;*
- *Conservação e valorização do ambiente e do património natural;*
- *Diversificação e qualificação da base económica regional;*
- *Afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural.*

Como elemento orientador da estratégia dos PDM, afirma um Modelo Territorial que reflete a emergência de uma nova organização territorial do Alentejo assente nos seguintes fatores:

- *O novo quadro das relações territoriais dentro da região e desta com a sua envolvente nacional, ibérica e europeia;*
- *Posicionamento no Eixo Lisboa – Madrid;*
- *Os Centro Urbanos Locais – Sedes concelhias – no suporte da coesão territorial e na constituição de polos de desenvolvimento social e de atividades económicas de âmbito*

local;

- A valorização dos recursos naturais, da defesa da biodiversidade e da paisagem;
- O papel estruturante das fileiras agroflorestais e a importância dos recursos geológicos;
- A valorização do património cultural regional como elemento de desenvolvimento e de identidade.

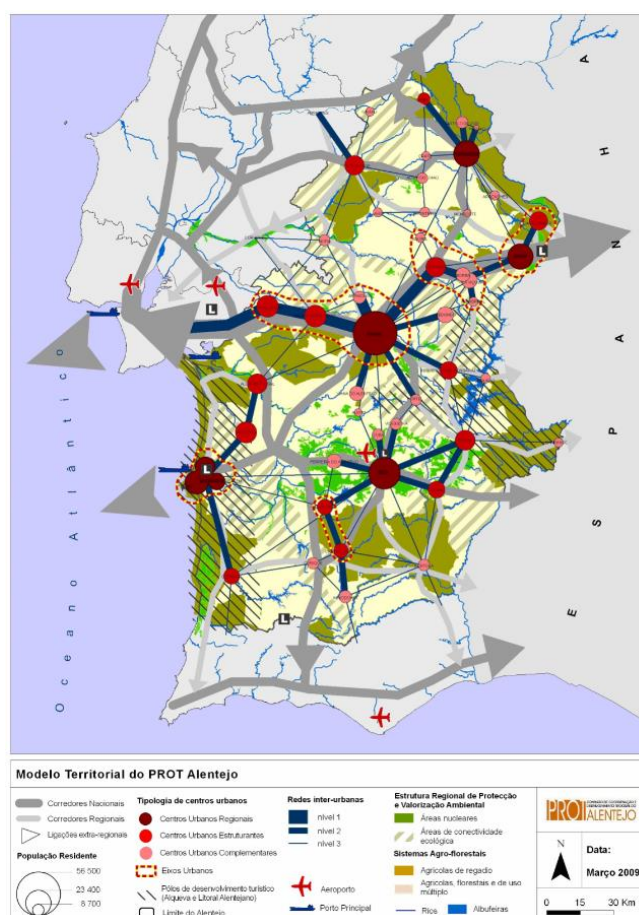


Figura 8. Modelo territorial do PROT Alentejo

FONTE: CCDR-Alentejo, 2010

Um aspeto sublinhado e valorizado no modelo territorial prende-se com o papel dos centros urbanos organizados em tipologias hierárquicas, sendo principalmente os de dimensão regional, que são considerados espaços determinantes no desenvolvimento económico regional, de coesão territorial e da sustentabilidade económica e social das zonas rurais de baixa densidade. O concelho de Nisa é considerado um centro urbano estruturante com relações interurbanas de nível 2 com o centro urbano regional de Portalegre (Figura 8). Consubstanciando o modelo territorial do PROT Alentejo que a uma escala intermunicipal, preconiza uma proposta de sistema urbano policêntrico assente num conjunto de subsistemas urbanos regionais e em eixos urbanos de proximidade, com base em parcerias de âmbito urbano-rural e cooperações estratégicas interurbanas.

No PROT Alentejo são definidas as unidades de paisagem (Figura 9), pela sua importância como componente central no sistema ambiental do modelo territorial. Com a finalidade de gerir o uso do solo e a utilização dos recursos naturais de forma a garantir a singularidade da paisagem do Alentejo.

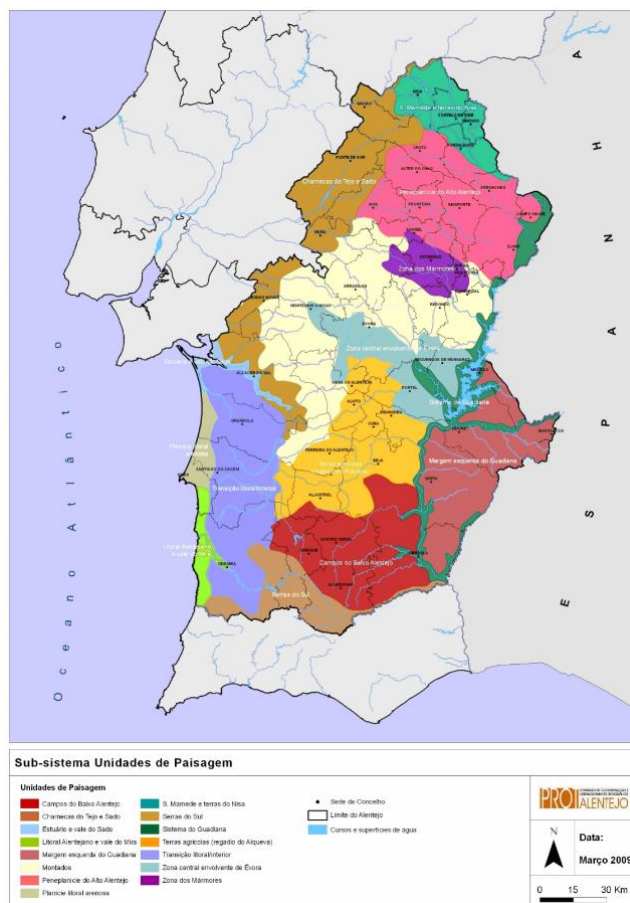


Figura 9. Subsistema das unidades de paisagem do PROT Alentejo

FONTE: CCDD-Alentejo, 2010

O território municipal integra duas dessas unidades, a unidade 1-Charneca do Tejo, que aponta para a exploração das florestas, cinegética e pastorícia, por se tratar de um território com aptidão dominante para a produção florestal, devendo ser reintroduzida alguma diversidade com a ocupação agropecuária dos vales e variedade do coberto arbóreo e a unidade 3-Serra de S. Mamede e Terras de Nisa, cujas orientações estratégicas alinham com a manutenção dos usos rurais tradicionais, a proteção dos recursos aquíferos e o aproveitamento do potencial de turismo verde e de recreio.

O PDM atual consagra no seu modelo de ordenamento no que respeita à vocação do território, estas orientações, que se encontram concretizadas, na delimitação de sete unidades ecológicas de paisagem tendo em conta as potencialidades e condicionantes a que estão sujeitas.

4.2.2. Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo I PROF Alentejo

Na Lei de Bases da Política Florestal, aprovada pela Lei n.º 33/96 de 17 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro, estabelecem-se os princípios orientadores da política florestal e determina-se que o ordenamento e a gestão florestal ficam a cargo do PROF.

O Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro aprova o regime jurídico dos programas e planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal e constitui a quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro.

No artigo n.º 4 do referido decreto, o PROF é definido como “instrumento programático de concretização de política setorial”, previsto na Lei de Bases da Política Florestal e “estabelece as normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, de modo a promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados, na salvaguarda dos objetivos previstos na Estratégia Nacional para as Florestas”. No n.º 7 do mesmo artigo e de acordo com o disposto no artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, os PDM “devem adaptar as suas disposições ao conteúdo dos PROF”.

Constituem objetivos gerais dos PROF:

- *A avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;*
- *A definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;*
- *A identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;*
- *A definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.*

A revisão dos PROF é determinada pela ocorrência de factos relevantes constantes da Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 141/2015, de 21 de maio, e deste modo através do Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, é determinada a revisão dos PROF e redefinida a sua abrangência geográfica, passando de 21 PROF para 7.

O PROF Alentejo é aprovado e publicado no Diário de República, 1.ª série, n.º 29, Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro e compreende as várias sub-regiões homogéneas (Figura 10).

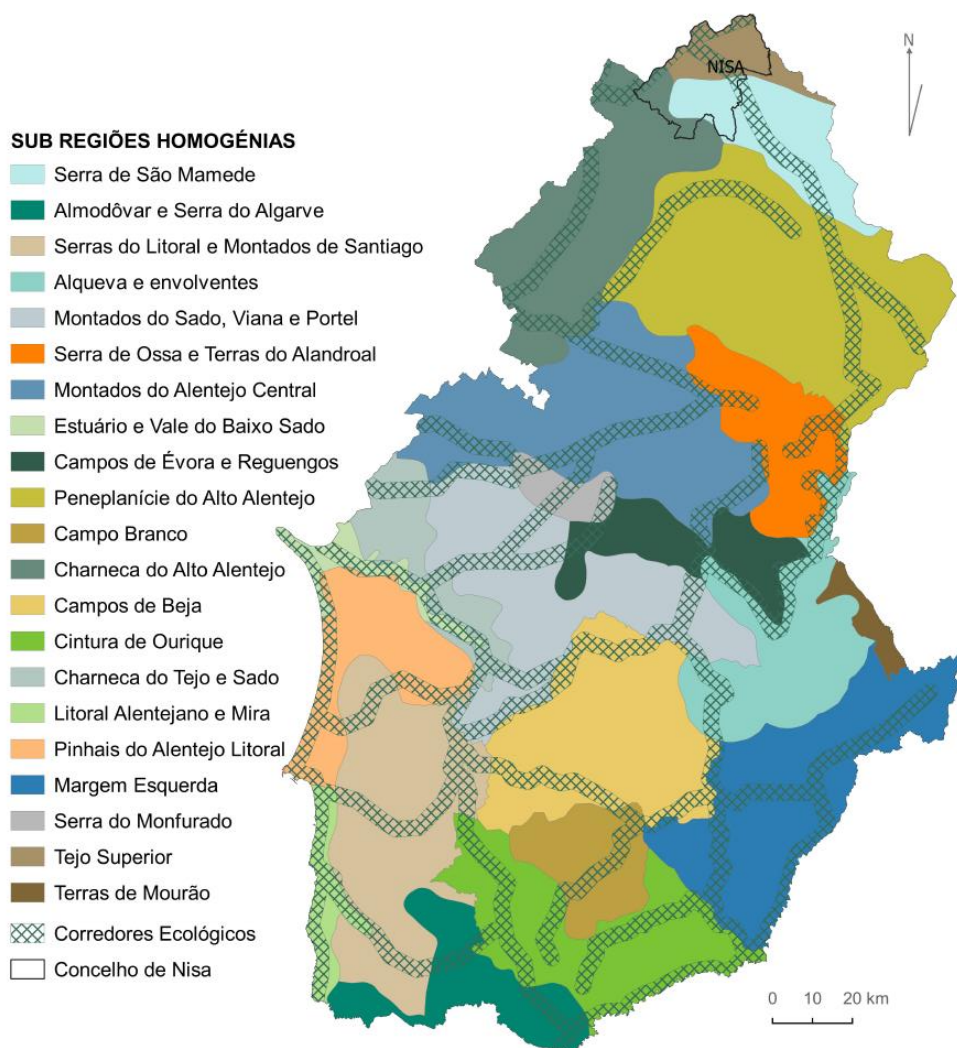


Figura 10. PROF Alentejo

FONTE: PROF-ALT, 2019

No PROF Alentejo são definidas Áreas florestais sensíveis que, de acordo com o Documento Estratégico - Capítulo C, devem ter por base os seguintes fatores:

- *Perigosidade de Incêndio;*
- *Suscetibilidade a pragas e doenças;*
- *Risco de erosão;*
- *Importância ecológica;*
- *Importância Social e Cultural.*

Além disso, definiram-se como corredores ecológicos, as áreas afetas ao planeamento e gestão florestal dedicadas à proteção e conservação da biodiversidade e promoção dos serviços dos ecossistemas que devem contemplar, entre outras, elementos provenientes de:

- *Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Reservas da Biosfera, Sítios Ramsar, IBA (Important Bird Areas) entre outras áreas importantes para a conservação da biodiversidade e do património biofísico;*
- *Rede hidrográfica, Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN);*
- *Outras áreas importantes para a promoção do conhecimento e da educação ambiental e científica, bem como áreas com funções relevantes de recreio e turismo.*

O concelho de Nisa é abrangido por três sub-regiões homogéneas: o Tejo Superior e a Serra de São Mamede, que visam prioritariamente a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções dos espaços florestais:

- *Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;*
- *Função geral de produção;*
- *Função geral de proteção.*

Acresce ainda a sub-região da Charneca do Alto Alentejo que com igual nível de prioridade aponta para a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções dos espaços florestais:

- *Função geral de produção;*
- *Função geral de proteção;*
- *Função geral de Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.*

Verifica-se, também, que o concelho é marcado a norte pelo Corredor Ecológico, que inclui o rio Tejo e integra respetivamente a sub-região homogénea do Tejo Superior.

O PROF ALT também define para o concelho de Nisa limite máximo de espaço a ocupar pela produção de eucaliptos, tendo como referência os hectares de 2010 que correspondiam a 14 267ha, e o limite máximo atualmente permitido são os mesmos 14 267ha. Atendendo a que o COS de 2015 revela uma ocupação desta espécie em 14 134ha do território do município, a margem de aumento é diminuta.

De acordo com o RJIGT, a adequação dos PMOT, é obrigatória e com a entrada em vigor do PROF do Alentejo. Neste contexto, foram identificadas as disposições dos planos territoriais preexistentes incompatíveis com o PROF do Alentejo (Tabela 4), nomeadamente os artigos do PDM de Nisa analisados neste âmbito.

Tabela 4. Normas a atualizar ou compatibilizar no PDM

A ATUALIZAR (A) COMPATÍVEL (C) INCOMPATÍVEL (I)	Artigo do PDM	Conteúdo Regulamentar do PDM
<p>A</p> <p>Com aprovação do PROF-ALT deve alterar-se a referência ao IGT e ao diploma que o aprova.</p>	<p>CAPÍTULO I Disposições gerais Artigo 5.º Instrumentos de gestão territorial a observar</p>	<p><i>Na área de intervenção do Plano vigoram os seguintes instrumentos de gestão territorial: (...)</i></p> <p><i>b) Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF—AA), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 37/2007, de 3 de abril, Diário da República, n.º 12, Série I; (...)</i></p>
<p>A/C</p> <p>Com aprovação do PROF-ALT deve alterar-se a referência ao IGT, substituindo "(...) Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (...)" por "(...) Programa Regional de Ordenamento Florestal (...)" e "(...) PROF-AA (...)" por "(...) PROF-ALT (...)".</p> <p>Este artigo reflete a lógica de multifuncionalidade dos espaços florestais do PROF-ALT, onde importa ter presente que as funções principais dos espaços florestais determinadas para cada SRH não impedem a atribuição de outras funções e/ou usos compatíveis.</p> <p>Neste âmbito, é fundamental ter em consideração o conjunto de normas e modelos apresentados no PROF-ALT relativas às várias funções dos espaços florestais.</p>	<p>Artigo 27.º Atividades permitidas</p>	<p><i>1 — As atividades agrícolas e Uso Múltiplo Agrícola e Florestal, destes espaços, deverão privilegiar espécies autóctones ou tradicionais da região e a sua implantação deverá obedecer às normas e modelos de silvicultura definidos no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo e no relatório de ordenamento, sintetizadas no Quadro I anexo ao presente regulamento.</i></p> <p><i>2 — A heterogeneidade do território obriga à ponderação sobre os modelos de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal a adotar, neste sentido ao planear uma determinada área para arborização, nomeadamente compatibilizar outras funcionalidades para além da Produção, são permitidas todas as ações que promovam:</i></p> <p><i>a) A defesa dos espaços florestais mais vulneráveis aos agentes bióticos e abióticos, principalmente o fogo, pelo que deverá ter-se em consideração o conjunto de normas técnicas de intervenção para a defesa da floresta contra incêndios e sobre infraestruturas;</i></p> <p><i>b) A preservação de valores ecológicos e biológicos que levaram à classificação dos habitats e das espécies da fauna e flora existentes como relevantes em termos de conservação;</i></p> <p><i>c) A conservação de ecossistemas de singular valor natural ou paisagístico e à manutenção da diversidade biológica específica;</i></p> <p><i>d) A sensibilidade de determinadas áreas do ponto de vista da proteção do solo e da água.</i></p> <p><i>3 — Deve ser observado o conjunto de normas e modelos, apresentado no PROF-AA, segundo as cinco funcionalidades principais consideradas:</i></p> <p><i>Produção; Proteção; Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores; recreio, enquadramento e estética da paisagem e ainda relativas às Infraestruturas florestais e defesa da floresta contra incêndios.</i></p> <p><i>4 — As normas técnicas devem ser apresentadas de acordo com os objetivos de gestão florestal concretos ou intervenções florestais e sistematizadas em normas de intervenção ativa e em restrições a considerar nos planos de gestão.</i></p> <p><i>5 — O regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização, com recurso a espécies florestais, no território continental constam em legislação própria.</i></p>

A ATUALIZAR (A) COMPATÍVEL (C) INCOMPATÍVEL (I)	Artigo do PDM	Conteúdo Regulamentar do PDM
<p>A/C</p> <p>1 a) É compatível, uma vez que no PROF-ALT considera-se que as ações de gestão florestal a contemplar nos espaços florestais integrados em áreas classificadas segundo o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade devem respeitar os regimes específicos das respetivas áreas.</p> <p>Por este motivo, o PROF-ALT também incorpora as orientações de gestão das áreas classificadas (neste caso da Rede Natura 2000) nos seus objetivos de gestão e no conjunto de normas de intervenção (associadas às diferentes funções) dos espaços florestais.</p> <p>1 b) É compatível, devendo substituir-se “(...) PROF-AA (...)” por “(...) PROF-ALT (...)” e mantendo a sujeição às normas orientadoras para cada tipo de funções definidas.</p> <p>1 c) Obedece a legislação própria relacionada com a defesa da floresta contra incêndios, mas é fundamental sujeitar as áreas florestais do concelho às orientações do PMDFCI.</p> <p>1d) Orientação de cariz agrícola.</p> <p>1e) Ação compatível com objetivos de gestão e normas de intervenção a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de Proteção (Pt), em particular para a subfunção de “Proteção da rede hidrográfica”.</p> <p>2) Ponto compatível com objetivos de gestão e normas de intervenção a considerar no âmbito do planeamento florestal para função de suporte ao Recreio e valorização da paisagem (Re).</p>	<p>Artigo 28.º Intervenções e utilizações condicionadas</p>	<p>1 — No sentido de se promover um desenvolvimento sustentável dos sistemas de ocupação dos solos rurais deve-se:</p> <p>a) Sujeitar as atividades agroflorestais integradas nos sítios da Rede Natura 2000, às normas gerais e específicas em vigor;</p> <p>b) Sujeitar as áreas florestais delimitadas no contexto do PROF-AA às respetivas normas orientadoras gerais e específicas de cada um dos tipos de funções definidas;</p> <p>c) Sujeitar as áreas florestais delimitadas no contexto do PMDFCI às respetivas normas orientadoras gerais e específicas de proteção da floresta;</p> <p>d) Promover o recurso à aplicação do código de Boas Práticas Agrícolas de forma a evitar eventuais impactos negativos significativos da atividade agrícola no meio envolvente;</p> <p>e) Manter o bom funcionamento hidráulico e ecológico das linhas de água e respetivas galerias ripícolas;</p> <p>2 — Sem prejuízo da dominância do uso agrícola, e de uso múltiplo agrícola e florestal, no intuito de adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e lazer em espaços de interesse paisagístico, são permitidas de forma condicionada as seguintes intervenções e utilizações:</p> <p>a) Instalação de empreendimentos turísticos isolados, recuperação, alteração e ampliação de edificações existentes, incluindo os que sejam a destinar a novas unidades de ETI, nos termos do artigo 30.º</p> <p>b) Instalação de atividades acessórias ou complementares ao turismo, adequados às características dos espaços agrícolas e florestais, geradores de mais-valias económicas e sociais relevantes;</p> <p>c) Equipamentos de utilização coletiva e de reconhecido interesse público que pela sua natureza se devam localizar no exterior dos perímetros urbanos; (...)</p>
<p>A/C</p> <p>Artigo respeita os objetivos específicos por SRH e o conjunto de normas de intervenção apresentados no PROF-ALT relativas às funções dos espaços florestais.</p> <p>Deve substituir-se as referências a “(...) PROF-AA (...)” por “(...) PROF-ALT (...)”.</p>	<p>Artigo 40.º Atividades e ocupações permitidas</p>	<p>1 — Os espaços de Floresta de Produção:</p> <p>a) Ocupam primordialmente as unidades de paisagem, Vertentes Íngremes dos Rios, Vertentes de Xisto e nas Vertentes Primárias de Conglomerados, deve-se privilegiar as espécies com maior potencial produtivo indicadas no PROF-AA e que constam do Quadro I, anexo ao presente regulamento, acrescentando o carvalho negral;</p> <p>b) Estes também poderão ser alargados a áreas que apresentem condicionantes ao desenvolvimento da agricultura ou agrossilvo-pastorícia e é suscetível de utilização em modo de produção biológico ou em produção e proteção integrada.</p> <p>2 — Os espaços de Floresta de Conservação:</p> <p>a) Engloba, para além da atividade florestal, preferencialmente composta por espécies autóctones</p>

A ATUALIZAR (A) COMPATÍVEL (C) INCOMPATÍVEL (I)	Artigo do PDM	Conteúdo Regulamentar do PDM
		<p>atividades como: a caça, a pesca nas águas interiores, recolha de frutos ou plantas nativas, o recreio, enquadramento e estética da paisagem;</p> <p>b) Estes sistemas predominam nas unidades de paisagem, Vertentes Íngremes dos Rios, Vertentes de Xisto e nas Vertentes Primárias de Conglomerados devendo privilegiar as espécies com maior potencial produtivo indicadas no Quadro 1 anexo ao presente regulamento;</p> <p>c) Este sistema florestal poderá ser alargado a espaços de floresta de produção ou agrossilvo-pastoris que se encontrem em recessão ou com perspectivas elevadas de abandono;</p> <p>d) O modo de produção biológico ou a produção e proteção integrada, também podem marcar presença nestes sistemas;</p> <p>e) As áreas ocupadas com floresta autóctone devem ser preservadas e incentivado o melhoramento da mesma.</p>
<p>A</p> <p>Artigo deve ser atualizado para refletir a lógica de multifuncionalidade dos espaços florestais do PROF-ALT, sem hierarquização de funções. Importa ter presente que as funções principais dos espaços florestais determinadas para cada SRH não impedem a promoção de outras funções e/ou usos compatíveis.</p>	<p>SUBSECÇÃO III Espaço de uso múltiplo agrícola e florestal Artigo 42.º Identificação</p>	<p><i>Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal, quando a Silvo pastorícia, na hierarquização de funcionalidades, prevalece sobre a Produção são áreas vocacionadas para sistemas mistos. São Sistemas Agrossilvo-pastoris, fundamentais para o equilíbrio ecológico e paisagístico, onde se deve manter e promover um conjunto diversificado de atividades pastoris e silvícolas e agrícolas. Aparecem fundamentalmente associados à exploração extensiva em sub-coberto do montado de sobro e azinho que se encontram legalmente condicionados.</i></p>
<p>A</p> <p>As normas e modelos a privilegiar identificados no Quadro 1 devem ser atualizados em conformidade com o PROF-ALT.</p>	<p>ANEXO 2</p>	<p>QUADRO 1 <i>Síntese de Normas e Modelos agrossilvícolas a privilegiar</i></p>

FONTE: PROF-ALT, 2019

Verificam-se, portanto, que existem situações a serem acauteladas no regulamento do PDM, nomeadamente a necessidade de atualizar os artigos referidos na tabela anterior.

De referir ainda, que o PROF Alentejo vigora por um período máximo de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações, tendo em consideração os resultados dos relatórios de execução elaborados de 5 em 5 anos, ou a alterações intermédias sempre que ocorra algum facto relevante que o justifique.

4.3. ÂMBITO INTERMUNICIPAL

4.3.1. Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2014-2020, desenvolvida pela CIMAA em 2014, pretende estabelecer o quadro de intervenções estratégicas e de programação de investimentos no seu espaço territorial de intervenção, agregando assim num objetivo comum os municípios que o integram.

Como importante impulso no processo de preparação do ciclo de programação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, FEEI, deve esta estratégia e plano de ação, ser entendida como um instrumento de orientação e de alinhamento de prioridades de intervenção e de investimento decorrentes da avaliação das necessidades de desenvolvimento do Alto Alentejo.

Este quadro estratégico, embora alinhado com as principais prioridades e objetivos da Política de Coesão, com os objetivos do Portugal 2020 e do Plano de Ação Regional, o Alentejo 2020, deverá constituir uma resposta aos desafios específicos que se colocam ao Alto Alentejo, contribuindo para corrigir os constrangimentos atuais e as condições periféricas que caracterizam a sub-região, o que justifica e reforça a necessidade da sua focagem temática. Neste contexto, o documento produzido compreende duas Partes:

PARTE A - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E PLANO DE AÇÃO, que compreende:

- *A visão estratégica, a Matriz de Intervenção Territorial e o respetivo enquadramento europeu, nacional e regional (PAR Alentejo 2020 e Estratégia Regional de Especialização Inteligente);*
- *O Plano de Ação, com explicitação de Eixos Estratégicos, Programas de Atuação e Linhas de Intervenção; e*
- *O Modelo de Governação e Instrumentos de Monitorização.*

PARTE B - DIAGNÓSTICO PROSPETIVO ALTO ALENTEJO 2020, que compreende:

- *Uma componente de balanço do Programa Territorial de Desenvolvimento 2007-2013 e da Subvenção global e;*
- *Uma componente de diagnóstico dos principais constrangimentos estruturais e dos recursos para o desenvolvimento futuro do Alto Alentejo.*

Assim, a Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020 assenta em 5 Eixos estratégicos:

- *Qualificação do território;*
- *Inovação e formação de competências;*
- *Atratividade de investimento e reestruturação das atividades económicas;*
- *Desenvolvimento local (territórios de baixa densidade / zonas de fronteira);*
- *Governança estratégica em rede.*

Em que, a abordagem da programação do desenvolvimento regional do Alto Alentejo deve ser enquadrada nos eixos estratégicos, mas também deve considerar, mais especificamente as seguintes prioridades:

- *Investimento municipal pontual ao nível de infraestruturas e equipamentos para a coesão, com vista à melhoria da qualidade de vida dos residentes e dos visitantes;*
- *Orçamentação de recursos para obras de manutenção de equipamentos construídos ao longo dos anos, sob pena de degradação;*
- *Investimentos públicos, ao nível das infraestruturas de mobilidade e transportes (rodoviárias e ferroviárias) indispensáveis para o incremento de atividade económica;*
- *Aproveitamento e potenciação dos investimentos realizados no Aeródromo de Ponte de Sor, como forma de tornar o território atrativo e competitivo para o investimento privado e fluxos de visitantes;*
- *Dinamização do aproveitamento das águas da Fadagosa (Nisa) e Cabeço de Vide (Fronteira), em articulação com a Economia Social e o Turismo Sénior e de Saúde;*
- *Identificação objetiva de um conjunto de investimentos âncora, para o Alto Alentejo, incluindo a Plataforma Logística de Elvas (e acessibilidades complementares), a Barragem do Pisão e a Rede de Rega do Abrilongo, catalisadores do desenvolvimento do território;*
- *Inovação e aposta na qualidade dos produtos endógenos, no aumento de valor decorrente da transformação, divulgação e comercialização, incluindo a exportação - fatores de apoio acrescido e diferenciador para os investimentos a realizar;*
- *Incentivos e facilidades em condições de instalação e desenvolvimento de energias alternativas para as quais o Alto Alentejo tem potencialidades únicas (fotovoltaica e bioenergias), face ao valor intrínseco em termos de auto-sustentação, substituição de importações e potencial de criação de empregos diretos e indiretos destas energias;*
- *Investimentos na instalação de fibra ótica, fundamental para melhorar as condições de atratividade do território e para potenciar o investimento privado;*

- *Prioridade a atribuir, em sede critérios de seleção, aos investimentos nas áreas do turismo, economia social, agricultura, indústrias alimentares e produtos tradicionais, requalificação do património e dos núcleos históricos, valorização ambiental, educação e formação profissional, tirando partido e potenciando os recursos e as especificidades do território;*
- *Prioridade a atribuir, em sede critérios de seleção, aos incentivos para a requalificação da habitação nos centros históricos e nas vilas e aldeias, equacionando o seu aproveitamento, como residências para seniores com fins turísticos envolvendo entidades da economia social, em articulação com o investimento privado;*
- *Cooperação efetiva com as regiões vizinhas (Alentejo Central, Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Beira Baixa, Extremadura Espanhola e Andaluzia), como forma de criar sinergias e potenciar as mais valias sub-regionais com complementaridades que proporcionem ganhos de escala e vantagens competitivas, nomeadamente em domínios temáticos de interesse comum de que é exemplo a bacia natural e paisagista do Rio Tejo;*
- *Desburocratização e simplificação de procedimentos aos diferentes níveis da Administração Pública, com vista a facilitar os investimentos privados, eliminando incompreensíveis custos de contexto.*

Neste ciclo de desenvolvimento cabe aos municípios o papel dinamizador ao nível do desenvolvimento económico, procurando contribuir para:

1. Valorizar as valências do território para a atração de investimento, o acolhimento e instalação de empresas;
2. Promover o Alto Alentejo na frente externa, transmitindo a imagem de uma terra que dispõe de recursos materiais e humanos para produzir riqueza e proporcionar emprego.

Assim, o PDM de Nisa assenta o seu programa de execução nos cinco eixos estratégicos da Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020, para os quais foram definidos projetos e ações a concretizar ao longo do período de vigência do PDM e que atualmente, materializam o grau de execução, como se poderá verificar mais à frente, na temática sobre o nível de execução das intervenções previstas no PDM.

4.3.2. Plano Estratégico de Mobilidade Sustentável para o Alto Alentejo

Plano Estratégico de Mobilidade Sustentável para os concelhos que constituem a sub-região do Alto Alentejo, elaborado em 2014, tem como principal objetivo dotar a região de um documento estratégico e operacional que sirva de instrumento de atuação e sensibilização. Que fomente a articulação entre os diferentes modos de transporte, visando a implementação de um sistema integrado de mobilidade com o mínimo custo de investimento e de exploração, que permita diminuir o uso do transporte

individual e, simultaneamente garanta a adequada mobilidade das populações, promova a inclusão social, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico, edificado e ambiental.

O Plano Estratégico, é um documento de referência para as decisões a tomar pelos municípios no âmbito das suas competências em relação aos transportes urbanos, mobilidade e sustentabilidade. Mas também, pretende dar resposta às questões relacionadas com a criação de sistemas e subsistemas de transporte, desenvolvendo e incrementando a mobilidade da população, para que a sustentabilidade da região, seja uma realidade no horizonte até ao ano 2027 e assim assenta nos seguintes objetivos estratégicos:

- *Promoção da mobilidade sustentável apoiada nas redes de transporte coletivo e nos modos suaves, originando uma migração de utilizadores para estes novos modos de transporte;*
- *Prossecação da estratégia de planeamento e requalificação do espaço público apoiada no desenvolvimento dos “Planos de Promoção de Acessibilidade” que devem ser enquadrados em iniciativas mais abrangentes de planeamento e promoção da utilização das redes pedonais e cicláveis por todos os segmentos de utilizadores, numa lógica de utilização dos modos de transporte mais eficientes para cada tipo de deslocação;*
- *Promoção da autonomia da população escolar relativamente ao transporte individual, o que deve ser conseguido à custa de uma maior utilização dos modos suaves e do transporte coletivo, preferencialmente utilizando as redes de transporte regular;*
- *Promoção da segurança rodoviária, em particular no que se refere ao atropelamento de pessoas em meio urbano, o que confere uma importância significativa à introdução de medidas que promovam a redução de velocidade nos arruamentos urbanos e o desvio da circulação de veículos pesados do interior das povoações.*

De uma forma sintetizada para se promover a mobilidade sustentável na região, será fundamental desenvolver as seguintes medidas:

- *Completar e criar as redes alternativas de transporte coletivo e os modos suaves (pedonal e ciclável), contemplando maior interoperabilidade e eficiência;*
- *Reativar a Linha do Leste em novos moldes, como metro ligeiro de superfície);*
- *Promover a autonomia da população escolar relativamente ao transporte individual;*
- *Promover a segurança rodoviária através de estudos de “traffic calming” e desvio de pesados do interior das vilas e cidades;*
- *Introduzir alterações à sinalização horizontal, de orientação e de Código, tornando-a clara, legível e regulamentar;*
- *Elaborar estudos de logística urbana, onde se justifiquem.*

Cabendo a cada município desempenhar a sua função, na implementação de ações que possam ser concretizadas nos seus territórios e pela sua população, numa perspetiva de agir local agir global, e assim, assegurar na sustentabilidade da região.

4.4. ÂMBITO MUNICIPAL

4.4.1. Estrutura do Ordenamento

No que respeita aos PMOT, no concelho de Nisa encontram-se em vigor o PDM, o PP do Centro Histórico de Nisa e o PP da Avenida de D. Dinis (Tabela 5).

O PDM, enquanto um instrumento de referência estabelece, por isso, o modelo de organização do território municipal com base na classificação (solos urbanos e rústicos) e na qualificação do solo (solos urbanos já urbanizados, urbanizáveis ou afetos à estrutura ecológica; solos rurais de exploração mineira; espaços naturais, agrícolas, florestais ou industriais, se ligados a essas atividades; e ainda outros que, não podendo classificar-se como urbanos, se destinam a infraestruturas ou outra ocupação compatível).

O PDM articula-se com os instrumentos de gestão territorial de âmbito mais alargado (nacional, regional ou intermunicipal), ou seja, integra as condicionantes de ordenamento que já vinculam o município, por exemplo as áreas de reserva ecológica, agrícola e as áreas protegidas ou outras, dependendo da localização do território municipal a que se aplica.

Por sua vez, os PP, a uma escala geográfica de análise mais pormenorizada, são os instrumentos de excelência para concretizar em detalhe ações e propostas de ocupação em qualquer área do território municipal e devem abranger áreas contínuas que podem corresponder a unidades ou subunidades de planeamento.

Tabela 5. PMOT em vigor

PDM		
1.ª Correção Material	Aviso n.º 5839/2016	Diário da República, 2.ª série — N.º 87 — 5 de maio de 2016
1.ª Revisão	Aviso n.º 13059/2015	Diário da República, 2.ª série - N.º 219 - 9 de novembro de 2015
PP do Centro Histórico de Nisa		
1.ª Publicação	Declaração n.º 182/98	Diário da República, 2.ª série - N.º 114 - 18 de maio 1998
PP da Avenida D. Dinis		
1.ª Publicação	Aviso n.º 11715/2012	Diário da República, 2.ª série - N.º 170 - 3 de setembro de 2012

FONTE: DGT, 2019

Importa ainda referir que o PDM em vigor revogou o Plano de Urbanização de Nisa, e atendendo à existência de áreas periurbanas ainda não regulamentadas, será pertinente retomar este tipo de instrumento, Plano de Urbanização, no sentido de fazer a gestão urbanística à escala adequada.

4.4.1.1. Plano Diretor Municipal de Nisa | PDM de Nisa

A primeira revisão do PDM de Nisa entrou em vigor no dia 9 de novembro de 2015, após a sua publicação em Diário da República, 2.ª série, n.º 219 e revogou o Plano Geral de Urbanização de Nisa publicado pela Portaria n.º 1224/93, em novembro de 1993.

Após a publicação da primeira Revisão de 2015, procedeu-se à primeira Correção Material, aviso n.º 5839/2016 com efeito após a sua publicação a 5 de maio de 2016 em DR, cujas alterações incidiram sobre a correção da REN, com a republicação da Planta de Condicionantes com as devidas alterações.

Entendendo-se o planeamento municipal como um processo contínuo, tem início esta etapa do processo, que constitui a monitorização e avaliação do PDM. O entendimento da existência no território de um conjunto de dinâmicas em domínios que de um modo direto ou indireto, influenciam as condições de sustentabilidade dos planos, exigem respostas ao nível dos planos municipais de ordenamento do território e de políticas municipais de intervenção territorial.

O PDM estabelece as grandes estratégias de desenvolvimento, as orientações e as políticas urbanísticas para o território municipal, define a programação da respetiva execução e as regras para as ações dos vários atores que intervêm no território, para responder aos objetivos fixados e assentes na estratégia de desenvolvimento para o concelho. Assim, foram definidos os objetivos gerais orientadores para o desenvolvimento do concelho no horizonte de vigência do PDM atual:

- Atratividade
- Fixação
- Emprego
- Formação

Consagrados no PDM, estes grandes objetivos nortearam os vetores de desenvolvimento assentes em cinco vértices “Recetividade”, “Sustentabilidade da Paisagem”, “Recursos Locais”, “Sustentabilidade dos Aglomerados e “Coesão Social e Confiança nas Oportunidades” que, por sua vez, vão nortear os objetivos estratégicos (Tabela 6), responsáveis pelas linhas de ação a implementar no território concelhio.

Tabela 6. PDM – Objetivos Estratégicos em vigor

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
AUMENTAR A ATRATIVIDADE DO CONCELHO
PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DA PAISAGEM
EVIDENCIAR OS RECURSOS LOCAIS PRÓPRIOS DO TERRITÓRIO
FOMENTAR A SUSTENTABILIDADE DOS AGLOMERADOS
PROMOVER A COESÃO SOCIAL E A CONFIANÇA NAS OPORTUNIDADES
PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

FONTE: PDM, 2015

O PDM de Nisa em vigência consubstancia a estratégia municipal de desenvolvimento do território e é constituído pelos seguintes elementos:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Ordenamento, desdobrada nas seguintes plantas:
 - i) Planta de Ordenamento — Geral;
 - ii) Planta de Ordenamento — Património não classificado;
- c) Planta de Condicionantes, desdobrada nas seguintes plantas:
 - i) Incêndios, Riscos e Defesa da Floresta;
 - ii) Outras Condicionantes.

Regulamento

É o elemento normativo que estabelece as regras e parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do solo, vinculando as entidades públicas, privadas ou cooperativas.

Planta de ordenamento I 1:25 000

Representa o modelo de organização espacial do território municipal.

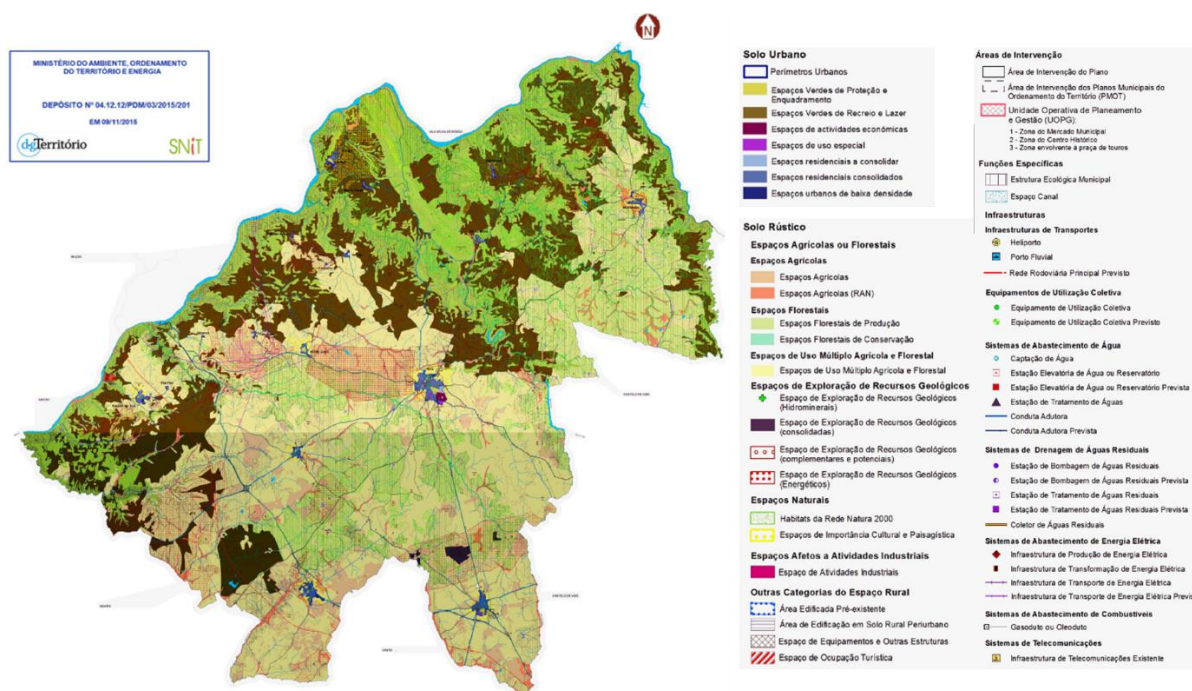


Figura 11. Planta de Ordenamento – Geral do PDM 2015

FONTE: DGT, 2019

Por conta das especificidades territoriais e características do concelho, analisa-se o peso das classes de solo urbano e solo rural separadamente. A Planta de Ordenamento (Figura 11) representa um território com 57 565 ha, dos quais 99% são solo rural e 1% solo urbano.

Assim, seguidamente, afere-se o peso de cada uma das categorias de espaço que compõem o solo urbano (Tabela 7).

Tabela 7. Categorias de espaço no total de solo urbano municipal

SOLO URBANO		409 ha	1%
Categorias de Espaço	Área (ha)	Peso (%)	
Espaços Verdes de Proteção e Enquadramento	33	8,50	
Espaços Verdes de Recreio e Lazer	9	2,23	
Espaços de atividades económicas	19	4,77	
Espaços de uso especial	29	7,39	
Espaços residenciais a consolidar	25	6,43	
Espaços residenciais consolidados	254	65,08	
Espaços urbanos de baixa densidade	22	5,59	

FONTE: PDM, 2015

Sendo de ressaltar que só 1% do território do município integra o solo urbano, o que corresponde a 391 hectares que, por sua vez, se subdividem em várias categorias, sendo de destacar os 254 hectares afetos aos espaços residenciais consolidados, 65%.

Relativamente à classe de solo rural, este corresponde a 99% do território municipal e, em termos de Planta de Ordenamento, está organizado por categorias e subcategorias (Tabela 8).

Tabela 8. Categorias de espaço no total de solo rural municipal

SOLO RURAL	57 175 ha	99%
Categorias de Espaço	Área (ha)	Peso (%)
Espaços Agrícolas	3 827	6,69
Espaço Agrícola	2 468	4,32
Espaço Agrícola (RAN)	1 359	2,38
Espaços Florestais	24 215	42,35
Espaço Florestal de Produção	1 3074	22,87
Espaço Florestal de Conservação	11 141	19,49
Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal	28 702	50,20
Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal	28 702	50,20
Espaços de Exploração de Recursos geológicos	6251	10,93
Espaço Exploração Recursos Geológicos (complementares e potenciais)	4 914	8,59
Espaço Exploração Recursos Geológicos (consolidadas)	99	0,17
Espaço Exploração Recursos Geológicos (Energéticos)	1 239	2,17
Espaços Naturais	14 858	25,99
Espaço Natural	14 858	25,99
Espaços Afetos a Atividade Industrial	2	0,003
Espaço de Atividades Industriais	2	0,003
Outras Categorias de Espaço Rural	113	0,20
Área de Edificação em Solo Rural Periurbana	35	0,06
Espaço de Equipamentos e Outras Estruturas	37	0,06
Espaço de Ocupação Turística	25	0,04
Área Edificada Pré-existente	16	0,03

FONTE: PDM, 2015

Em relação ao solo rural, impõe-se destacar a importância da representatividade dos espaços florestais, que definem 42,35% da classe e estão divididos em produção e conservação, sendo metade da área de solo rural está destinada aos espaços de uso múltiplo agrícola e florestal e compreende 28 702 ha.

Em contrapartida, os espaços afetos a atividades industriais na proposta de ordenamento do PDM compreendem uma área de 18,5 ha, onde está implantada a Zona de Atividades Económicas de Nisa, ZAE de Nisa, que abrange uma área total de 10,5 ha.

Acrescem aos parâmetros de ocupação do solo em termos de proposta de ordenamento do PDM em vigor, a definição de três Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) que marcam e correspondem a áreas de intervenção no território, devidamente delimitadas, para serem tratadas com um nível de planeamento mais detalhado com vista à sua execução.

Foram identificadas as seguintes UOPG, delimitadas na Planta de Ordenamento:

- UOPG 1 | Zona do Mercado Municipal de Nisa e áreas envolventes
- UOPG 2 | Zona do Centro Histórico de Nisa
- UOPG 3 | Zona Envolvente à Praça de Touros de Nisa

Estando a Planta de Ordenamento decomposta em duas, a Planta de Ordenamento Geral e a Planta de Ordenamento - Património não classificado, a seguir, apresenta-se a proposta de Carta do Património de Nisa, classificado em dois níveis (Figura 12).

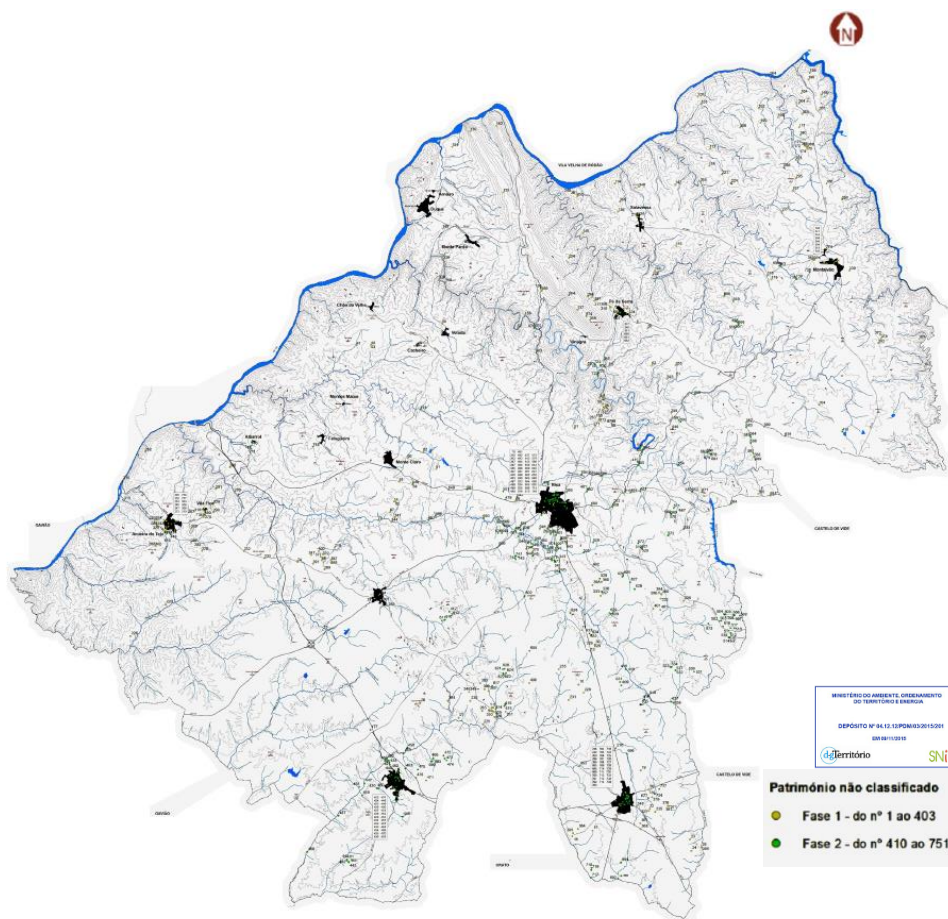


Figura 12. Planta de Ordenamento – Património Não Classificado do PDM 2015

FONTE: DGT, 2019

A Fase 1 corresponde à reserva arqueológica das áreas de valência patrimonial que visem a sua fruição pelo público e a Fase 2 acomoda os aglomerados urbanos com interesse monumental/arqueológico.

É de ressaltar a riqueza patrimonial existente no concelho e o elevado potencial histórico e arqueológico, apesar da dispersão territorial dos sítios cartografados.

Ademais, decorreram alterações legislativas introduzidas pela LBGPPSOTU, nomeadamente, quanto às regras relativas à classificação e qualificação do solo, as quais foram concretizadas na publicação da revisão do RJGT que, por sua vez, prevê a obrigatoriedade da sua integração até 13 de julho de 2020 e, posteriormente o seu reforço com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, pese embora o PDM em vigor se tenha adequado na última revisão, há categorias do solo cuja designação não está adaptada como, por exemplo, os espaços categorizados como residenciais, cuja designação não está contemplada na legislação em vigor.

Planta de condicionantes I 1:25000

Representa e identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do solo.

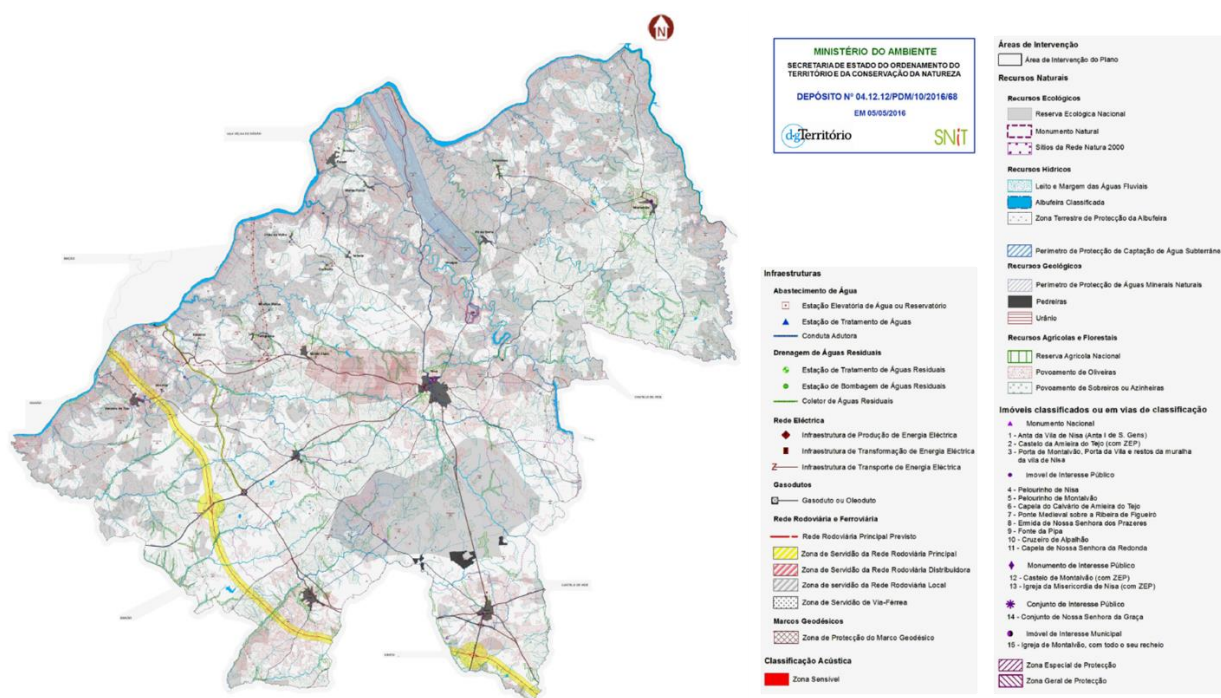


Figura 13. Planta de Condicionantes – Geral do PDM 2015

FONTE: DGT, 2019

No que à planta de condicionantes respeita, as considerações sobre as áreas ocupadas pela REN e pela RAN são pertinentes, na medida em que o seu peso no território configura condicionalismos importantes em termos de ordenamento (Figura 13).

Tabela 9. Solo ocupado pela REN e RAN no total de solo municipal

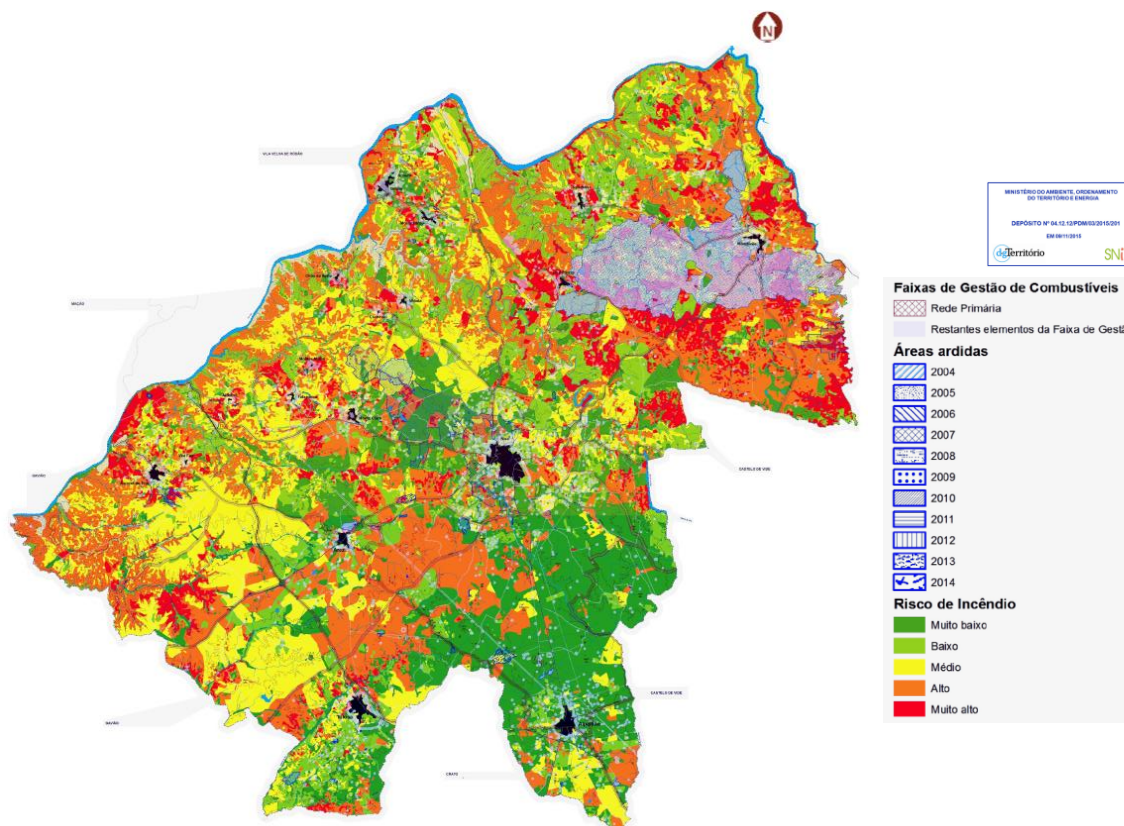
Território Municipal		57 565 ha	100%
Categorias de Espaço	Área (ha)	Peso (%)	
REN	28 369	49,1	
RAN	1 358	2,4	

FONTE: PDM, 2015

De salientar que o peso (Tabela 9) da REN no município corresponde a 49,1% e compreende as áreas relevantes para a suscetibilidade do ciclo hidrológico terrestre e as áreas de prevenção de riscos naturais. Em contrapartida, a representatividade da RAN de 2,4% incide sobre os solos da classe A e B, e da subclasse Ch, bem como dos aluviossilos e solos de baixos, associados à instalação da rede hidrográfica.

Atente-se, neste âmbito, para a mais recente atualização do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto¹⁶ – Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto¹⁷ –, uma vez que as delimitações da REN devem conformar-se com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional. No caso do processo de revisão do PDM, a adaptação deverá ser concretizada no prazo de cinco anos.

Por sua vez, a Planta de Condicionantes - Incêndios, Riscos e Defesa da Floresta (Figura 14) trata as áreas ardidas na última década e os níveis de risco de incêndio a que o território de Nisa é suscetível.



¹⁶ Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março.

¹⁷ Altera o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Figura 14. Planta de Condicionantes – Incêndios, Riscos e Defesa da Floresta do PDM 2015

FONTE: DGT, 2019

Muito embora o período temporal representado não registe a ocorrência de grandes incêndios, à exceção do ocorrido em 2014, é importante ressaltar que 37,8% dos 57 565 ha do município (Tabela 10) são considerados de nível alto e muito alto em termos de risco, o que tem implicações no ordenamento e defesa florestal.

Tabela 10. Condições de risco de incêndio do território municipal

Território Municipal	57 565ha	100%
Níveis de Risco	Área (ha)	Peso (%)
Muito alto	4 945	8,6
Alto	16 813	29,2
Médio	12 615	21,9
Baixo	9 877	17,2
Muito baixo	13 285	23,1

FONTE: PDM, 2015

A perigosidade de incêndio florestal, à semelhança das áreas ardidas, é um elemento evolutivo, pelo que se denota a necessidade de verter no âmbito da alteração por adaptação ao PDM a retificação das cartas de perigosidade e risco apresentadas, refletindo estas os últimos dados disponibilizados pelo GTF, até porque houve incêndios em 2017 de muito maior dimensão que os de 2014 o que coloca constrangimentos à carta de risco em vigor e que justifica a sua substituição por uma nova, assim como nova cartografia de perigosidade, estando ainda em revisão o PMDFCI e do qual faz depender a alteração do PDM.

Assim, deve este aspeto ser cabalmente atualizado e a planta validada pela Câmara Municipal e pelo ICNF, potenciando a resiliência do território aos incêndios florestais, e compatibilizando a defesa da floresta com os interesses em matéria de desenvolvimento estratégico municipal.

4.4.1.2. Plano de Pormenor do Centro Histórico de Nisa | PP do Centro Histórico de Nisa

Os PP desenvolvem e concretizam em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral.

O PP do Centro Histórico de Nisa é composto pelos relatórios, alçados de conjunto, carta patrimonial, regulamento e planta de síntese. O regulamento diz respeito à área do Centro Histórico de Nisa, abrangendo o perímetro formado pela Rua do Dr. Manuel de Arriaga, Rua de João de Deus até às Portas de Montalvão e toda a zona confinante com as muralhas, como definido na Planta de Síntese do PP do Centro Histórico de Nisa (Figura 15).

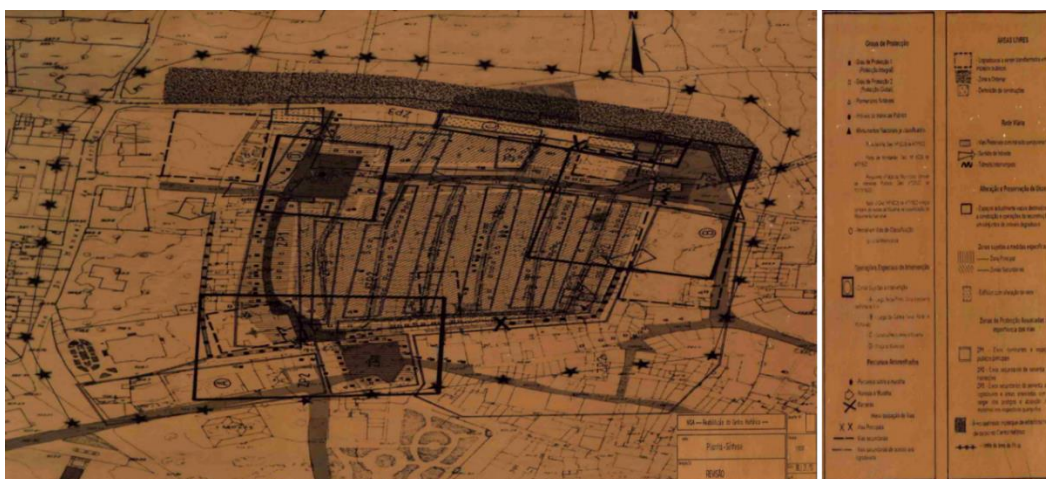


Figura 15. Planta de Implantação do Plano 1998

FONTE: CMN, 2019

No sentido da salvaguarda do desenho e qualidades arquitetónicas do centro histórico, são estabelecidas várias categorias de edifícios, que se relacionam com a época da sua construção, com o seu volume, com a sua qualidade arquitetónica, com os elementos que integram as fachadas ou mesmo com o seu significado e consequentemente parâmetros para a manutenção da traça arquitetónica original.

4.4.1.3. Plano de Pormenor da Avenida D. Dinis | PP da Avenida D. Dinis

O PP da Avenida D. Dinis em Nisa é constituído por regulamento, planta de implantação/síntese e planta de condicionantes.

O Regulamento do PP da Avenida D. Dinis, compreende os objetivos do mesmo, que respeitam ao estabelecimento das regras a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo e constitui-se um instrumento definidor da gestão urbanística da área de intervenção.

A Planta de Implantação define a área de intervenção do PP (Figura 16).



Figura 16. Planta de Implantação do Plano 2012

FONTE: CMN, 2019

De salientar que o PP garante a ligação visual e pedonal da Praça da República à zona do Mercado Municipal, Hospital e Quartel de Bombeiros, entendendo-se a intervenção como um projeto urbano de prolongamento da Praça, como espaço de uso público mais contido e orientado; assim como tem o intuito de estabelecer uma ocupação edificada que se articule com a envolvente e que garanta a consolidação do tecido recorrendo a tipologias adaptadas às diversas situações; como articular um conjunto de pequenos espaços públicos, verdes e de lazer, com funções diferenciadas, que se integram no arranjo geral da zona e permitem a vivência local; clarificar e melhorar o sistema de circulação através da hierarquização de vias e de condicionamentos à circulação automóvel em certas zonas, e garantir uma capacidade de estacionamento adequada nesta área.

A Planta de Condicionantes onde estão representadas as servidões e restrições de utilidade pública para a área de implantação do PP (Figura 17).

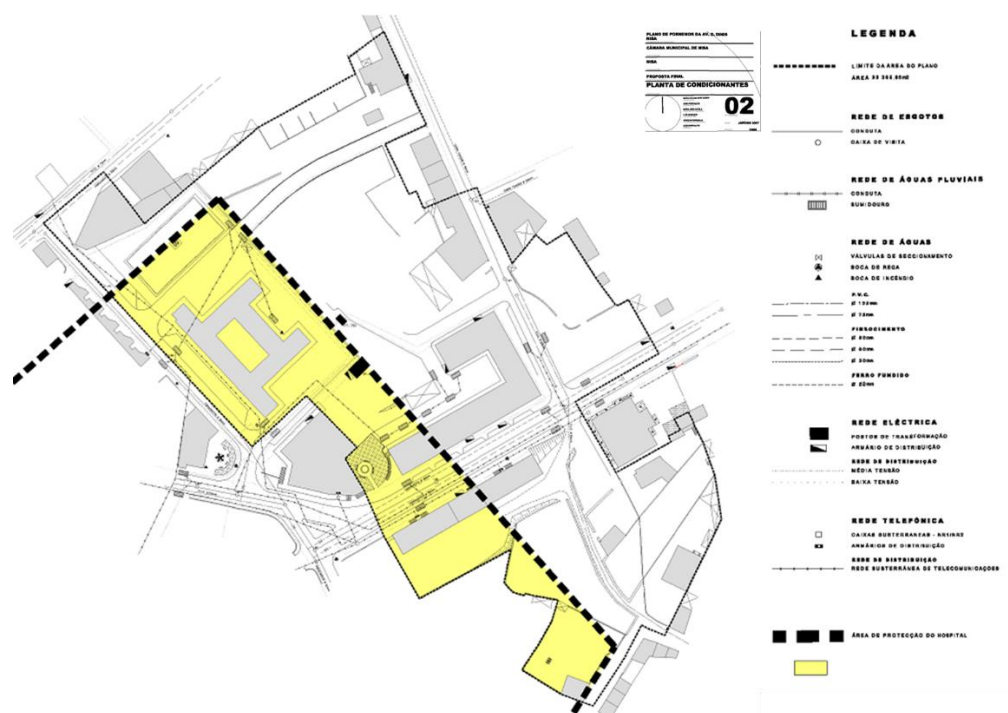


Figura 17. Planta de Condicionantes do Plano 2012

FONTE: CMN, 2019

4.4.2. Reabilitação Urbana

A reabilitação de áreas urbanas degradadas é fundamental na política de ordenamento do território do município de Nisa, sendo uma das prioridades estratégicas do executivo municipal, na medida em que é crucial salvaguardar o património e revitalizar as dinâmicas económicas e turísticas.

As presentes Áreas de Reabilitação Urbana, ARU, enquadram-se legalmente no estabelecido na Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, a qual procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, onde se estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, RJRU, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana.

Para efeitos de aplicação do RJRU (artigo 2º, alínea b), entende-se por “Área de Reabilitação Urbana - a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”.

Neste sentido, encontram-se delimitadas quatro ARU atualmente, resultantes de um processo que teve início em 2016 com a definição de três¹⁸:

- ARU do Mercado Municipal de Nisa e Áreas Envolventes;
- ARU do Centro Histórico de Nisa;
- ARU da Zona da Zona Envolvente à Praça de Touros de Nisa.

Consequentemente em 2019, foram redefinidas as ARU¹⁹ no concelho, sendo que, em relação ao Centro Histórico de Nisa houve a necessidade de proceder a um redimensionamento das delimitações definidas anteriormente e o mesmo sucedeu com a ARU do Mercado Municipal de Nisa e Áreas Envolventes.

Por outro lado, procedeu-se à eliminação da ARU Praça de Touros e Áreas Envolventes e foram criadas e delimitadas duas novas, a ARU de Alpalhão e a ARU de Tolosa. Atualmente (Figura 18), o município de Nisa conta com a:

- ARU do Centro Histórico de Nisa;
- ARU do Mercado Municipal de Nisa e Áreas Envolventes;
- ARU de Alpalhão;
- ARU de Tolosa.

¹⁸ Aviso de deliberação de aprovação n.º 13658/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 212 — 4 de novembro de 2016.

¹⁹ Aviso de deliberação de aprovação n.º 9853/2019, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 109 — 6 de junho de 2019.

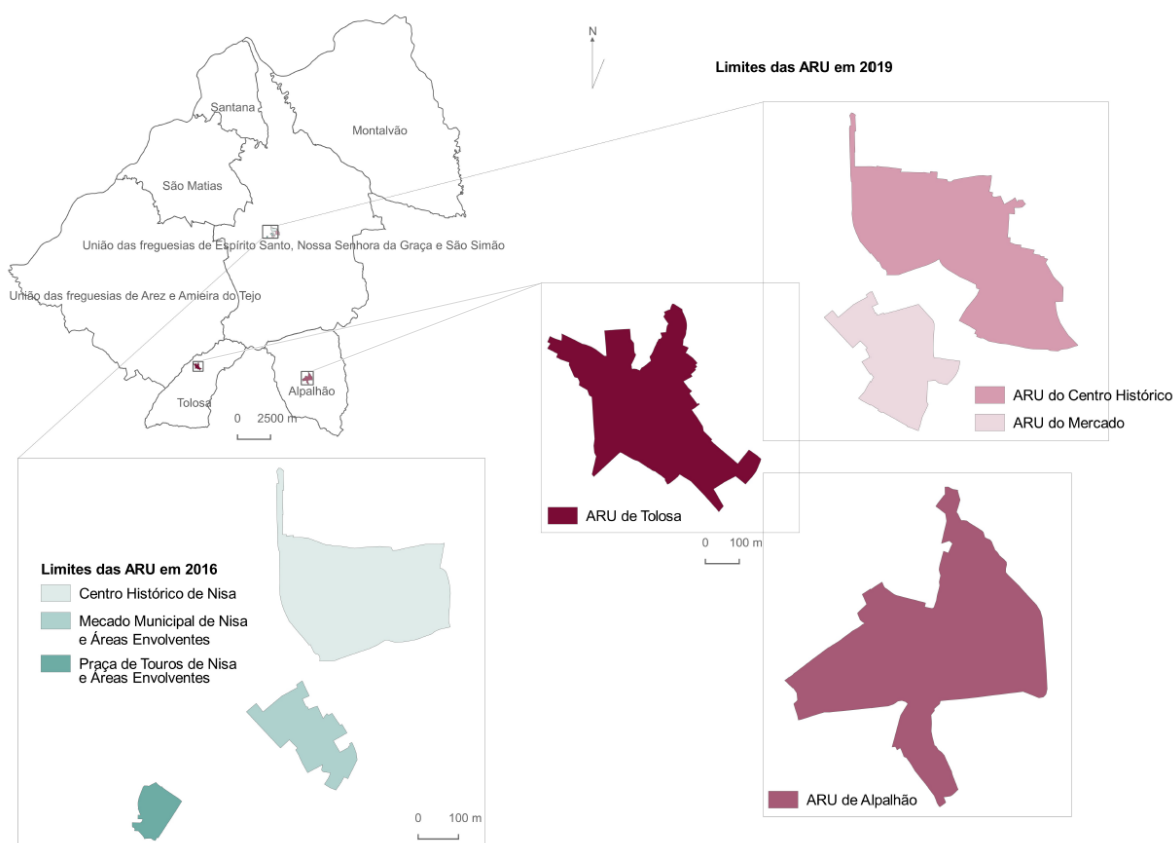


Figura 18. Dinâmica evolutiva de delimitação das ARU 2016 e 2019

FONTE: CMN, 2019

Assim, com o início dos trabalhos para elaboração da Operação de Reabilitação Urbana, ORU, foi possível constatar que as áreas contíguas às delimitadas, apresentavam as mesmas características morfológicas, tipológicas e de época construtiva das incluídas na ARU. Torna-se, portanto, relevante a inclusão dessas áreas, prosseguindo os objetivos da reabilitação urbana.

Estes pressupostos servem as alterações de 2016, por forma a tornar estas ARU mais abrangentes, permitindo que um maior número de particulares possa usufruir de apoios financeiros e outros mecanismos de incentivo à reabilitação urbana. No entanto, o que está em causa é tão somente e apenas uma retificação da delimitação, sem que se afete a Estratégia de Reabilitação Urbana anteriormente aprovada, que se mantém inalterada.

Objetivamente pretende-se o desenvolvimento urbano estruturando, consolidando e valorizando o tecido urbano, recuperando a polaridade urbana, através da:

- Valorização e clarificação da malha urbana, realçando os princípios inerentes ao seu traçado planeado, realçando o valor histórico, patrimonial e cultural;
- Requalificação de grandes espaços abertos – com carácter de espaço público – valorizando a sua identidade própria;

- Recuperação do edificado, valorizando técnicas, saberes e materiais construtivos de modo a permitir também a fixação de habitação;
- Incentivo da atividade comercial, preferencialmente ligada às atividades tradicionais, quer por via do artesanato, quer pela indústria agroalimentar;
- Consolidação da atividade institucional e de apoio social.

4.4.2.1. ARU do Mercado Municipal de Nisa e Áreas Envolventes

Pretende-se para esta ARU (Figura 19), o desenvolvimento urbano estruturando, consolidando e valorizando o tecido urbano, recuperando a polaridade urbana que esta área da vila já possuiu.



Figura 19. Delimitação da área da ARU do Mercado Municipal de Nisa e Áreas Envolventes

FONTE: CMN, 2019

Neste contexto, o executivo pretende concretizar neste local um conjunto de ações que entroncam nos objetivos para a delimitação desta ARU:

- Recuperação do edifício do Mercado Municipal, adequando-o às exigências legais, melhorando os espaços comerciais e dotando-o de soluções que garantam o conforto de utentes e vendedores;
- Melhoria do acesso, quer de utentes, quer de vendedores;
- Criação de estacionamento para apoio ao mercado, comércio e serviços;
- Remodelação das infraestruturas de saneamento público, eletricidade e telecomunicações;
- Instalação de mobiliário urbano de apoio;
- Reabilitação e consolidação de pavimentos.

4.4.2.2. ARU do Centro Histórico de Nisa

A operacionalidade da estratégia desta ARU (Figura 20), obriga à formulação de alternativas de desenho urbano no processo de planeamento que definirá as diretrizes para a negociação com os vários “atores”, e em que o sucesso da sua implementação e viabilidade implica e deve conduzir à concretização dos estudos urbanísticos anteriormente elaborados e como figura de instrumento de planeamento, o PP do Centro Histórico de Nisa.



Figura 20. Delimitação da área da ARU do Centro Histórico de Nisa

FORTE: CMN, 2019

Neste contexto, pretende-se concretizar um conjunto de ações que convergem para a concretização dos objetivos para a delimitação desta ARU:

- Reconversão do Edifício da Antiga Cadeia Velha para instalação do Centro de Documentação do Museu do Bordado e do Barro;
- Criação do Núcleo do Barro;
- Recuperação da Antiga Casa do Forno para Núcleo dos Produtos Tradicionais;
- Remodelação das infraestruturas de saneamento público, eletricidade e telecomunicações;
- Reabilitação e consolidação de pavimentos.

4.4.2.3. ARU da Zona Envolvente à Praça de Touros de Nisa

Pretendeu-se através da delimitação desta ARU (Figura 21), a concretização de uma estratégia de forma a ordenar e dotar esta zona de equipamentos e infraestruturas que melhorem a sua imagem.

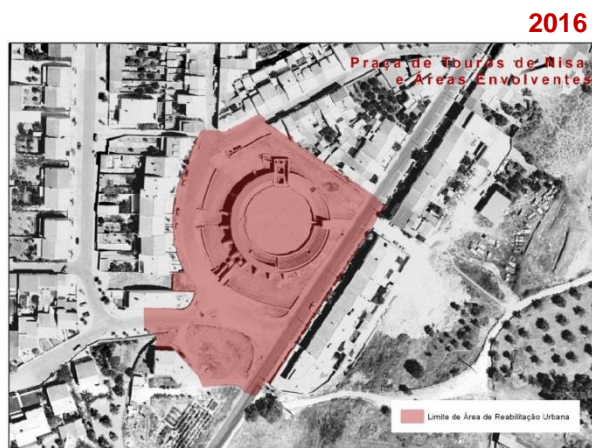


Figura 21. Delimitação da área da ARU da Zona Envolvente à Praça de Touros de Nisa

FONTE: CMN, 2019

São tidas em atenção as características do espaço existente, a sua proximidade à Praça de Touros, a ligação prevista entre o Bairro Luís de Camões e a Estrada Nacional, EN359 e a proposta do Plano de Urbanização de Nisa que prevê a abertura de um arruamento entre a EN364 e a Rua Mendes dos Remédios. No fundo pretende-se hierarquizar os arruamentos, redefinir enfiamentos visuais e clarificar uma função das suas características a rede viária, contribuindo para uma melhoria da vivência urbana.

Objetivamente, o executivo pretende concretizar ações, no enfiamento dos objetivos delineados para esta área, desenhada para zona reabilitação urbana:

- Reformulação do traçado dos arruamentos, alinhando-o pelo proposto no plano de urbanização²⁰, distribuindo-se a partir deste arruamento o Bairro Luís de Camões e o circundante à Praça de Touros;
- Criação de zonas de passeio alargada, estacionamento, zonas plantadas e zonas de estadia;
- Remodelar e converter as redes de infraestruturas enterradas.

Não tendo sido até à data elaborada a ORU que terá como função planear e definir as intervenções a fazer dentro da ARU, a delimitação caduca no presente ano de 2019.

²⁰ Revogado na sequência da Revisão do PDM de Nisa, conforme a alínea b), do Artigo 104 do Regulamento do PDM

4.4.2.4. ARU de Tolosa

A vila de Tolosa, apesar de não ser sede de concelho, desempenha um papel importante no território municipal, como centro humano, social e económico, sendo fundamental assegurar o seu bom funcionamento e a resiliência dos espaços público e edificado, utilizados por todos, através da delimitação da ARU (Figura 22).

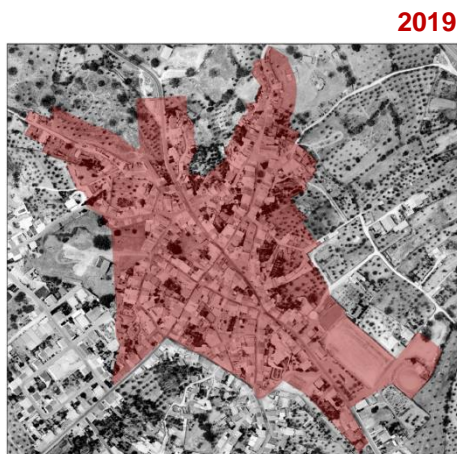


Figura 22. Delimitação da área da ARU de Tolosa

FONTE: CMN, 2019

No sentido de dar prosseguimento aos objetivos estabelecidos para a delimitação da ARU de Tolosa, há ações que se consideram fundamentais concretizar, como o projeto da piscina pública de Tolosa que atualmente se encontra em fase de projeto. Assim como, ações fundamentais de reabilitação como a recuperação do edificado degradado, remodelação de infraestruturas de saneamento público, eletricidade e telecomunicações e a reabilitação e consolidação de pavimentos.

4.4.2.5. ARU de Alpalhão

A vila de Alpalhão é sede de freguesia e configura um dos três núcleos com mais habitantes no concelho de Nisa, com maior dimensão e dinâmica urbanística, a desempenhar um papel de lugar central complementar, dada a existência de serviços e equipamentos estruturantes com atividades empresariais implantadas, inclusive na área da indústria alimentar, sendo de esperar a continuidade da dinâmica e pressão urbanística, equacionando-se a estruturação de uma expansão urbana.

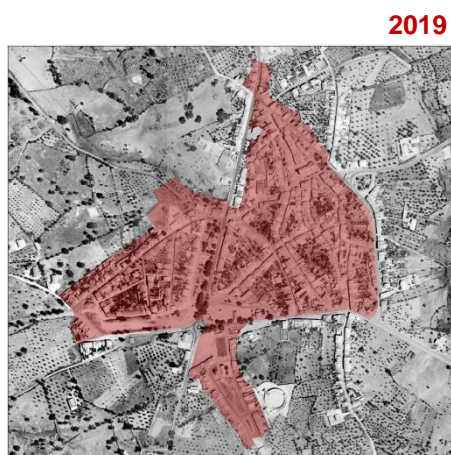


Figura 23. Delimitação da área da ARU de Alpalhão

FONTE: CMN, 2019

Na prossecução dos objetivos definidos para a delimitação da ARU de Alpalhão foram definidas ações fundamentais de reabilitação, como é o caso da promoção da recuperação do edificado degradado, e consideradas ainda outras ações basilares para a reabilitação, nomeadamente:

- Remodelação das infraestruturas de saneamento público, eletricidade e telecomunicações;
- Reabilitação e consolidação de pavimentos.

4.4.3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

No âmbito do Portugal 2020 foi realizado o convite aos municípios para apresentarem a sua candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, PEDU, a fim de beneficiarem, para efeitos de financiamento, das Prioridades de Investimento, PI, nos eixos da mobilidade urbana sustentável (PI 4.5), da regeneração urbana (PI 6.5) e das comunidades desfavorecidas (PI 9.8).

No entanto, estes municípios podem “não incluir no PEDU qualquer uma destas 3 prioridades de investimento, sendo que nesse caso ficarão impedidos de mobilizar a prioridade ou prioridades de investimento ora não incluídas no PEDU”.²¹

Assim, devem constituir o PEDU, os seguintes Planos de Ação²²:

- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, PAMUS, *com âmbito territorial de nível NUTS III. Será usado o mesmo plano para os vários Municípios que integram a NUTSIII.*
- Plano de Ação de Regeneração Urbana, PARU, *com âmbito territorial incidente nos centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas, dentro de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU).*
- Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, PAICD, *correspondendo a operações de regeneração física, económica e social a realizar, devem incidir em zonas críticas do território municipal, tendo as intervenções ao nível físico, a existir, que ser acompanhadas com intervenções de natureza social.*

Neste sentido, em Nisa o PEDU é o documento que se considera ser fundamental para a continuação do investimento “na qualificação e no reforço da centralidade urbana”, por isso, estão considerados nas áreas de reabilitação urbana, os objetivos estruturantes do PEDU e vertidos no Plano de Ação. Sendo importante destacar as ações que foram definidas e o estado de execução:

Ações da PI 4.5 – Mobilidade Urbana:

- Construção de vias pedonais no centro histórico de Nisa – Executada.

Ações da PI 6.5 – Regeneração urbana:

- Reabilitação da Casa do Forno – Executada.
- Requalificação do Largo dos Postigos – Executada.

²¹ Portal da Habitação <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/pedu/index.html>

²² Portugal 2020. Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. *Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano*. 2015.

- Construção de vias pedonais no centro histórico de Nisa (Rua dos Postigos) – Executada.
- Reabilitação do Hospital Velho – Em execução.
- Reabilitação do Edifício da Cadeia Velha – Em fase de projeto.

Ações da PI 9.8 – Comunidades Desfavoráveis:

O Plano de Ação está a ser desenvolvido pela CIM do Alto Alentejo, sendo esta mesma entidade que define as ações a concretizar.

4.4.4. Dinâmica Urbanística

Para avaliar a dinâmica urbanística no concelho de Nisa nos últimos anos, analisaram-se as pretensões que deram entrada nos serviços municipais, nomeadamente licenciamentos, comunicações prévias, pedidos de informação prévia e obras isentas de controlo prévio, bem como as operações relativas a novas construções, alterações, ampliações, legalizações e reconstruções, pretendendo-se avaliar a sua evolução e expressão territorial.

A aferição destas características reveste-se de elevada importância para a compreensão dos processos edificatórios de Nisa, uma vez que identifica os polos territoriais onde a dinâmica urbanística apresenta maior representatividade.

Nesta senda, a análise seguinte parte do tratamento dos dados da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais da CMN, consistindo no uso de métodos gráficos e cartográficos que consideram a distribuição temporal e espacial, respetivamente, das pretensões que deram entrada nos serviços municipais entre 2015 e 2018.

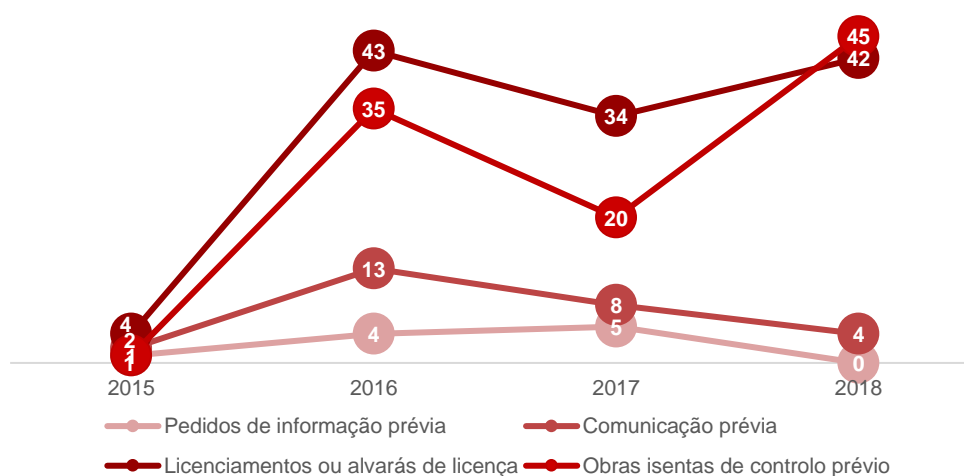


Gráfico 1. Compromissos urbanísticos no concelho de Nisa 2015-2018

FONTE: CMN, 2019

Desta feita, importa referir que Nisa registou, entre 2015 e 2018, um total de 123 licenciamentos²³, seguidos de perto pelas obras isentas de controlo prévio²⁴ que contabilizam, em igual período, 101 registos, ambos com uma dinâmica oscilatória semelhante, sendo de destacar o crescimento entre 2015 e 2016 e entre 2017 e 2018 (Gráfico 1).

Por sua vez, as comunicações prévias²⁵ e os pedidos de informação prévia²⁶ registam número diminutos, apresentando uma dinâmica de diminuição nos últimos anos.

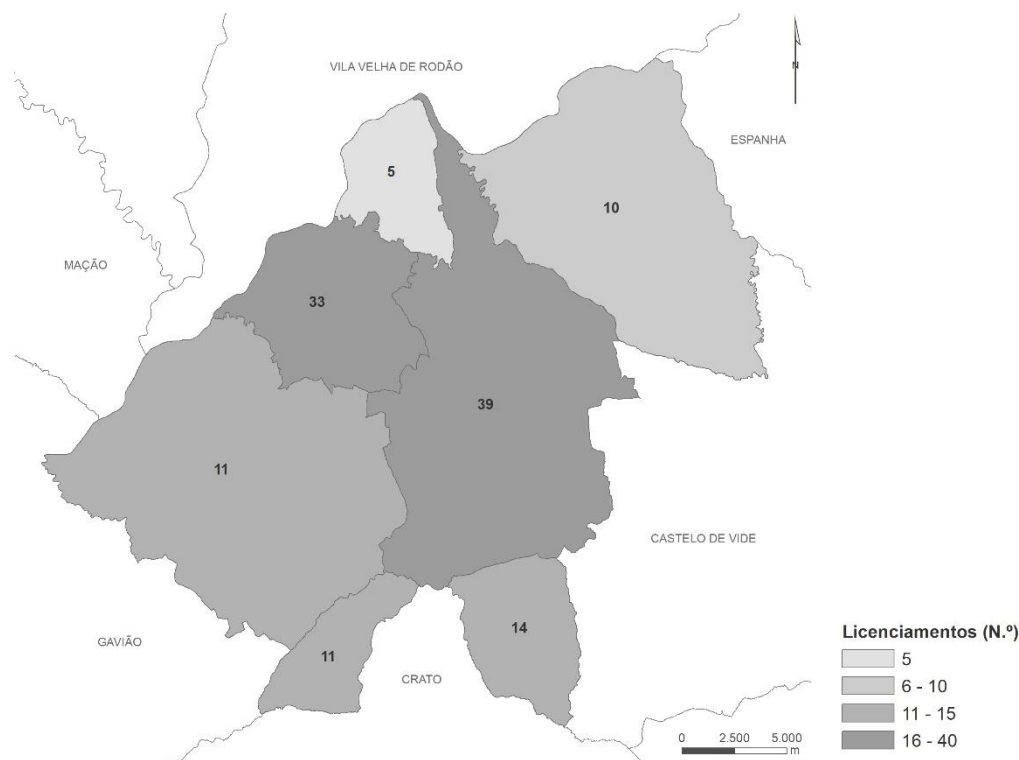


Figura 24. Licenciamentos (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa 2015-2018

FORTE: CMN, 2019

No que respeita à distribuição geográfica dos licenciamentos (Figura 24) é a União de freguesias Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão (39) que apresenta o maior número de licenciamentos, situação que não é alheia ao facto de esta possuir a porção mais elevada de população residente e deter também uma fração considerável de solo urbano, no qual se insere um significativo espaço vocacionado para atividades económicas, ao qual acresce as favoráveis ligações rodoviárias.

²³ Tipo de controlo prévio aplicável à realização de operações de loteamento, obras de urbanização, construção, conservação, reconstrução, ampliação, alteração e demolição de imóveis. RJUE, Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

²⁴ Obras de conservação, de alteração no interior de edifícios ou suas frações que não impliquem modificações estruturante e ainda obras sem relevância urbanística. RJUE, Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

²⁵ Consiste numa declaração que, desde que corretamente instruída, permite ao interessado proceder imediatamente à realização de determinadas operações urbanísticas após o pagamento das taxas devidas, dispensando a prática de quaisquer atos permissivos. RJUE, Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

²⁶ Pedido à Câmara Municipal, a título prévio, de informação sobre a viabilidade de realizar determinada operação urbanística. RJUE, Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

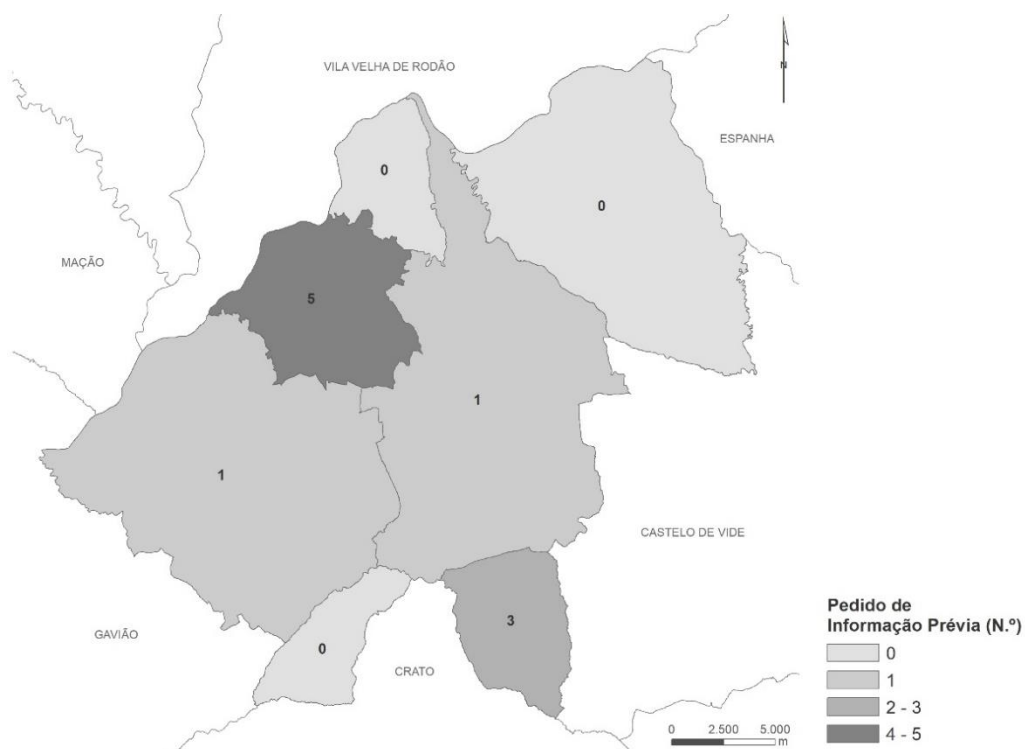


Figura 25. Pedido de informação prévia (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa 2015-2018
 FONTE: CMN, 2019

Por seu turno, os pedidos de informação prévia (Figura 25), na sua globalidade, têm uma representatividade diminuta, com a Santana, Montalvão e Tolosa sem qualquer registo desde o ano 2015.

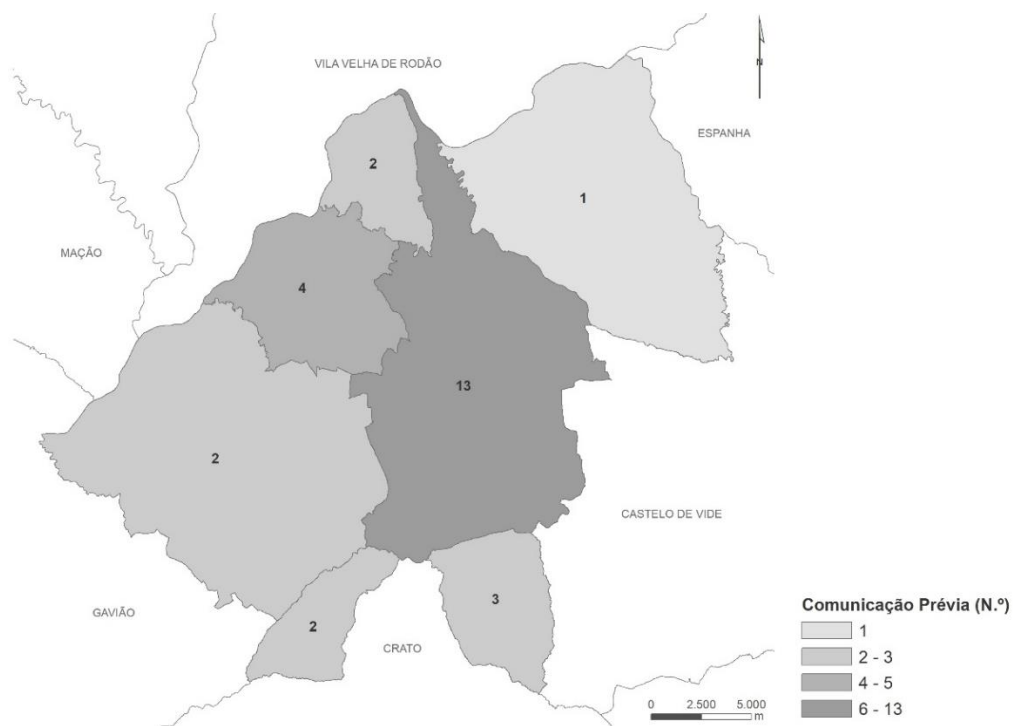


Figura 26. Comunicação prévia (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa 2015-2018
 FONTE: CMN, 2019

Relativamente às comunicações prévias (Figura 26), estas apresentam maior destaque na União de freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, a qual beneficia de ser sede de concelho e de gozar do perímetro urbano de maior dimensão no concelho.

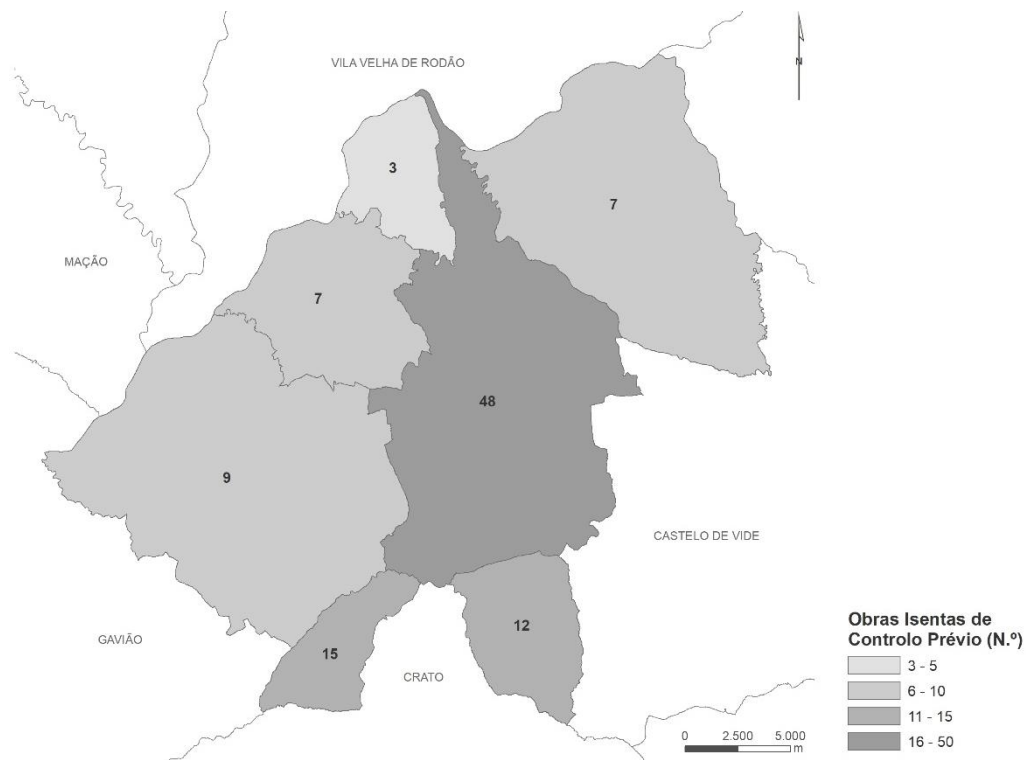


Figura 27. Obras isentas de controlo prévio (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa 2015-2018
FONTE: CMN, 2019

Pode ainda observar-se que as obras isentas de controlo prévio (Figura 27) dominam também na União de freguesias Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, o que, tal como referido anteriormente, está relacionado com as características mais urbanas, detendo, por isso, melhores condições para o estabelecimento de residência.

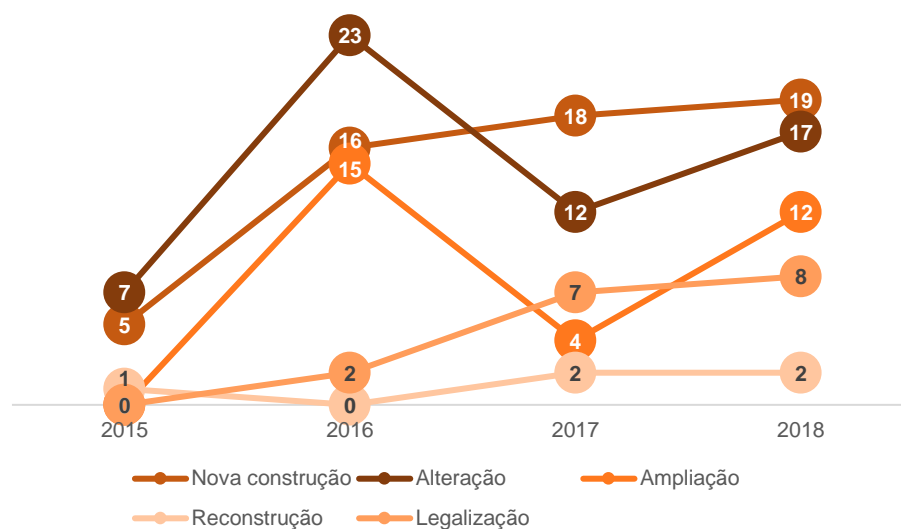


Gráfico 2. Operações urbanísticas, por tipo de obra (%) no concelho de Nisa 2015-2018

FONTE: CMN, 2019

Importa ainda salientar que as novas construções se superiorizam às alterações, ampliações, reconstruções e legalizações (Gráfico 2), notando-se um crescimento contínuo desde 2015.

De referir, no entanto, a importância de apostar na reabilitação urbana, em detrimento da construção nova e da expansão da urbanização sobre os solos rústicos, uma vez que esta permite recuperar, dar utilidade e manter a traça arquitetónica do edificado, contrariando situações onde os edifícios estejam inabitáveis por se encontrarem degradados.

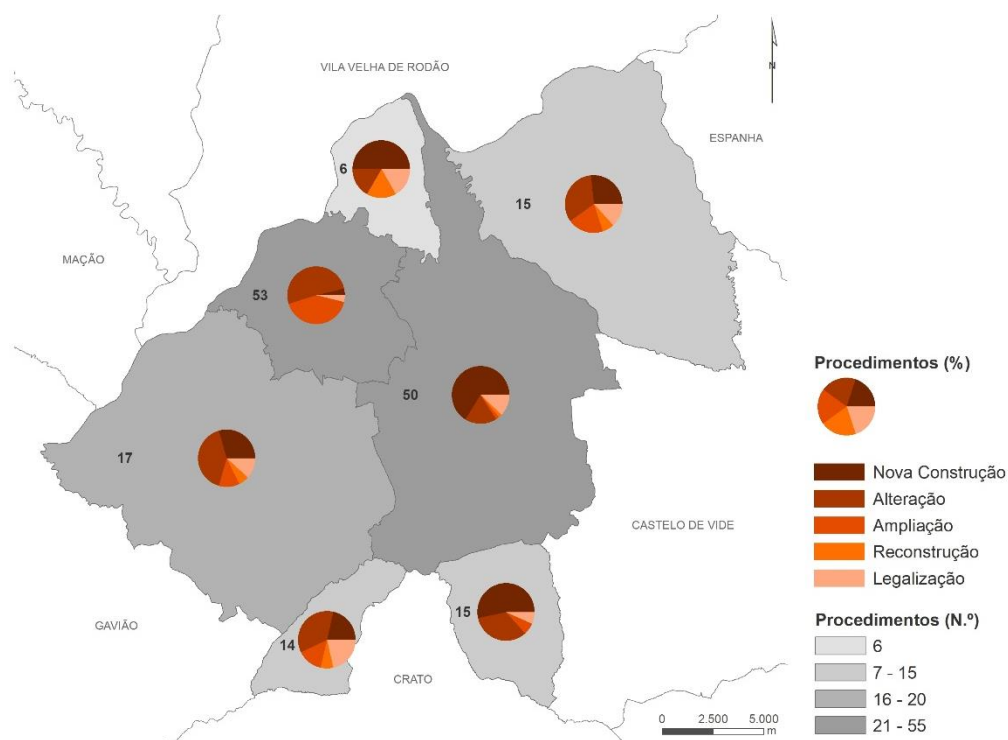


Figura 28. Operações urbanísticas, segundo o tipo de obra (%), por freguesia, no concelho de Nisa 2015-2018

FONTE: CMN, 2019

Geograficamente, estas operações urbanísticas distribuem-se de forma díspar (Figura 28). Enquanto que em Santana, em Alpalhão e na União de freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão domina a construção nova, - tendência esta potenciada por possuírem núcleos com características mais urbanas e ainda pelo facto de estas freguesias terem registado as perdas populacionais mais reduzidas -, em Montalvão, em São Matias, na União de freguesias de Arez e Amieira do Tejo, bem como em Tolosa, são as alterações que têm maior preponderância, verificando-se, portanto, que na generalidade das freguesias marcadas pela ruralidade, não se constrói novo edificado.

Em suma, a dinâmica urbanística está inevitavelmente marcada pela diminuição acentuada de habitantes e ainda pela reduzida área de expansão. De notar também que não há registo de loteamentos desde 2015.

Neste contexto, tal como já era mencionado no PDM em vigor, deverá ser realizada “uma reflexão sobre as perspetivas de desenvolvimento económico e social local, as implicações no desenvolvimento urbano e uma análise da adequabilidade dos perímetros urbanos definidos e respetiva regulamentação”²⁷.

²⁷ Câmara Municipal de Nisa. Revisão do Plano Diretor Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: I - Sector Habitacional. Setembro de 2010.

5. EVOLUÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

5.1. ENQUADRAMENTO FÍSICO E USO DO SOLO

As divisões administrativas do território estão profundamente relacionadas com as características orográficas do concelho de Nisa, onde os vales e os cursos de água estabelecem fronteiras naturais.

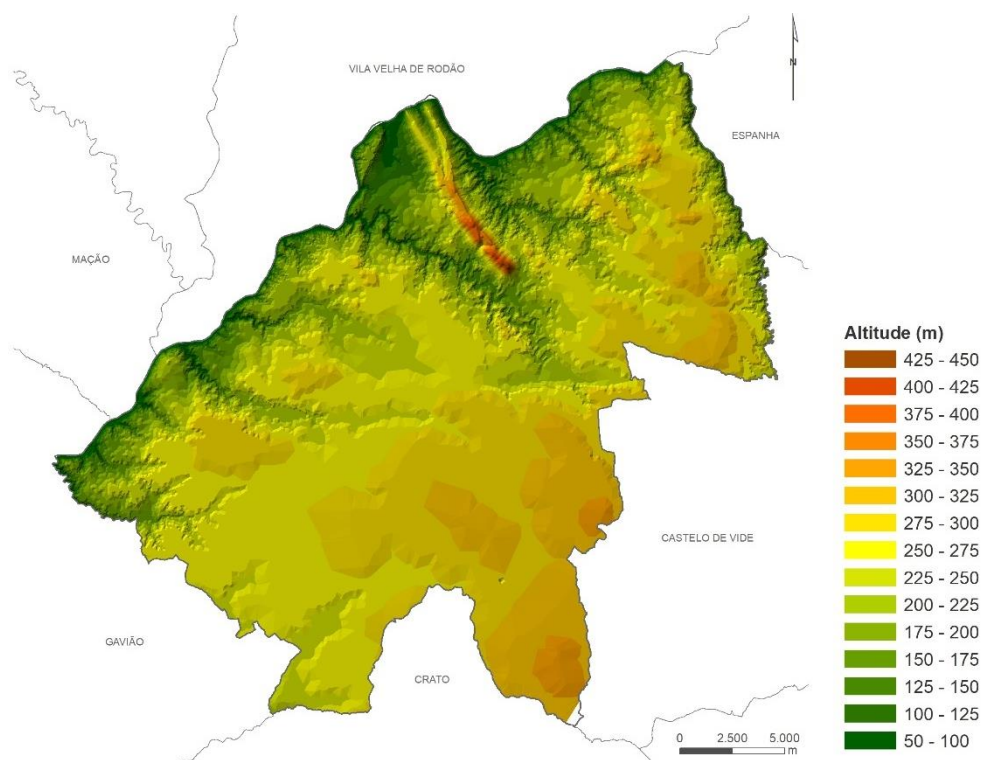


Figura 29. Hipsometria do concelho de Nisa

Neste âmbito, Nisa apresenta variações altimétricas entre os 50 e os 450 metros (Figura 29), sendo que é a crista quartzítica, a norte, o elemento diferenciador da paisagem que mais se destaca, encontrando-se ainda o vértice geodésico de S. Miguel no ponto mais elevado.

Importa destacar que as mais importantes aplanções se encontram na área de Alpalhão, Tolosa, Arez e na zona sul da vila de Nisa, onde o domínio geomorfológico principal corresponde à peneplanície do Alto Alentejo ou Superfície de Nisa.

Por sua vez, as cotas mais baixas coincidem com os cursos de água (Figura 30) inseridos na bacia hidrográfica do Tejo, onde o principal rio, o Tejo, delimita parte do limite administrativo de Nisa e se caracteriza por possuir curtos afluentes, resultando em pequenas bacias na vertente norte do concelho.

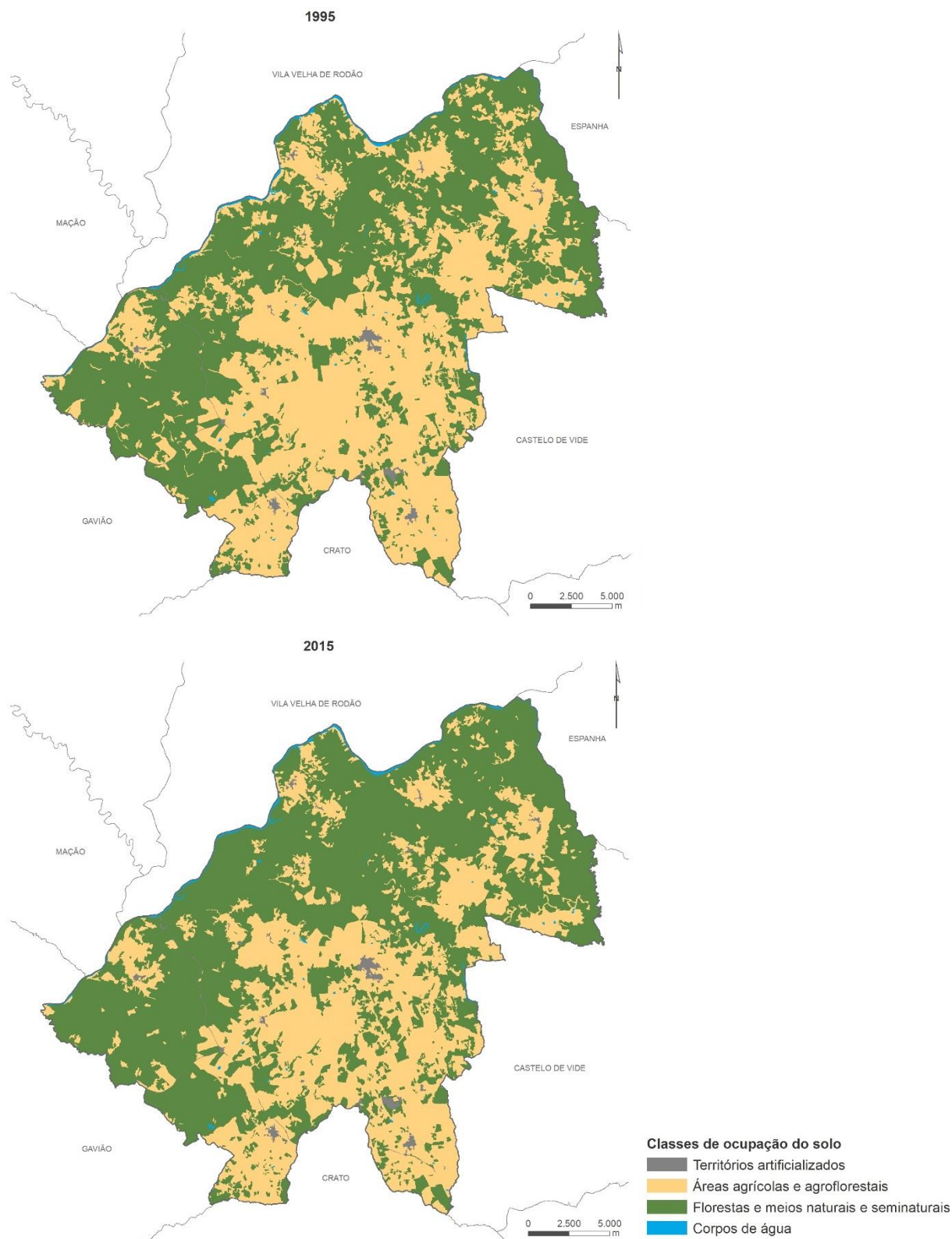


Figura 31. Carta de Uso e Ocupação do Solo do concelho de Nisa 1995 e 2015

FONTE: DGT, 2019

Neste sentido, ilustram-se os principais usos e ocupações do solo nos anos de 1995 e 2015 (Figura 31), exibindo-se a evolução de quatro classes de solo³⁰.

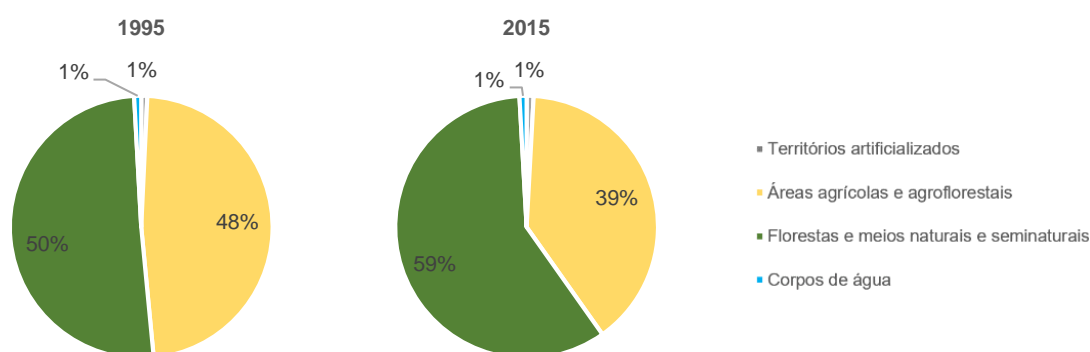


Gráfico 3. Carta de Uso e Ocupação do Solo (%) do concelho de Nisa 1995 e 2015

FORNTE: DGT, 2019

Neste contexto, relativamente à porção do território ocupado por cada uma das classes (Gráfico 3), verifica-se que em 20 anos, os territórios artificializados estagnaram, enquanto que as áreas agrícolas e agroflorestais diminuíram a sua representatividade e as florestas e meios naturais e semi-naturais ganharam terreno.

Tabela 11. Classes de ocupação do solo (ha e %) no concelho de Nisa 2015

Situação Existente em 2015		
Categorias de Espaço - Nível 1	(ha)	%
Territórios artificializados	494,5	1
Áreas agrícolas e agroflorestais	22 648,1	39
Pastagens permanentes	9 477,3	42
Sistemas agroflorestais de azinheira	4 929,3	22
Outros	8 241,5	36
Florestas e meios naturais e seminaturais	33 920,4	59
Florestas de eucalipto	14 134,3	42
Matos	9 072,1	27
Floresta de sobreiro	5 953,5	17
Outros	4 760,5	14
Corpos de água	504,9	1
TOTAL	57 567,9	100

FORNTE: DGT, 2019

³⁰ Territórios artificializados: Superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a actividades relacionadas com as sociedades humanas. Esta classe inclui áreas de tecido urbano, áreas industriais, áreas comerciais, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviços, jardins ou parques urbanos e equipamentos culturais e de lazer.

Áreas agrícolas e agro-florestais: Áreas utilizadas para agricultura, constituídas por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes. Inclui sistemas agro-florestais.

Florestas e meios naturais e semi-naturais: Áreas onde se incluem florestas, vegetação arbustiva e herbácea e áreas naturais com pouco ou, mais raramente, nenhum coberto vegetal.

Corpos de água: Superfícies de água doce que incluem cursos de água e planos de água, naturais e artificiais; superfícies de água salgada, que incluem oceanos, e/ou de água salobra que incluem lagoas costeiras e desembocaduras fluviais.

Aferindo, com maior detalhe, as características destas classes do solo no ano de 2015 (Tabela 11), é importante referir que a distribuição dos territórios artificializados está muito associada à presença das vias rodoviárias principais e das características físicas do território, por isso os aglomerados de menor dimensão encontram-se a norte, onde o relevo é mais acentuado, enquanto que nas áreas mais aplanadas se localizam os aglomerados de maior dimensão.

Por sua vez, as áreas florestais dominam no concelho de Nisa, sendo ocupadas maioritariamente por florestas de eucalipto, seguida de matos e florestas de sobreiro, num carácter extensivo. Já nas áreas agrícolas, as pastagens permanentes³¹ são a ocupação de solo dominante, bem como os sistemas agroflorestais³² de azinheira.

Por último, os corpos de água, pese embora a representatividade diminuta, marcam a paisagem do território, sobretudo no que diz respeito à definição de fronteiras naturais.

³¹ Áreas permanentemente ocupadas (por um período superior ou igual a 5 anos) com vegetação essencialmente do tipo herbácea, quer cultivada (semeada) quer natural (espontânea), que não estejam incluídas no sistema de rotação da exploração. DGT (2018).

³² Consociação (associação vertical numa mesma parcela) de culturas temporárias e/ou pastagens (permanentes ou espontâneas pobres) e/ou culturas permanentes com espécies florestais com um grau de coberto superior ou igual a 10%. DGT (2018).

Síntese

**ENQUADRAMENTO
FÍSICO E USO DO
SOLO**

Nisa apresenta variações altimétricas entre os 50 e os 450 metros, sendo a crista quartzítica, a norte, o elemento diferenciador da paisagem que mais se destaca;

As mais importantes aplanagens encontram-se na área de Alpalhão, Tolosa, Arez e na zona sul da vila de Nisa, onde o domínio geomorfológico principal corresponde à peneplanície do Alto Alentejo ou Superfície de Nisa;

As cotas mais baixas coincidem com os cursos de água inseridos na bacia hidrográfica do Tejo, onde o principal rio, o Tejo, delimita parte do limite administrativo de Nisa;

Nos últimos 20 anos, os territórios artificializados estagnaram, enquanto que as áreas agrícolas e agroflorestais diminuíram a sua representatividade e as florestas e meios naturais e semi-naturais ganharam terreno;

As áreas florestais dominam no concelho de Nisa, sendo ocupadas maioritariamente por florestas de eucalipto, seguidas de matos e florestas de sobreiro, num caráter extensivo.

5.2. DEMOGRAFIA

Os indicadores demográficos são domínios indispensáveis de análise, cada vez mais importantes para melhor compreender a composição e distribuição populacional no território, ao mesmo tempo que servem de base para definir uma estratégia de desenvolvimento adaptada ao contexto.

Assim, no que respeita ao enquadramento regional, Nisa integra-se na Região do Alentejo e na sub-Região do Alto Alentejo, sendo, portanto, importante perceber as tendências demográficas verificadas desde o nível nacional ao municipal (Tabela 12).

Tabela 12. População residente (N.º) desde o nível nacional ao municipal 2001, 2011 e 2018*

Unidade Territorial	2001	2011	Tx. de Variação (%)	2018*	Tx. de Variação (%)
Portugal	10 356 117	10 561 614	2,0	10 276 617	-2,7
Alentejo	776 585	757 190	-2,5	705 478	-6,8
Alto Alentejo	**127 026	**118 352	-6,8	105 479	-10,9
Nisa	8 585	7 450	-13,2	6 149	-17,5

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

** Valor relativo à antiga delimitação da NUT III do Alto Alentejo

Deste modo, pode referir-se que o concelho de Nisa apresenta uma dinâmica decrescente entre 2001 e 2011, onde se assinalou uma diminuição de 1 135 habitantes. As estimativas³³ de 2018, apontam também para uma variação de -17,5% face a 2011, o que, de resto, é meramente indicativo, dado estas avaliações apresentarem um carácter incerto, mas note-se que se trata de uma tendência semelhante à apresentada para Portugal, para a Região do Alentejo e ainda para o Alto Alentejo.

Além disso, as projeções efetuadas não têm em consideração as estratégias entretanto implementadas para atração de população como, por exemplo, as que relacionam os apoios às famílias e benefícios atribuídos a investidores, e que poderão vir a alterar a tendência estimada.

³³ Trata-se de Séries Estimativas Provisórias Anuais da População Residente do INE, com base nos últimos Censos de 2011. Em termos metodológicos não é correta a comparação técnica entre dados reais aferidos em momentos temporais definidos (Censos) e dados extrapolados por intermédio de cálculos estatísticos (Estimativas), no entanto não deixa ser importante uma vez que é o valor mais atual da população do concelho.

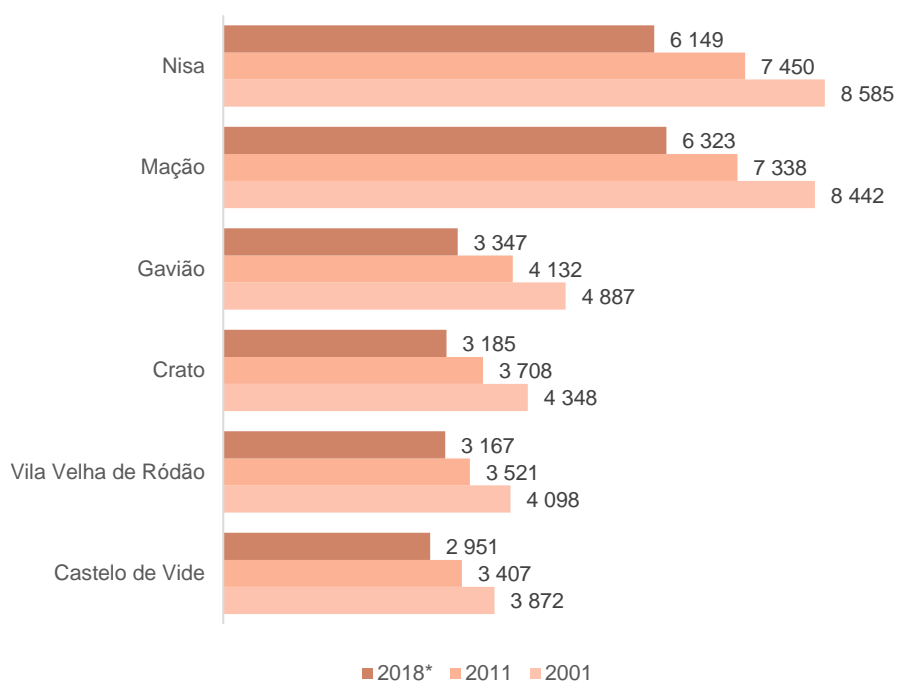


Gráfico 4. População residente (N.º) de Nisa e respetivos concelhos limítrofes

FONTES: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Ademais, importa mencionar que Nisa, comparativamente com os concelhos limítrofes (Gráfico 4), apresenta o maior volume populacional, pese embora a perda demográfica contínua, que ocorre também nos territórios circundantes.

De facto, o acentuar das disparidades entre a densidade populacional elevada da faixa do litoral e a desocupação demográfica caracterizadora da globalidade dos territórios do interior é cada vez mais evidente, sobretudo devido ao contexto marcado pelo envelhecimento da população, bem como pelas alterações comportamentais da população em idade reprodutiva e ainda pela procura por condições profissionais aliciantes, que potenciam uma conjuntura populacional negativa em concelhos como o de Nisa.

Ainda assim, apenas o próximo recenseamento demográfico poderá confirmar a evolução populacional, uma vez que apresentará um conjunto de dados oficiais que permitirão retirar conclusões mais assertivas.

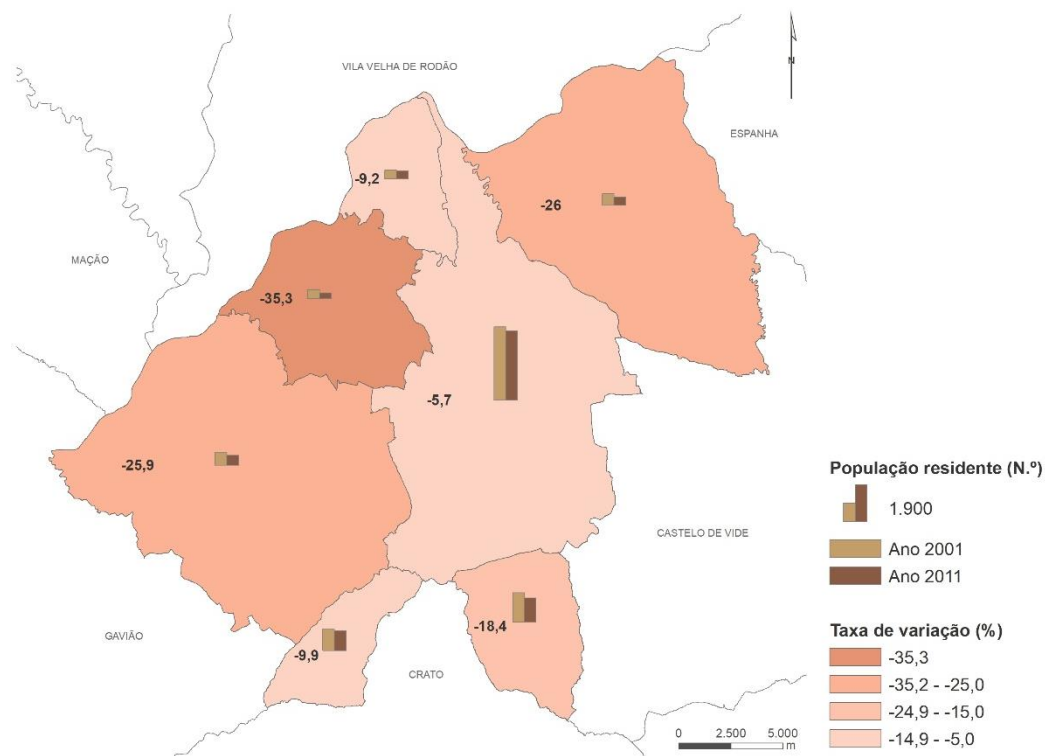


Figura 32. População residente (N.º) e respetiva taxa de variação, por freguesia, no concelho de Nisa

FORNTE: INE, 2001 e 2011

Neste âmbito, pode-se ainda mencionar, no que respeita à distribuição da população residente por freguesias (Figura 32), que o período entre 2001 e 2011 apresentou, na totalidade das mesmas, decréscimos populacionais, sobretudo em São Matias, Montalvão e na União de freguesias de Arez e Amieira do Tejo. No mesmo sentido, mas registando a menor descida, encontra-se a União de freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, a qual beneficia de ser sede de concelho e de gozar do perímetro urbano de maior dimensão no município, no qual se insere um significativo espaço vocacionado para atividades económicas e ainda favoráveis ligações rodoviárias.

De referir que, pese embora várias freguesias possuam proximidade à linha ferroviária da Beira Baixa, que estabelece ligação entre a Guarda e o Entroncamento, esta característica não indica potenciar a atração e fixação da população naqueles lugares, uma vez que as ligações rodoviárias à linha são dificultadas pela passagem do rio Tejo.

Nesta senda, importa também verificar a intensidade do povoamento para cada freguesia, estabelecida pela razão entre o número de habitantes e a área em quilómetros quadrados.

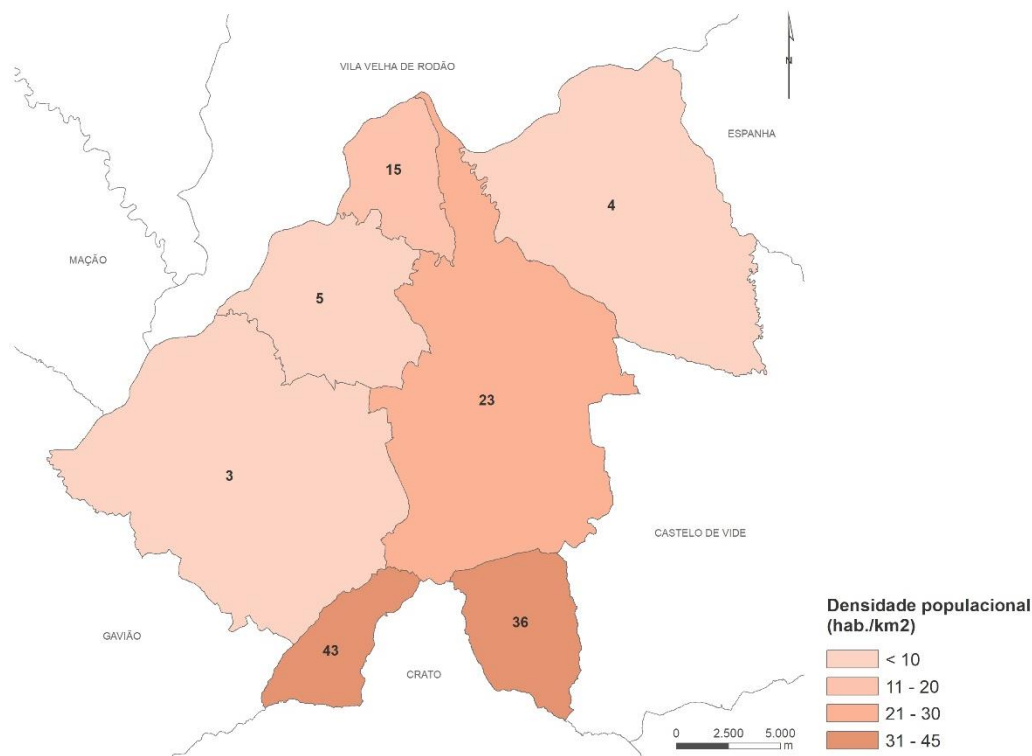


Figura 33. Densidade populacional (hab./km²), por freguesia, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2011

Assim, constata-se que as freguesias mais densamente povoadas (Figura 33) são a União de freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, uma vez que possui a maior porção da população e, por ser sede de concelho, convergem aqui mobilidades internas que contribuem para a atratividade deste lugar, e ainda Alpalhão e Tolosa, que têm dimensões territoriais mais reduzidas e são a segunda e terceira freguesia com mais habitantes, respetivamente.

Por outro lado, como seria expectável, as freguesias territorialmente mais extensas e com um reduzido quantitativo populacional, apresentam os registos mais modestos.

Por sua vez, apresenta-se, de seguida, a análise da composição da população por grupos etários (Gráfico 5), uma vez que esta reforça a compreensão da estrutura populacional do concelho, contribuindo para a perceção das tendências de envelhecimento ou de juventude.

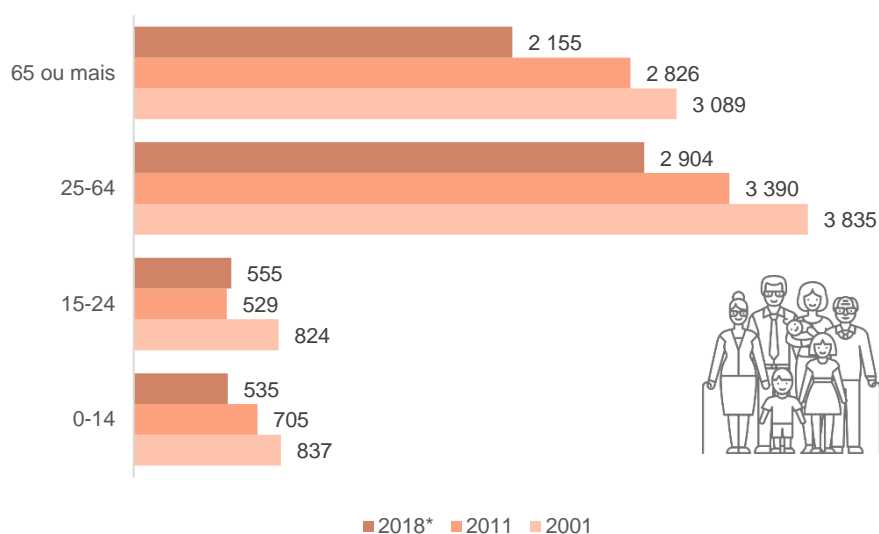


Gráfico 5. População residente (N.º), por grupo etário, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Assim, ao nível dos grupos etários é evidente a existência de quatro cenários similares. Todos os grupos etários registaram, entre 2001 e 2011, decréscimos dos efetivos populacionais

Os grupos etários das crianças dos 0 aos 14 anos e dos jovens dos 15 aos 24 anos contabilizaram uma redução de 132 crianças e 295 jovens.

No mesmo sentido, a população adulta dos 25 aos 64 anos e a idosa com mais de 65 anos também registou uma diminuição, correspondente uma quebra de 445 adultos e 263 idosos.

De notar ainda que as estimativas de 2018 apontam para a continuação do mesmo panorama, à exceção do escalão dos 15 aos 24 anos, o que deve constituir uma preocupação a ser considerada na estratégia de desenvolvimento concelhio.

De facto, as deslocações de população para o litoral e para os centros urbanos, quer seja para estudar ou para procurar emprego, possuem impacto, sobretudo, na estrutura jovem e jovem adulta, contribuindo para a diminuição da taxa de natalidade e, conseqüentemente, para o aumento do peso da população idosa na estrutura etária do município.

Sobressai, portanto, o designado fenómeno de envelhecimento populacional, situação esta que é preocupante, na medida que em que põe em causa a capacidade de substituição das gerações e condiciona também a programação de equipamentos como, por exemplo, os escolares, uma vez que o funcionamento das escolas é dificultado pela falta de alunos.

É, por isso, essencial privilegiar a definição de políticas de desenvolvimento focadas, tanto no apoio aos idosos e à sua incontornável necessidade de serviços de saúde, como também no fomento de ações que permitam atrair e fixar a população, especialmente os jovens e ativos.

Neste âmbito, Nisa na tentativa de dar resposta a estas problemáticas, criou “um incentivo à natalidade, intitulado “Nascer em Nisa”, com vista a poder inverter a situação atual relativa aos nascimentos, promovendo por um lado, a melhoria das condições de vida da população, especialmente das crianças nos primeiros meses de vida”³⁴. De destacar também a iniciativa “Nisa-Social” de apoio às famílias economicamente mais vulneráveis e aos idosos, alicerçada em 4 vertentes: Cartão Municipal do Idoso (atribui apoios na tarifa de água, atividades culturais e desportivas e comparticipação nos medicamentos, tratamentos termais, entre outros); Oficina Móvel Social (realiza pequenas reparações nos domicílios); Teleassistência (permite assistência, aconselhamento e informação médica) e Fundo Municipal de Apoio Social (comparticipa em questões relacionadas com a saúde, habitação e outras).³⁵

De facto, o distanciamento entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade tem aumentado nos últimos anos, com a última a ser consideravelmente superior (Gráfico 3), impedindo, deste modo, o rejuvenescimento populacional.

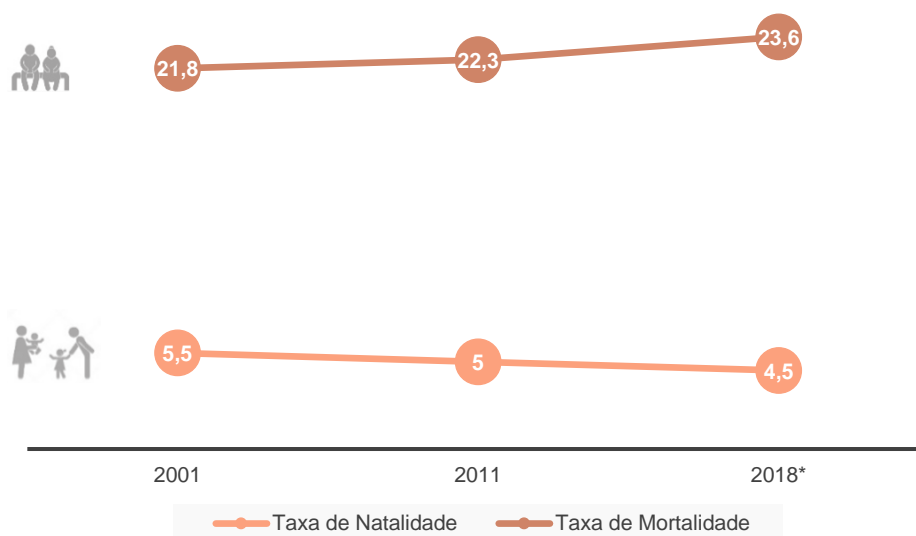


Gráfico 6. Taxa de natalidade e mortalidade (%) no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Constata-se assim, neste âmbito, que o concelho de Nisa apresentava uma taxa de natalidade de 5,5‰ nascimentos por 1 000 habitantes em 2001, seguindo até 2011 uma tendência descendente ao registar

³⁴ Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho de Nisa “Nascer em Nisa”. Diário da República, 2.ª série — N.º 22 — 31 de janeiro de 2018.

³⁵ Câmara Municipal de Nisa. http://www.cm-nisa.pt/boletinformativo/2018/boletim_46.pdf

5‰. Por sua vez, a evolução entre os resultados definitivos de 2011 e as estimativas de 2018 também apontam para uma ligeira diminuição de 0,5‰.

No que diz respeito à taxa de mortalidade, evidencia-se a existência de um comportamento ascendente, sempre acima dos 20‰, registando aumento de 1,8‰ entre 2011 e 2018.

Deste modo, a existência de uma diferença significativa entre a taxa de natalidade e de mortalidade, com a última a ser sempre superior, traduz-se numa taxa de crescimento natural negativo no último período censitário, com perspetivas de diminuição entre 2011 e 2018 (Gráfico 4).

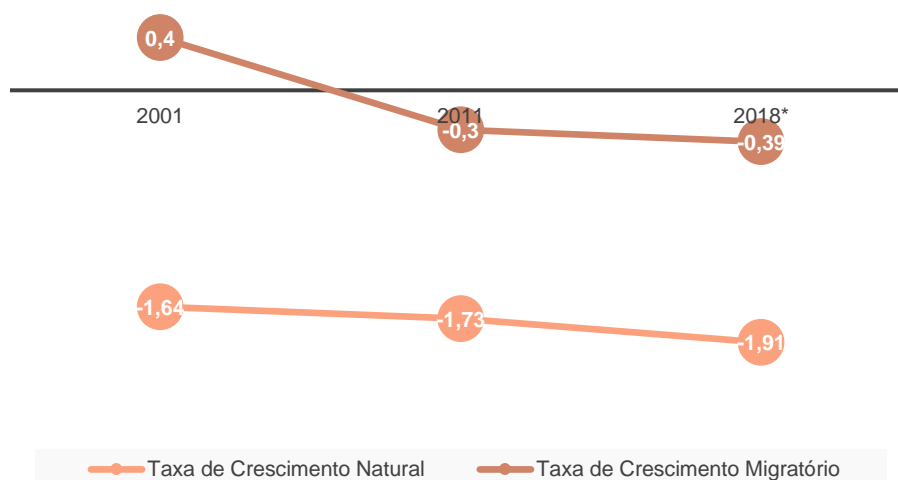


Gráfico 7. Taxa de crescimento natural e crescimento migratório (%) no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Por sua vez, a taxa de crescimento migratório também tem diminuído, chegando a atingir valores negativos em 2011. A este facto não será alheia a conjuntura socioeconómica nacional e internacional desfavorável à data do último ano censitário. No entanto, o concelho tem vindo a realizar esforços, a fim de capacitar o concelho de condições de atratividade que permitam alterar esta dinâmica. Note-se, portanto, que as estimativas podem não traduzir a efetiva realidade.

Relativamente aos índices de dependência (Gráfico 5), estes expressam a relação entre a população jovem ou idosa e a população em idade ativa.

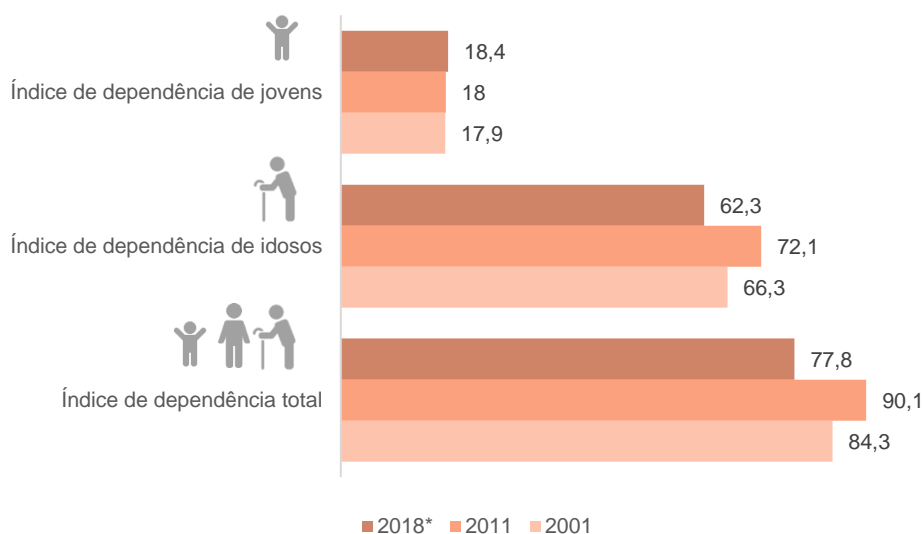


Gráfico 8. Índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Em Nisa, entre 2001 e 2011, a variável respeitante à dependência da população com 65 ou mais anos aumentou, assim como a referente aos jovens, que registou um ligeiro acréscimo. Este crescimento revela o alargamento do peso da população idosa dependente. Deve realçar-se ainda o facto de os valores de dependência total serem inferiores a 100, o que indica que há menos jovens e idosos do que pessoas em idade ativa.

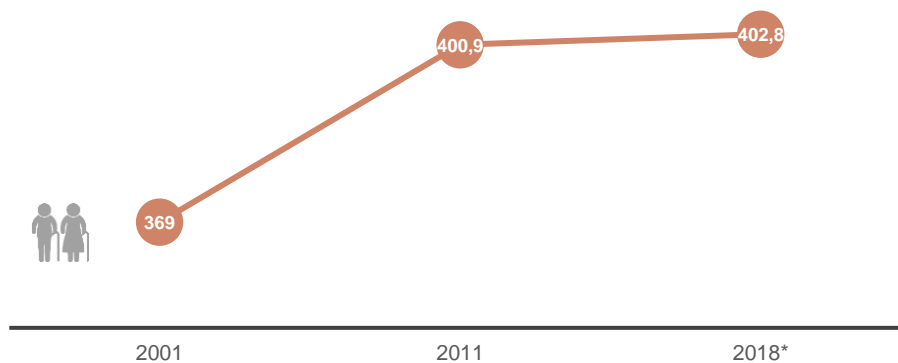


Gráfico 9. Índice de envelhecimento (N.º) no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Neste âmbito, o índice de envelhecimento (Gráfico 9) evidencia a tendência descrita anteriormente no que concerne ao aumento da população idosa relativamente aos jovens, havendo 401 idosos por cada 100 jovens em 2011. As estimativas indicam que este índice deverá manter-se elevado³⁶.

³⁶ Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

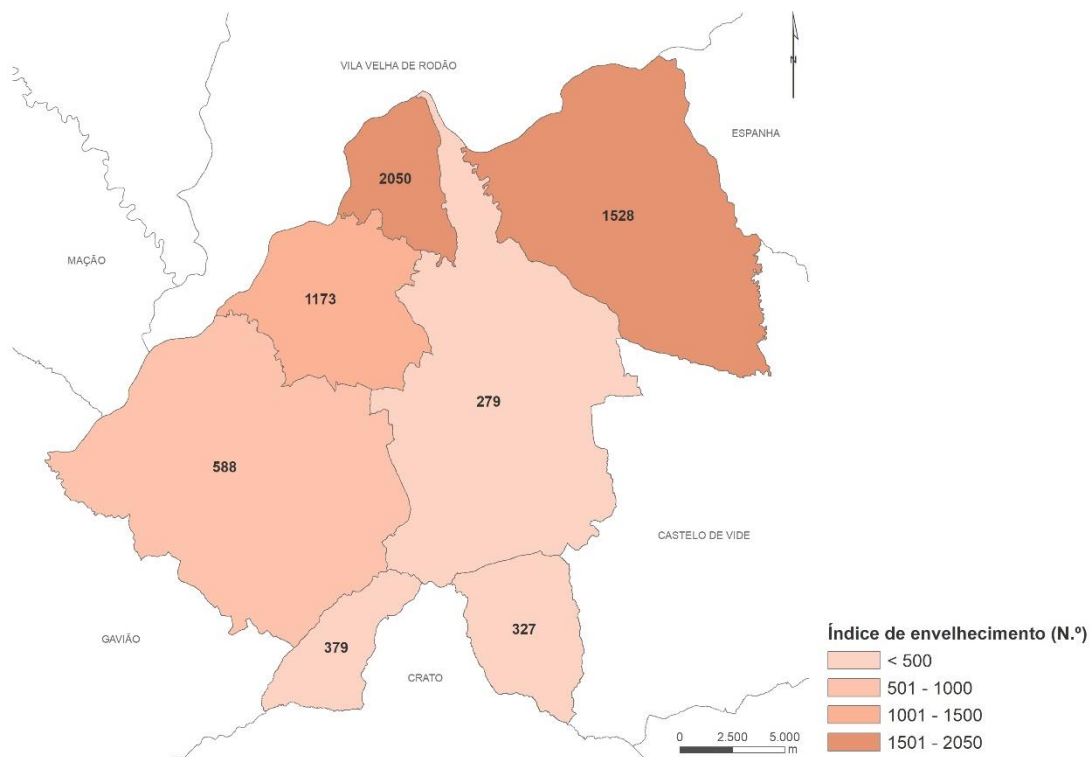


Figura 34. Índice de envelhecimento (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa

FORTE: INE, 2011

Relativamente à distribuição do referido índice ao nível da freguesia (Figura 34), a dinâmica é semelhante, ou seja, em todas as freguesias o número de população com menos de 15 anos é inferior àquele que possui 65 ou mais anos, sendo a situação de envelhecimento mais acentuada na freguesia de Santana, em que a proporção é de 100 jovens para cada 2 050 idosos.



Figura 35. Famílias clássicas (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa

FORTE: INE, 2001 e 2011

Por fim, importa patentear que, no que concerne ao número de famílias clássicas (Figura 35), verifica-se que no período entre 2001 e 2011 se registou uma variação -12,3%, acompanhando a diminuição populacional assinalada neste intervalo de tempo.

Contudo, o município tem várias medidas de apoio às famílias, a fim de atrair e fixar a população, nomeadamente a taxa mínima do Imposto Municipal sobre Imóveis, além de tarifas reduzidas os munícipes com dificuldades económicas, bem como para as famílias numerosas no que se refere aos tarifários da água, saneamento e resíduos sólidos³⁷.

³⁷ Câmara Municipal de Nisa. http://www.cm-nisa.pt/boletinformativo/2018/boletim_46.pdf

Síntese

DINÂMICA

DEMOGRÁFICA

Nisa, comparativamente com os concelhos limítrofes, apresenta o maior volume populacional, pese embora a perda populacional contínua, que também acontece nos territórios circundantes;

Entre 2001 e 2011 assistiu-se a um decréscimo populacional de 13 pontos percentuais no concelho de Nisa, registado na totalidade das freguesias;

Registando a menor descida, encontra-se a União de freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, a qual beneficia de ser sede de concelho e de gozar do perímetro urbano de maior dimensão no concelho;

Embora várias freguesias possuam proximidade à linha ferroviária da Beira Baixa, que estabelece ligação entre a Guarda e o Entroncamento, esta característica não indica potenciar a atração e fixação da população naqueles lugares, uma vez que as ligações rodoviárias à linha são dificultadas pela passagem do rio Tejo;

As deslocações de população para o litoral e para os centros urbanos, quer seja para estudar ou para procurar emprego, possuem impacto, sobretudo, na estrutura jovem e jovem adulta, contribuindo para a diminuição da taxa de natalidade e, conseqüentemente, para o aumento do peso da população idosa na estrutura etária do município;

Em Nisa, entre 2001 e 2011, a variável respeitante à dependência da população com 65 ou mais anos aumentou, assim como a referente aos jovens, que registou um ligeiro acréscimo. Este crescimento revela o alargamento do peso da população idosa dependente;

O índice de envelhecimento indicava, em 2011, que por cada 401 idosos havia 100 jovens, apresentando a totalidade das freguesias o número de população com menos de 15 anos inferior àquela que possui 65 ou mais anos. As estimativas de 2018 indicam que este índice deverá manter-se elevado;

O número de famílias clássicas, no período entre 2001 e 2011, registou uma variação negativa de 12 pontos percentuais, acompanhando a diminuição populacional assinalada neste intervalo de tempo;

Nisa tem desenvolvido uma estratégia assente na definição de políticas focadas no apoio à natalidade e às famílias carenciadas e numerosas, e no fomento de medidas orientadas para o auxílio à população idosa.

5.3. HABITAÇÃO

A análise do parque habitacional permite compreender melhor a evolução das características e dinâmicas dos últimos anos, detetando eventuais fragilidades e potencialidades, por forma a servir de apoio à perspetivação de futuras intervenções no âmbito do ordenamento do território.

Assim, neste contexto, no concelho de Nisa foram registados 7 166 edifícios no ano de 2011, correspondendo a 10% do total existente na sub-região do Alto Alentejo.

No entanto, de 2001 para 2011 o cenário de crescimento do edificado, quando comparada a taxa de variação com a sub-região onde Nisa se insere, o comportamento do município é de 7% de crescimento face aos 5,8% do território envolvente (Tabela 13), o que denota alguma atratividade por Nisa enquanto espaço de construção de edificado.

Tabela 13. Edifícios (N.º) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001	2011	Tx. de Variação (%)
Portugal	3 160 043	3 544 389	12,2
Região do Alentejo	1 100 329	1 209 911	10,0
Alto Alentejo	64 554	68 275	5,8
Nisa	6 697	7 166	7,0

FONTE: INE, 2001 e 2011

De referir que o concelho contou, em 2011, com um acréscimo de 7 pontos percentuais do edificado face a 2001, no entanto, não muito significativo quando comparado com Região do Alentejo ou com Portugal no seu todo.

Quando analisado o crescimento do edificado no período intercensitário, por freguesia, (Figura 36) há um aumento do número de edifícios entre 5 a 11,5% nas freguesias de Santana, União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo e na União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, nesta última onde se localiza a vila de Nisa.

No entanto é importante referir que só nestas três freguesias o crescimento é mais acentuado, em relação às restantes que compõem o concelho, facto explicado por três eixos viários importantes que cruzam estes territórios e configuram as acessibilidades aos itinerários principais que atravessam a região. Assim, no sentido sul/norte a EN245 e no sentido oeste/este a EN364 e a EN359. Em contrapartida, a freguesia de Montalvão é única que regista uma redução do número de edifícios na ordem de um ponto percentual.

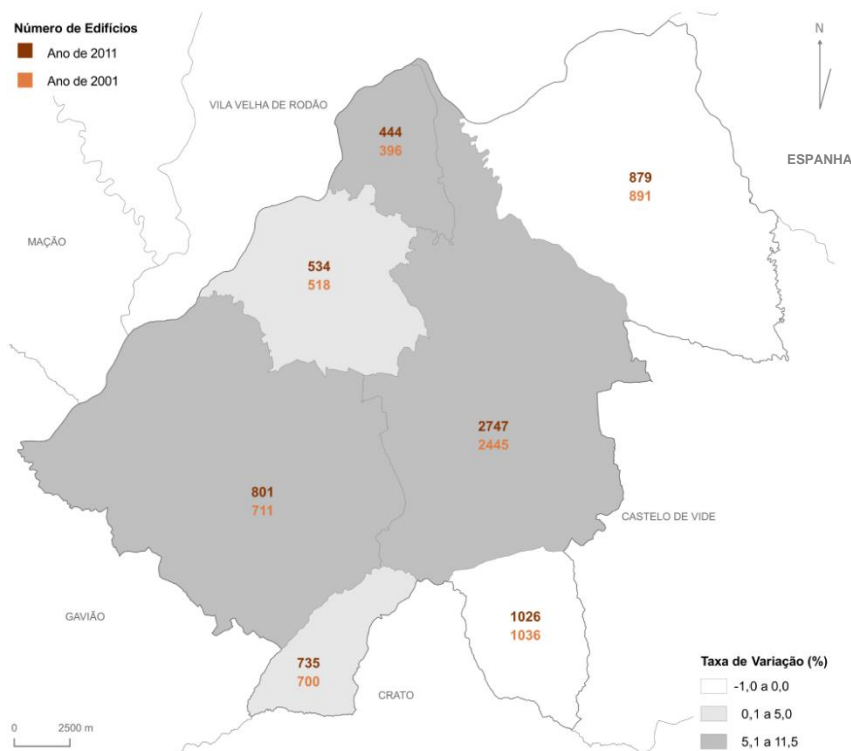


Figura 36. Edifícios (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001 e 2011

Relativamente à idade média dos edifícios, analisada por freguesias (Figura 37), a maioria do concelho registava em 2011, uma grande maioria do território com edificado entre os 40 e os 60 anos de idade de construção (Tabela 14).

Tabela 14. Idade média dos edifícios desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2011
Portugal	37,92
Região do Alentejo	44,45
Alto Alentejo	47,15
Nisa	50,52
Alpalhão	46,64
Montalvão	57,70
Santana	59,81
São Matias	33,65
Tolosa	38,23
U.F. de Arez e Amieira do Tejo	45,21
U.F. de Espírito Santo, Nossa Sra. da Graça e São Simão	56,30

FONTE: INE, 2011

Além disso, relativamente à idade do edificado, importa referir que esta rondava os 51 anos no concelho de Nisa, valor que é superior à média nacional, da Região do Alentejo e da sub-região do Alto Alentejo. Contudo, as freguesias de São Matias e de Tolosa são aquelas que apresentam o edificado mais recente, na ordem dos 34 e 38 anos, respetivamente.

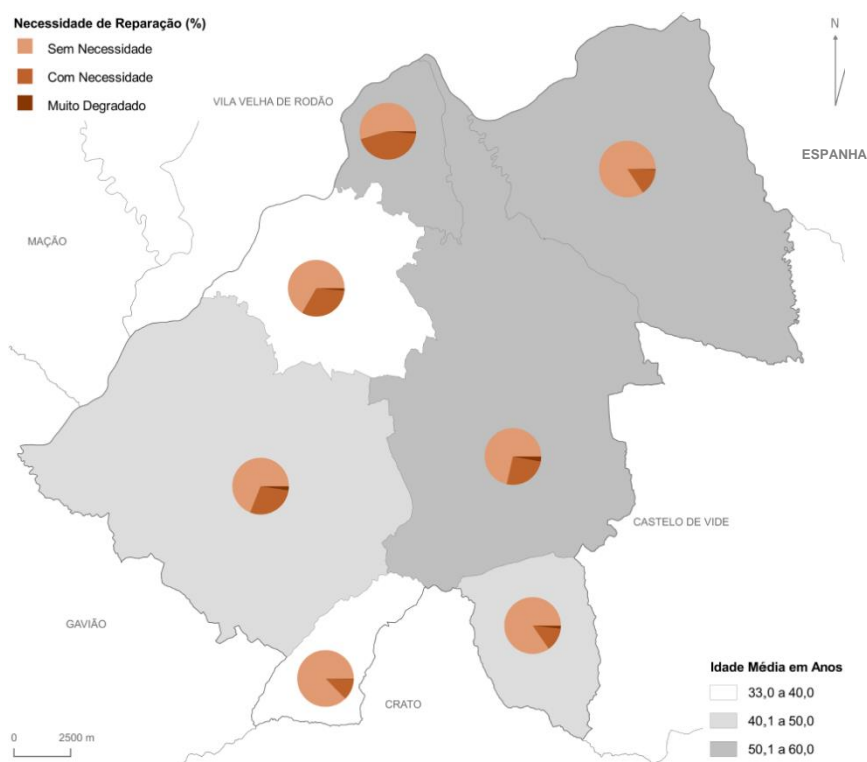


Figura 37. Idade média dos edifícios (anos) e necessidade de reparação (%), por freguesia, no concelho de Nisa
FONTE: INE, 2011

Contudo, quando observada a necessidade de reparação, mais de 60% dos edifícios não apresenta condições que configurem esta carência, o restante apresenta-se com necessidade de arranjo, mas só, cerca de 5 ponto percentual, em média, se apresenta como muito degradado.

No que concerne ao número de alojamentos (Tabela 15), verifica-se que à semelhança do número de edifícios, Também estes aumentaram no concelho, registando em 2011 um total de 7337 alojamentos, mais de 7 pontos percentuais do que em 2001, à semelhança do que é característico na sub-região onde Nisa de insere, o Alto Alentejo.

Tabela 15. Alojamentos (N.º) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001	2011	Tx. de Variação (%)
Portugal	5 054 922	5 878 756	16,3
Alentejo	423 641	471 739	11,4
Alto Alentejo	76 205	81 647	7,1
Nisa	6 837	7 337	7,3

FONTE: INE, 2001 e 2011

Por sua vez, ao nível das freguesias, também se assiste ao aumento do número de alojamentos no período intercensitário (Figura 38) com exceção da freguesia de Montalvão que também no âmbito do número de edifícios registou uma variação negativa.

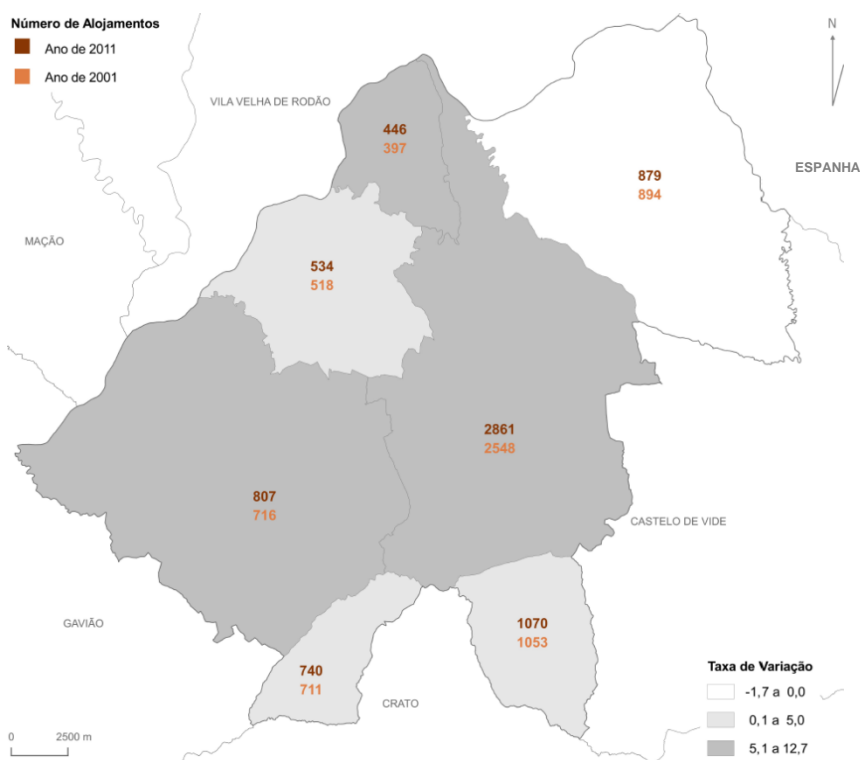


Figura 38. Alojamentos (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001 e 2011

A União das freguesias de Arez e Amieira do Tejo, assim como a de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão e a freguesia de Santana, são as áreas que manifestaram maior variação de alojamentos no decénio em análise, com acréscimos de entre os 5% e os 12,7%.

As freguesias com menor aumento do número de alojamentos foram São Matias, Tolosa e Alpalhão, registando acréscimos que não ultrapassaram os 5 pontos percentuais. O caso da freguesia de Montalvão, registou perda de alojamentos na ordem dos 1,7% a acompanhar a perda de edificado.

De facto, os indicadores relativos ao número de edifícios e alojamentos correlacionam-se, apresentando, como é natural, uma dinâmica territorial semelhante. Por isso é exetável que as freguesias que tenham registado um maior acréscimo do número de edifícios, sejam também aquelas que apresentam um aumento mais elevado relativamente ao alojamento.

Em relação à tipologia de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, maioritariamente constituem residência habitual ou tem uso sazonal ou residência secundária (Gráfico 10).

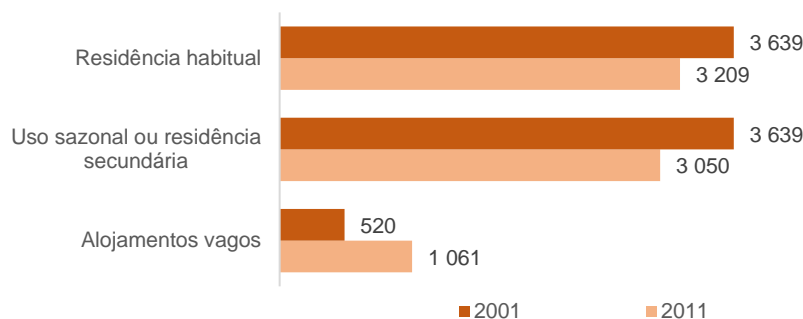


Gráfico 10. Alojamentos familiares clássicos (N.º), por tipologia de ocupação, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001 e 2011

Por sua vez, os alojamentos de uso sazonal ou residência secundária, assim como os alojamentos de residência habitual diminuíram de 2001 para 2011, resultado da diminuição da população e consequentemente das necessidades de alojamento.

É a forma de ocupação mais expressiva no concelho, mesmo registando-se diminuição pode verificar-se que estas duas tipologias de ocupação tinham uma representatividade equiparada tanto em 2001 como em 2011.

Ademais, interessa salientar que os números de alojamentos vagos existentes no município são mais baixos, mas duplicaram no decénio em análise, consequência da diminuição da população quer pelo aumento da taxa de mortalidade, quer pela diminuição de população em todos os escalões etários, mas também pelo aumento dos alojamentos, *per si*.

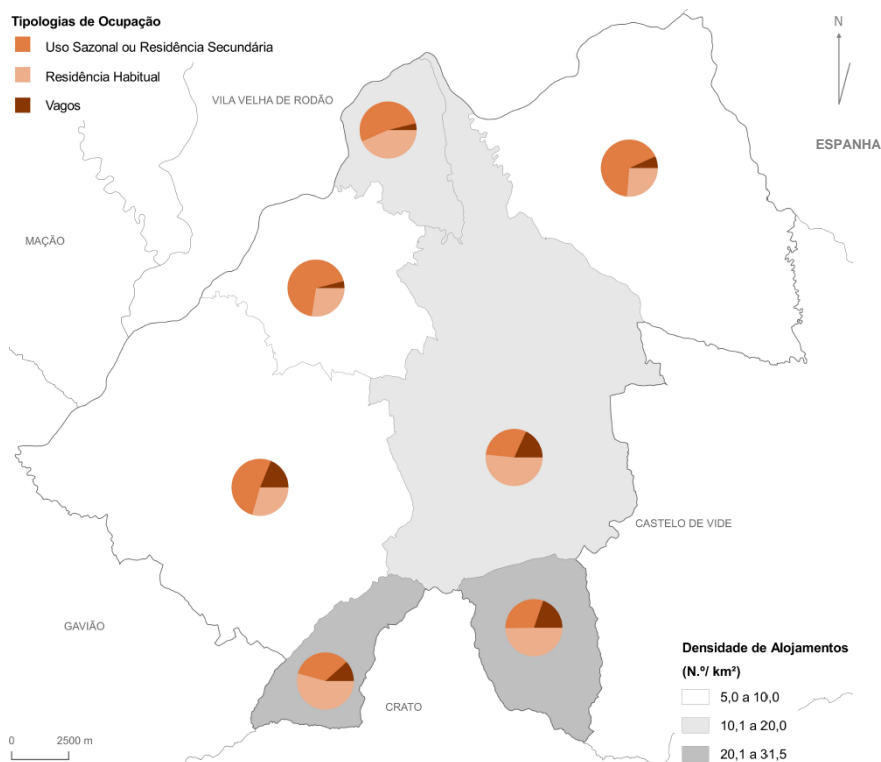


Figura 39. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos e respetiva densidade (N.º/Km²), por freguesia, no concelho de Nisa

FONTES: INE, 2011

No que concerne ao regime de ocupação e à densidade de alojamentos familiares clássicos, por freguesia, (Figura 39), Tolosa e Alpalhão destacam-se, entre 20 a 30 alojamentos por km², no entanto este resultado está condicionado pela dimensão territorial destas duas freguesias, que são das mais pequenas em termos de área, no concelho.

Em termos de regime de ocupação, é nas freguesias com maiores quantitativos de edificado que correlativamente também temos o maior número de alojamentos vagos.

Por outro lado a densidade de alojamentos na União de freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, e também na freguesia de Santana, ronda os 10 a 20 alojamentos por km². Ademais, as restantes apresentam densidades mais baixas, não só por terem grande dimensão na escala do município, como também são das que tem menos residentes.

Mais recentemente, o INE disponibilizou dados estimados referentes ao ano de 2018 (Tabela 16), onde comparativamente aos anos censitários, anteriormente detalhados, se apresenta uma evolução edificatória positiva, em resultado do aumento do número de edifícios e alojamentos.

Tabela 16. Características do parque habitacional no concelho de Nisa

<i>Indicadores</i>	<i>Unidades</i>
<i>Edifícios de habitação familiar clássica (N.º)</i>	7 210
<i>Média de alojamentos por edifício (N.º)</i>	1,02
<i>Densidade de edifícios (N.º/Km²)</i>	12,5
<i>Alojamentos de habitação familiar clássica (N.º)</i>	7 364
<i>Média de habitantes por alojamento (N.º)</i>	0,8
<i>Densidade de alojamentos (N.º/Km²)</i>	12,8

FONTE: INE, 2018*

*Com base nas estimativas das obras concluídas e da população residente

Habitação Social

O diagnóstico social de 2015 identifica os motivos da necessidade de respostas de habitação social, que se prendem sobretudo, com as carências económicas e habitacionais, bem como outras situações como casas de pequena dimensão dada a constituição do agregado, famílias que residem com outros familiares, ou ainda agregados que residem em casas cedidas. Esta situação é mais acentuada no centro histórico de Nisa e nas duas freguesias de Alpalhão e Tolosa.

Assim, segundo os dados disponibilizados no diagnóstico social, a autarquia possui alguns recursos habitacionais para fazer face às carências identificadas, 7 habitações sociais, 4 com regime de renda apoiada, 2 cedidas a casos sociais graves e 1 habitação para casos de emergência social.

Segundo os dados do INE, referentes a 2011 e 2015 expostos na Tabela 17, verifica-se que o concelho tem menos habitações a custos controlados, do que aquelas que estão sob controlo do município.

Tabela 17. Habitação social no concelho de Nisa

<i>Habitação social</i>	<i>2011</i>	<i>2015</i>
<i>Edifícios (N.º)</i>	3	4
<i>Fogos (N.º)</i>	3	4
<i>Valor médio de rendas (€)</i>	11	8

FONTE: INE, 2011 e 2015

Neste contexto das estratégias locais de habitação, importa chamar a atenção para a nova lei de bases da habitação³⁸ que coloca na competência dos municípios a elaboração da Carta Municipal da Habitação, e que deve ser articulada com o PDM e os restantes IGT, assim como as demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.

³⁸ Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro – Lei de Bases da Habitação

Síntese

HABITAÇÃO

A maioria das freguesias registou um aumento do número de edifícios entre 2001 e 2011, revelando uma dinâmica edificatória positiva e um aumento no número de alojamentos;

A idade média dos edifícios é na ordem dos 50 anos, sendo que o parque edificado mais antigo se encontra nas freguesias de Santana, União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão, e também Montalvão;

Regista-se uma diminuição do número de alojamentos de uso sazonal ou residência secundária no período de entre 2001 e 2011, com particular incidência nas freguesias mais povoadas;

Em 2011, cerca de 15% dos alojamentos encontravam-se vagos nas freguesias a sul da vila de Nisa, situação que se vem a agravar desde 2001;

Já em 2015, o diagnóstico social identifica a necessidade de respostas de habitação social, que se prendem, sobretudo, com as carências económicas e habitacionais.

5.4. ECONOMIA

Os municípios possuem um papel muito relevante no processo de promoção do desenvolvimento económico local. É expectável, portanto, que o setor público e do associativismo, a execução de projetos indutores do progresso territorial centrados no aproveitamento potencialidades e dos recursos locais seja uma aposta do planeamento.

Ademais, face às atuais tendências numa sociedade em constante transformação sujeita a desafios cada vez mais exigentes, em que a procura e consumo dos recursos naturais está sujeita a uma crescente pressão, importa alertar para a importância de encontrar formas de minimizar as consequências de comportamentos, sendo fundamental uma mudança de paradigma, criando um novo modelo de gestão do território, dos recursos económicos e sociais, a designada economia circular.

Cujo conceito de Economia Circular, resulta da necessidade de preservar, o máximo de tempo possível, a utilidade e o valor dos recursos materiais e energéticos. Através da reciclagem, reutilização ou recuperação estende-se o ciclo de vida dos recursos existentes, utilizando métodos inovadores, para que os recursos sejam transformados em potenciais subprodutos ou outros materiais, diminuindo assim o impacto ambiental.

Neste âmbito, o estudo das dinâmicas económicas procura identificar as tendências evolutivas dominantes, assim como os setores e atividades que têm desempenhado um papel mais preponderante no desenvolvimento concelhio, no sentido de aferir rumos e trajetórias de desenvolvimento futuros e dar ferramentas de apoio à decisão baseadas no retrato territorial.

Este capítulo desenvolve-se com o objetivo de caracterizar o concelho de Nisa, através da análise de vários indicadores que permitem construir um cenário económico e social deste território nas duas últimas décadas.

Tabela 18. População ativa (N.º) e taxa de atividade (%) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001		2011	
	População Ativa	Taxa Atividade	População Ativa	Taxa Atividade
Portugal	4 990 208	48,1	5 023 367	47,6
Alentejo	352 949	45,4	342 654	45,3
Alto Alentejo	53 610	42,2	50 474	42,6
Nisa	2 994	34,8	2 634	35,4

FONTE: INE, 2001 e 2011

Ao analisar-se o período intercensitário, a população ativa e a taxa de atividade ao nível macro e micro apresentam comportamentos distintos (Tabela 18). Contrariamente ao que acontece em todo território nacional, em que a população ativa aumenta, quando descemos a escala de análise para a região do

Alentejo, a sub-região Alto Alentejo e para o município de Nisa o que se verifica é uma diminuição do número de ativos. Ou seja, no concelho de Nisa denota-se a alteração da estrutura etária da população com a diminuição dos indivíduos com idade mínima de 15 anos e idade superior a 65, os que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços.

Por outro lado, quando se observa a taxa de atividade, percebe-se que o concelho de Nisa apesar de ter perdido população ativa, vê a sua taxa de atividade ligeiramente aumentada, situação que se poderá explicar pela diminuição da população total, no entanto ainda em média dez pontos percentuais abaixo do que se verifica nos territórios supra municipais.

Este contexto de território de baixa densidade também tem reflexo no índice de renovação da população ativa (Gráfico 11), que relaciona o volume potencial da população que está a entrar em atividade com o volume potencial da população que está a sair da atividade.

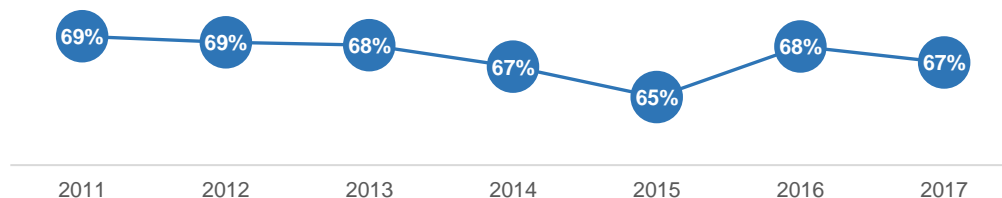


Gráfico 11. Índice de renovação da população ativa (%) no concelho de Nisa

FONTE: INE, série 2011-2017

O município de Nisa tem tido uma taxa de compensação desde 2011 até 2017, sempre com um valor muito inferior a 100%, atingindo o valor mais baixo em 2015, cifrado em 65%, o que decorre da diminuição da população jovem, não conseguindo assegurar a transição compensatória, o que se traduz numa situação em que o número de pessoas em idade potencial de saída (entre 55 e 64 anos) do mercado trabalho está longe de ser compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada (entre 20 e 29 anos).

Tabela 19. População ativa (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa

Freguesias	2001	2011
União das freguesias de Arez e Amieira do Tejo	166	137
Tolosa	421	370
Alpalhão	542	481
São Matias	91	56
Santana	110	72
União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão	1 528	1 422
Montalvão	136	96
Total	2 994	2 634

FONTE: INE, 2001 e 2011

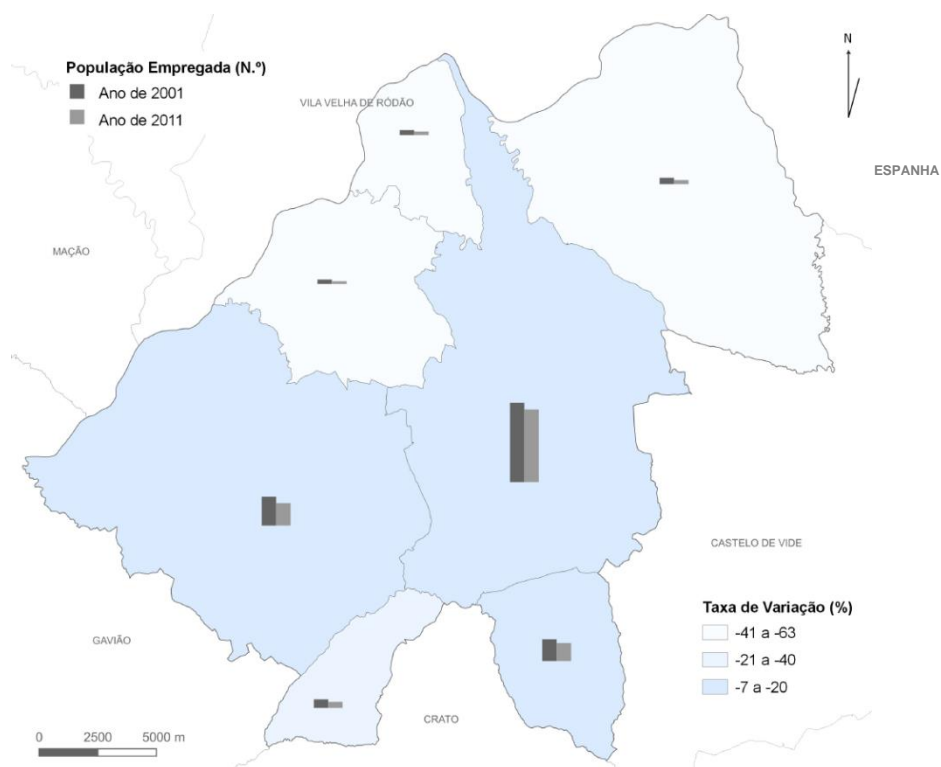


Figura 40. População empregada e taxa de variação (%) da população ativa, por freguesia, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001 e 2011

Quando se desce ao nível da freguesia, verifica-se uma substancial diminuição da população ativa em todo território concelhio (Figura 40), apresentando todas as freguesias perdas com destaque para as freguesias a norte que perderam entre 40% a 60% da sua população em idade de entrar no mercado de trabalho, casos de São Matias, Santana e Montalvão.

Trata-se de um município rural, também considerado um território de baixa densidade, o que explica as perdas de população com implicação na diminuição dos ativos, a par com o envelhecimento etário.

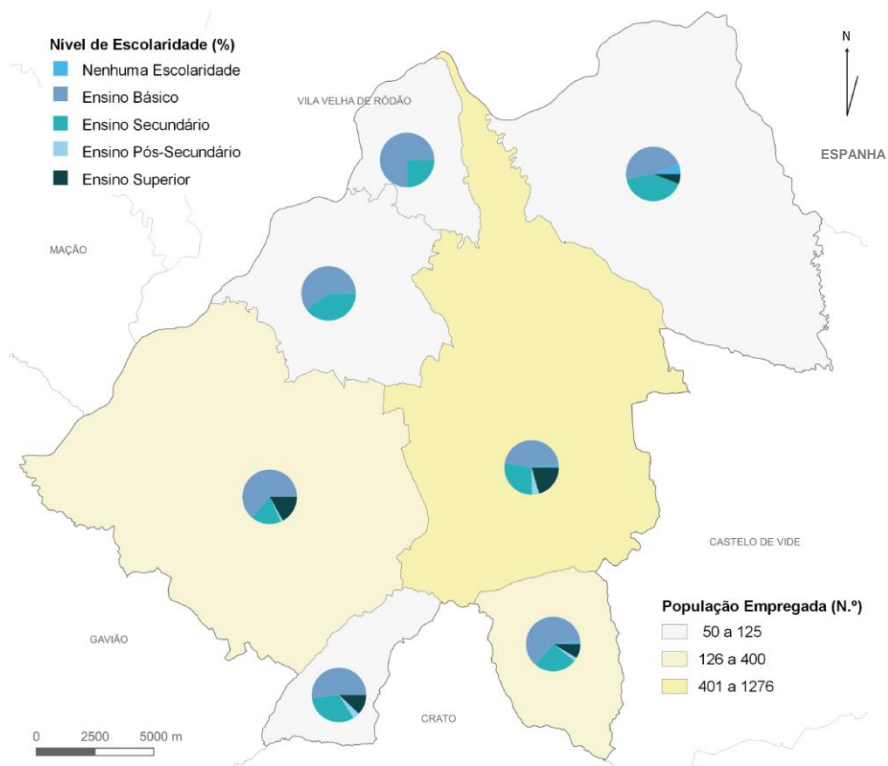


Figura 41. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população empregada, por freguesia

FONTE: INE, 2011

O nível de escolaridade dominante da população empregada na globalidade das freguesias do concelho de Nisa é o ensino básico (Figura 41). Por sua vez, na União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, onde se localiza a vila de Nisa, que é centro administrativo e sede de concelho, concentram-se os serviços em termos de atividade económica, representando maior número de população empregada, razão que justifica cerca de ¼ dos ativos empregados possuírem o ensino superior.

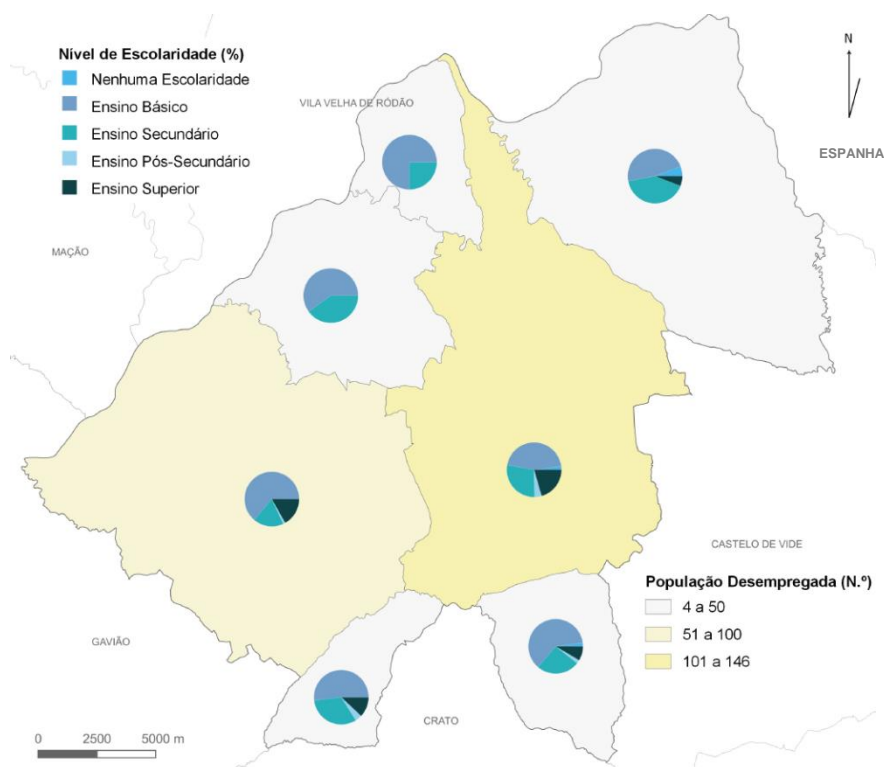


Figura 42. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população desempregada, por freguesia

FONTE: INE, 2011

Verifica-se ainda que a população desempregada é, na sua larga maioria, detentora do ensino básico e secundário, sendo que nas freguesias a sul encontram-se desempregados com o ensino superior (Figura 42).

Além disso, sabe-se que as dinâmicas demográficas, económicas e socioculturais têm expressão na capacidade de fixação de população jovem e na criação de atividades geradoras de novos e mais qualificados empregos. Nesse sentido, importa avaliar a relação entre a população empregada e os setores de atividade. É fundamental a análise deste tipo de características, a fim de criar dinâmicas que possam contornar eventuais situações pouco vantajosas.

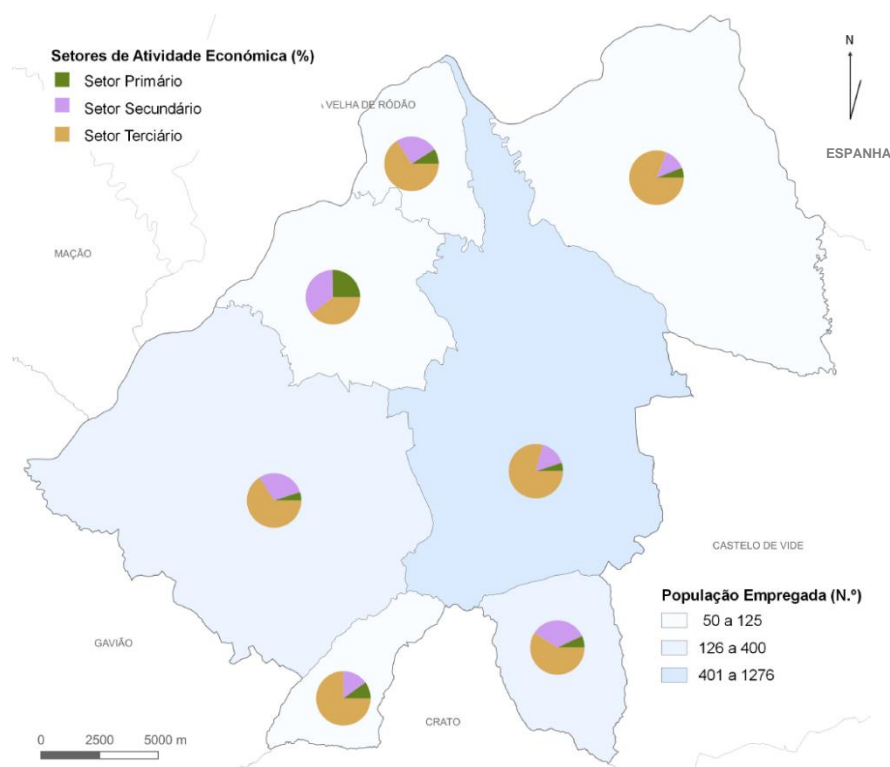


Figura 43. População empregada (N.º) segundo os setores de atividade (%), por freguesia, no concelho de Nisa

FORNTE: INE, 2011

Constata-se, assim, que todas as freguesias têm o maior número de população empregada no setor terciário (Figura 43), associado ao comércio de bens e à prestação de serviços que é o mais representativo. É designada terciarização económica.

Por seu turno, o setor secundário, relacionado com a transformação de matérias-primas, em produtos acabados ou semiacabados é o segundo setor de maior empregabilidade, tanto nas freguesias com mais população como nas que tem menores quantitativos de população empregada.

No mesmo sentido, a participação do setor primário na geração de emprego é muito diminuta, à exceção da freguesia de São Matias, em que representa um terço do emprego. Este setor encontra-se diretamente ligado à produção agroalimentar, de onde se destacam alguns produtos de denominação de origem protegida como o queijo de Nisa, que concorrem para atividades de criação de gado e seus derivados.

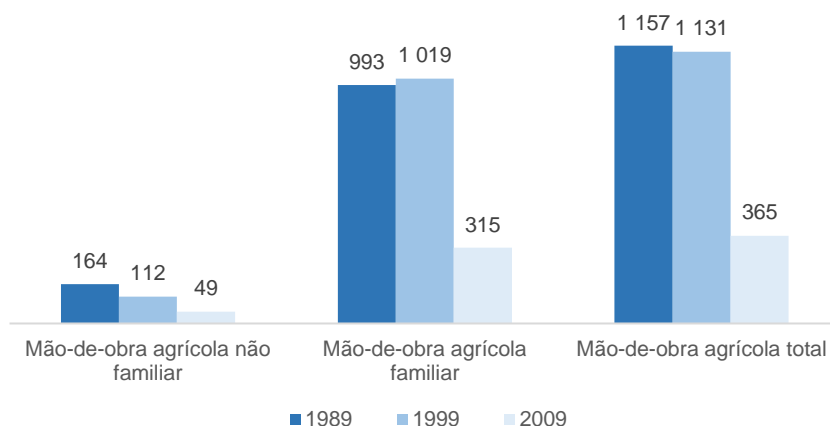


Gráfico 12. Mão-de-obra agrícola (N.º), por tipologia de mão-de-obra, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 1989, 1999 e 2009

Soma-se igualmente o facto de a agricultura ser predominantemente de subsistência, dado que há uma porção muito elevada de mão-de-obra agrícola familiar (Gráfico 12), ou seja, de trabalhadores pertencentes à família do produtor.

Por seu turno, a problemática do desemprego é um fator de menor preocupação a cada ano que passa, uma vez que tem vindo a reduzir nos últimos anos, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável no país e que se reflete ao nível regional e local (Tabela 20).

Tabela 20. Taxa de desemprego (%) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001	2011	2018*
Portugal	6,7	13,2	5,4
Alentejo	8,4	12,8	5,2
Alto Alentejo	8,0	15,7	6,6
Nisa	8,2	12,4	5,7

FONTE: INE 2001 e 2011; *PORDATA 2017

Assim, à semelhança do que ocorreu ao nível nacional, o concelho de Nisa registou um aumento da taxa de desemprego na ordem dos 5 pontos percentuais no último período intercensitário. O ano de 2011 assentou em valores embora mais baixos que a percentagem nacional, mas ainda cifrada em 12,4%.

No entanto, o ano mais recente com dados disponíveis, 2018, os resultados são francamente mais favoráveis, uma vez que Nisa vê a sua taxa de desemprego baixar para 5,7 %, à semelhança do que acontece na região e no país, em franco crescimento económico, depois da saída da crise que atravessou na década 2010.

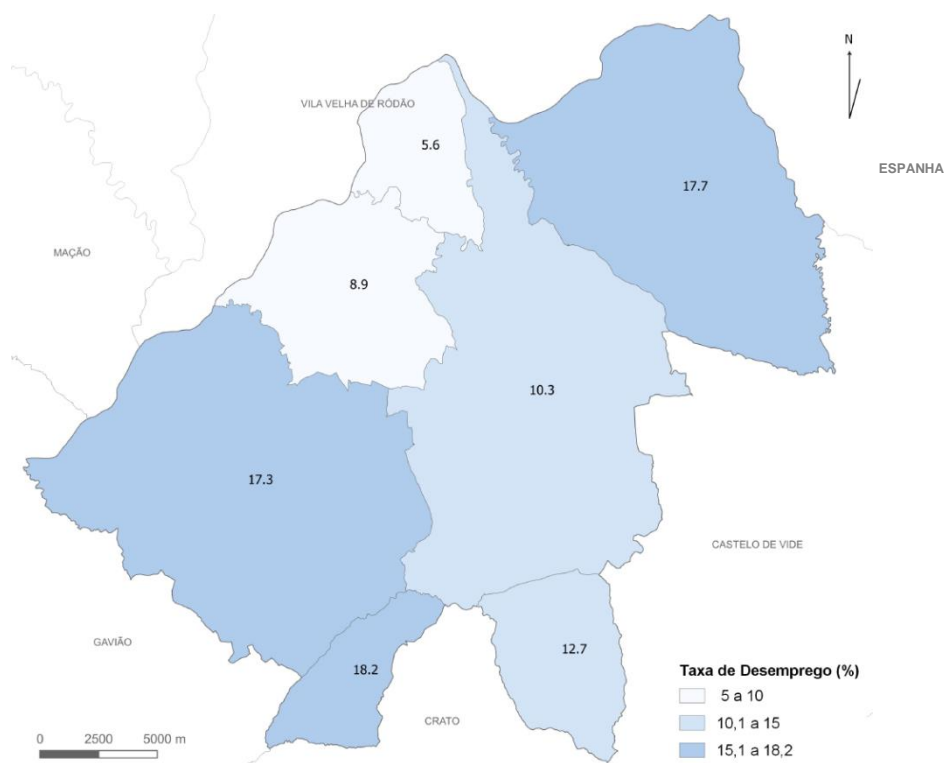


Figura 44. Taxa de desemprego (%), por freguesia, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2011

No que respeita à taxa de desemprego e a sua distribuição diferenciada entre as freguesias que compõem o concelho (Figura 44), note-se que, em 2011, as freguesias que se apresentavam com mais população empregada também eram as que registavam taxas de desemprego mais elevadas. É a freguesia da sede de concelho e as suas limítrofes, onde se concentra a população residente, que acabam por estar mais vulneráveis aos períodos de crise económica e logo apresentam as taxas de desemprego mais elevadas.

5.4.1. Dinâmica Empresarial

Segundo os dados estatísticos que expõem o número de empresas existentes no concelho (Gráfico 13), é a partir de 2012 que se assiste à transição e à recuperação económica, registando-se, deste modo, um aumento gradual até ao ano de 2017, invertendo a linha de tendência de diminuição que vinha de 2008, anos de franca crise económica nacional.

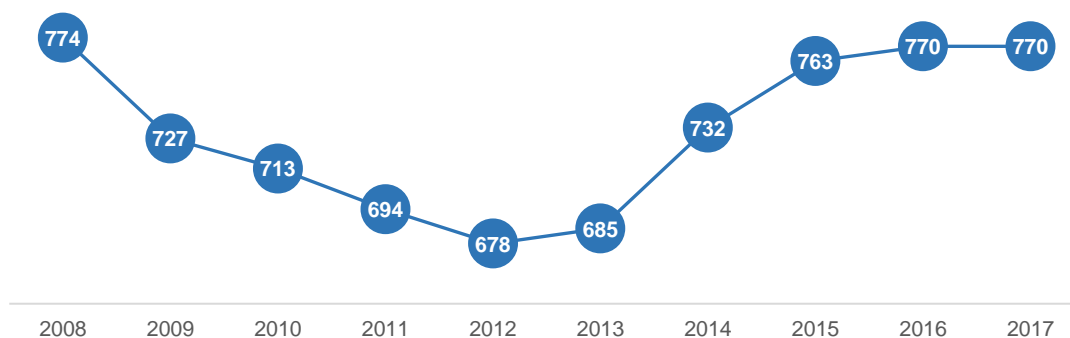


Gráfico 13. Empresas (N.º) no concelho de Nisa

FONTE: INE, série 2008-2017

Contudo, ao avaliar-se o número de colaboradores afetos às empresas concelhias (Gráfico 14), percebe-se que o setor é dominado pelas micro (99% do tecido empresarial), não existindo nenhuma empresa no município que empregue mais que 50 pessoas, resultado dos condicionalismos regionais e locais associados a um território pobre em população.

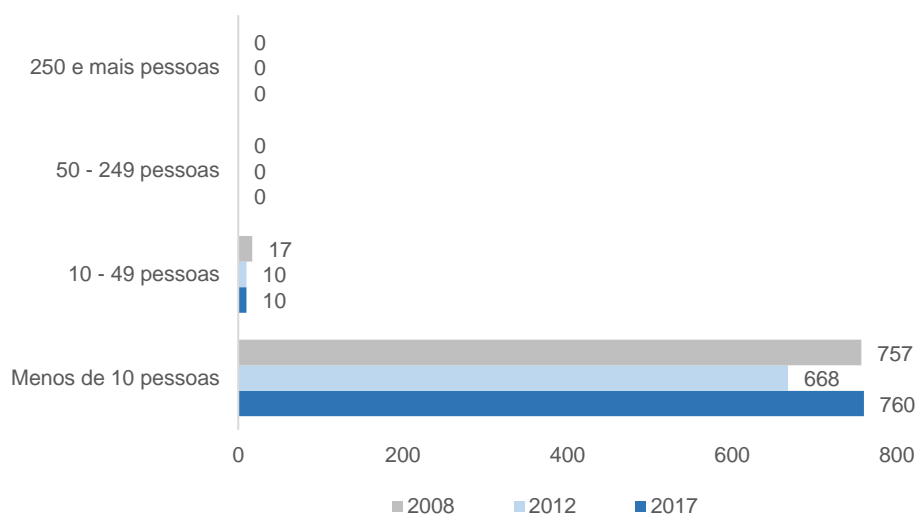


Gráfico 14. Empresas (N.º), por pessoal ao serviço, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2008, 2012 e 2017

Verifica-se, no entanto, que as microempresas, constituídas por menos de 10 pessoas ao serviço, demonstram uma dinâmica de oscilação com um ligeiro aumento de 2008 para 2017.

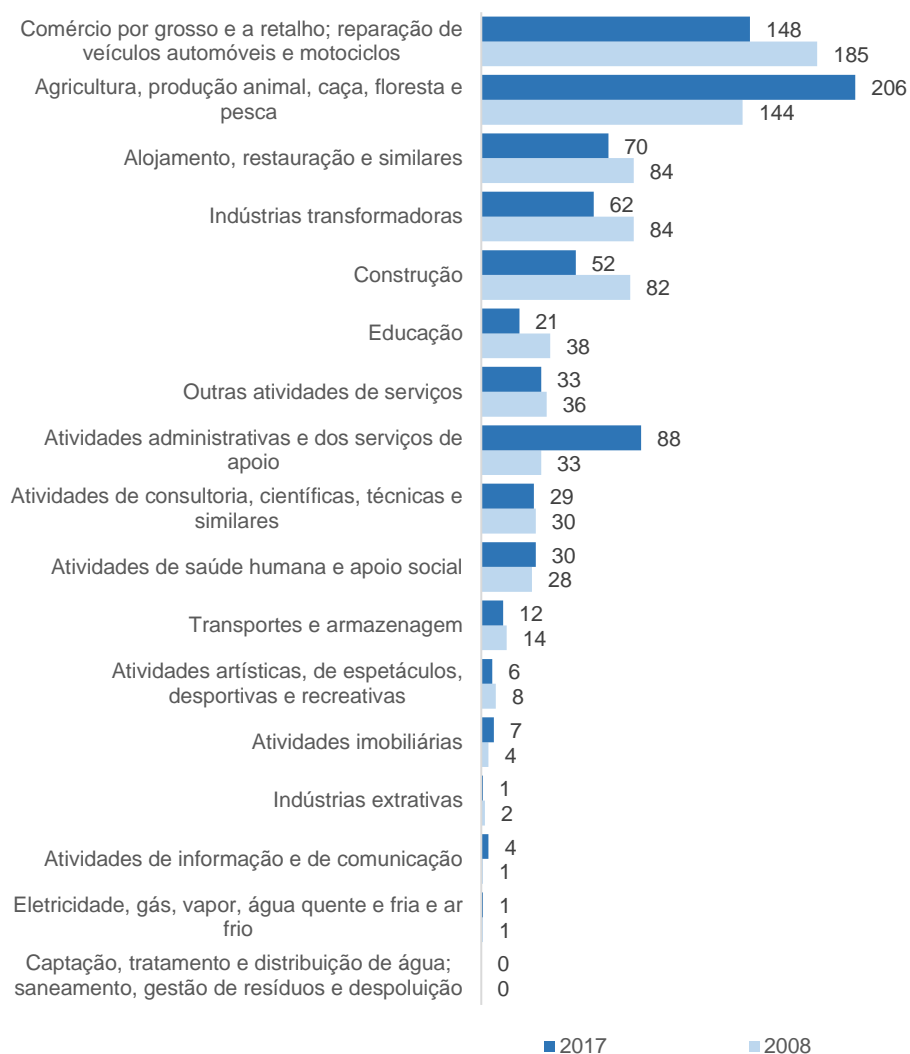


Gráfico 15. Empresas (Nº), por atividade económica, no concelho de Nisa

FONTES: INE, 2008 e 2017

Por sua vez, é evidente a diminuição da maioria dos setores empresariais (Gráfico 15), de onde se destacam o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; alojamento, restauração e similares; construção; indústrias transformadoras e educação, que foram os que registaram uma maior perda em número de empresas e que deve atender-se quer ao período de crise económica que assolou o país, assim como às especificidades destes territórios de interior e de baixa densidade.

Em sentido contrário, o registo obrigatório na autoridade tributária dos agricultores com atividade comercial, fez aumentar significativamente o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, constituindo, assim, um aumento do número de empresas em nome individual, muito embora seja importante notar que o concelho de Nisa integra a área de produção de denominação de origem protegida do queijo de Nisa que é obtido a partir de leite cru de ovelha, da raça regional Merina Branca o que contribui para a existência no município de empresas de criação de gado ovino, indústria de transformação do leite e fabrico de queijo e conseqüentemente empresas de comercio e distribuição do queijo (queijo de Nisa e queijo mestiço de Tolosa) por ser o que melhor identifica o concelho.

Denota-se que o setor que tem mais peso na economia local é o agroalimentar, pelo que, Nisa pode aproveitar os produtos endógenos certificados, como o queijo, os enchidos de Alpalhão, e a carne de porco para o desenvolvimento de projetos e programas locais, para além da Feira dos Enchidos de Alpalhão, que decorre anualmente.

Igualmente relevante o setor das indústrias extrativas do granito de Alpalhão, pelo seu potencial, que apesar de já não laborar a maior indústria de extração e transformação, ainda existem outras, de mais pequena dimensão, mas que são consideráveis abastecedoras dos mercados de construção na região, principalmente nos últimos anos, em que se está a utilizar esta matéria-prima na construção de calçadas de granito. Por outro lado, a abundância de argilas vermelhas que constituem a matéria-prima base da indústria oleira de Nisa, poderão contribuir para o desenvolvimento económico e social, do território.

De referir, no entanto, que a taxa de sobrevivência das empresas ao fim de dois anos da sua constituição (Gráfico 16), tem apresentado nos últimos anos taxas elevadas de insolvência com os anos de 2014 e 2015 a não resistirem mais de 70% das empresas constituídas.

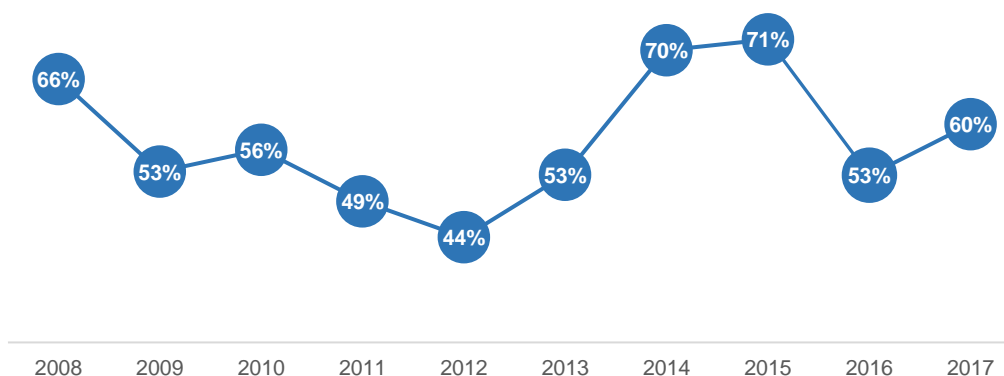


Gráfico 16. Taxa de sobrevivência (%), por empresas nascidas 2 anos antes, no concelho de Nisa

FONTE: INE, série 2008-2017

Por sua vez, o valor dos bens importados e exportados pelas empresas de Nisa no período entre 2008 e 2018 (Gráfico 16) evidencia que o valor das importações foi sempre superior ao das exportações,

demonstrando, de uma forma empírica, que a venda de bens e de serviços ao estrangeiro pelas empresas existentes no concelho é muito inferior à compra. Trata-se, por isso, de um concelho fortemente dependente das importações.

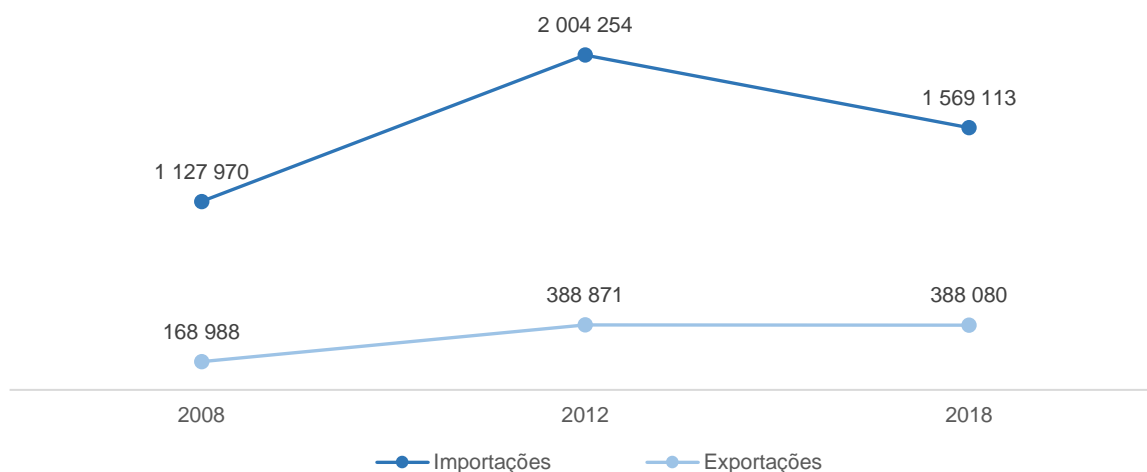


Gráfico 17. Valor dos bens importados e exportados (€) no concelho de Nisa

FONTES: INE, 2008, 2012 e 2018

Face ao exposto, apresenta-se um saldo negativo da balança comercial, uma vez que as empresas exportam mais do que importam, fazendo depender muito o município de Nisa, da importação de bens.

Tabela 21. Evolução do volume de negócios (€) das empresas em Nisa por sectores de atividade

Setor de Atividade	2008	2012	2017	Taxa Variação 2012- 2017
Primário - Agricultura, Silvicultura e Pescas	5 079 313	3 497 730	5 365 801	35 %
Secundário - Indústria	12 357 656	7 994 402	8 126 032	2 %
Terciário - Comércio e Serviços	41 034 817	38 010 159	35 306 457	-8 %

FONTES: INE, 2008, 2012 e 2017

No âmbito da conjuntura económica mais diretamente relacionada com as empresas e o peso do seu volume de negócios por sector de atividade (Tabela 21), o ramo que mais contribui para a economia do concelho de Nisa é o terciário de comércio e serviços, mas de 2012 para 2017 vê o seu volume de negócios diminuir em 8%.

O setor secundário industrial e o setor primário agrícola, no seu conjunto, não chegam a perfazer metade do volume de negócios total do setor terciário. No entanto, são estes que apresentam dinâmica evolutiva positiva em termos de criação de valor, com destaque para o setor primário com um aumento de 35%.

Ainda importa acrescentar, mesmo que à data dos dados disponíveis ainda não se encontrassem instaladas no concelho as quatro unidades de criação de aves, a partir de 2018 são um contributo importante para o crescimento do setor primário no Concelho. A instalação destas unidades de criação e crescimento de aves do Grupo Kilom/Valouro, assim como o reforço de investimento no ano de 2018, por forma a aumentar a sua capacidade instalada de produção e, por conseguinte, ampliar também o número de postos de trabalho diretos, acarretam uma dinâmica económica a considerar.

Destaca-se também a importância dos apoios dos fundos europeus na dinâmica atual do tecido económico e empresarial local através do ALENTEJO 2020.

Neste contexto do sistema de incentivos do Programa Operacional Regional do Alentejo, entre 2015 e 2018 Nisa conta com 22 projetos de investimento empresarial e municipal aprovados, no domínio de 3 eixos prioritários:

- 02 - *Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto;*
- 05 - *Emprego e valorização económica de recurso endógeno;*
- 06 - *Coesão social e inclusão.*

Nestes, decorre um volume de investimento elegível, sobre o qual recai o valor total de apoio (Tabela 22).

Tabela 22. Evolução dos projetos aprovados do Alentejo 2020 para o concelho de Nisa

Concelho	Projetos Aprovados	Investimento Elegível EUR	Apoio UE EUR
Nisa	22	5 473 217,76	4 128 122,85

FONTE: Lista de projetos aprovados pelo ALENTEJO 2020, 2019

Por outro lado, são três as tipologias de investimento consagradas em objetivos temáticos e financiadas através dos Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FEDER (Tabela 23), que é um dos cinco fundos estruturais e de investimento europeus e tem por objetivo fortalecer a coesão económica e social, colmatando os desequilíbrios entre as regiões.

Tabela 23. Investimentos do fundo FEDER, em milhares de euros, no concelho de Nisa

Objetivo Temático	Despesas Elegíveis	Fundo Total Aprovado
Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	2 323 603,70	1 720 805,28
Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	103 074,19	87 613,06
Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	647 912,66	550 725,77
Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	518 103,44	207 241,38

Objetivo Temático	Despesas Elegíveis	Fundo Total Aprovado
Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação	1 585 190,73	1 310 704,28

FONTE: Lista de projetos aprovados pelo ALENTEJO 2020, 2019

Por conseguinte, do total de despesas elegíveis para apoio em âmbito de FEDER, dos 5 177 884,72 milhares de euros, foi aprovado um total de financiamento na ordem 3 877 089,77, um recurso muito significativo para as empresas locais que se candidataram.

Através do Fundo Social Europeu, FSE, instrumento principal para promover o emprego e a inclusão social, Nisa tem investimentos consagrados em três objetivos temáticos e financiadas através deste fundo (Tabela 24), no âmbito da promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade laboral, assim como na promoção da integração social e combate à pobreza e qualquer tipo de discriminação.

Tabela 24. Investimentos do fundo FSE, em milhares de Euros, no concelho no Nisa

Objetivo Temático	Despesas Elegíveis	Fundo Total Aprovado
Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	253 056,50	215 098,03
Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	14 114,22	11 997,08
Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação	28 162,32	23 937,97

FONTE: ALENTEJO 2020 - maio, 2019

Ademais, do total de despesas elegíveis para apoio em âmbito de FSE, pode perceber-se que foram aprovados 251 033,08 milhares de euros, dos 295 333,04 candidatados como despesas elegíveis.

De facto, estes apoios europeus são cruciais no desenvolvimento e crescimento do tecido económico local, principalmente nestes territórios raianos e com bastantes fragilidades, como o do município de Nisa, cuja coesão económica e social e o esbater de assimetrias regionais é o caminho a percorrer.

Mais se informa que o município de Nisa, enquanto entidade pública, no sentido de reforçar a atratividade do seu território como um município a investir, coloca à disposição um conjunto de benefícios para os potenciais investidores, que se traduzem nos seguintes apoios:

- Taxa de IRC de 12,5% aos primeiros 15 000€ de matéria coletável;
- Redução da taxa de IMI e IMT (valores mínimos);
- Isenção de pagamento da ligação dos ramais de saneamento básico;

- Redução de 50% da taxa de licenciamento da obra de construção (quando o prédio a construir se destina a habitação própria permanente e nenhum dos proprietários tenha mais de 35 anos ou se trate da recuperação de prédio em ruínas);
- Lotes a 0,20 € o m²;
- Elaboração gratuita do projeto de arquitetura e especialidades (apenas para projetos no Centro Histórico e Zona de Atividades Económicas).

Ainda, na senda do desenvolvimento económico através do programa Alentejo 2020, está em execução a incubadora temporária de novas empresas no concelho, por forma a reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas no concelho, através do financiamento do FSE ao abrigo da prioridade de investimento, que se baseia na concessão de apoios à criação e alargamento das capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

Este projeto em Nisa, tem por base novos conceitos e ideias de desenvolvimento de novos negócios, proporcionando às empresas um ambiente de empreendedorismo, além de alguns serviços, como marketing, contabilidade, assessoria empresarial e financeira, a fim de acelerar o crescimento das diferentes empresas, fomentar o acesso ao conhecimento e apoio na internacionalização.

5.4.2. Zonas Industriais

A Zona de Atividades Económicas, ZAE, de Nisa é uma área do território municipal que desde os anos 80 está afeta a atividades económicas e que a partir de 2016, está dotada de uma regulamento que tem por objetivo disciplinar a transação dos terrenos, definir a construção e a gestão do espaço da ZAE³⁹, por forma a criar um conjunto de dinâmicas mais modernas e atrativas e também dinamizar economicamente o parque industrial. Também regulamenta um conjunto de isenções e reduções de taxas, bem como apoios e incentivos à fixação de empresas.

Para atrair o investimento de uma forma disciplinada, foi criada uma lista de obrigações, deveres e garantias entre os vários intervenientes, dando continuidade, no espaço e no tempo à filosofia, aos objetivos gerais e à estratégia de desenvolvimento que se pretende para o parque empresarial do concelho. Assim sendo, a sua implementação e gestão é regida pelos seguintes princípios gerais:

- *Promoção do desenvolvimento local e regional de forma sustentada e organizada;*
- *Desenvolvimento e ordenamento das atividades económicas;*
- *Estímulo, reestruturação e diversificação dos setores de atividade já implementados na Zona de Atividades Económicas de Nisa;*

³⁹ Regulamento n.º 338/2016 de 30 de março - Regulamento da Zona de Atividades Económicas de Nisa

- *Apoio a novas iniciativas empresariais;*
- *Fomento à criação de emprego e fixação da população;*
- *Apoio ao desenvolvimento de projetos e ideias de negócio;*
- *Proteger e apoiar o investimento e as empresas instaladas ou em fase de instalação.*

Localiza-se a SW da Vila compreende uma área ocupada por lotes correspondente a 5,9 ha, da qual 2,02 ha ainda se encontra disponível.

Trata-se de uma ZAE dotada de rede de infraestruturas de abastecimento de água, eletricidade e saneamento, arruamentos, passeios e todas as condições de atratividade preconizadas pelos princípios gerais que regem a sua implantação e gestão, o que já possibilitou a instalação de novas empresas: uma na área dos produtos naturais de estética e dietética; outra de publicidade e marketing; uma empresa na área da energia fotovoltaica e outra de distribuição de gás. Sendo também importante referir a localização em 2017 de uma superfície comercial de produtos agrícolas, pecuária, casa e jardim e mais recentemente, em maio de 2019, foram apresentados os projetos de arquitetura da Incubadora de Novas Empresas, que virá a ser implantada ZAE de Nisa.

5.4.3. Turismo

O turismo, enquanto atividade económica, é o setor mais importante do comércio internacional de serviços em Portugal e depende de uma política assente na valorização do território.

Deste modo, nas sociedades atuais, o turismo detém uma panóplia de efeitos multiplicadores que fomentam o desenvolvimento local e regional, designadamente:

- Promoção do desenvolvimento de outras atividades económicas;
- Criação de emprego e riqueza;
- Preservação e valorização do património cultural e natural;
- Promoção da melhoria da qualidade de vida das populações.

O estímulo das funções turísticas e recreativas sustentadas pelas aptidões do concelho impõem-se como fundamentais para o desenvolvimento global do território. A base deste impulso passa, necessariamente, pelo aproveitamento das potencialidades que a região oferece.

No setor turístico, a Autarquia desenvolveu estrategicamente a criação da marca identitária “é Nisa é Nosso”, que pretende contribuir para o desenvolvimento do concelho, com o intuito de agregar valor e promover o tecido social, económico e turístico e com uma aposta clara no “*merchandising*” da marca.

O turismo em Nisa é um sector em crescimento, em que muitas são as potencialidades do concelho

em termos de património, percursos, artesanato, gastronomia e um sem número de eventos de vária índole, capazes de atrair visitantes e turistas ao município.

Neste contexto, importa destacar a importância do turismo de saúde e bem-estar com recurso à água termal, uma vez que Nisa se encontra numa situação privilegiada pela existência no seu território das Termas da Fadagosa de Nisa, enquanto recurso local a valorizar. Note-se que estas integram a lista das 47 termas em atividade⁴⁰, sendo a par, com as de Cabeço de Vide no concelho de Fronteira, os dois únicos equipamentos termais do distrito de Portalegre e também de todo Alentejo.

Em termos de análise de mercado, em 2018, 11,3% dos frequentadores termais no país foram estrangeiros (12 968) dos quais 7 227 provenientes de Espanha, neste sentido as Termas da Fadagosa de Nisa, encontra-se numa posição geográfica privilegiada de proximidade a Espanha, de onde são provenientes o maior número de utilizadores.

Outro fator importante a realçar, advém, da estratégia turística nacional que se verte em ações ao nível local, e em que o relatório do Plano Estratégico Nacional do Turismo, Revisão e Objetivos 2013-2015, salienta que dentro dos 10 produtos estratégicos para Portugal o “*turismo de saúde*” é definido como elemento aglutinador das componentes médica, termalismo, SPA e talassoterapia. Por outro lado, também a Estratégia Turismo 2027, enquanto cenário futuro, reforça a oportunidade turística do segmento bem-estar, que indica como um dos 10 ativos emergentes, e que abrange os tratamentos de saúde e bem-estar efetuados em termas.

❖ As **Termas da Fadagosa de Nisa** são uma nascente termal de água sulfurosa, especialmente procurada pelo seu valor terapêutico no tratamento de problemas do aparelho respiratório, metabólico-endócrino, pele, reumáticas e músculo-esqueléticas. Este equipamento, único na região, pela sua importância para a saúde e bem-estar e para a economia local, deveria ser mais desenvolvido e divulgado.

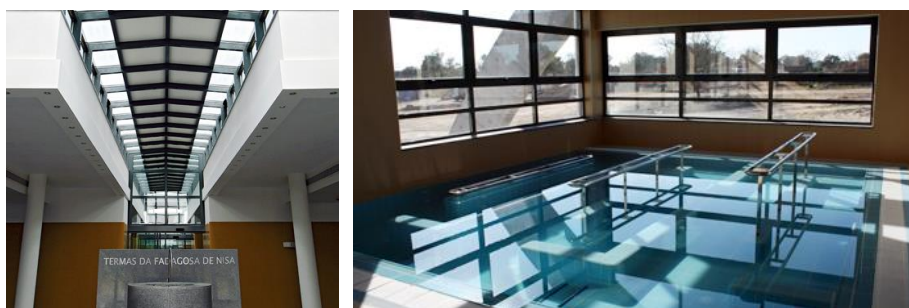


Figura 45. Termas da Fadagosa de Nisa

FONTE: CMN, 2019

Assim, a valorização económica deste recurso endógeno inimitável e emblemático, deve constituir-se

⁴⁰ Dados da Direção Geral de Energia e Geologia, DGEG, sobre as termas em atividade em Portugal em janeiro de 2019

como um eixo de desenvolvimento sustentável, para promover o desenvolvimento local e a atratividade do concelho. Como é destacado nas prioridades na abordagem da programação do desenvolvimento regional do Alto Alentejo, na Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020:

“Dinamização do aproveitamento das águas da Fadagosa (Nisa) e Cabeço de Vide (Fronteira), em articulação com a Economia Social e o Turismo Sénior e de Saúde”

Em suma, este recurso pode ser um produto âncora para o desenvolvimento territorial local/regional e de aposta em outras modalidades de negócio complementares ao turismo de saúde e bem-estar que levará à criação de riqueza, de forma direta e indireta, bem como, a criação de emprego. No entanto, a sua viabilidade dependerá fortemente da capacidade de gestão dos promotores e do aproveitamento das potencialidades que este recurso endógeno pode originar, assim como, a requalificação da oferta existente e a criação de novos equipamentos de apoio e valorização à atividade termal já existente, mas ainda pouco dinamizada e divulgada.

❖ O **Geopark Naturtejo**, reconhecido internacionalmente como um território que possui um conjunto de geossítios e geomonumentos que são testemunho da evolução geológica do planeta, integra a rede de Geoparques Mundiais da UNESCO. O município de Nisa, localiza-se a sul do Geopark em que o uso diferenciador e a dimensão socioeconómica do património geológico, tem vindo a ser motor de desenvolvimento da região, assentando na conservação, na educação e no turismo. O Geopark é constituído por 16 geomonumentos, dos quais, quatro se localizam ou partilham o território concelhio:

- Mina de Ouro do Conhal do Arneiro

A Mina de Ouro Romana do Conhal do Arneiro é uma gigantesca mina que terá resultado do desmantelamento gravítico dos depósitos sedimentares do vale do Tejo por ação hidráulica. A atividade mineira romana e os seus métodos e técnicas de exploração e seriação do depósito de sedimentos por triagem manual que foram sendo empilhados em amontoados cónicos ou retilíneos, particularizam a paisagem desta região.



Figura 46. Mina de Ouro do Conhal do Arneiro

FONTE: Geopark Naturtejo, 2019

- Blocos Pedunculados de Arez-Alpalhão

Os blocos pedunculados são como enormes cogumelos de granito que aparecem na superfície de aplanção do Alto Alentejo. A sua origem ocorreu em duas etapas: uma primeira que se dá após a exposição à superfície de uma porção granítica, resulta de uma mais rápida alteração química da rocha ao nível do solo, onde as águas subterrâneas se acumulam e enriquecem em ácidos orgânicos e uma segunda etapa desenvolvida durante um período de chuvas mais intensas em que os solos sofrem erosão acelerada, expondo o pedúnculo que une o todo coerente ao seu substrato granítico.



Figura 47. Blocos Pedunculados de Arez-Alpalhão

FONTE: Geopark Naturtejo, 2019

- Portas de Ródão

As Portas de Ródão constituem uma ocorrência geológica e geomorfológica localizada nas duas margens do rio Tejo, nos concelhos de Vila Velha de Ródão e de Nisa. Este conjunto natural sobressai pela imponente garganta escavada pelo rio nas cristas quartzíticas da serra do Perdigão, com um estrangulamento de 45 m de largura, constituindo um dos mais imponentes monumentos naturais do Geopark.



Figura 48. Portas do Ródão

FONTE: Geopark Naturtejo, 2019

- Escarpa de falha do Ponsul

A Escarpa de falha do Ponsul, em que a falha é a mais importante estrutura tectónica ativa da região, prolonga-se desde a Serrinha no Arneiro, até Monfortinho e além-fronteira para Espanha. A sua escarpa, materializa-se num gigantesco degrau na paisagem e prolonga-se por mais de 120 km. A sua origem remonta há cerca de 300 milhões de anos e o seu degrau separa a superfície aplanada do Alto Alentejo que corresponde ao bloco rebaixado, do relevo de Castelo Branco, o bloco elevado. Assim, a

região de Nisa é bastante marcada por este acontecimento tectónico, marcando a falha do Ponsul o extremo NW do concelho.



Figura 49. Falha do Ponsul

FONTE: Geopark Naturtejo, 2019

❖ A etapa de Nisa do **Caminho Português Interior de Santiago**, este percurso linear representa um troço do Caminho Português Interior de Santiago (Tavira - Nisa - Viseu - Chaves). O troço de Nisa liga o concelho do Crato ao de Vila Velha de Ródão. Atravessa em grande parte um patamar suave, composto por olival tradicional e montado de sobro, onde pastam ovinos e bovinos. Cruza Alpalhão, dando a conhecer o seu património e termina na imponente paisagem das Portas do Ródão.



Figura 50. Caminho Português Interior de Santiago

FONTE: CCDR Alentejo, 2019

Para além deste percurso do Caminho de Santiago, criado há poucos anos, desde 2005/2006 foram criados 8 percursos pedestres dignos de referência pelas excelentes paisagens em torno dos rios Tejo e Sever, fazendo de Nisa um dos primeiros concelhos no Distrito a ter estes percursos pedestres homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. Mais recentemente, criaram-se os percursos PR9 e PR10, que vêm acrescer à lista de 8 que já existiam.

De acordo com os dados estatísticos levantados e apresentados a seguir, o número de estabelecimentos hoteleiros no concelho de Nisa tem vindo aumentar a partir de 2013, chegando ao ano de 2017 com o dobro de unidades que detinha até 2012 (Gráfico 18).

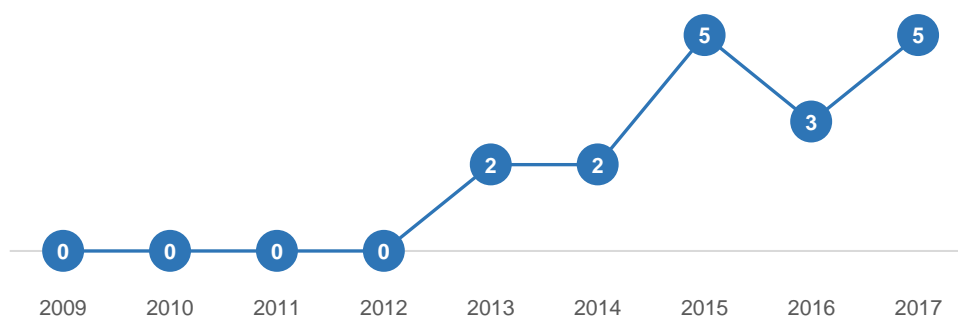


Gráfico 18. Estabelecimentos hoteleiros (N.º) no concelho de Nisa

FONTES: INE, série 2009-2017

Por outro lado, também se tem verificado uma oferta crescente em termos de alojamento local, o que se traduz no aumento do número de dormidas a partir de 2016, muito embora haja alguma diminuição do número de hóspedes (Gráfico 19), estes ficam mais tempo no território, o que implica este aumento.

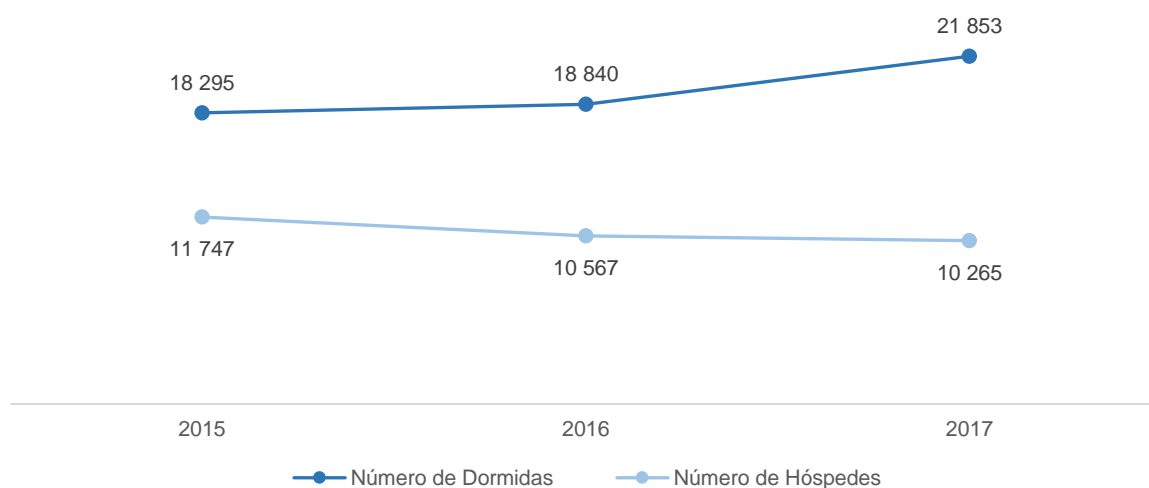


Gráfico 19. Hóspedes e dormidas (N.º) no concelho de Nisa

FONTES: INE, 2015-2017

Decorrendo da análise da estada média (Tabela 25), que relaciona o número de dormidas com o número de hóspedes a confirmação de que tem vindo a aumentar a permanência nos estabelecimentos hoteleiros dos visitantes em Nisa.

Tabela 25. Estada média (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros

Estada Média (N.º)	2015	2016	2017
	1,8	1,8	1,9

FONTES: INE, 2015-2017

Atualmente e recorrendo aos dados do Turismo de Portugal, encontram-se registados no concelho empreendimentos turísticos e unidades de alojamento local (Tabela 26 e Tabela 27).

Tabela 26. Empreendimentos turísticos no concelho de Nisa

Empreendimentos Turísticos	Capacidade	Unidades de alojamento (Nº)	Freguesia
Casa Chão do Prior	16	8	Arez e Amieira do Tejo
Casa do Arneiro (Monte do Pego)	10	5	Santana
Monte Filipe Hotel & Spa	100	50	Alpalhão
Quinta de Santo André	4	2	Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Quinta dos Ribeiros	16	8	Alpalhão
Tapada das Safras	10	5	Alpalhão

FONTE: Registo Nacional de Turismo, 2019

Tabela 27. Unidades de Alojamento Local no concelho de Nisa

Alojamento Local	Capacidade	Unidades de alojamento (Nº)	Freguesia
A Gaiola Enfurrugada	6	3	Arez e Amieira do Tejo
A Palhota	8	4	Alpalhão
Casa B	6	2	Alpalhão
CASA CENTRAL DE TOLOSA	6	2	Tolosa
Casa das andorinhas	9	3	Alpalhão
Casa de Alpalhão	7	3	Alpalhão
Casa de Alpalhão	4	2	Alpalhão
Casa de Santana	4	2	Santana
Casa do Alentejo	7	3	Alpalhão
Casa do Tempo	4	1	Montalvão
Casa Henriques	8	3	Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Casa Medieval no Centro Histórico de Nisa	4	1	Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Casa TiaMuda	3	2	Montalvão
Residencial Nossa Senhora da Graça	19	7	Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
São Luís Bed & Breakfast	21	9	Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Teresa Fortes	9	5	Arez e Amieira do Tejo

FONTE: Registo Nacional de Turismo, 2019

Face ao exposto, entende-se que o turismo pode efetivamente assumir um papel relevante no dinamismo do concelho e, como se verifica, tem vindo a contribuir significativamente para o aumento da oferta em termos de equipamentos de alojamento no concelho, em particular o alojamento local que já conta com 16 unidades.

Tabela 28. Ações ao abrigo do programa operacional do Turismo de Portugal

Programa Operacional	PI	Projeto	Grau Execução
Turismo de Portugal	Valorização do Interior	Zonas ribeirinhas	Em execução
	Linha de apoio à disponibilização de redes wi-fi	Redes wi-fi no Centro Histórico de Nisa	Executado
	Valorização do Interior	Comunicação, Publicidade e Divulgação - Nisa em Festa 2019	Em execução

FONTE: CMN, 2019

Ainda importa ressaltar as ações que até à data estão a ocorrer no município, ao abrigo do Programa Operacional do Turismo de Portugal (Tabela 28) e com consequências na consolidação de Nisa como destino atrativo em termos turísticos.

Em conclusão, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho profícuo e cooperante pela autarquia e por particulares ligados ao turismo, no sentido da crescente dinamização, em que a oferta diversificada de programas e atividades turísticas e de lazer, tem vindo a ter reflexo nos números e indicadores que caracterizam o concelho de Nisa.

Síntese

*ECONOMIA,
DINÂMICA
EMPRESARIAL E
TURISMO*

Nisa apresenta uma baixa taxa de atividade pela diminuição do número de indivíduos em idade de constituírem a mão-de-obra disponível;

A ruralidade e o contexto de território de baixa densidade é caracterizada em Nisa pela diminuição de ativos e envelhecimento populacional;

A baixa escolaridade domina o tecido produtivo, contudo o setor dominante na empregabilidade é o terciário;

Volvidos os tempos de crise económica no país, cresceram em Nisa o número de empresas, mas 90% são microempresas, até 10 pessoas;

É um território que, em termos macroeconómicos, está muito dependente da importação de bens;

Os últimos 3 anos foram dinâmicos em investimentos dos fundos comunitários, direcionados à competitividade das empresas e à sustentabilidade e qualidade do emprego;

O município é bastante ativo no fomento à atratividade empresarial, com um programa de incentivos ativo para usufruto de potenciais investidores;

O turismo é um setor em crescimento com impacto no aumento da capacidade local de alojamento;

Como fatores de atratividade destaca-se a importância do complexo termal de Nisa enquanto âncora de desenvolvimento e o património geológico, o construído, o cultural e o gastronómico - criação da marca "É Nisa".

5.5. REDES DE CONETIVIDADE

A criação de dinâmicas em rede potencia a concretização efetiva de um sistema de transportes e de comunicação que interligue os diversos lugares do território com as atividades económicas, propiciando o crescimento das designadas economias de escala, que garantam fatores de sucesso e de competitividade, apenas conseguidas por intermédio de melhores condições de acessibilidade e mobilidade, quer a nível concelhio, quer supramunicipal.

De facto, esta temática constitui hoje em dia um dos temas centrais das políticas de planeamento e ordenamento do território na medida em que se pretende reequacionar os desafios inerentes à qualificação urbanística e à sustentabilidade ambiental, energética e económica.

Deste modo, seguidamente será apresentado o enquadramento rodoviário e ferroviário do concelho de Nisa, entendendo-se pertinente aferir sobre as ligações das infraestruturas no estabelecimento de conexões intra e extra município. Além disso, realizar-se-á a análise aos padrões e fluxos de mobilidade da população, atendendo às características dos movimentos pendulares, assim como a contextualização do sistema de transportes públicos coletivos e as dinâmicas desenvolvidas no âmbito da mobilidade suave e ativa.

5.5.1. Rede Rodoviária

Nisa encontra-se numa situação favorecida por um conjunto de vias que permitem estabelecer importantes ligações, garantindo, por isso, o acesso aos aglomerados e a ligação aos territórios circundantes, o que constitui um objetivo sempre prioritário e estruturante para o desenvolvimento municipal.

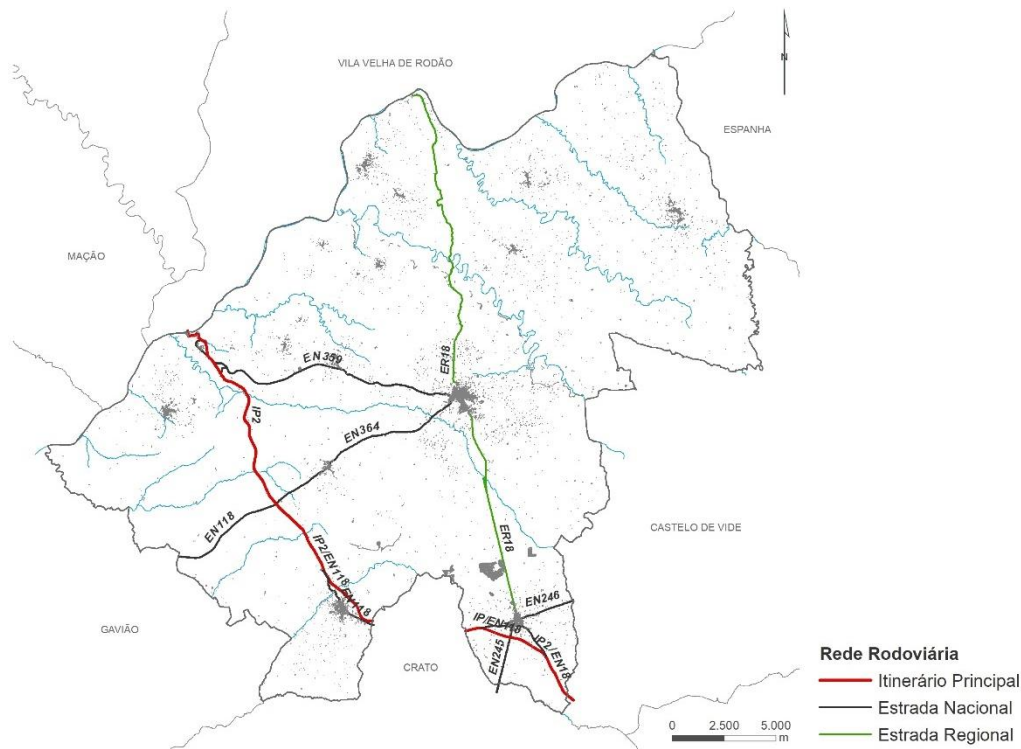


Figura 51. Rede rodoviária no concelho de Nisa

FONTE: Infraestruturas de Portugal, 2019

A este respeito, note-se que o município de Nisa apresenta uma rede concêntrica e radial (Figura 51), onde grande parte das vias existentes se orienta no sentido da vila.

Neste contexto, apresenta-se, de seguida, a infraestrutura rodoviária principal, demonstrando a capacidade viária instalada, que é constituída por:

a) Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP)

- IP2 – estabelece ligação entre Vila Velha de Rodão e Alpalhão, cruzando o rio Tejo através da Barragem de Fratel.

b) Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais – EN)

- EN18 – liga Estremoz ao sul do concelho de Nisa, em Alpalhão, tendo continuidade para Évora;
- EN118 – inicia em Alcochete e termina na ligação com a EN18, em Alpalhão;
- EN245 – liga Alpalhão até Estremoz;
- EN246 – estabelece conexão entre Alpalhão e Castelo de Vide;
- EN359 – inicia-se no IP2 e termina na vila de Nisa;
- EN364 – conecta a vila de Nisa a Arez.

c) Estradas Regionais – ER

- ER18 – inicia em Vila Velha de Ródão, atravessa a vila de Nisa e termina em Alpalhão.

De reforçar a importância nacional do IP2, uma vez que este percorre as freguesias a oeste e a sul do município e facilita a ligação aos grandes centros urbanos. Além da população residente, esta característica é muito favorável para as atividades económicas e simplificadora das deslocações dos visitantes.

No que respeita à rede complementar, o município de Nisa é servido por seis EN, que asseguram as ligações internas e com os municípios vizinho, e ainda por uma estrada regional.

Face ao exposto, evidencia-se a carência de uma ligação direta com Espanha, situação esta que impede a ligação entre os territórios separados pelos rios Tejo e Sever. À data da revisão do PDM de Nisa, já era mencionada esta lacuna, prevendo-se a construção de uma ponte entre Cedillo e Montalvão, que distam apenas 15 quilómetros, mas a população precisa de percorrer cerca de 100 quilómetros, contudo, até agora os governos de Portugal e Espanha não avançaram com nenhum projeto.

De mencionar ainda que neste âmbito, várias têm sido as iniciativas por parte da CMN no que respeita à beneficiação e infraestruturização da rede viária, bem como à valorização e arranjos no espaço urbano (Tabela 29).

Tabela 29. Ações no âmbito da rede viária e espaços urbanos no concelho de Nisa

Designação da operação	Estado	Ano
Beneficiação da Estrada Municipal 529 - Nisa / Tolosa	Executado	2019
Construção de caminho de acesso à Anta dos Sarangonheiros	Executado	2019
Recuperação e beneficiação da Estrada Municipal 544	Executado	2019
Beneficiação do Caminho Municipal 1156	Executado	2018
Caminho de acesso ao Cais do Tejo nas "Portas de Rodão"	Executado	2018
Valorização da Envolvente à Barca da Amieira	Executado	2018
Requalificação de Ruas em Falagueira, Montalvão, Monte Claro e Alpalhão	Executado	2018
Requalificação de Ruas em Nisa e Alpalhão	Executado	2018
Requalificação da Rua dos Postigos em Nisa	Executado	2018
Requalificação do Caminho do Monte Branco pelo Caminho Municipal 1002	Executado	2018
Arranjo Paisagístico e Patrimonial do Bairro da Cevadeira em Nisa	Executado	2017
Valorização Patrimonial e Arranjo Paisagístico dos Largos do Cruzeiro e do Calvário em Alpalhão - Largo do Cruzeiro	Executado	2017
Beneficiação dos Caminho Municipal 1003	Executado	2017
Pavimentação de Arruamentos do concelho de Nisa	Executado	2017
Beneficiação da Estrada Municipal 359 - Ligação Nisa / Montalvão	Executado	2017
Requalificação de ruas de Tolosa	Executado	2017
Beneficiação do Caminho Municipal 1004	Executado	2016
Requalificação de ruas de Amieira	Executado	2016
Arranjo Urbanístico da envolvente à Praça de Touros de Nisa	Executado	2015
Arranjo Urbanístico e valorização do Alto Santa Luzia em Nisa	Executado	2015
Valorização Patrimonial e Arranjo Paisagístico do Largo do Calvário em Alpalhão - Fase 1	Em execução	2019
Requalificação do Largo dos Postigos em Nisa	Em execução	2019
Criação do caminho do Monte Branco (acesso a polígono industrial, a um dos pavilhões de criação de perus)	Executado	2018*

FONTE: CMN, 2019

*Beneficiação.

De facto, tem vindo a ser realizado um conjunto alargado de operações, com destaque para a beneficiação dos caminhos e estradas municipais, para a requalificação de ruas e caminhos e ainda para os arranjos urbanísticos e paisagísticos.

5.5.2. Rede Ferroviária

Ao nível da rede ferroviária, o município de Nisa não é percorrido por nenhuma linha de caminho de ferro, a não ser o Ramal de Cáceres, que servia a localidade de Vale do Peso no concelho vizinho do Crato e também o concelho de Castelo de Vide, mas este traçado ferroviário encontra-se atualmente sem exploração (Figura 52).

A operadora Infraestruturas de Portugal suprimiu todos os comboios Regionais no Ramal de Cáceres no dia 1 de fevereiro de 2011, ficando esta interface desativado e sem quaisquer serviços.

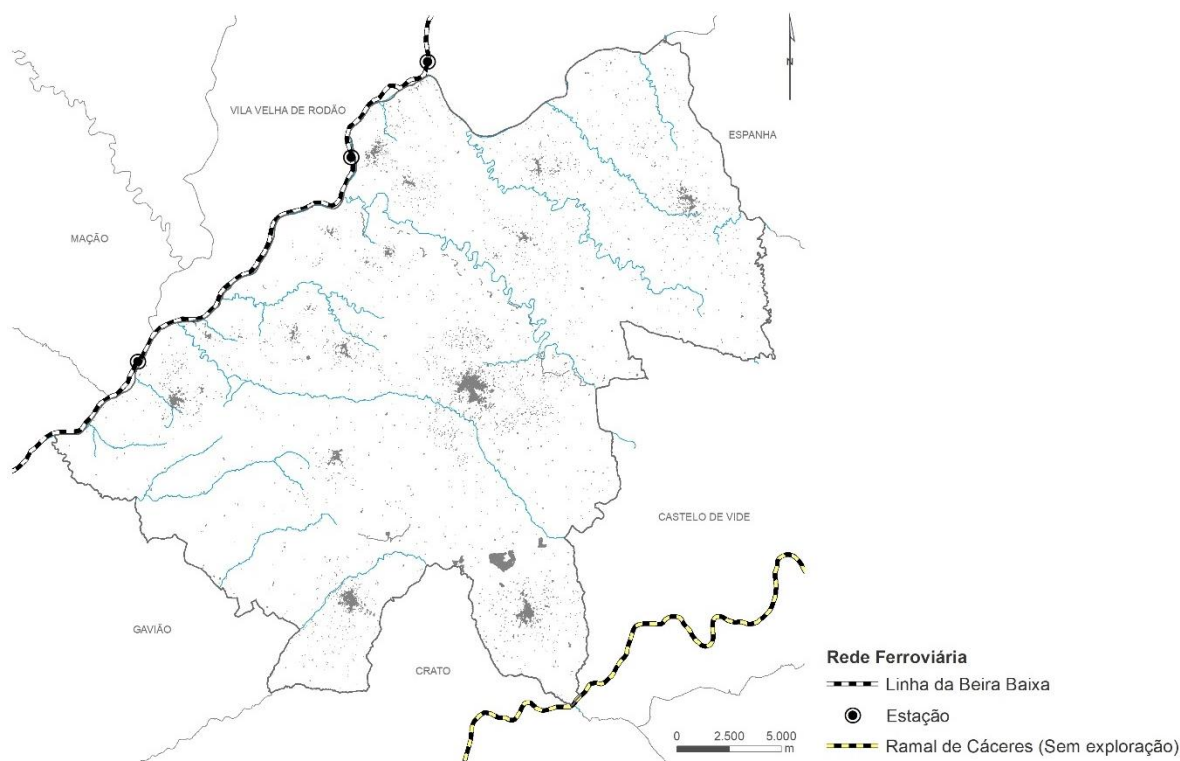


Figura 52. Rede ferroviária no concelho de Nisa

FONTE: Infraestruturas de Portugal, 2019

Por sua vez, a linha da Beira Baixa possui três estações e está muito próxima do concelho, mas encontra-se separada de Nisa pelo rio Tejo, onde há escassos acessos sobre o mesmo, dificultando a passagem da população.

5.5.3. Padrões e Fluxos de Mobilidade da População

A natureza, o ritmo e a intensidade dos movimentos pendulares constituem um importante contributo para a dinamização da economia local.

Esse tipo de movimento populacional ocorre, em regra, na escala urbana ou regional e tem por contexto temporal, o quotidiano dos indivíduos. Em busca de melhores condições de trabalho ou então por questões académicas, muitos indivíduos são impulsionados a transpor frequentemente os limites territoriais do município em que residem.

De facto, os movimentos pendulares podem ser indicadores que explicam relações entre lugares distintos, as desigualdades sócio espaciais, as áreas mais e menos dinâmicas e melhor ou pior dotadas de equipamentos e serviços.

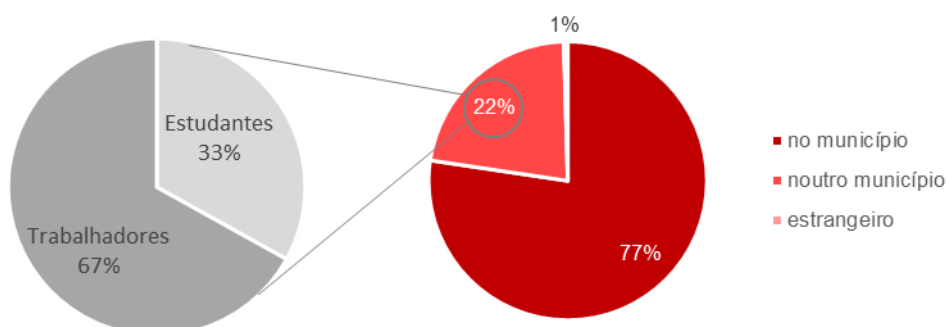


Gráfico 20. População residente empregada ou estudante (N.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2011

Assim, relativamente à percentagem da população que trabalha ou estuda, segundo o local de trabalho ou estudo (Gráfico 20), Nisa possui 2 541 (77%) habitantes que não se deslocam para fora do concelho com o propósito de ir estudar ou trabalhar. Contudo, há 729 (22%) pessoas que se descolam para outro município para trabalhar ou estudar, tendo como destino, sobretudo, o concelho de Portalegre (Figura 53).

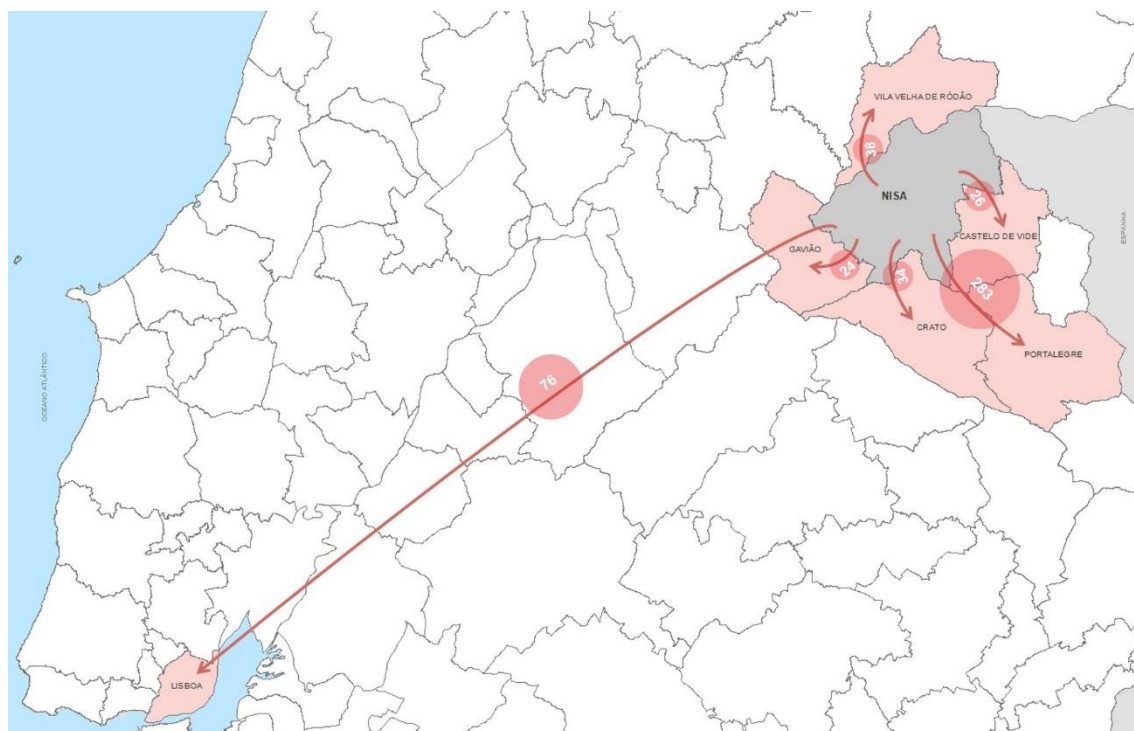


Figura 53. Principais fluxos externos da população residente do concelho de Nisa que se desloca para outro município para trabalhar ou estudar (N.º)

FONTE: INE, 2011

Por sua vez, a proporção de população residente que trabalha ou estuda – em relação à população residente total –, segundo as entradas e saídas do município (Figura 54), indica que o valor de população que sai para trabalhar ou estudar é superior àquele que entra, tanto em 2001 como em 2011.



Figura 54. População que entra e sai (%), para trabalhar ou estudar, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001 e 2011

Esta situação está associada à centralidade de equipamentos e serviços nos territórios circundantes, nomeadamente as deslocações motivadas pela necessidade de obtenção de níveis superiores ou especializados de ensino, indicando também carência de emprego dentro do limite concelhio, uma vez que, tal como evidenciado anteriormente, é a população trabalhadora que mais sai do município.

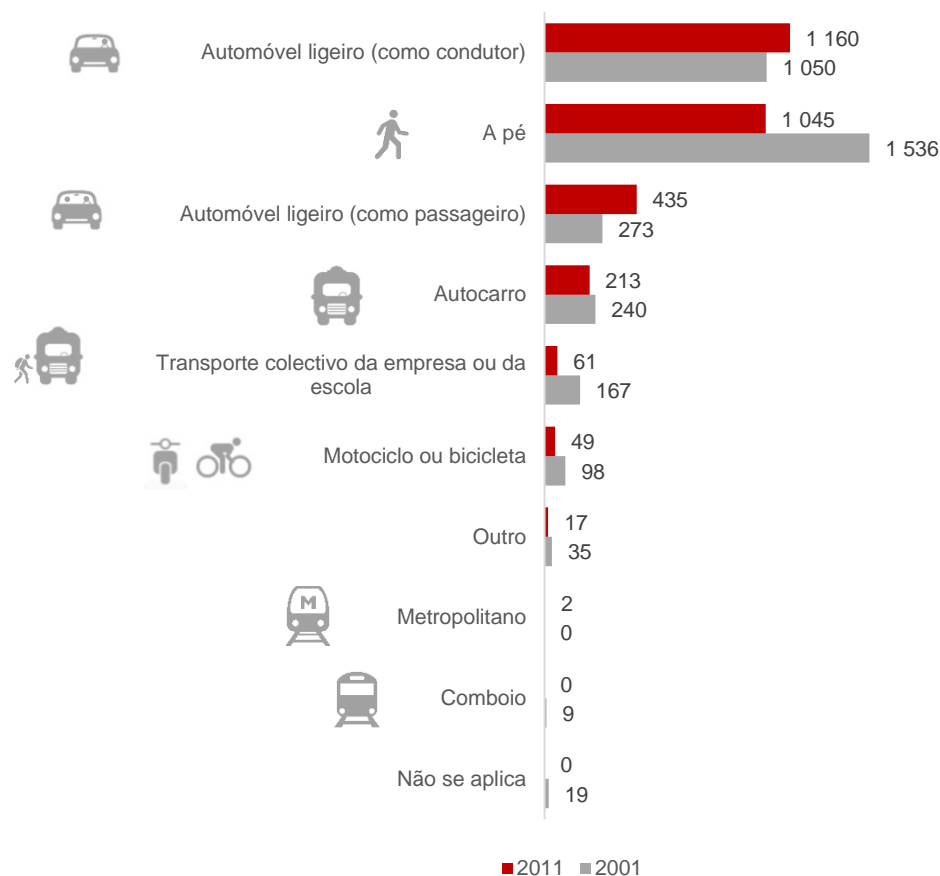


Gráfico 21. Modo de transporte mais utilizado (N.º) nos movimentos pendulares no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001 e 2011

No que respeita ao modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (Gráfico 21), relativamente a 2001 deteta-se o domínio das deslocações a pé (45%), situação esta que sofreu alterações em 2011, uma vez que a utilização do automóvel ligeiro como condutor (39%) passou a representar a preferência dos nisenses, contrariando os conceitos de sustentabilidade

De notar ainda que em 2011, nenhum habitante do concelho de Nisa utilizava o comboio, o que demonstra que este modo de transporte, apesar de geograficamente próximo, não é de fácil acesso.

Contudo, em setembro de 2019, foi inaugurada a nova Barca D'Amieira – plataforma flutuante – ligando as margens de Nisa e Mação, para transbordo de pessoas e veículos ligeiros, o que irá potenciar, de acordo com a presidente da Câmara Municipal de Nisa, Idalina Trindade, o retorno à utilização do transporte ferroviário, quer nas ligações à Covilhã, que a Lisboa. Aliás, as travessias coincidem também com o horário do comboio, facilitando a conexão com a estação da Barca da Amieira – Envendos, em Mação.⁴¹

⁴¹ Rádio Portalegre. <https://www.radioportalegre.pt/index.php/8-radio/11878-nisa-barca-d-amieira-seculo-xxi-volta-a-unir-as-duas-margens-do-tejo.html>



Figura 55. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001 e 2011

Ademais, a duração média das deslocações (Figura 55) entre 2001 e 2011 é reduzida, o que se deverá relacionar com a utilização do automóvel particular, permitindo maior rapidez nas movimentações, o que também pode indiciar que a necessidade de uma rede de transportes públicos mais eficiente.

Neste contexto, importa destacar a relevância que o Decreto-Lei n.º 60/2016 de 8 de setembro, - que fixa as regras para a implementação de serviços públicos de transporte de passageiros flexível, TPF - pode ter em territórios como o de Nisa, na medida em que constitui uma oportunidade de melhor operacionalização do sistema, colmatando limitações no transporte público convencional, sobretudo em áreas mais isoladas e de menor procura.

O TPF pode realizar-se através de percursos predefinidos e/ou flexíveis nas componentes de itinerários, paragens e horários. De referir que enquanto transporte a pedido, o TPF pode ser efetuado por solicitação do passageiro, diretamente ao longo do percurso, em paragens preestabelecidas, ou através de reserva.

5.5.4. Sistema de Transportes Públicos

A existência de uma rede de transportes públicos de passageiros devidamente estruturada e articulada representa uma componente importante na promoção da inclusão e da sustentabilidade demográfica, da competitividade da rede urbana e da coesão dos territórios de baixa densidade.

Assim, neste âmbito importa mencionar que o sistema de transportes públicos rodoviário existente é o regular (Figura 56), constituído por seis percursos que se centralizam na vila de Nisa e fazem a ligação a Portalegre, sendo operados pela Rodoviária do Alentejo, S.A.

Conta-se ainda, com o complemento da autarquia aos transportes escolares, que se processa com o serviço de viaturas da CMN e, por vezes, por contratação de táxis.

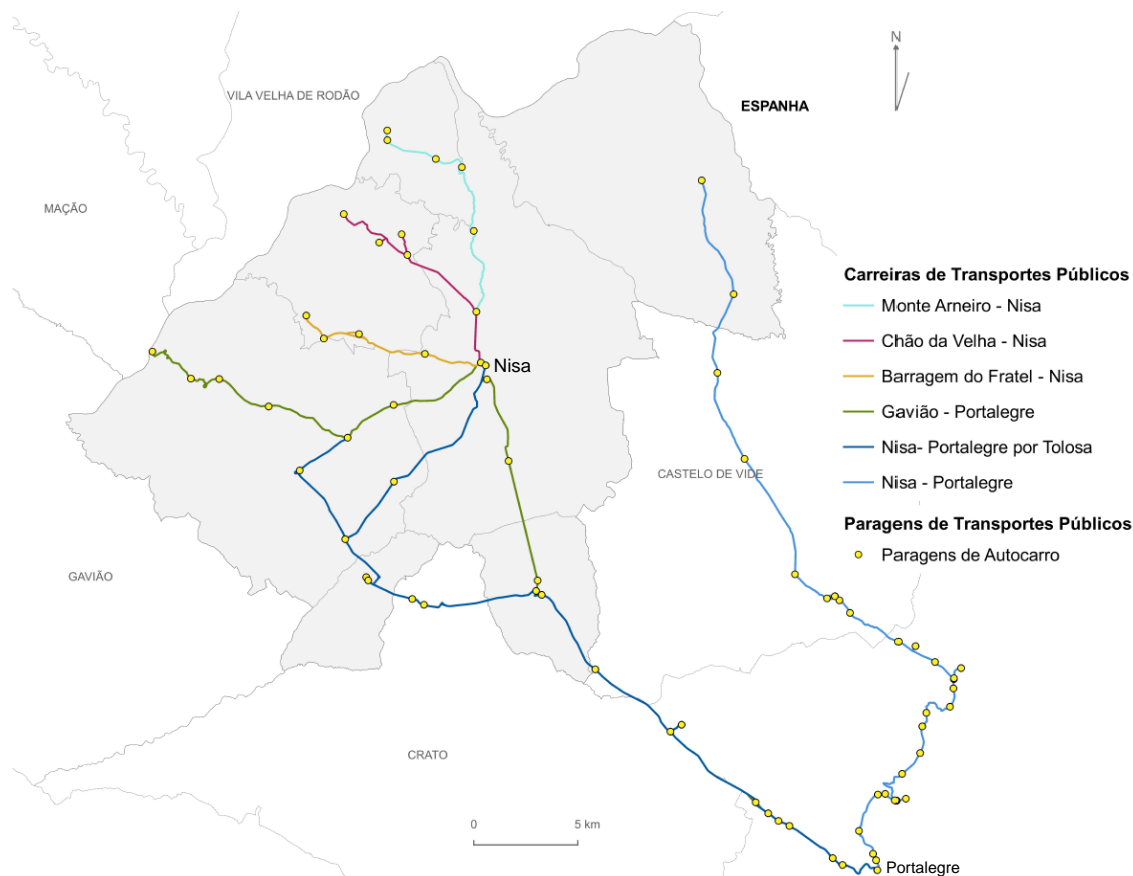


Figura 56. Rede de transportes públicos no concelho de Nisa

FONTE: CMN, 2019

De referir ainda o transporte social prestado pela autarquia desde o início do presente ano, “cujos beneficiários serão os residentes nas freguesias rurais do concelho de Nisa (...) tendo como objetivo a melhoria das acessibilidades no que concerne à ligação entre as freguesias rurais e a sede do concelho”⁴².

“Constituída por uma rede de 6 circuitos, o projeto “Nisa – Transporte Social” abrange todas as localidades do concelho de Nisa, que passam a ter ao seu dispor, uma vez por semana, uma ligação fácil e cómoda à vila de Nisa para aí tratarem das suas questões pessoais e sociais”⁴³ (Figura 57).

⁴² Câmara Municipal de Nisa. http://www.cm-nisa.pt/accaosocial_transporte_social.htm

⁴³ Idem

DIA	PARTIDA	LOCALIDADE	REGRESSO
segunda-feira	09h00	Falagueira <i>Associação da Falagueira</i>	11h30
	09h20	Monte Claro <i>Centro de Dia</i>	11h30
	09h30	Chão da Velha <i>Antiga Escola Primária</i>	11h30
	09h30	Cacheiro <i>Igreja</i>	11h30
	09h40	Velada <i>Largo</i>	11h30
	13h30	Amieira do Tejo <i>Largo da Junta de Freguesia</i>	13h30
	13h40	Arez <i>Paragem de autocarros</i>	13h40
terça-feira	09h00	Tolosa <i>Paragem de autocarros</i>	11h30
	13h30	Montalvão <i>Igreja Matriz</i>	16h30
	13h40	Salavessa <i>Paragem de autocarros</i>	16h30
	13h50	Pé da Serra <i>Paragem de autocarros</i>	16h30
quarta-feira	13h30	Arneiro/Duque <i>Paragem de autocarros</i>	15h15
	13h40	Pardo <i>Paragem de autocarros</i>	15h15
sexta-feira	13h30	Alpalhão <i>Paragem de autocarros</i>	15h15

Piscina Municipal de Nisa



Figura 57. Horários e percursos do transporte social

FONTE: CMN, 2019

Mais se informa que neste domínio, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional, QREN, foi executado o terminal rodoviário no concelho.

Importa mencionar também que, recentemente, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária, PART, os cidadãos passaram a beneficiar de preços mais baixos nos transportes públicos para passes de estudantes e ainda nos sociais⁴⁴, o que se deverá refletir numa maior utilização destes modos de transporte e ainda no fomento da coesão territorial.

⁴⁴ Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. <http://www.cimaa.pt/component/content/article/14-portugues/site-cimaa/cimaa-na-comunicacao-social/noticias/1304-reducao-tarifaria-nos-transporte-publicos-intermunicipais-no-alto-alentejo>

5.5.5. Mobilidade Suave e Ativa

As questões ligadas às preocupações da sustentabilidade passaram a estar na ordem de trabalhos e esforços ao nível da gestão da mobilidade nos aglomerados urbanos.

De facto, a minimização dos efeitos nefastos, provocados pelo uso do automóvel enquanto principal modo de transporte nos últimos anos, passou a ser a principal razão na procura de outras formas de mobilidade, mais sustentáveis e mais conciliadoras de um espaço urbano saudável e que ofereça maior qualidade de vida à população.

Neste contexto, os modos suaves⁴⁵ de transporte, têm sido parte integrante da estratégia municipal de Nisa, uma vez que as condições no território estão a ser pensadas e redesenhadas.

Tabela 30. Ações no âmbito da mobilidade suave e ativa no concelho de Nisa

Designação da operação	Estado	Ano
Extensão do PR1 - Trilho da Jans	Projetado, mas por executar	2019
Construção de Vias Pedonais no Centro Histórico de Nisa	Executado	2018
Criação do Roteiro das Fontes	Executado	2018
Criação do PR9 - Trilho da Mina de Ouro do Conhal	Executado	2017
Construção de Passadiço sobre a Ribeira de Sôr em Tolosa	Executado	2016 e 2017
Passeios (mensais - gratuitos-promovidos pela autarquia)	Executado	Desde 2015

FONTE: CMN, 2019

De facto, o concelho de Nisa tem apostado na criação de redes de percursos pedonais, trilhos e outras operações (Tabela 30) potenciadoras de atividades ao ar livre e um turismo mais ativo, promovendo a saúde e o bem-estar, ao mesmo tempo que valoriza os espaços envolventes.

E também através de projetos apoiados pelo Alentejo 2020 e enquadrados em seus objetivos, como:

- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores.

Encontra-se executada a construção de vias pedonais no centro histórico de Nisa, também através dos apoios do FEDER na prioridade de investimento que assenta na promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, concretizando-se assim alterações nos pisos e pavimentos para melhorar as formas de circulação suaves e reduzir as emissões de carbono no centro histórico da Vila.

⁴⁵ Transportes de velocidade reduzida que ocupam pouco espaço, têm pouco impacto na via pública e que não emitem gases para a atmosfera, como a simples pedonalidade ou a deslocação com recurso a bicicletas, ou quaisquer outros similares, encarados como uma mais-valia económica, social e ambiental. SILVA, 2015 in Resolução da Assembleia da República n.º 3/2009.

Síntese

REDES DE CONETIVIDADE

Nisa encontra-se numa situação favorecida por um conjunto de vias que permitem estabelecer importantes ligações aos territórios circundantes, pese embora a carência de uma ligação direta a Espanha;

Salienta-se a importância do IP2, uma vez que este percorre as freguesias a oeste e a sul do município e facilita a ligação aos grandes centros urbanos;

Várias têm sido as iniciativas no que respeita à beneficiação e infraestruturização da rede viária, bem como à valorização e arranjos no espaço urbano;

O município de Nisa não é percorrido por nenhuma linha de caminho de ferro, a não ser o Ramal de Cáceres, a sul, mas este encontra-se sem exploração. A linha da Beira Baixa possui três estações e está muito próxima do concelho, mas encontra-se separada de Nisa pelo rio Tejo. A recente inauguração da Barca D'Amieira facilitará a travessia e fomentará a utilização do comboio;

Em 2011, 22% do total da população saía do concelho para estudar ou trabalhar noutro município, sendo que cerca de 2/3 eram trabalhadores;

Em média, o tempo gasto na deslocação trabalho ou estudo é até 15,4 min, estando esta duração associada ao uso elevado do automóvel, o que contraria os conceitos de sustentabilidade;

Os indicadores indicam que a rede de transportes públicos deverá ser mais eficiente, por isso o transporte de passageiros flexível pode constituir uma oportunidade de melhor operacionalização do sistema;

O concelho de Nisa é servido por seis linhas de carreira de transportes públicos operadas pela Rodoviária do Alentejo, S.A. e a autarquia criou o transporte social no presente ano, de forma a ligar as freguesias rurais à sede de concelho através de seis circuitos;

Em 2011, a porção de população que saía para estudar ou trabalhar era superior àquela que entrava, o que se pode relacionar com as deslocações decorrentes do ensino superior ou mesma com a carência de emprego dentro dos limites concelhios;

Os modos suaves de transporte têm sido parte integrante da estratégia municipal de Nisa, uma vez que as condições no território estão a ser pensadas e redesenhadas.

5.6. PATRIMÓNIO

O património poderá ser entendido como uma síntese de vários valores identitários que contribuem para um sentimento de pertença e de identificação de um coletivo social, fornecendo elementos de significação cultural, particularmente relevantes num contexto de globalização onde coexistem leituras diferenciadas, que permitem situar-se em relação ao passado quando, muitas vezes, já nada resta dele.

O conceito de património inclui vertentes diversas, desde os edifícios classificados até às frentes urbanas de conjunto ou linguagens arquitetónicas populares e vernaculares, todos são sentidos como identidade local, afirmação coletiva e sinal de pertença. Desta forma, impõe-se uma revisitação aos conceitos e ao território, a fim de estruturar de forma sólida este importante item urbanístico social e cultural.

Assim, importa destacar o valor patrimonial presente no concelho de Nisa, que deve ser preservado e valorizado. À data da 1ª revisão do PDM de Nisa, em 2015, estavam identificados 15 imóveis classificados no concelho (Tabela 31).

Tabela 31. Património classificado e em vias de classificação à data da 1ª revisão do PDM

DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO PDM 2015	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Anta da Vila de Nisa (Anta I de S. Gens)	Classificado	MN - Monumento Nacional
Castelo da Amieira do Tejo	Classificado	MN - Monumento Nacional
Porta de Montalvão, Porta da Vila e restos da muralha da vila de Nisa	Classificado	MN - Monumento Nacional
Pelourinho de Nisa	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Pelourinho de Montalvão	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Capela do Calvário de Amieira do Tejo	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Ponte Medieval sobre a Ribeira de Figueiró	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Fonte da Pipa	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público

DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO PDM 2015	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Cruzeiro de Alpalhão	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Capela de Nossa Senhora da Redonda	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Castelo de Nossa Senhora de Montalvão	Classificado	MIP - Monumento de Interesse Público
Igreja da Misericórdia de Nisa	Classificado	MIP - Monumento de Interesse Público
Conjunto de Nossa Senhora da Graça	Classificado	CIP - Conjunto de Interesse Público
Igreja de Montalvão, com todo o seu recheio	Classificado	IM - Interesse Municipal

FONTE: PDM, 2015

É de salientar que, o Pelourinho de Montalvão, classificado como IIP, não consta na lista do *site* da Direção Geral do Património Cultural, DGPC, ou nos documentos cartografados conhecidos. A autarquia teve conhecimento desta classificação aquando da intervenção na envolvente à Igreja Matriz de Montalvão, tendo seguidamente procedido ao restauro do Pelourinho⁴⁶.

Atualmente, além dos 15 imóveis classificados em 2015 se manterem, foram classificados mais dois imóveis como Monumento de Interesse Municipal - MIM, a Capela da Misericórdia de Arez e a Capela da Misericórdia da Amieira do Tejo (Tabela 32).

Em relação ao património imóvel em vias de classificação, inexistente à data da publicação da 1ª revisão do PDM, a situação também se alterou, estando identificados dois; a Anta I dos Saragonheiros e o Menir do Patalou (Tabela 32).

Tabela 32. Património classificado e em vias de classificação - 2019

DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO PDM 2015	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Anta da Vila de Nisa (Anta I de S. Gens)	Classificado	MN - Monumento Nacional
Castelo da Amieira do Tejo	Classificado	MN - Monumento Nacional
Porta de Montalvão, Porta da Vila e restos da muralha da vila de Nisa	Classificado	MN - Monumento Nacional
Pelourinho de Nisa	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público

⁴⁶ Relatório II Caracterização do Território Municipal. VIII - Sector do Património

DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO PDM 2015	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Pelourinho de Montalvão	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público ⁴⁷
Capela do Calvário de Amieira do Tejo	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Ponte Medieval sobre a Ribeira de Figueiró	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Fonte da Pipa	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Cruzeiro de Alpalhão	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Capela de Nossa Senhora da Redonda	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Castelo de Nossa Senhora de Montalvão	Classificado	MIP - Monumento de Interesse Público
Igreja da Misericórdia de Nisa	Classificado	MIP - Monumento de Interesse Público
Conjunto de Nossa Senhora da Graça	Classificado	CIP - Conjunto de Interesse Público
Igreja de Montalvão, com todo o seu recheio	Classificado	IM - Interesse Municipal
Capela da Misericórdia de Arez	Classificado	MIM - Monumento de Interesse Municipal
Capela da Misericórdia da Amieira do Tejo	Classificado	MIM - Monumento de Interesse Municipal
Anta I dos Saragonheiros	Em Vias de Classificação	-
Menir do Patalou	Em Vias de Classificação	-

FONTE: DGPC, 2019

⁴⁷ Embora a Autarquia tenha conhecimento desta classificação, esta não consta na lista do *site* da Direção Geral do Património Cultural, DGPC, ou dos documentos cartografados conhecidos

Síntese

PATRIMÓNIO

Desde o PDM de 2015 até à atualidade verificou-se a classificação de mais dois imóveis, perfazendo um total de 17 imóveis atualmente classificados no concelho de Nisa.

O município teve conhecimento da classificação do Pelourinho de Montalvão quando interviu na envolvente à Igreja Matriz de Montalvão, embora esta classificação não conste na lista do *site* da DGPC, ou nos documentos cartografados conhecidos

Atualmente estão identificados dois imóveis em vias de classificação no concelho.

5.7. EQUIPAMENTOS

5.7.1. Equipamentos de Educação

Uma das áreas principais no quadro das múltiplas ações de uma Autarquia Local é sem dúvida o ensino. Questões, como o insucesso escolar, abandono pela população em idade escolar da instrução básica, estabelecimentos de ensino e equipamentos de apoio apelativos (com as condições de conforto atualmente exigíveis), boa cobertura de transportes escolares, são imprescindíveis ter em conta quando se pretende combater, por um lado o insucesso escolar e por outro a insatisfação da população neste setor.

O presente capítulo dos equipamentos de ensino do concelho de Nisa terá o seu enfoque na atualização da informação sobre a rede escolar existente em termos quantitativos, sendo que no contexto territorial municipal, conta-se com um mega agrupamento, Escolas de Nisa, que entrou em funcionamento no ano letivo de 2015/2016, num novo edifício construído de raiz que funciona como sede de agrupamento, a Escola Básica e Secundária Professor Mendes do Remédios.

5.7.1.1. Ensino Secundário

O ensino secundário consolida a diversificação e especialização dos percursos educativos e formativos, oferecendo alternativas de educação e formação, cujo teor dominante pode ser de formação geral, vocacional, artística ou profissional. As ofertas educativas neste nível de ensino no concelho (Tabela 33), com duração típica de três anos letivos é assegurada pela Escola Básica e Secundária Professor Mendes do Remédios, localizada na União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão.

Tabela 33. Equipamentos com o ensino secundário

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Escola Básica e Secundária Professor Mendes dos Remédios	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão	Pública	ABCDE

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTE: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, 2019

5.7.1.2. Estabelecimentos de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Compreendem os ciclos de estudo relativos à escolaridade obrigatória, integrando o 2.º Ciclo, jovens com idades de frequência dos 10 aos 11 anos e estende-se por dois anos de escolaridade. O 3.º Ciclo, com idades normais de frequência dos 12 aos 14 anos, compreende três anos de escolaridade em que se pretende neste ciclo de ensino propiciar condições para a aquisição sistemática e diferenciada da

cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida ativa e ao prosseguimento dos estudos, bem como a orientação profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida ativa.

No concelho é também a Escola Básica e Secundária Professor Mendes dos Remédios, localizada na União das freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, que assegura atualmente estas valências de ensino e consequentemente a escolaridade obrigatória.

5.7.1.3. Escolas Básicas do 1.º Ciclo

As escolas com o 1.º ciclo compreendem quatro anos de escolaridade, com idades normais de frequência dos 6 aos 9 anos, proporciona um ensino globalizante da responsabilidade de um único professor (Tabela 34). Tem como objetivos específicos o enriquecimento da linguagem oral e a iniciação da aprendizagem da leitura, escrita, aritmética, cálculo e a aquisição de noções básicas do meio físico e social, expressão plástica, dramática, musical e motora.

Tabela 34. Equipamentos com o ensino básico, 1º ciclo

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Escola Básica e Secundária Professor Mendes dos Remédios	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão	Pública	B

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTE: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, 2019

5.7.1.4. Educação Pré-Escolar e Jardins de Infância

A educação Pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. É de frequência facultativa e é ministrada em jardins de infância públicos ou privados. Os investimentos verificados na última década no desenvolvimento da rede nacional de educação pré-escolar, compreendendo estabelecimentos públicos e privados, visam efetivar a universalidade da educação pré-escolar.

Os estabelecimentos de educação pré-escolar podem funcionar em edifícios distintos ou estar associados a estabelecimentos de ensino básico (Tabela 35). Cada sala de educação pré-escolar deve ter uma frequência mínima de 20 e máxima de 26 crianças. Em territórios de baixa densidade populacional poderá ser autorizada uma frequência inferior a 20 ou a adoção de modalidades alternativas, designadamente de educação itinerante e a animação infantil comunitária.

Tabela 35. Equipamentos com ensino pré-escolar

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Jardim de Infância de Alpalhão	Alpalhão	Pública	A
Jardim de Infância de Tolosa	Tolosa	Pública	A
Centro Infantil da Sta. Casa da Misericórdia	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão	Pública	A

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTES: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, 2019

Assim, no que concerne à rede de equipamentos escolares no concelho de Nisa, importa fazer referência ao investimento através do Portugal 2020, na melhoria do parque escolar, integrando o Eixo 3 – Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino e de Educação Pré-Escolar, cujo projeto do centro escolar de Nisa, se encontra executado.

5.7.2. Equipamentos Desportivos

A prática de atividades físicas e desportivas é, atualmente, uma área de indiscutível importância na qualidade de vida da população que se pretende ativa e dinâmica. De um modo geral, e segundo as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, os espaços onde se realizam atividades podem ser agrupados em:

- Espaços naturais ou espaços adaptados;
- Espaços construídos, espaços artificiais ou equipamentos propriamente ditos.

A caracterização dos equipamentos desportivos, a que se procede aqui neste documento, apoia-se sobretudo nos critérios defendidos relativamente ao conjunto dos equipamentos ditos de base, sem descurar uma breve passagem pelos equipamentos especiais.

Como se foi adiantando anteriormente, os equipamentos desportivos encontram-se classificados em categorias: equipamentos especiais e equipamentos básicos. A hierarquia traçada, definida no Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de novembro, sobre instalações desportivas de uso público, e referenciada nas normas publicadas pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU, é a seguinte:

Tabela 36. Hierarquia da rede de equipamentos para o desporto

Equipamentos Especiais	Competição / Espetáculo	Competição de Alto Nível
	Especializados	Formação Especializada
		Atividades Específicas
Equipamentos Básicos	Formativos / Normativos	Formação
		Recreação
	Recreativos	Recreação
		Jogo Infantil
		Jogo Tradicional

FONTE: Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos, DGOTDU, 2002

5.7.2.1. Grandes Campos de Jogos

Os Grandes Campos de Jogos, GCJ, encontram-se tradicionalmente associados à prática do futebol de onze. É uma modalidade que ao longo dos anos tem tido um papel importante no desenvolvimento desportivo do concelho, apresentando-se, de seguida, os GCJ que se distribuem pelo território municipal de Nisa (Tabela 37).

Tabela 37. Grandes Campos de Jogos

Instalação Desportiva	Localização
Campo de Jogos D. Maria Gabriela Vieira	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Campo de Jogos da Amoreira	Alpalhão
Campo de Jogos Joaquim Rita	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Campo de Jogos de Amieira do Tejo	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Campo de Jogos de Tolosa	Tolosa
Campo de Jogos de Santana	Santana
Campo de Jogos de Salavessa	Montalvão
Campo de Jogos de Arez	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Campo de Jogos de Montalvão	Montalvão

FONTE: CMN, 2019

5.7.2.2. Pequenos Campos de Jogos

Relativamente aos equipamentos desportivos referenciados como Pequenos Campos de Jogos, PCJ, designadamente os polidesportivos descobertos, os pequenos campos, os campos de ténis e outras estruturas similares, o município é servido por seis equipamentos (Tabela 38).

Tabela 38. Pavilhões e Salas de Desporto

Instalação Desportiva	Localização
Minicampo de Futebol das Amoreiras	União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão
Polidesportivo da Cevadeira	União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão
Polidesportivo da Fonte Nova	União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão
Polidesportivo de Alpalhão	Alpalhão
Polidesportivo de Amieira do Tejo	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Polidesportivo de Tolosa	Tolosa

FONTE: CMN, 2019

5.7.2.3. Piscinas Cobertas

Relativamente à oferta de piscinas cobertas, o concelho é servido por dois equipamentos municipais (Tabela 39), sendo importante referir que o Complexo Termal da Fadagosa, compreende duas piscinas, a de cinesioterapia e a de deambulação.

Tabela 39. Piscinas Cobertas

Instalação Desportiva	Localização
Piscina Municipal Coberta	União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão
Complexo Termal da Fadagosa	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo

FONTE: CMN, 2019

5.7.2.1. Piscinas ao Ar Livre

As piscinas descobertas ou ao ar livre são uma tipologia de equipamento desportivo que se apresenta essencialmente com piscinas recreativas e com polivalentes, e o concelho de Nisa tem um destes equipamentos para servir os munícipes, a Piscina Municipal Descoberta localizada na União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão.

5.7.2.2. Pavilhões e Salas de Desporto

Em relação a esta tipologia de equipamentos desportivos, constituídos por salas de desporto polivalente, pavilhões polivalentes e pavilhões desportivos, no município existem vários equipamentos (Tabela 40), sendo esta a categoria mais representativa.

Tabela 40. Pavilhões e Salas de Desporto

Instalação Desportiva	Localização
Pavilhão Desportivo de Nisa	União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão
Pavilhão da EB 2/3 Prof. Mendes Remédios	União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão
Sala Multiusos de Alpalhão	Alpalhão
Sala Multiusos de Arez	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Sala Polivalente da EB do Monte do Duque	Santana
Salão CRC “os amigos do pé da serra”	União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão
Salão da Casa do Povo de Montalvão	Montalvão
Salão da Junta de Freguesia de Tolosa	Tolosa
Salão da Junta de Freguesia de Amieira	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Salão da Sociedade Recreativa Alpalhoense	Alpalhão
Sala de Desporto da ADN	União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão
Ginásio 1 das Termas da Fadagosa	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Ginásio 2 das Termas da Fadagosa	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Ginásio da CERENISA	União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa senhora da Graça e São Simão

FONTE: CMN, 2019

Além da rede existente de equipamentos desportivos, a CMN, empenhada no bem-estar dos seus munícipes tem em fase de projeto a construção da piscina pública ao ar livre de Tolosa, para dotar o concelho de um equipamento desta tipologia.

5.7.3. Equipamentos de Saúde

O acesso aos equipamentos de saúde deverá ser privilegiado e incentivado a baixos custos a toda a população e é um direito consagrada pela Constituição da República que consagra a proteção à saúde de todos os cidadãos e da comunidade, assegurado pelo Serviço Nacional de Saúde.

A rede de cuidados de saúde de Nisa é composta por unidades de saúde primária, constituídas por um Centro de Saúde, CS, com extensões de saúde que prestam cuidados de prevenção primária, promoção e educação para a saúde. Atualmente, no seu conjunto, existem 7 equipamentos de prestação de serviços de saúde (Tabela 41).

Tabela 41. Equipamento de Saúde

Equipamento de Saúde	Localização
Centro de Saúde de Nisa	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Extensão de Saúde de Alpalhão	Alpalhão
Extensão de Saúde de Montalvão	Montalvão
Extensão de Saúde Monte do Arneiro	Santana
Extensão de Saúde de Tolosa	Tolosa
Extensão de Saúde de Amieira do Tejo	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Termas da Fadagosa de Nisa	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo

FONTE: ARS Alentejo, 2019

Importa ressaltar, que embora já referidas no capítulo do turismo de saúde e bem-estar, as Termas da Fadagosa, pelo seu valor terapêutico no tratamento de problemas do aparelho respiratório, metabólico-endócrino, pele, reumáticas e músculo-esqueléticas e pela presença de médicos especialistas em reumatologia e otorrinolaringologia, são também um equipamento de saúde importante no concelho.

Neste momento, a autarquia dispõe de uma Unidade Móvel de Saúde, visando garantir uma vida mais segura e facilitada à população em geral e em particular aos idosos, a pessoas com mobilidade reduzida, com dificuldades de acesso ao Centro de Saúde ou às respetivas extensões e encontra-se especialmente vocacionada para a prevenção, vigilância de saúde e prestação de cuidados clínicos.

O serviço prestado pela equipa da Unidade Móvel é dirigido essencialmente à população idosa, residente em locais afastados, com dificuldades de deslocação e que se encontram sós. Providenciam o acesso aos cuidados de saúde primários que de outra forma seriam inviabilizados, disponibilizando os técnicos de saúde necessários.

Importa destacar o início das obras do novo Centro de Saúde de Nisa, no ano de 2018, cuja sua construção é em 85% financiada por fundos comunitários. O novo centro localiza-se no terreno adjacente ao do centro de saúde já existente, na União das freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão.

5.7.4. Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

Com o objetivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou de escalões etários mais dependentes, as instituições de Segurança Social baseiam a sua ação na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

O exercício da ação social é efetuado diretamente pelo Estado, através da utilização de serviços e equipamentos públicos ou em cooperação com as entidades cooperativas, sociais e privadas não

lucrativas, designadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social, IPSS. O alargamento progressivo da cobertura dos concelhos com rede social tem em conta o princípio do planeamento com o objetivo da adoção de um plano social que vincule a Administração Central, Regional e Local e as instituições. As instituições têm assim o objetivo de estimular o voluntariado social para uma atuação integrada junto dos indivíduos e famílias.

O levantamento realizado para o concelho de Nisa permitiu identificar quais as instituições de cariz social, assim como, as respetivas valências/tipologias das iniciativas dirigidas a favor da diversa população-alvo.

O panorama concelhio, relativamente a equipamentos desta natureza, encontra-se descrito nos pontos seguintes e resulta da consulta ao portal da Carta Social de 2018 que reúne os principais elementos de caracterização da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.

5.7.4.1. Infância e Juventude – Creches e Jardins de Infância

Na área de intervenção da infância e juventude, as creches e jardins-de-infância que tem como definição: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.”⁴⁸

No total, existem em Nisa quatro equipamentos (Tabela 42) que asseguram esta resposta social e que estão integrados em várias instituições.

Tabela 42. Creches e Jardins de Infância

Instituição	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão	Alpalhão
Santa Casa da Misericórdia de Nisa	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Jardim de Infância de Alpalhão	Alpalhão
Jardim de Infância de Tolosa	Tolosa

FONTE: Carta Social 2018, acesso maio 2019

5.7.4.2. Infância e Juventude – Centro de Atividades de Tempos Livres

⁴⁸ Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ^o Secretário de Estado da Segurança Social de 17-01-2006.

Os Centros de Atividades de Tempos Livres reconhecidos como ATL e cuja definição é: “Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.”⁴⁹

Esta resposta social da área de intervenção infância e juventude destina-se a proporcionar atividades ocupacionais e de tempos livres no âmbito sociocultural às crianças do concelho, a partir dos 6 anos de idade, mas também aos jovens nos períodos livres das atividades e responsabilidades escolares.

Em Nisa, são 2 as instituições que nos seus equipamentos disponibilizam este tipo de ocupação de tempos livres (Tabela 43).

Tabela 43. Centro de Atividades Tempos Livres - ATL

Instituição	Freguesia
Centro Social e Paroquial de Alpalhão	Alpalhão
Centro Social de Tolosa	Tolosa

FONTE: Carta Social 2018, acesso maio 2019

5.7.4.3. População Adulta e Idosa – Centros de Convívio

Por definição os centros de convívio tratam de oferecer uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a actividade sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade e direcionadas para o apoio à população adulta e idosa.

O concelho de Nisa conta com esta resposta social no equipamento do Centro de Apoio Social de Salavessa, localizado na freguesia de Montalvão.

5.7.4.4. População Adulta e Idosa – Centros de Dia

Os centros de dia na área de intervenção para a população adulta e idosa, são uma: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.”⁵⁰

⁴⁹ Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

⁵⁰ Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

O centro de dia é uma valência que assegura um conjunto de serviços (refeições, convívio/ocupação, cuidados de higiene, tratamento de roupa, férias organizadas) e que contribui para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

Assim, sob a gestão de nove instituições, distribuídas por várias freguesias (Tabela 44), o município consagra esta resposta social.

Tabela 44. Centros de Dia

Instituição	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão	Alpalhão
Santa Casa da Misericórdia de Montalvão	Montalvão
Centro Social de Santana	Santana
Centro Social de São Matias	São Matias
Centro Social de Tolosa	Tolosa
Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Santa Casa da Misericórdia de Arez	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Santa Casa da Misericórdia de Nisa	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Associação Centro de Dia de Pé da Serra	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão

FONTE: Carta Social 2018, acesso maio 2019

5.7.4.5. População Adulta ou Idosa – Lares de Idosos

Na área de intervenção social relacionada com a população idosa, os lares de idosos que se definem como: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.”⁵¹

Também denominados, segundo a nomenclatura, como estrutura residencial para idosos - vulgo lar de idosos - são estabelecimentos nos quais são desenvolvidas atividades de apoio social, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene e conforto, fomentando o convívio, proporcionando animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes. Existem 6 instituições que gerem e asseguram esta valência (Tabela 45).

Tabela 45. Lares de Idosos

⁵¹ Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ^o Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

Instituição	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão	Alpalhão
Santa Casa da Misericórdia de Montalvão	Montalvão
Centro Social de Santana	Santana
Centro Social de Tolosa	Tolosa
Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Santa Casa da Misericórdia de Nisa	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão

FONTE: Carta Social 2018, acesso maio 2019

5.7.4.6. População Adulta – Serviços de Apoio Domiciliário (Idosos)

Quanto à população adulta e idosa, Nisa nesta área de intervenção das pessoas idosas tem como resposta social os serviços de apoio domiciliário que se definem como: “Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.”⁵²

Por conseguinte, distribuídas pelos equipamentos de várias instituições, existem atualmente oito entidades que asseguram esta tipologia de resposta social (

Tabela 46).

Tabela 46. Serviços de Apoio Domiciliário a Idosos

Instituição	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão	Alpalhão
Santa Casa da Misericórdia de Montalvão	Montalvão
Centro Social de Santana	Santana
Centro Social de Tolosa	Tolosa
Santa Casa da Misericórdia de Arez	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo	União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Associação Centro de Dia de Pé da Serra	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Santa Casa da Misericórdia de Nisa	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão

FONTE: Carta Social 2018, acesso maio 2019

⁵² Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

5.7.5. Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

A segurança pública e a proteção civil convergem num conjunto de serviços indispensáveis à sociedade com dispositivos e medidas de prevenção que asseguram ao cidadão a proteção. Os equipamentos que asseguram esta resposta de segurança e proteção aos cidadãos do município, são os Bombeiros e a Guarda Nacional Republicana, GNR (Tabela 47).

Tabela 47. Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

Equipamento	Freguesia
Destacamento Territorial de Nisa - GNR	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Posto Territorial de Alpalhão - GNR	Alpalhão
Bombeiros Voluntários de Nisa	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Serviço Municipal de Proteção Civil	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Heliporto de Nisa	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão

FONTE: GNR e CMN, 2019

A CMN dispõe ainda de uma estrutura de apoio à Proteção Civil - Heliporto - onde funcionam os Serviços Municipais de Proteção Civil, responsável pela prossecução das atividades de Proteção Civil no âmbito municipal, e que foi, inclusive, cenário de montagem/instalação de toda a equipa de combate aos grandes incêndios de 2017.

Sendo que, compete aos Serviços Municipais de Proteção Civil, assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de Proteção Civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal, possuindo competências inerentes aos domínios do planeamento e operações, prevenção e segurança, e informação pública.

Associado a este espaço e organicamente integrada no Serviço Municipal de Proteção Civil, existe ainda uma equipa de Sapadores Florestais do Município de Nisa, importantes elementos com perfil e formação específica adequados ao exercício das funções de gestão florestal e defesa da floresta, designadamente, através de ações de silvicultura, gestão de combustíveis, acompanhamento na realização de fogos controlados, realização de queimadas, manutenção e beneficiação da rede divisional e de faixas e mosaicos de gestão de combustíveis, e ações de controlo e eliminação de agentes bióticos. A CMN conta assim com duas equipas, uma por gestão da CMN e outra por gestão da CIMAA, contando assim com cinco elementos de cada equipa (dez ao todo).

Síntese

EQUIPAMENTOS

Nisa através dos equipamentos escolares permite o acesso da população desde o pré-escolar até ao ensino secundário;

A prática desportiva é assegurada por equipamentos como grandes e pequenos campos de jogos, pavilhões e salas de desporto;

Na saúde e bem-estar, o município através de equipamentos como o complexo das termas e das piscinas municipais, asseguram esta valência;

Na área social para a infância e juventude conta com seis equipamentos, creches, jardins de infância e ATL;

A resposta social à população adulta e idosa contabiliza 16 respostas sociais, dentro do apoio domiciliários, lares de idosos, centros de dia e centro de convívio;

A segurança pública e a proteção civil são asseguradas por 3 equipamentos, dois da GNR e um dos Bombeiros.

5.8. INFRAESTRUTURAS

As infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, são um suporte básico e essencial para a prestação de um serviço público de primeira necessidade de saúde e bem-estar das populações.

Assim, o país tem uma Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, PENSAAR 2020, consubstanciada no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2007-2013), PEASAR II⁵³, que tanto ao nível do abastecimento de água, como ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais, aponta para a necessidade de remodelação de ambas as redes e respetivos equipamentos para garantir a fiabilidade e qualidade do serviço prestado, que se encontra, atualmente, precavido no PENSAAR 2020⁵⁴ cujo objetivo é servir 90% da população com sistemas públicos de saneamento de água e atingir uma taxa de cobertura do serviço de abastecimento de 95%.

5.8.1. Rede Abastecimento de Água

O Município de Nisa é a entidade titular que, nos termos da lei, tem por atribuição assegurar a provisão do serviço de água “em baixa” em toda a área do concelho, estando a seu cargo todas as atividades de conceção, projetos, construção e exploração dos sistemas públicos e prediais de abastecimento de água para consumo humano.

As infraestruturas existentes no concelho são o suporte eficiente e eficaz de abastecimento de água à população, e o investimento na substituição e aumento da rede, concretiza uma melhoria dos serviços prestados. Sendo que em termos de cadastro, atualmente é a CIMAA que o está a elaborar e será uma excelente ferramenta de gestão para a concretização de estratégia municipal em termos de abastecimento de água. Assim, importa analisar a rede de distribuição da água para consumo no concelho de Nisa e a evolução das infraestruturas que a sustentam (Tabela 48).

Tabela 48. Infraestruturas de abastecimento de água (N.º) e comprimento de condutas (km)

Ano	Captações de água (N.º)	Reservatório de água (N.º)	Instalações de tratamento de água (N.º)	Comprimento total de condutas (km)
2018	4	17	4	87,0
2017	4	16	4	84,4
2016	4	16	4	84,4
2015	8	15	8	84,4

FONTE: CMN, 2019

Podendo constatar-se que, desde 2015 aumentaram os quilómetros de condutas de transporte de água,

⁵³ Despacho n.º 2339/2007, 14 de fevereiro. Diário da República n.º 32/2007, Série II.

⁵⁴ Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril. Diário da República n.º 84/2015, Série II.

no sentido de fazer chegar a rede de água pública a toda a população do concelho, no entanto verifica-se a diminuição do número de captações e aumento do número de reservatórios, para fazer face às alturas de maior escassez, que se deve ao facto do abastecimento em alta se encontrar, atualmente a cargo das Águas do Vale do Tejo, deixando de se justificar manter quatro dessas captações.

5.8.2. Rede Saneamento (águas residuais)

A rede de saneamento municipal integra a rede de coletores de águas residuais domésticas, águas residuais pluviais, estações elevatórias, estações de tratamento e fossas sépticas coletivas.

Em termos de cobertura da rede de sistemas de saneamento de águas residuais, à data de revisão do PDM o concelho já assegurava que 91% da população acedia ao sistema público de saneamento de água residuais, encontrando-se acima da meta da estratégia do PENSAAR 2020 cifrada em 90%.

É nesta senda que o município de Nisa continua a encetar esforços através do investimento na sua rede de infraestruturas de saneamento e tratamento de água residuais (Tabela 49).

Tabela 49. Infraestruturas de tratamento de águas residuais (N.º) e comprimento total de coletores (km)

Ano	Comprimento total de coletores (km)	ETAR (N.º)	Fossas sépticas coletivas (N.º)	Estações Elevatórias (N.º)
2018	59,4	3	12	1
2017	59,3	3	12	1
2016	59,1	3	12	1
2015	59,1	3	12	1

FONTE: CMN, 2019

Do que se apura, a evolução das infraestruturas de tratamento ao nível municipal, são no sentido da ampliação ao nível da recolha de águas residuais pelo aumento do comprimento total de coletores. E conseqüentemente o aumento da quantidade de águas residuais recolhidas que se destinam a tratamento e posterior reutilização.

5.8.3. Telecomunicações

As telecomunicações, tem uma importância determinante no desenvolvimento local e regional por traduzirem uma nova escala de proximidade e de comunicação, com impacto na vida social e económica.

As tecnologias de informação são fundamentais no paradigma atual de desenvolvimento, enquanto facilitadoras da partilha de conhecimento e na redução de custos de produção e transmissão da

informação, assim como na superação de fronteiras geográficas e no aumento da produtividade através da criação de novos modelos de conceção de produtos e serviços.

O concelho de Nisa tem uma linha de cabo (cabo visão) que atravessa todo o município no sentido sul-norte servindo assim a Vila e as freguesias mais populosas, assim como, a Zona de Atividades Económicas (Figura 58).

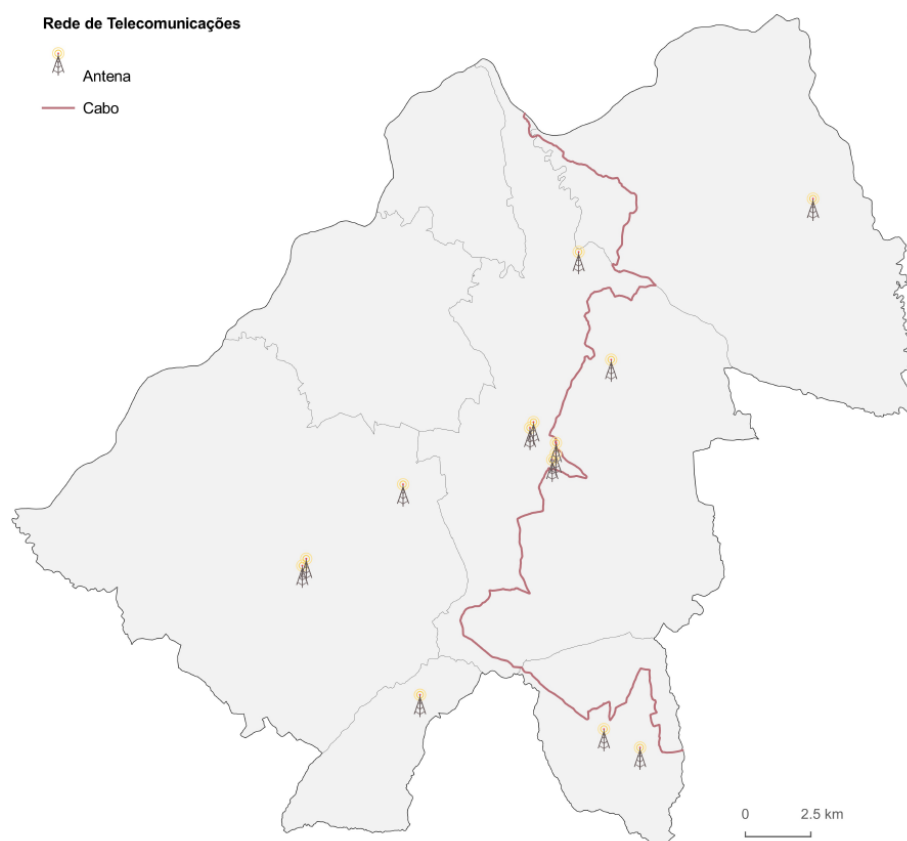


Figura 58. Rede de infraestruturas de telecomunicações

FONTE: CMN, 2019

No que concerne às antenas retransmissoras de sinal de telecomunicações o território do concelho de Nisa é servido por rede constituída por 15, cuja sua localização e distribuição acompanha as áreas onde há mais residentes.

Síntese

INFRAESTRUTURAS

A concretização do cadastro das infraestruturas de água e saneamento está a ser concebida pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo;

A Câmara Municipal de Nisa tem vindo a investir na rede de abastecimento de água com o aumento dos quilómetros de condutas de transporte de água que cobrem o território;

A rede de sistemas de saneamento de águas residuais tem vindo a crescer pelo aumento dos quilómetros de condutas, servindo mais de 90% da população, encontrando-se acima da meta da estratégia do PENSAAR 2020;

No âmbito das telecomunicações o concelho é servido por uma linha de cabo e por várias antenas retransmissoras.

5.9. AMBIENTE

Cada vez mais se reconhece a preocupação com o ambiente, aumentando a consciencialização da sociedade face à importância da utilização de boas práticas, tendo em vista o desenvolvimento sustentado dos recursos.

Neste sentido, interessa abordar um conjunto de indicadores referentes aos resíduos, à qualidade do ar e da água, à energia e ao ruído. Aliás, proceder-se-á também à análise do papel da proteção civil relativamente à defesa da floresta e na resposta a situações de emergência ou catástrofe.

5.9.1. Resíduos

Os Resíduos Sólidos Urbanos, RSU, constituem um dos maiores problemas ambientais das cidades no século XXI. O crescimento exponencial do vulgo “lixo”, a par com uma maior diversidade do tipo de resíduos e uma menor capacidade de se degradarem na natureza, são fatores que nos separam sobremaneira do estilo de vida do início e meados do século XX.

Por este motivo, o município, a fim de assegurar a sustentabilidade, tem assumido a importância de otimização dos recursos disponíveis.

A recolha de resíduos indiferenciados é realizada pela CMN, enquanto que o tratamento e o destino final são da responsabilidade da empresa VALNOR, que é responsável pela gestão, valorização e tratamento dos resíduos urbanos produzidos nos 25 Municípios que compõem a sua área de abrangência.

As infraestruturas de apoio existentes no concelho são conjuntos de ecopontos, que têm a finalidade de receber separadamente os materiais recicláveis: papel, vidro, plástico, metal e pilhas, provenientes da separação na origem (Figura 59).

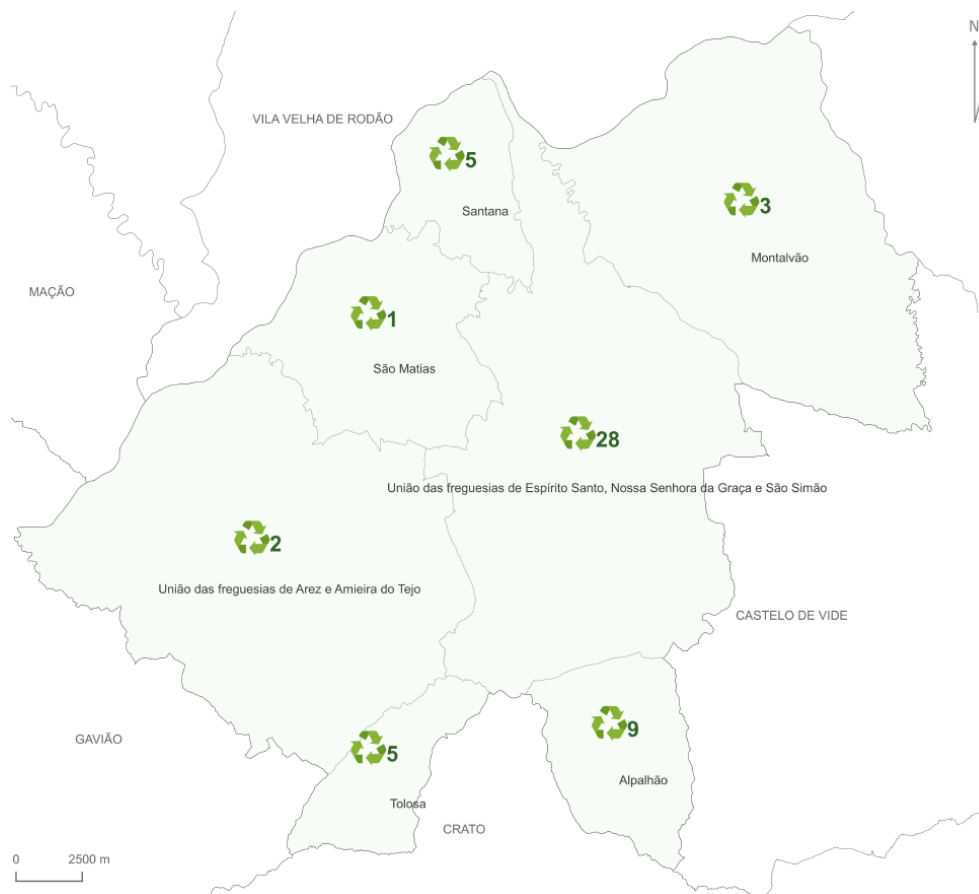


Figura 59. Ecopontos (N.º), por freguesia, no concelho de Nisa

FONTE: CMN, 2019

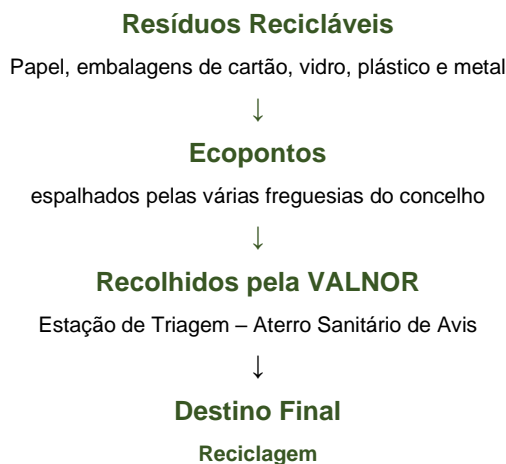
Importa ressaltar que Nisa já conta com 8 ecopontos subterrâneos, distribuídos na zona da vila, reduzindo assim o impacto visual destes equipamentos (Figura 60).



Figura 60. Ecoponto subterrâneo no concelho de Nisa

FONTE: CMN, 2019

A recolha seletiva de lixo permite que Nisa integre o ciclo da recolha seletiva na região:



Para deposição de resíduos indiferenciados os cidadãos têm ao seu dispor cerca de 372 contentores, adquiridos e colocados na via pública pela CMN.

Além dos ecopontos, o concelho conta com Oleões para a recolha diferenciada dos Óleos Alimentares Usados, OAU, e também de ecocentros, que são parques dotados de contentores de grandes dimensões, disponíveis para toda a população, sendo o local ideal para depositar objetos de grandes dimensões, bem como ramagens de árvores e resíduos recicláveis (Tabela 50).

De forma a melhorar a imagem e salubridade pública de toda a área concelhia, os Serviços Camarários têm procedido a uma campanha de sensibilização referente à recolha de óleos lubrificantes usados, referenciando o contentor que está disponível à população nas instalações das Oficinas Municipais, onde os particulares podem fazer entregas destes resíduos.

Tabela 50. Infraestruturas de recolha (N.º), por ano, no concelho de Nisa

Ano	Contentores de recolha de resíduos indiferenciados	Ecopontos	Oleões	"Ecocentros"
2015	372	67	18	4
2016	372	67	18	4
2017	372	67	18	3
2018	372	71	18	3

FONTE: CMN, 2019

Relativamente à recolha seletiva de RSU, é possível confirmar que se tem registado uma evolução positiva em termos quantitativos globais nos últimos anos (Gráfico 22), desde a entrada em vigor do PDM em 2015.

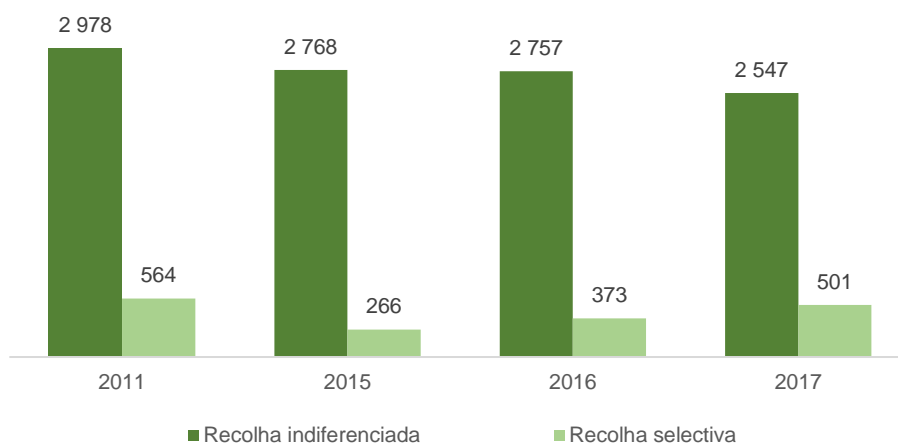


Gráfico 22. Resíduos urbanos recolhidos (t), por ano, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2015-2017

No entanto, os valores em toneladas eram superiores em 2011, devido ao facto de existir mais população que atualmente, o que é notoriamente positivo no que concerne à eficiência na separação dos resíduos.

Quando se observa por tipologia, o maior aumento na recolha seletiva é acompanhado pela diminuição dos resíduos de recolha indiferenciada, resultado da aposta municipal em ações planeadas no sentido de atingir as metas definidas pelo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, PERSU 2020, para a região.

Em contrapartida, quando analisados os dados desde a entrada em vigor do atual PDM, em relação ao lixo total produzido no município, verifica-se que há bastantes respostas no sentido da recolha seletiva (Tabela 51).

Tabela 51. Resíduos recolhidos (t), por ano, no concelho de Nisa

Ano	Resíduos indiferenciados	Vidro	Papel/Cartão	Embalagens	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos	Óleos Alimentares Usados	Pilhas e acumuladores	Monos
2015	2 651,20	126,1	151,8	113,4	0,9	6,8	0,3	117,2
2016	2 640,70	136,3	150,5	96,8	0,5	5	0,3	136,6
2017	2 534,70	138,1	105,2	81,2	0,1	5,6	0,3	148
2018	2 546,60	78,8	101,5	69,2	1,5	5,6	0,2	151,8

FONTE: CMN, 2019

Ademais, a evolução nos últimos três anos é positiva, constatável na eficiência da separação e recolha seletiva dos lixos produzidos em toneladas anuais, com particular relevância para a diminuição das quantidades de resíduos indiferenciados.

Em relação ao tipo de destino dos resíduos e a sua utilização ou valorização (Tabela 52), existem dados sobre as estratégias de valorização que vão além da valorização multimaterial.

Tabela 52. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de destino, no concelho de Nisa

Ano	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Valorização multimaterial
2017	1 442	0	1 082	373
2016	1 406	0	1 064	418
2015	253	234	1 194	526
2014	257	0	1481	1532
2013	427	0	1379	1541
2012	738	0	1954	651
2011	1826	0	1051	665

FONTE: INE, 2011-2017

Por conseguinte, nos últimos anos é verificável o aumento das toneladas totais de lixo, fruto da aposta numa rede estruturada de recolha municipal. No entanto, em termos de destinos diferenciados e de valorização dos resíduos, os números têm vindo a decrescer nos últimos anos, o que se pode justificar pela não aposta na valorização dos mesmos, com exceção do ano de 2015, em que se percebe pelos dados estatísticos disponíveis, na medida em que os resíduos foram direcionados para as várias tipologias de valorização, menor foi a quantidade, cujo destino foi o aterro.

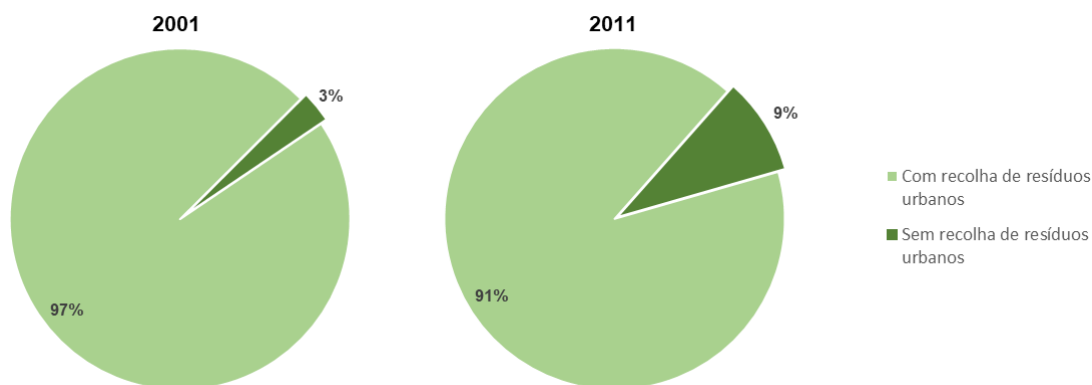


Gráfico 23. Edifícios (N.º), por existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2001 e 2011

Relativamente ao edificado servido ou não por recolha de resíduos urbanos (Gráfico 23), destaca-se o facto de os edifícios abrangidos com sistema de recolha constituírem 97% do total em 2001, e 91% em 2011, o que denota uma diminuição em seis pontos percentuais do número de edifícios com sistema de recolha e conseqüentemente o aumento para 9% dos edifícios sem recolha de resíduos urbanos. O que se justifica pelo aumento do número de edifícios e de alojamentos no município.

5.9.1.1. Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos

Segundo a Agência Portuguesa para o Ambiente, APA, o PERSU, aprovado em 1997, configurou um instrumento de planeamento de referência na implementação de um conjunto de ações para a concretização da política de resíduos urbanos.

Neste âmbito, o PERSU 2020, para o período compreendido entre 2014 e 2020, foi aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 179, de 17 de setembro.

A estratégia preconizada neste Plano tem o objetivo de garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas. Promove ainda a minimização da produção e da perigosidade dos resíduos e procura integra-los nos processos produtivos como materiais secundários por forma a reduzir os impactes da extração de recursos naturais e assegurar os recursos essenciais à economia, ao mesmo tempo que se criam oportunidades de desenvolvimento económico e de emprego.

Neste sentido, o PERSU 2020 define a política, as orientações e as prioridades para os resíduos urbanos, designadamente:

- *Resíduos geridos como recursos endógenos, minimizando os seus impactes ambientais e aproveitando o seu valor socioeconómico.*
- *Eficiência na utilização e gestão dos recursos primários e secundários, dissociando o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos.*
- *Eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de RU em aterro até 2030.*
- *Aproveitamento do potencial do setor dos RU para estimular economias locais e a economia nacional: uma atividade de valor acrescentado para as pessoas, para as autarquias e para as empresas, com capacidade de internacionalização, no quadro de uma economia verde.*
- *Envolvimento direto do cidadão na estratégia dos RU, apostando -se na informação e em facilitar a redução da produção e a separação, tendo em vista a reciclagem.*

O município está inserido no sistema VALNOR, que tem uma estratégia assumida para apoio ao cumprimento das metas atribuídas pelo PERSU 2020, com o principal intuito de diminuir a deposição de resíduos em aterros, aumentar as quantidades de materiais recicláveis, fomentar a cidadania ambiental e responsabilizar infratores, em compatibilização com a estratégia do plano estratégico.

Neste âmbito, foram estabelecidas metas aplicáveis aos sistemas de gestão de resíduos, tendo sido fixadas para o sistema as seguintes:

- Retomas de recolha seletiva - 32 kg/hab;
- Preparação para reutilização e reciclagem – 35%;
- Meta máxima de deposição de RUB em aterro – 50%.

Para que a VALNOR possa atingir os valores acima apresentados é fundamental, entre outros, o contributo do município de Nisa. De referir, contudo, que o apoio do município se centra fundamentalmente no cumprimento das metas de retoma da recolha seletiva, o que tem vindo a ser feito através do investimento numa maior e melhor rede de ecopontos.

5.9.2. Qualidade do Ar

O ar é um recurso natural que, ao contrário de outros, não necessita de ser racionalizado em termos de quantidade, mas precisa de ser gerido ao nível da qualidade.

A APA, com base em informação recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, CCDR, disponibiliza o índice da Qualidade do Ar, que é calculado, recorrendo aos dados das redes de Medição da Qualidade do Ar, constituídas por Estações de Monitorização da Qualidade do Ar, EMQAr, e atribuído por zonas do país.

O Índice de Qualidade do Ar (IQar) de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos, neste caso pela estação localizada em Terena (São Pedro), Alandroal.

Na Figura 61 apresentam-se os históricos anuais dos Índices de Qualidade do Ar calculados para os anos de 2010 e 2015, último resultado validado disponível, ambos indicativos das condições gerais da qualidade do ar registadas nestes anos.

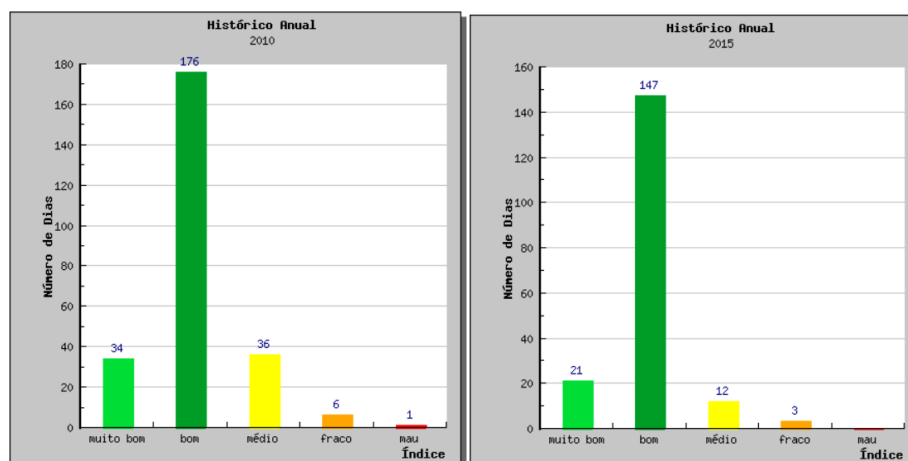


Figura 61. Índice da qualidade do ar na Zona Alentejo Interior

FONTE: QualAr, APA, 2010 e 2015

Estes resultados revelam que o IQar na região em análise é geralmente bom, sem se registar qualquer ocorrência de alguma situação em que as concentrações de poluentes atmosféricos se situam acima dos valores estipulados no quadro legal vigente, em função sobretudo das expressivas emissões do tráfego automóvel.

De um modo geral, é possível observar que se mantem a qualidade do ar para o período entre 2010 a 2015, tendo-se, contudo, registado de 2010 para 2015 um decréscimo do número de dias com um IQar Muito Bom e Bom.

5.9.3. Qualidade da Água

O mais precioso bem do planeta é a água, sendo insubstituível e indispensável para a vida na Terra. A sua disponibilidade sempre será uma condição essencial à fixação da população e ao desenvolvimento das atividades humanas.

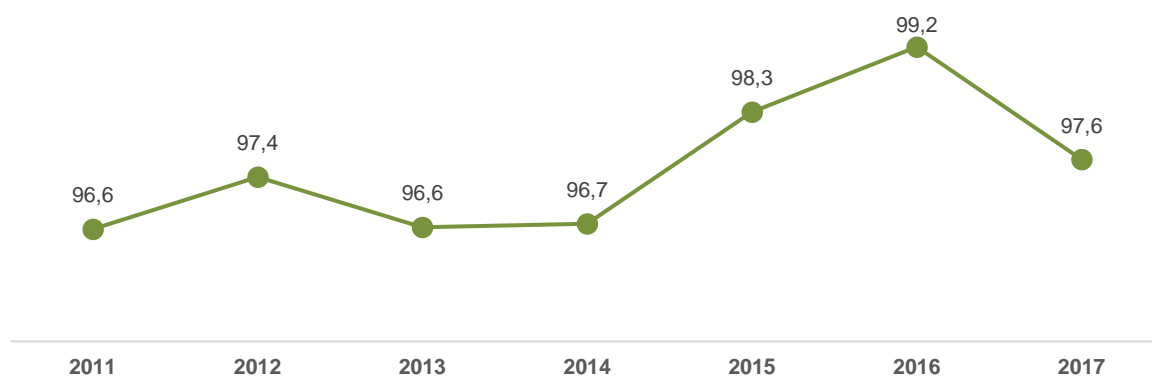


Gráfico 24. Água segura (%)

FONTE: ERSAR, 2019

De acordo com os dados disponibilizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR, a qualidade da água para consumo no concelho de Nisa (Gráfico 24) revela que em 2011 foi quando se registou a percentagem de água segura mais baixa, 96,6%, o aumento da qualidade da água tem vindo a ser constante ao longo dos anos, sendo que em nenhum ano de análise se obtiveram valores indicativos de água 100% segura para consumo, sendo o mais aproximado conseguido em 2016, cifrado em 99,2%.

Tabela 53. Análises (N.º) das águas para consumo humano, por parâmetro de qualidade, no concelho de Nisa

Ano	Análises regulamentares obrigatórias	Análises realizadas obrigatórias	Análises em falta	Análises realizadas com valor paramétrico	Análises em cumprimento do valor paramétrico	Análises em incumprimento do valor paramétrico
2017	924	973	0	749	731	18
2016	931	987	0	763	757	6
2011	1032	1115	0	854	825	29

FONTE: INE, 2007, 2016 e 2017

Nas análises à qualidade da água foram sendo realizadas ao longo dos anos (Tabela 53), o número de observações de controle diminuiu de 2011 para os anos mais recentes, cumprindo-se sempre o número de análises obrigatórios, cifraram-se sempre em 0 as em falta. A evolução de 2011 para 2017 é notória, com uma diminuição de 11 análises em incumprimento com os valores de parâmetros de qualidade. No entanto, no ano de 2016, só houve seis análises em incumprimento o que denota alguns investimentos nas questões de tratamento da água para consumo humano.

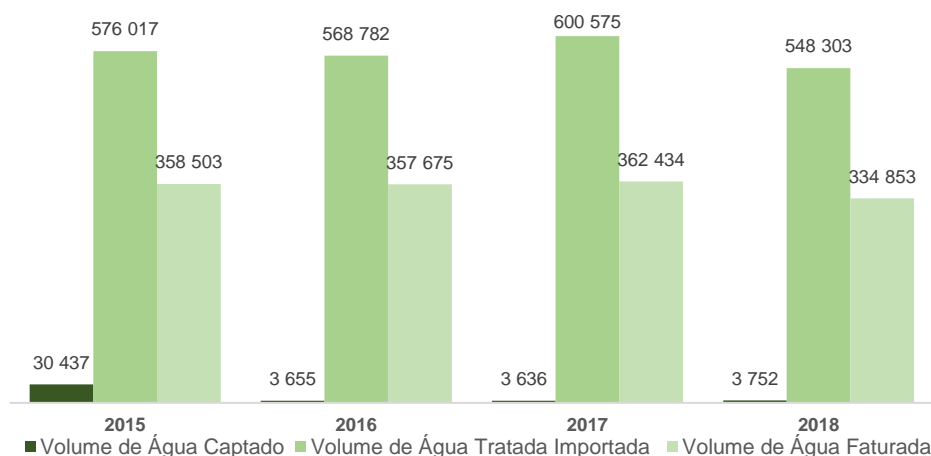


Gráfico 25. Volume de água captada, importada e faturada (m³)

FONTE: CMN, 2019

Relativamente ao volume de água captado, há uma redução de 2015 para 2018 (Gráfico 25). Quando se cruza a informação relativamente à água tratada, atendendo a que para colmatar as necessidades de consumo, esta é na sua maioria importada, percebe-se a diminuição das instalações de tratamento no concelho. Por outro lado, considerando a perda de efetivos populacionais, o que se tem vindo a assistir nos últimos anos, é a uma redução no total de água faturada.

A água, como bem escasso, é um recurso que deve ser gerido no sentido da sua reutilização e aproveitamento.

Assim, o investimento na rede de infraestruturas de saneamento e tratamento de águas residuais acarreta o aumento do volume de água residual recolhida para tratamento, que consequentemente é exportada e faturada, com retorno económico para o município (Gráfico 26).

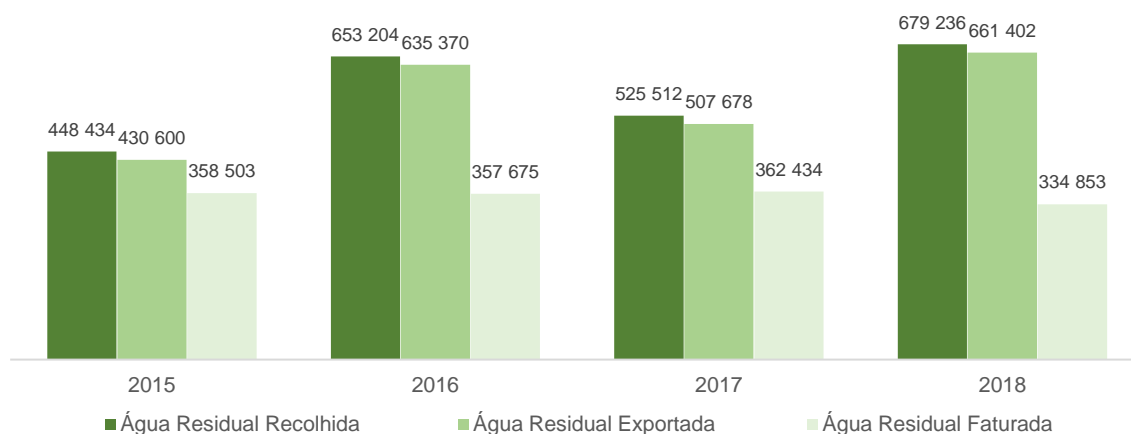


Gráfico 26. Volume de águas residuais recolhida, exportada e faturada (m³)

FONTE: CMN, 2019

5.9.4. Ruído

O ruído é uma das principais causas da diminuição da qualidade do ambiente urbano. Os transportes são, em geral, as principais fontes, embora as obras de construção civil e as atividades comerciais e industriais sejam também importantes contribuintes. Habitualmente, os tipos de ruídos presentes nas cidades são provenientes de:

- *Ruído de Vizinhança* – associado ao uso habitacional e às atividades que lhes estão inerentes, pela sua duração, repetição ou intensidade são influentes na tranquilidade dos vizinhos ou na saúde pública;
- *Atividades Ruidosas* – suscetíveis de produzir ruído nocivo ou incomodativo para os que habitem, trabalhem ou permaneçam nas imediações do local onde ocorrem;
- *Atividades Ruidosas Temporárias* – assumem carácter não permanente, tais como obras de construção civil, competições desportivas, espetáculos, festas ou outros divertimentos, feiras e mercados.

À data do presente relatório apenas se dispunha do Mapa de Ruído, MR ao ano de 2010. Neste âmbito, não foi possível compreender a sua evolução. De referir, no entanto, que o MR de Nisa foi elaborado, considerando os dados e critérios que se seguem.

Os dados para a elaboração do MR do concelho foram os seguintes:

- Clima;
- Geografia e geomorfologia;
- Cartografia digital base fornecida pelo cliente;

- Contagens de tráfego rodoviário com distinção ligeiros/pesados. Velocidades permitidas e perfil da via, para o período diurno e noturno.

A realização do mapa de ruído englobou as seguintes fases:

- Identificação e levantamento das principais fontes de ruído rodoviárias;
- Identificação e levantamento das principais fontes de ruído industriais;
- Identificação de barreiras (muros, taludes);
- Realização de medições de ruído junto às fontes de ruído, em pontos considerados estratégicos;
- Introdução dos dados recolhidos e fornecidos pela autarquia num programa informático, de forma a reproduzir o ambiente sonoro do Concelho;
- Comparação dos dados medidos com os resultados obtido pelo programa informático;
- Impressão final do Mapa de Ruído e análise final por inspeção visual, para eventuais deteções de erros de processamento.

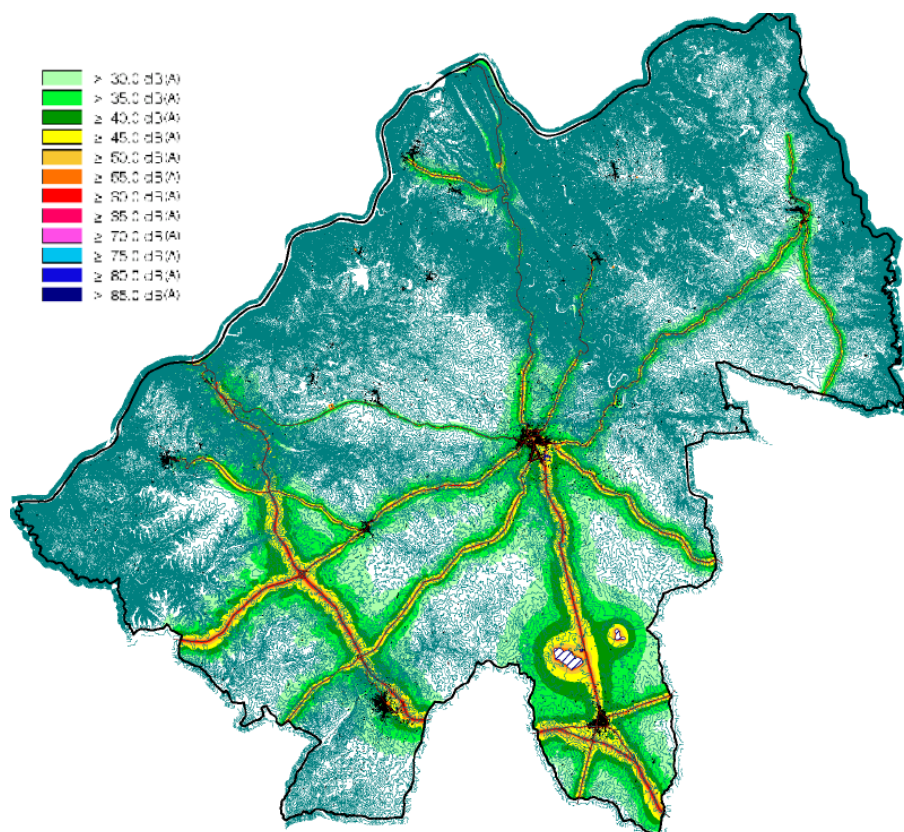


Figura 62. Mapa de Ruído Diurno do concelho de Nisa

FONTE: CMN, 2010

Como seria de esperar, a título ilustrativo identifica-se o mapa respeitante ao ruído diurno (Figura 62), onde as áreas mais ruidosas, representadas a cores mais escuras, como a azul, e os vermelhos, distribuem-se ao longo das vias com mais tráfego e junto às indústrias. Por sua vez, as fontes menos ruidosas são as que apresentam cores mais claras, isto é, a verde.

De facto, o MR constitui uma ferramenta útil na gestão e controlo da poluição sonora, permitindo identificar situações prioritárias a integrar em planos de redução de ruído.

5.9.5. Energia

A energia constitui um tema estratégico no contexto geopolítico global, uma vez que o desenvolvimento dos países depende de uma infraestrutura energética capaz de colmatar as necessidades da população e das atividades económicas.

Ademais, o tipo de fonte de energia utilizada tem implicações ambientais, que devem ser consideradas aquando da definição das metas de sustentabilidade.

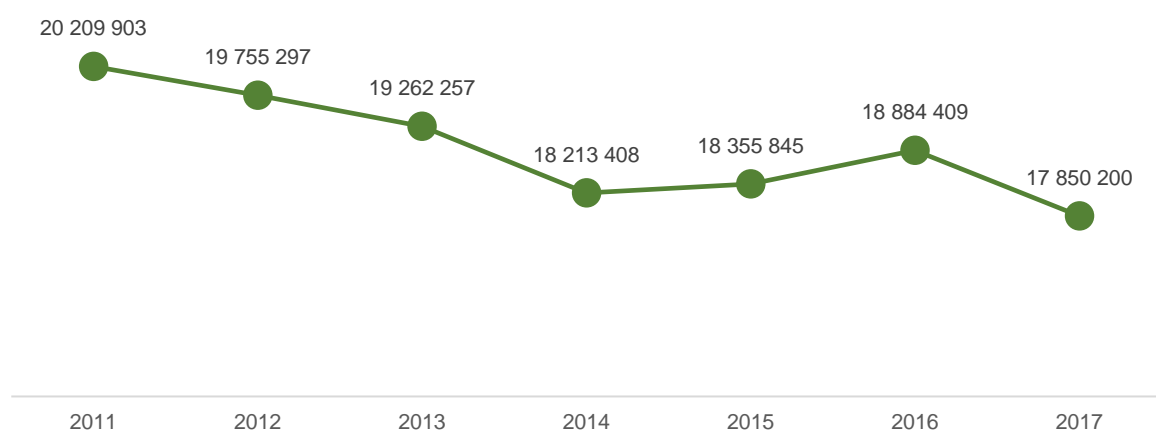


Gráfico 27. Consumo total de energia elétrica (kWh)

FONTE: INE, 2007-2017

No caso particular de Nisa, o consumo total de energia elétrica (Gráfico 27) arrolou uma progressiva diminuição até 2014, tendo em conta o período em análise. No entanto, a partir desse ano os consumos começam a aumentar ligeiramente até 2017, ano em que se regista novamente uma diminuição, no caso decorrente da diminuição de população residente e conseqüentemente do número de consumidores domésticos, cujo peso é determinante.

Assim, quando se cruza o total de consumos com a tipologia (Gráfico 28), verifica-se que a maior fatia em termos de consumo de energia elétrica é no consumo doméstico e não doméstico, sendo este último a única tipologia que regista aumentos no decénio em causa.

Por conseguinte, o que se apura no global é que o consumo total tem vindo sempre a diminuir, com particular relevância para a iluminação pública e no interior dos edifícios do estado (Gráfico 28), em que a diminuição é mais acentuada, em resultado das estratégias de eficiência energética encetadas pela câmara municipal e também em colaboração com a CIMAA e com a Energias de Portugal, EDP.

Não esquecendo que Nisa é um dos concelhos associados da AREANATEjo – Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo que tem por missão contribuir para a eficiência energética e para o melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, e tem vindo a desenvolver projetos e métodos de uso racional da energia e dos recursos com vista à promoção de um desenvolvimento local sustentável, concretamente, para a obtenção de uma maior eficiência energética e melhor desempenho ambiental dos concelhos que integra.

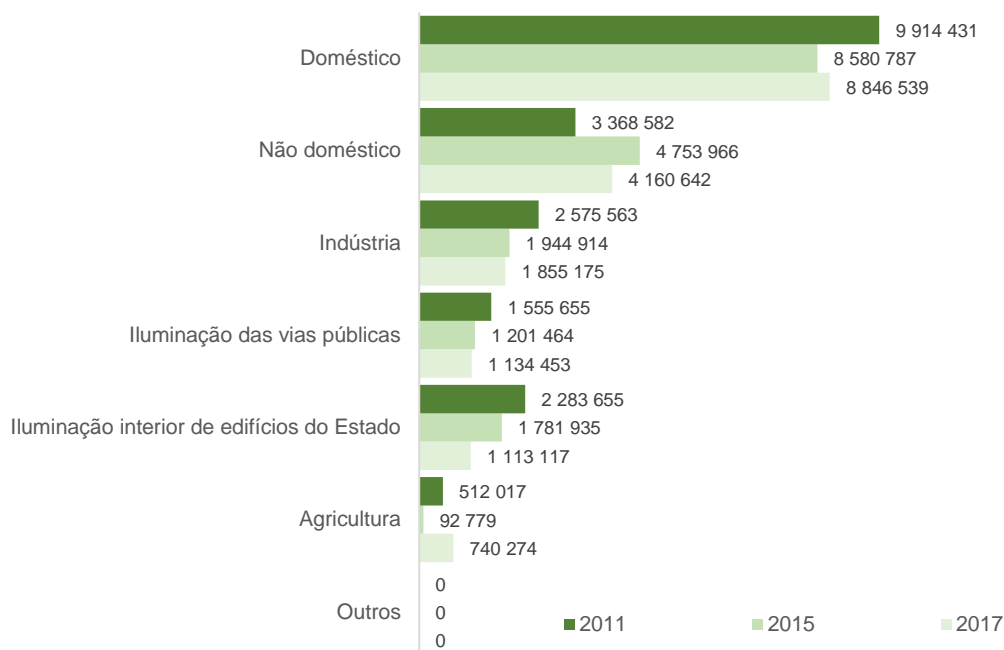


Gráfico 28. Consumos de energia elétrica (kWh), por tipo de consumo, no concelho de Nisa
 FONTE: INE, 2011, 2015 e 2017

Por outro lado, quando se observa o número de consumidores de energia por tipologia de consumo (Gráfico 29), atendendo ao período em análise, verifica-se que só os consumidores domésticos apresentam uma dinâmica crescente, justificável pelo aumento do número de edifícios e pelo número de alojamentos, o que resulta no crescimento do número de potenciais consumidores.

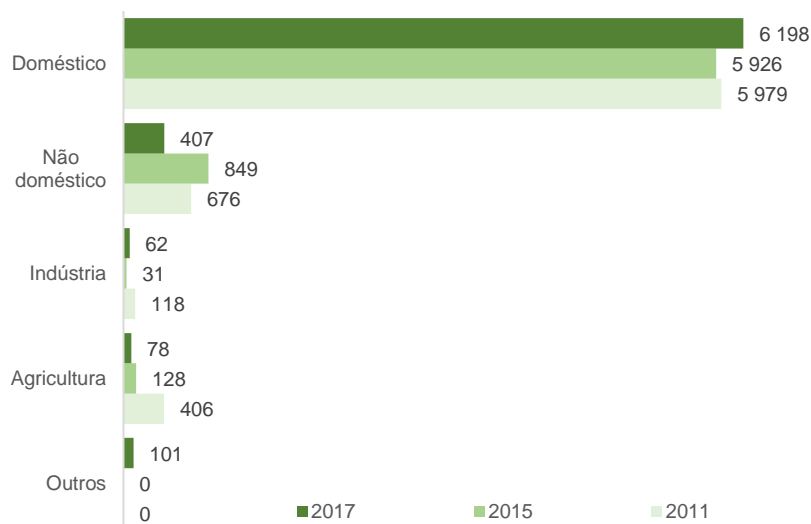


Gráfico 29. Consumidores de energia elétrica (N.º), por tipo de consumo, no concelho de Nisa

FONTE: INE, 2011, 2015 e 2017

Importa ressaltar, a partir de 2011, a diminuição do número de consumidores industriais pela diminuição de pequenas unidades, decorrente da crise económica que assolou o país, mas também o número de consumidores agrícolas, cuja atividade no concelho tem sido marcadamente familiar e de subsistência.

No entanto, quando comparada a diminuição do número de consumidores e a evolução do consumo total de energia elétrica no município, a diminuição fica a dever-se à redução do número de consumidores na sua globalidade, mas também as ações no âmbito da eficiência energética.

Assim, como preocupação do município de Nisa, na persecução do objetivo de qualificação do território, tem-se vindo a apostar no desenvolvimento urbano sustentável através de projetos apoiados pelo Alentejo 2020 e enquadrados no objetivo:

- Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética.

5.9.6. Proteção Civil

5.9.6.1. Defesa da Floresta

A elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, PMDFCI, dá cumprimento ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. O referido decreto foi sujeito a sucessivas alterações⁵⁵, procedendo-se em 21 de janeiro do presente ano, à sétima alteração com o Decreto-Lei n.º 14/2019.

O PMDFCI contém as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios, para além das medidas de prevenção, inclui a previsão e o planeamento integrado das intervenções das entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de um incêndio florestal e tem por objetivo construir uma ferramenta, ao nível do concelho, que permite a implementação das disposições presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A elaboração do PMDFCI de Nisa foi responsabilidade da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, CMDF, em concordância com outros Planos de incidência regional ou nacional e rege-se ainda pelas orientações estratégicas definidas pelo Conselho Nacional de Reflorestação, sendo a sua estrutura tipo, estabelecida pela Portaria n.º 1139/2006⁵⁶, de 25 de outubro e Despacho n.º 4345/2012⁵⁷, de 27 de março.

Elaborado em 2014, o PMDFCI de Nisa implementa a nível municipal, as linhas orientadoras do plano nacional e assenta em cinco eixos de atuação:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Para cada um destes eixos há um conjunto de metas e indicadores definidos pelo plano e a implementar entre 2015 e 2020. Deve referir-se que se encontra em elaboração o novo PMDFCI com um horizonte temporal de dez anos, em conformidade com o Regulamento publicado através do Despacho n.º 443-A/2018 e consiste na implementação de medidas preventivas, que visam diminuir o risco de incêndio,

⁵⁵ Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, 83/2014, de 23 de maio, e 10/2018, de 14 de fevereiro, e pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

⁵⁶ Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

⁵⁷ Homologa o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI).

o número de ocorrências e as áreas percorridas por incêndios. Sendo um Plano de carácter dinâmico e evolutivo poderão ser introduzidas alterações, sempre que assim se justificar.

A 3.ª Geração dos PMDFCI formula que não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas como de alta e muito alta perigosidade na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI no exterior das áreas edificadas consolidadas, salvaguardando determinadas exceções específicas. Caso esta disposição não seja respeitada, a consequência é a invalidade (mais precisamente a anulabilidade) do ato de licenciamento praticado ou a absoluta inoperância, donde a obrigatoriedade da apresentação de uma comunicação prévia.

Já no caso de construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes fora das áreas edificadas consolidadas, em zonas classificadas no PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade de incêndio, as mesmas apenas poderão ser viabilizadas desde que cumpram um conjunto de requisitos legais.

Com a última vaga de incêndios florestais que arrasou o nosso país, as Faixas de Gestão de Combustível, FGC, assumiram um carácter estratégico no planeamento da defesa da floresta contra incêndios dos territórios, vinculando todos os proprietários e entidades responsáveis pela gestão de combustível no solo rural, obrigando-os à execução destas faixas, de acordo com o definido no respetivo PMDFCI e legislação em vigor.

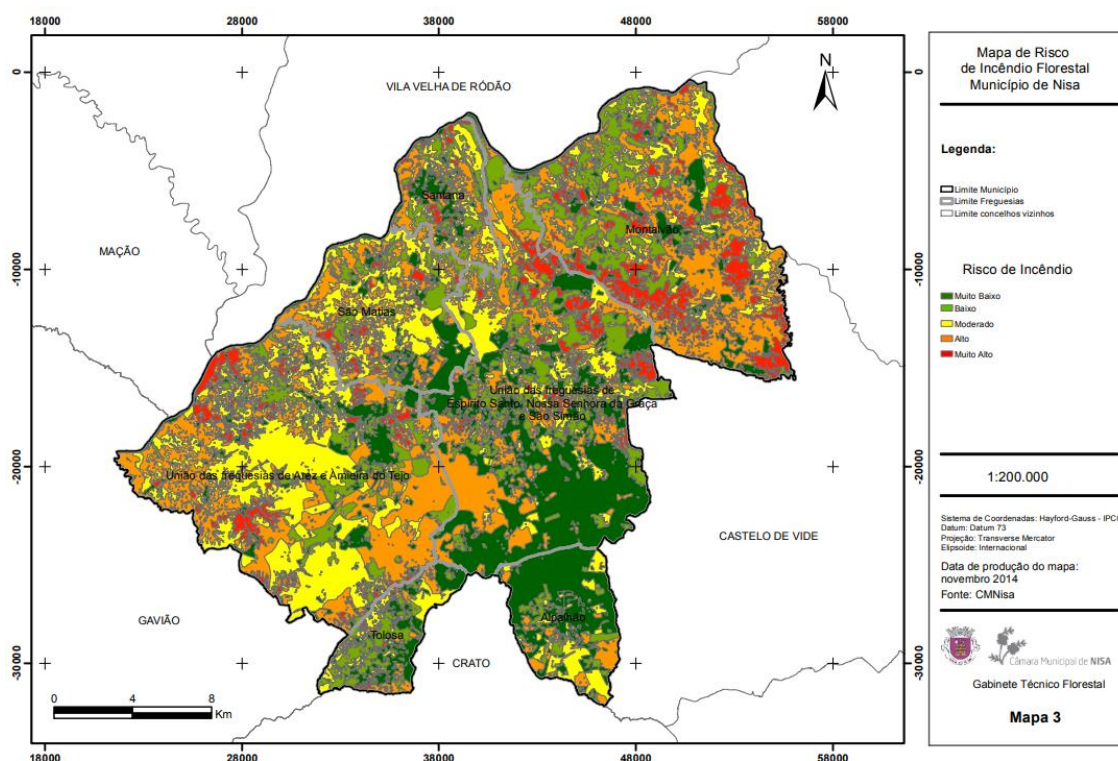


Figura 63. Mapa de Risco de Incêndio Florestal no concelho de Nisa

FONTE: CMN, 2014

Como é possível retirar da análise da carta de risco dendrocaustológico ou de incêndio florestal apresentada, as áreas que são suscetíveis de risco elevado e muito elevado, recaem maioritariamente nas que estão em zonas de relevo mais acentuado e com povoamento florestal (Figura 63).

No município desde 2018 que há uma Zona de Intervenção Florestal, ZIF (Figura 64), como se explica de seguida e que delimita uma área florestal que abrange as freguesias de Santana, São Matias e um segmento a norte da União de freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão.

A criação da ZIF da Ribeira de Nisa, n.º 198, processo n.º 309/16-ICNF, localizada no município de Nisa, acontece no ano de 2018 por iniciativa de requerimento de um grupo de proprietários e produtores florestais ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ICNF, sendo deliberada a sua constituição pelo Conselho Diretivo.



Figura 64. Enquadramento da ZIF da Ribeira de Nisa

FONTE: ICNF, 2018

São áreas territoriais contínuas e delimitadas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade cujos objetivos são:

- *Promover a gestão sustentável dos espaços florestais que as integram;*
- *Coordenar, de forma planeada, a proteção dos espaços florestais e naturais;*

- *Reduzir as condições de ignição e de propagação dos incêndios;*
- *Coordenar a recuperação dos espaços florestais e naturais quando afetado pelos incêndios;*
- *Dar coerência territorial e eficácia à ação da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais.*

A delimitação da ZIF abrange uma área total com 11 385 hectares ocupados por espaços florestais. Com a constituição da ZIF da Ribeira de Nisa, pretende-se promover o investimento no território, através dos Planos de Gestão, cuja concretização é garantida sob a forma de apoio ao seu funcionamento e conseqüentemente a realização do Cadastro Florestal, intervenções de Silvicultura Preventiva e de Produção Florestal efetiva e implementação de procedimentos que conduzam à Certificação de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável.

Com a implementação desta zona de intervenção, o município e a região irão beneficiar com a gestão sustentável dos espaços florestais que integra, vendo salvaguardada a recuperação da fauna e flora existentes e por outro lado ver reduzidas as condições de ignição e de propagação de incêndios, e não menos importante o seu aproveitamento para o sequestro de carbono.

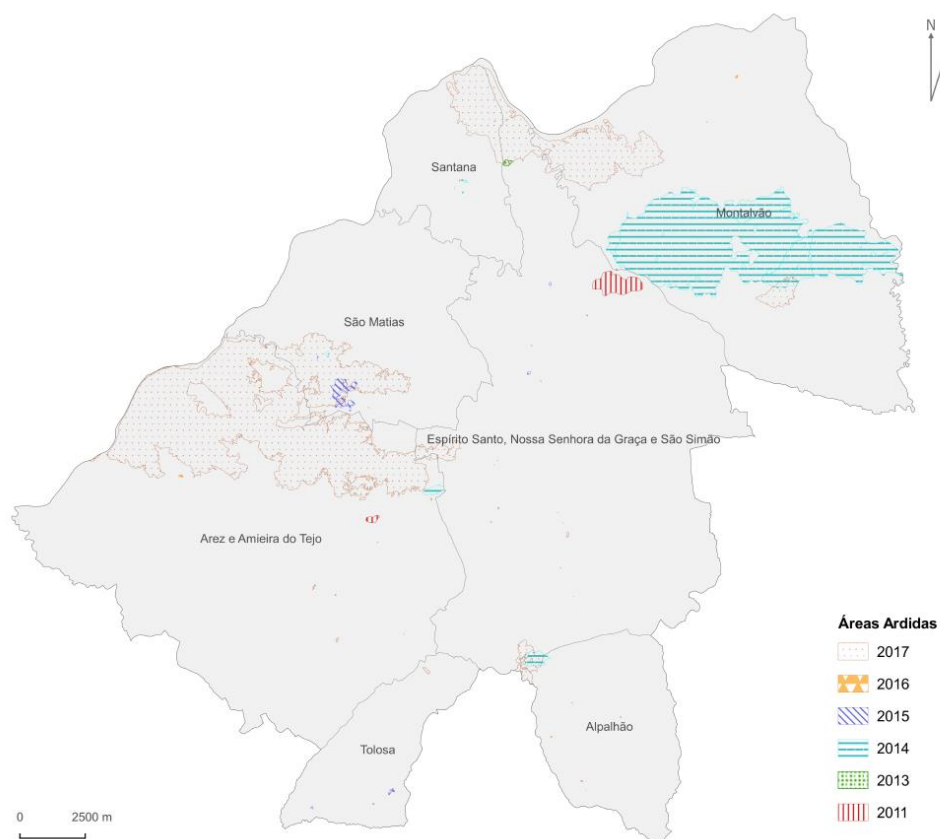


Figura 65. Áreas ardidas no concelho de Nisa

FONTE: ICNF, 2018

Neste âmbito, no panorama de áreas ardidas entre 2007 e 2018 (Figura 65), destacam-se nesta década quatro incêndios de alguma dimensão e restritos à área do território com relevo mais acidentado a norte e onde predominam, segundo do COS 2015 as Florestas e Meios Naturais e Semi-Naturais, dos quais 42% é floresta de eucalipto, que atendendo à sua proliferação a norte no concelho, a CMN tem vindo a encetar ações, no sentido de travar o seu crescimento.

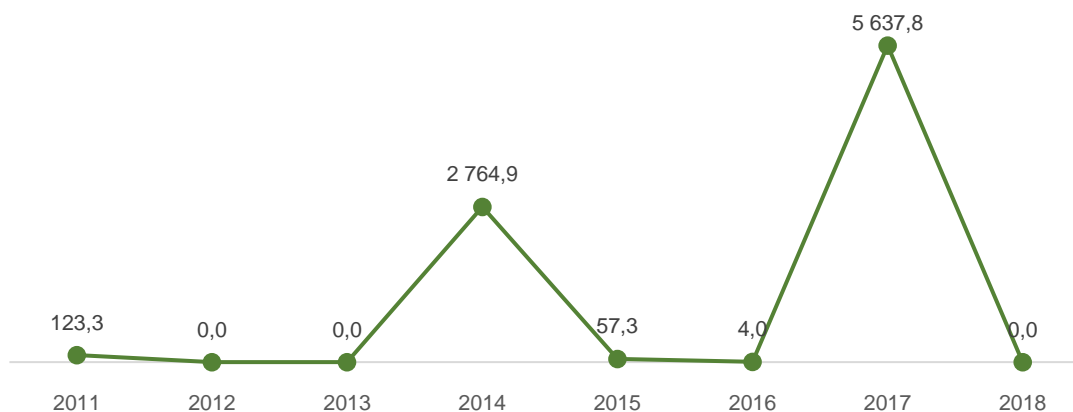


Gráfico 30. Áreas ardidas (ha) no concelho de Nisa

FONTE: ICNF, 2008-2018

Em relação ao histórico recente de áreas ardidas no território concelhio (Gráfico 30), registaram-se dois grandes incêndios florestais, um em 2014 em que arderam mais de 2 700 ha e outro em 2017, cuja a área ardida foi mais de 5 600 ha. Ainda de ressaltar que apesar de estarmos num contexto de territórios de baixa densidade com elevado índice de despovoamento e abandono do mundo rural, no município não há muitas ocorrências, nem mesmo incêndios de grande dimensão, à exceção do que ocorreu em 2017, um ano em que o país foi assolado por este flagelo e em que foi executado o Fundo de Emergência Municipal 2017 no concelho de Nisa para fazer face aos prejuízos.

Assim, no sentido da mitigação do risco de incêndio florestal o município, tem executadas ações como as Faixas de Interrupção de Combustível, FIC, prioritárias no concelho de Nisa. Tem em execução as FIC não prioritárias e o projeto Floresta Comum que resulta de uma parceria com o ICNF cujo objetivo é enriquecer o coberto florestal nacional com espécies autóctones. E através do Fundo Florestal Permanente do ICNF, também tem em execução ações que configuram o apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais.

Há ainda a referir o Protocolo de Colaboração assinado entre a Câmara Municipal e a Agência Portuguesa do Ambiente tendo em vista a Requalificação das Linhas de água afetadas pelos Incêndios de 2017, que estabeleceu intervenções estratégicas, nomeadamente, trabalhos de corte e remoção de material vegetal arbóreo e arbustivo ardido; remoção de sedimentos e outro material nos leitos e recuperação da secção de vazão de passagens hidráulicas e pontões.

5.9.6.2. Situações de emergência ou catástrofe

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, PMEPC, de Nisa foi elaborado em 2015 pelos Serviços Municipais de Proteção Civil e determina um conjunto de medidas, normas, procedimentos e missões, destinadas a dar resposta a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como a mitigar as suas consequências.

Um dos principais objetivos da Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho, incide sobre a necessidade de existir uma maior interligação entre os mecanismos de planeamento de emergência de proteção civil e os instrumentos de gestão territorial.

Neste sentido, o PMEPC de Nisa consiste na sistematização de um conjunto de normas e regras de procedimento, com o intuito de evitar ou minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe que possam ocorrer no âmbito territorial de aplicação do plano. Os objetivos principais a que se destina, são:

- *Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;*
- *Descrever o modo como se efetua a proteção de pessoas e bens durante uma emergência, identificando situações críticas, e os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados;*
- *Identificar pessoal, equipamento, instalações e outros recursos que possam ser mobilizados/disponibilizados, para serem utilizados durante as operações de resposta e recuperação, em situação de acidente grave ou catástrofe;*
- *Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil, definindo as responsabilidades que incumbem aos indivíduos, organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil.*
- *Definir a estrutura operacional que garantirá a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das ações a desenvolver, estabelecendo linhas de autoridade e de relacionamento organizacional;*
- *Coordenar, controlar, sistematizar e disciplinar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção de cada uma das forças intervenientes;*
- *Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;*
- *Estabelecer uma tipificação dos riscos;*

- *Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;*
- *Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;*
- *Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;*
- *Servir de instrumento de carácter orientador e vinculativo para a realização de exercícios e treino das várias entidades intervenientes;*
- *Promover a informação das populações, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.*

Por outro lado, a fim de garantir uma melhor identificação dos riscos com maior probabilidade de ocorrência no território concelhio, foi articulado com o PDM de Nisa e com o PMDFCI.

Face à ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe, segundo os critérios definidos no PMEPC de Nisa, o mesmo é ativado nos termos da Lei de Bases de Proteção Civil, Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, a competência para a ativação do PMEPC de Nisa é da Comissão Municipal da Proteção Civil⁵⁸.

Ativado o PMEPC de Nisa, o conceito de atuação estabelece os princípios orientadores a considerar numa operação de emergência de proteção civil, definindo as missões, tarefas e responsabilidades dos diversos agentes ou organismos intervenientes. Neste âmbito também são identificadas as respetivas regras de atuação, e tipifica as medidas a adotar para resolver ou atenuar os efeitos decorrentes de um acidente grave ou catástrofe. Assim, de forma esquemática apresenta-se a estrutura de ação e organização definida pelo plano:

1. Conceito de Atuação:

- Comissões de Proteção Civil;
- Centros de Coordenação Operacional.

2. Execução do Plano:

- Fase de Emergência;
- Fase de Reabilitação.

⁵⁸ Artigo 40º, ponto 2, o qual remete para o Artigo 38º, ponto 2, alínea c.

3. Articulação e Atuação de agentes, organismos e entidades:

- Missão dos Agentes de Proteção Civil;
- Missão dos Organismos e Entidades de Apoio;
- Missão das Estruturas Autárquicas.

Importa ressaltar que em âmbito de área de intervenção, toda a logística, comunicações, gestão da informação, procedimentos de evacuação, monitorização da ordem pública, serviços médicos de transporte de vítimas, socorro e salvamento, serviços mortuários, estão devidamente enquadradas e protocoladas com todas as entidades e infraestruturas de apoio designadas no PMEPC de Nisa.

Síntese

AMBIENTE

A triagem, valorização e eliminação dos resíduos urbanos é da responsabilidade da VALNOR;

A recolha seletiva de resíduos urbanos apresentou uma evolução em termos quantitativos globais entre 2011 e 2017;

De 2011 para 2017 há um aumento dos resíduos urbanos direcionados para aterro, estando reduzida a 0 a valorização energética;

A qualidade do ar na Zona Alentejo Interior, onde se insere o concelho de Nisa é, de uma forma geral, considerada “boa”;

A partir de 2014, os resultados das análises realizadas à qualidade da água no concelho, revelam que mais de 98% da água se encontra apropriada para consumo, mas a maioria da água tratada é importada;

A partir de 2011 os consumos de energia elétrica começaram a reduzir até ao ano de 2017, em resultado da diminuição do número de consumidores;

A elaboração do Mapa de Ruído de Nisa é relativa ao ano de 2010;

Através do Alentejo 2020, o concelho de Nisa concretizou ações no âmbito da eficiência energética e proteção do ambiente e também criou condições mais favoráveis aos modos de circulação pedestre para reduzir as emissões de carbono no centro histórico da Vila;

As áreas que são suscetíveis de risco elevado e muito elevado de incêndio rural, recaem maioritariamente em zonas de relevo mais acentuado.

6. NÍVEL DE EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO PDM

No Relatório do Plano da 1.ª revisão do PDM de Nisa, onde consta o Programa de Execução e o Plano de Financiamento, foram elencadas um conjunto de propostas considerando o programa de financiamento do Plano de Ação do Alto Alentejo 2020 e conseqüentemente estruturadas segundo temas de atuação/ eixos estratégicos como:

- *Qualificação do território;*
- *Inovação e formação de competências;*
- *Atratividade e reestruturação de atividades económicas;*
- *Desenvolvimento local (territórios de baixa densidade/zonas de fronteira);*
- *Governança estratégica em rede.*

Estes eixos afirmam os objetivos estratégicos preconizados no modelo de desenvolvimento concelhio, que assenta nas potencialidades e valores locais como recursos a promover numa lógica qualitativa, por forma, a incrementar a atratividade do território municipal, a fixação de pessoas e a recetividade, a sustentabilidade da paisagem e dos aglomerados, a coesão social e a confiança nas oportunidades, numa perspetiva de contrariar o despovoamento e as adversas condições socioeconómicas características dos territórios de baixa densidade transfronteiriços.

Portanto, pretende-se agora proceder à avaliação do grau de implementação das ações previstas no PDM em vigor e assim, importa chamar a atenção para o anexo, Matriz de Ações e Grau de Execução, onde estão esquematizadas todas as intervenções e projetos com incidência no território municipal.

Donde que, em termos de qualificação do território (Tabela 54) do universo total de ações previstas que abarcam todos os objetivos estratégicos para o desenvolvimento concelhio, como o aumento da atratividade do concelho, da promoção da sustentabilidade da paisagem, evidenciar os recursos locais próprios do território, fomento da sustentabilidade dos aglomerados, promoção da coesão social e confiança nas oportunidades e prevenção de riscos naturais e tecnológicos, consegue-se nestes 4 anos de vigência do PDM, aferir sobre um bom desempenho ao nível do grau de execução.

Tabela 54. Nível de execução das ações propostas, no âmbito da Qualificação do Território

DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO
Requalificação urbana do centro histórico de Nisa.	Em Execução
Arranjo paisagístico dos largos do Cruzeiro e do Calvário em Alpalhão	Em Execução
Arranjo paisagístico e valorização do Alto de Santa Luzia, envolvente ao Bairro da Fonte Nova e Bairro da Cevadeira	Executada
Circuitos pedestres temáticos (circuito das Fontes, circuitos religiosos, circuito das Mestras e dos Mestres das artes do artesanato, do megalitismo, do granito e do judaico);	Em Execução
Criação da montra itinerante do concelho de Nisa	Executada
Recuperação da Escola de Montalvão para Centro Museológico	Em Execução
Valorização das zonas ribeirinhas (recuperação de azenhas, pontes, pontões, passadeiras, açudes, fontes de chabouco, etc.)	Em Execução
Centro de acolhimento temporário	Não executada
Televigilância e teleassistência no concelho de Nisa	Executada
Construção do centro de saúde de Nisa	Em Execução
Eficiência energética em edifícios públicos e municipais	Não executada
Ações no âmbito da defesa da floresta contra incêndios	Executada
Instalação de linhas de tratamento mecânico e biológico de resíduos	Não executada
Melhoramento de acessos a zonas de risco de incêndio no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta	Executada
Beneficiação e reparação de arruamentos e caminhos rurais no concelho	Em Execução

FONTE: CMN, 2019

Assim, neste eixo estratégico da Qualificação do Território de Nisa, das 16 ações previstas (Gráfico 31), 38% encontram-se executadas, 44% em fase de execução e 19% não estão executadas, o Centro de Acolhimento Temporário, CAT, enquanto investimento numa infraestrutura social e de saúde, a eficiência energética dos edifícios públicos e municipais, e ainda a instalação de linhas de tratamento mecânico e biológico de resíduos, projeto este relacionado com as ETAR de Tolosa junto dos industriais de queijo.

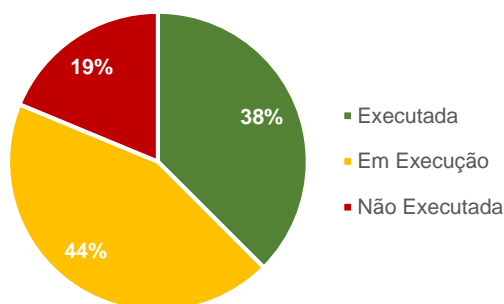


Gráfico 31. Ações propostas para Qualificação do Território (%), por nível de execução, no PDM em vigor

FONTE: CMN, 2019

As demais ações em execução, como a regeneração e requalificação urbana, a conservação, proteção promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, os investimentos nas infraestruturas

sociais e de saúde, a qualificação da rede de equipamentos e eficiências nos usos dos recursos e as infraestruturas de transporte ferroviário e rodoviários, são transversais a todos os objetivos estratégicos, como já referido anteriormente.

No entanto, o município tem vindo a executar intervenções e projetos não previstos, como se pode verificar no anexo, que integram as ações estruturantes e que vão de encontro aos compromissos de crescimento assentes na estratégia de desenvolvimento preconizada pelo modelo do PDM.

Quando avaliamos as ações no âmbito da Inovação e Formação de Competências das 4 previstas, três estão executadas e uma encontra-se em fase de execução (Tabela 55).

Tabela 55. Nível de execução das ações propostas, no âmbito da Inovação e Formação de Competências

DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO
Criação de gabinetes de apoio ao empreendedorismo	Executada
Formar para a vida ativa	Executada
Reforço da ação social escolar – apoio na alimentação e medidas de combate ao abandono escolar	Em Execução
Academia de férias escolares	Executada

FONTE: CMN, 2019

No cômputo geral, 75% das intervenções estão executadas à data de elaboração deste relatório, no âmbito de ações relacionadas com o empreendedorismo, qualificação e organização em rede de ninho de empresas, da reorganização da oferta de formação escolar e profissional e na prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade no acesso ao ensino.

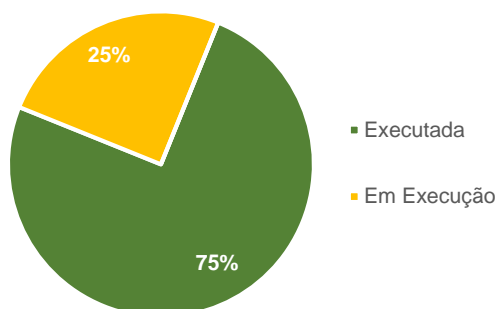


Gráfico 32. Nível de execução das ações propostas (%), no âmbito da Inovação e Formação de Competências

FONTE: CMN, 2019

De ressaltar que neste âmbito de intervenção não há nenhuma ação por concretizar. Mas o município foi mais além do planeado, tendo executadas e em fase de execução intervenções não previstas, no sentido de concretizar ações que reforçam a atratividade do concelho e promovam a coesão social e a confiança nas oportunidades locais, através deste eixo da inovação e formação de competências como se pode aferir no anexo.

No eixo da atratividade e reestruturação da atividade económica (Tabela 56), o município de Nisa tem vindo a demonstrar proatividade na medida em que tem 43% (Gráfico 33) dos projetos já concretizados no âmbito de complementar as dinâmicas da economia local, como a reabilitação do mercado de Tolosa, mas também em contexto de economia social e solidária, como por exemplo com a criação da oficina móvel social.

Importa também destacar as intervenções não programadas, demonstradas no anexo, que através da sua execução reforçam a qualificação dos equipamentos económicos.

Tabela 56. Nível de execução das ações propostas, no âmbito da Atratividade e Reestruturação de Atividades Económicas

DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO
Infraestruturas de apoio aos agentes económicos	Em Execução
Reabilitação do mercado municipal de Tolosa	Executada
Centro de artes e ofícios na antiga escola do Convento	Em Execução
Criação e valorização de percursos ecológicos	Em Execução
Criação de uma oficina móvel social	Executada
Apoio a famílias carenciadas sinalizadas	Executada
Aproveitamento do imóvel “Albergaria Penha do Tejo” – Unidade de apoio à demência/ deficiência	Não executada

FORNE: CMN, 2019

Na mesma medida, no campo da qualificação dos equipamentos económicos e promoção do turismo de natureza, Nisa tem em fase de execução as três intervenções que estavam programadas, perfazendo 43% (Gráfico 33).

Do que resulta que só um projeto neste eixo não está executado, que diz respeito ao aproveitamento do imóvel “Albergaria do Penha do Tejo”, enquanto unidade de apoio à demência/deficiência integrando a linha de intervenção relativa ao turismo de saúde.

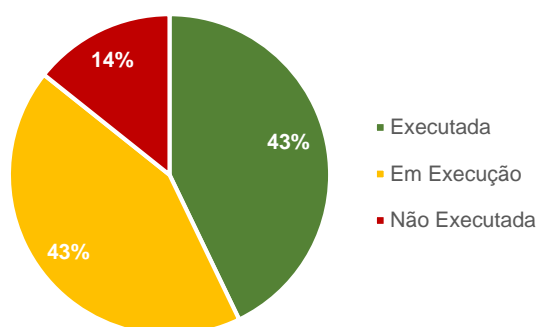


Gráfico 33. Nível de execução das ações propostas (%), no âmbito da Atratividade e Reestruturação de Atividades Económicas

FORNE: CMN, 2019

No entanto, todas estas ações executadas ou em fase de execução, são no sentido de o município dotar o seu território de condições que permitam ir de encontro aos objetivos estratégicos do PDM, como o reforço da atratividade do concelho de Nisa, através da promoção das suas artes e ofícios fortalecendo a sua condição de exceção e também na criação de infraestruturas de apoio aos agentes e atividades económicas.

Sem, contudo, não deixar de parte a promoção da sustentabilidade da paisagem com a criação e valorização de percursos ecológicos, numa perspetiva turística e de impulso à reestruturação da atividade económica, e também o objetivo de promoção da coesão social e a confiança nas oportunidades geradas no território através de ações no âmbito da economia social e solidaria, numa clara aposta da melhoria das condições de vida dos munícipes.

Enquanto território transfronteiriço e de baixa densidade foram consideradas ações no âmbito do eixo do desenvolvimento local com enfoque nas características destes territórios (Tabela 57), em que os projetos e intervenções definidos, estão 50% em execução e 50% executados (Gráfico 34).

Tabela 57. Nível de execução das ações propostas, no âmbito do Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de Fronteira)

DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO
Registo e promoção da Marca “é Nisa”	Executada
Reforçar e promover a fileira das produções agroalimentares	Executada
Dinamização empresarial e diversificação da base económica	Em Execução
Eventos de promoção e animação do Concelho	Executada
Projeto transfronteiriço Tejo internacional	Em Execução
Arranjo paisagístico das margens do Tejo próximo das aldeias	Em Execução

FONTE: CMN, 2019

Além do estado de concretização das ações previstas, no anexo, estão registados projetos não previstos, executados e em execução, que também vão no sentido do reforço, valorização e promoção do concelho, e bem demonstrativos da dinâmica municipal na persecução dos objetivos estratégicos, como evidenciar os recursos locais próprios do território e aumentar a sua atratividade, através de intervenções de divulgação, promoção e animação.

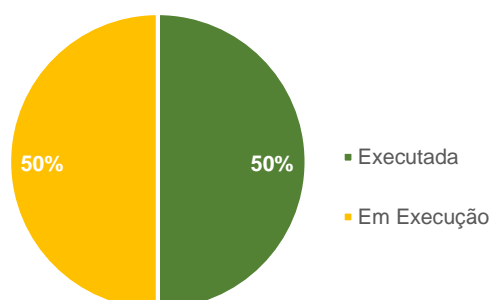


Gráfico 34. Nível de execução das ações propostas (%), no âmbito do Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de Fronteira)

FONTE: CMN, 2019

Donde se destacam, a Rota dos Sabores de Nisa, com 11 zonas definidas como áreas demarcadas de produção de produtos tradicionais, das quais apenas 2 são específicos de Nisa, Queijo de Nisa – DOP e Queijo Mestiço de Tolosa – IGP, a promoção da marca “É Nisa” e também a Montra Itinerante que divulga os produtos locais.

No contexto da cooperação entre cidades e territórios da raia encontram-se em execução o projeto transfronteiriço Tejo Internacional.

Outro eixo que não foi descurado em termos de plano de ações, foi o da Governação estratégica em rede, que até à data, se encontra em fase de execução através da modernização administrativa, como forma de fomentar a eficaz concretização das ações que levam à execução dos objetivos das estratégias de desenvolvimento preconizadas para o concelho de Nisa.

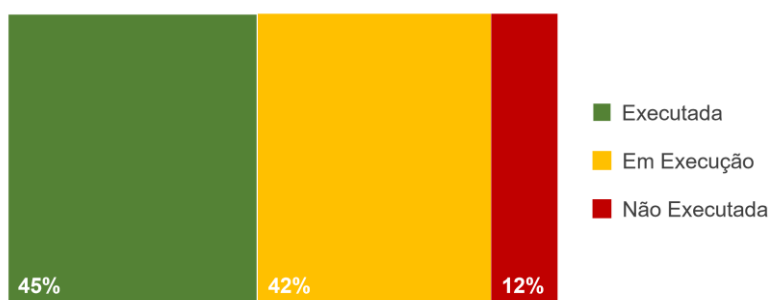


Gráfico 35. Ações propostas (%), por nível de execução, no PDM em vigor no concelho de Nisa

FONTE: CMN, 2019

Na conjuntura geral, as ações do programa de execução do PDM de Nisa, materializadas num universo de 33 projetos ou intervenções (Gráfico 35), em que 45% estão executadas, em fase de execução, estão 42% das intervenções, e unicamente 12% até à data, não estão executadas.

Neste contexto de ações e intervenções na prossecução da concretização da estratégia de desenvolvimento municipal, a câmara de Nisa tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos que tem enquadramento nos eixos estratégicos definidos pelo PDM, perfazendo no total 32 duas ações não previstas, das quais 19 encontram-se executadas, 12 em execução e 1 não executada.

Assim, as ações não programadas pelo PDM, a par com as ações programadas, consubstanciam a afirmação da dinâmica de decisão e trabalho autárquico na continuação do desenvolvimento de

intervensões que suportam uma boa concretização da estratégia de desenvolvimento preconizada para o município de Nisa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Volvidos quatro anos desde a entrada em vigência da 1.^a revisão do PDM de Nisa, torna-se agora pertinente realizar um balanço sobre o estado do ordenamento do território, a fim de retratar o mais fielmente possível a atual conjuntura desenvolvimento municipal.

Desde a aprovação do PDM de Nisa, novas esferas de decisão foram criadas ou alteradas, transformando assim os modelos pré-existentes e modificando o modo como as prioridades passaram a ser definidas. As transformações, em termos de delimitação das NUT para fins estatísticos em 2013, acarretaram uma nova dimensão territorial e política. Contudo, Nisa integra a sub-região do Alto Alentejo, pese embora novos concelhos tenham sido agregados, o que gera sinergias municipais num contexto de diferentes municípios associados.

A criação da CIM Alto Alentejo destina-se a assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, reunindo um conjunto de fins e competências. Condição esta, que gera uma nova centralidade de decisão, da qual também está dependente a gestão dos programas de apoio ao desenvolvimento regional.

Do ponto de vista estritamente municipal, a reorganização dos limites administrativos ao nível das freguesias em 2013, que em Nisa se concretizou na redução do número total de dez para sete, através do processo de agregação, configurando novas escalas de análise e incorporando alterações políticas e decisórias que criam novos contextos de ação com interferência no PDM.

Atendendo ao enquadramento nestas sinergias locais e regionais, bem como às relações entre territórios, pode afirmar-se que as formas de governação local, têm vindo a transformar-se, na sequência do crescente envolvimento de novos atores, como as CIM e os organismos de coordenação política regional, com impacto no desenvolvimento local e na tomada de decisão.

No quadro legislativo, as alterações introduzidas pela LBGPPSOTU, nomeadamente quanto às regras relativas à classificação e qualificação do solo, as quais foram concretizadas na publicação da revisão do RJIGT que, por sua vez, prevê a obrigatoriedade da sua integração no prazo máximo de cinco anos após entrada em vigor – 13 de julho de 2020 – e, posteriormente o seu reforço com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, pese embora o PDM em vigor se tenha adequado na última revisão, há categorias do solo cuja designação não está adaptada.

Atente-se também para a mais recente alteração do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto – Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto –, uma vez que a adaptação, às delimitações da REN devem conformar-se com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional no prazo de cinco anos.

Ocorreram também mudanças nos planos de hierarquia superior de incidência territorial no concelho de Nisa, o que é fundamental ter em consideração, atendendo a que a 1.ª revisão do PDM em vigor data de 2015. Neste âmbito, a publicação da revisão do PNPT em 2019 introduz um novo modelo territorial e novos desafios às políticas de ordenamento. Entre outros aspetos, o PDM deve ter os conteúdos estratégicos reforçados, assim como as orientações e práticas consentâneas, aliadas a um planeamento mais claro e firme no que respeita à organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos.

Por seu turno, em 2016 foi publicada a revisão do PNA, que teve como consequência a entrada em vigor do 2º ciclo de planeamento (2016-2020) do PGRH do Tejo e Ribeiros Oeste, com abrangência sobre o território municipal e com medidas específicas a concretizar em Nisa, como a ligação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas do Pardo à ETAR do Arneiro, em vias de resolução.

Também neste campo, a entrada em vigor do PROF Alentejo em 2019, que estabelece normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, tem implicações no PDM em vigor, devendo ser feita a devida adequação e compatibilização das normas do regulamento.

No concerne às dinâmicas territoriais, mais particularmente no que respeita à situação demográfica, a diminuição populacional caracterizadora da globalidade dos territórios do interior é cada vez mais evidente, pese embora o desenvolvimento, por parte da CMN, de estratégias assentes na definição de políticas focadas no apoio à natalidade e às famílias carenciadas e numerosas, bem como o fomento de medidas orientadas para o auxílio à população idosa.

No contexto económico, o concelho de Nisa tem vindo a acompanhar a recuperação económica nacional, com efetivo aumento do número de empresas no território, a incidir essencialmente no setor primário e com uma taxa de sobrevivência ao fim de dois anos entre os 50% e 60% desde 2015. Importa também destacar a dinâmica das empresas privadas na concretização de projetos financiados pelos fundos estruturais, com enfoque na competitividade das pequenas e médias empresas e na sustentabilidade e qualidade do emprego, o que consigna dinamismo ao tecido económico. Por sua vez, a CMN através de um conjunto de benefícios e apoios tem criado condições para atrair e instalar empresas no território.

Sugere-se, no âmbito da atratividade económica do concelho, aproveitar a centralidade de Nisa em termos de acessibilidades viárias, numa triangulação de rápidos acessos para norte ao nó de ligação da A23 para Castelo Branco, a oeste a ligação à A23 por Tomar, com facilidade de chegar ao litoral e a proximidade a Portalegre pelo IP2, tratando-se de percursos de cerca de 15 minutos, que podem constituir um reforço à fixação de empresas no concelho.

Ainda em termos de economia local e no contexto da diversificação turística nacional, designadamente

o produto fileira saúde e bem-estar, como âncora de crescimento e aumento da dinâmica de emprego, sugere-se a dinamização do aproveitamento das águas das Termas da Fadagosa de Nisa, em articulação com a economia social e o turismo sénior e de saúde, que consubstanciam um recurso tanto para o desenvolvimento territorial local/regional como uma oportunidade de aposta em outras modalidades de negócio complementares.

Importa ainda alertar para a necessidade de fomentar a criação de novas medidas para enfrentar os problemas ambientais e sociais consequentes da globalização dos mercados, visando desenvolver fileiras de produtos endógenos e serviços economicamente viáveis e ecologicamente eficientes.

A adoção de um modelo de economia sustentável que deverá assentar na revitalização das matérias e obter produtos que voltem a entrar no ciclo de produção e de consumo, realidade que dá força e demonstra a viabilidade de uma economia circular, em que os materiais são preservados, restaurados, renovados, reciclados e introduzidos novamente no ciclo, e assim quanto mais “circular” menos necessidade de extração de matérias primas e menos pressão ambiental.

No contexto da mobilidade intra concelhia, a CMN criou o transporte social que, durante a semana assegura as ligações entre as freguesias rurais e a sede de concelho, sendo também de salientar o trabalho no âmbito da criação de modos suaves, com a construção de vias pedonais no Centro Histórico de Nisa, a criação do Roteiro das Fontes e a construção do passadiço sobre a Ribeira de Sôr em Tolosa. No âmbito das conexões externas, salienta-se a recente inauguração da Barca D’Amieira, plataforma flutuante para transbordo de pessoas e veículos ligeiros, entre as margens de Nisa e Mação, que deverá potenciar o retorno à utilização do transporte ferroviário, destacando-se a articulação entre o modo de transporte fluvial e o ferroviário, quer em termos de frequência como de horários.

Note-se ainda a persistência da carência de uma ligação direta com Espanha, situação de constrangimento do vínculo entre os territórios separados pelos rios Tejo e Sever. Será fundamental perseverar na importância da construção de uma ponte entre Cedillo e Montalvão, no sentido de diminuir distâncias e facilitar as relações transfronteiriças e as respetivas dinâmicas territoriais da raia.

No quadro dos fundos comunitários, uma fonte importante de financiamento das políticas de desenvolvimento local, destaca-se o impacto dos apoios decorrentes do Programa Portugal 2020, especificamente nos domínios da mobilidade, reabilitação urbana, da eficiência energética e ainda no que respeita à coesão económica e social e promoção do emprego.

Na temática ambiental, o concelho de Nisa tem vindo a assentar a sua estratégia na questão da recolha seletiva dos resíduos sólidos urbanos e na eficiência energética. Em relação aos resíduos é a VALNOR a entidade responsável pelo encaminhamento e o fim a dar ao que é recolhido, que no caso de Nisa tem vindo a aumentar a recolha seletiva, através de uma vasta distribuição de ecopontos, no entanto de 2015 a esta parte, a quantidade dos resíduos recolhidos, cujo destino foi o aterro, triplicou.

No âmbito da eficiência energética, os dados apontam para uma diminuição dos consumos totais nos últimos anos, resultado da estratégia municipal em colaboração com a CIMAA e com a EDP, numa clara aposta de redução de gastos em iluminação pública o que permite potenciar e utilizar a energia de forma mais eficiente.

Ainda no contexto ambiental, é desígnio nacional o objetivo de neutralidade carbónica da economia Portuguesa até 2050, em que as entidades locais como a CIMAA e CMN devem ter um papel preponderante na identificação e análise das implicações associadas a trajetórias alternativas, tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites, e que permitam alcançá-lo, sendo os grandes campos de ação: a energia e indústria, a mobilidade e transportes, os resíduos e águas residuais, a agricultura, florestas e o uso do solo e a economia circular, que poderão permitir cumprir o objetivo zero na relação entre emissões e remoções de gases com efeito de estufa.

Outra grande temática que está na ordem do dia é a das alterações climáticas, em que o ordenamento deverá ser determinante na mitigação dos riscos e na adaptação, e onde o PDM enquanto instrumento de ação local deve prever os cenários de riscos a que pode estar sujeito o território, como a questão dos fenómenos climáticos extremos com aumento do risco de secas e escassez de água, a suscetibilidade à desertificação e erosão dos solos e as ondas de calor, com todos os efeitos daí decorrente para a saúde pública, a par com o aumento do risco de incêndios florestais.

Nisa, enquanto município, através das intervenções para cumprir os objetivos estratégicos do PDM em vigor, tem vindo a contribuir em algumas áreas de ação na matéria de adaptação às alterações climáticas e também para o objetivo neutralidade carbónica, numa lógica de ação local para agir global, sustentada nos desígnios ambientais nacionais e internacionais, a que o ordenamento do território deverá continuar a dar resposta devendo, por isso, manter-se esta estratégia de desenvolvimento no futuro.

Por fim, ao nível da execução do PDM e decorridos quatro anos da sua entrada em vigor, destaca-se o papel ativo do município na concretização dos objetivos estratégicos delineados, expressos em 33 projetos dos quais 45% estão concretizados e apenas 12% ainda não avançaram.

Neste contexto, ainda importa referir que fora do âmbito do programa de ação e financiamento do PDM, o município tem vindo a concretizar intervenções não programadas no território, como se pode aferir na matriz em anexo e que a par com as ações programadas, consubstanciam a afirmação da dinâmica de decisão e trabalho autárquico na continuação do desenvolvimento de uma boa concretização da estratégia de desenvolvimento preconizada para o concelho de Nisa.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Portuguesa do Ambiente. 4.1.4. *Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica I PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste – RH5. maio de 2016.*

CCDR-Alentejo. *Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, PROTA.* agosto de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: I - Sector Biofísico.* setembro de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: II - Sector Demográfico.* setembro de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: III - Sector Socio-económico.* setembro de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: IV - Sector Turístico.* setembro de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: V - Sector Habitacional.* setembro de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: VI - Sector das Infra-estruturas.* setembro de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: VII - Sector dos Equipamentos de Utilização Colectiva.* setembro de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: VIII - Sector do Património.* setembro de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório II. Caracterização do Território Municipal: IX - Sector da Protecção Civil.* abril de 2010.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório VII. Relatório de Ordenamento.* setembro de 2015.

Câmara Municipal de Nisa. *Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Relatório VIII. Programa de Execução.* setembro de 2015.

Câmara Municipal de Nisa. *Relatório Final para a Elaboração da Carta Educativa do Concelho de Nisa.* 2006.

Direção-Geral do Território. *Carta Administrativa Oficial de Portugal.* 2018.

Direção-Geral do Território. *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Diagnóstico*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Estratégia*. 2018.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos*. 2002

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. *PROF Alentejo*. Documento Estratégico capítulo A - Z, 2019.

OECD (2017), *Multi-level Governance Reforms: Overview of OECD Country Experiences*, OECD Multi-level Governance Studies, Paris: OECD Publishing.

Portugal 2020. *Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano*. 2015.

Silva, 2015 in Resolução da Assembleia da República n.º 3/2009.

Tavares, António; de Sousa, Luís. *Qualidade da governação local em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santo (2018) pp. 10

Teles, F. (2016), *Local Governance and Inter-municipal Cooperation, UK, Palgrave Macmillan*.

Legislação

Aviso n.º 9076/2018. Diário da República n.º 127/2018, Série II de 2018-07-04. Alteração do Regulamento interno da CIMAA, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, conjugado com no n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, por força da criação do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal através do aviso de abertura de procedimento concursal n.º 01/0122/2018, nos termos do artigo 12.º da Portaria n.º 77/2015, de 16 de março.

Aviso n.º 5839/2016. Diário da República, 2.ª série - N.º 87 - 5 de maio de 2016. 1.ª Correção Material do Plano Diretor Municipal de Nisa.

Aviso n.º 13059/2015. Diário da República, 2.ª série - N.º 219 - 9 de novembro de 2015. Revisão do Plano Diretor Municipal de Nisa.

Aviso n.º 11715/2012. Diário da República, 2.ª série - N.º 170 - 3 de setembro de 2012. 1.ª Publicação do Plano de Pormenor da Avenida D. Dinis.

Aviso de deliberação de aprovação n.º 9853/2019, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 109 — 6 de junho de 2019.

Aviso de deliberação de aprovação n.º 13658/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 212— 4 de novembro de 2016.

Declaração n.º 182/98. Diário da República. 2.ª série - N.º 114 - 18 de maio 1998. 1.ª Publicação do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Nisa.

Decreto-Lei n.º 124/2019. Diário da República, 1.ª série — N.º 124 — de 28 de agosto. Altera o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Decreto-Lei n.º 11/2019. Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21. Altera o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.

Decreto-Lei n.º 76/2016. Diário da República n.º 215/2016, Série I de 2016-11-09. Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Decreto-Lei n.º 60/2016. Diário da República n.º 173/2016, Série I de 2016-09-08. Estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível.

Decreto-Lei n.º 80/2015. Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Decreto-Lei n.º 137/2014. Diário da República n.º 176/2014, Série I de 2014-09-12. Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020.

Decreto-Lei n.º 130/2012. Diário da República n.º 120/2012, Série I de 2012-06-22. Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Decreto-Lei n.º 307/2009. Diário da República n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23. Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

Decreto-Lei n.º 166/2008. Diário da República, 1.ª série — N.º 162 — 22 de agosto de 2008. Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março.

Decreto-Lei n.º 124/2006. Diário da República n.º 123/2006, Série I-A de 2006-06-28. Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Decreto-Lei n.º 112/2002. Diário da República n.º 90/2002, Série I-A de 2002-04-17. Aprova o Plano Nacional da Água.

Decreto-Lei n.º 555/99. Diário da República n.º 291/1999, Série I-A de 1999-12-16. Estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Decreto-Lei n.º 222/98. Diário da República n.º 163/1998, Série I-A de 1998-07-17. Redefine o Plano Rodoviário Nacional e cria estradas regionais.

Decreto-Lei n.º 317/97. Diário da República n.º 273/1997, Série I-A de 1997-11-25. É criado o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público.

Decreto-Lei n.º 45/94. Diário da República n.º 44/1994, Série I-A de 1994-02-22. Regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos.

Despacho n.º 782/2014. Diário da República n.º 12/2014, Série II de 2014-01-17. Determina a revisão dos planos regionais de ordenamento florestal.

Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000. Estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água.

Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio. Diretiva Habitats.

Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril. Diretiva Aves.

Lei n.º 77/2015. Diário da República n.º 146/2015, Série I de 2015-07-29. Regime Jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente.

Lei n.º 31/2014. Diário da República n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30. Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Lei n.º 75/2013. Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12. Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Lei n.º 11-A/2013. Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28. Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.

Lei n.º 45/2008. Diário da República n.º 165/2008, Série I de 2008-08-27. Regime Jurídico do Associativismo Municipal.

Lei n.º 58/2007. Diário da República n.º 170/2007, Série I de 2007-09-04. Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Lei n.º 27/2006. Diário da República n.º 126/2006, Série I de 2006-07-03. Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil.

Lei n.º 58/2005. Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 2005-12-29. Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Lei n.º 33/96. Diário da República n.º 190/1996, Série I-A de 1996-08-17. Lei de Bases da Política Florestal.

Portaria n.º 54/2019. Diário da República n.º 29/2019, Série I de 2019-02-11. Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo.

Portaria n.º 187-A/2014. Diário da República, 2.ª Série, n.º 179, de 17 de setembro. Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos.

Portaria n.º 1139/2006. Diário da República n.º 206/2006, Série I de 2006-10-25. Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho de Nisa “Nascer em Nisa”. Diário da República, 2.ª série — N.º 22 — 31 de janeiro de 2018.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, que altera os anexos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016. Diário da República n.º 181/2016, Série I de 2016-09-20. Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016. Diário da República n.º 161/2016, Série I de 2016-08-23. Fixa as orientações estratégicas para a alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2010. Diário da República n.º 148/2010, Série I de 2010-08-02. Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo e revoga os Planos Regionais de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral.

Sítios da Internet

Agência Portuguesa do Ambiente. <https://www.apambiente.pt>

Agência Portuguesa do Ambiente. Plano Nacional da Água.
<https://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=833>

Agrupamento de Escolas de Nisa. <http://www.escolasdenisa.org.pt/>

Administração Regional de Saúde do Alentejo. <http://www.arsalentejo.min-saude.pt>

ALENTEJO2020. <http://www.alentejo.portugal2020.pt/>

Câmara Municipal de Nisa. <http://www.cm-nisa.pt/>

Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. <http://www.cimaa.pt/>

Direção Geral do Património Cultural. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

Direção-Geral do Território. <http://www.dgterritorio.pt/>

Carta Social 2018. <http://www.cartasocial.pt>

Direção Geral do Património Cultural. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. <https://www.dgeste.mec.pt/>

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. <http://www.ersar.pt/pt>

Eurostat. <https://ec.europa.eu/eurostat/>

Geopark Naturtejo. <https://www.naturtejo.com/>

Guarda Nacional Republicana. <https://www.gnr.pt/>

Infraestruturas de Portugal. <http://www.infraestruturasdeportugal.pt/>

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. <http://www.icnf.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. <https://www.ine.pt/>

Portal da Habitação. <http://www.portaldahabitacao.pt/>

PORDATA, base de dados sobre Portugal. <https://www.pordata.pt/>

QualAr, Agência Portuguesa do Ambiente. <https://qualar.apambiente.pt/>

Rádio Portalegre. <https://www.radioportalegre.pt/index.php/8-radio/11878-nisa-barca-d-amieira-seculo-xxi-volta-a-unir-as-duas-margens-do-tejo.html>

Registo Nacional de Turismo. <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaAoRegisto.aspx>

Serviço Nacional de Saúde. <https://www.sns.gov.pt/>

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. <http://www.monumentos.gov.pt/>

Siglas e acrónimos

APA Agência Portuguesa do Ambiente

ARU Área de Reabilitação Urbana

AREANATEjo Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo

CAOP Carta Administrativa Oficial de Portugal

CCDR Alentejo Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Alentejo

CIP Conjunto de Interesse Público

CMN Câmara Municipal de Nisa

COS Carta de Uso e Ocupação do Solo

CIM Comunidade Intermunicipal

CIMAA Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

CIP Conjunto de Interesse Público

COS Carta de Uso e Ocupação do Solo

CS Centro de Saúde

DGOTDU Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGPC Direcção-Geral do Património Cultural

DGT Direcção Geral do Território

DGEG Direcção Geral de Energia e Geologia

DQA Diretiva Quadro da Água

EDP Energias de Portugal

EMQAr Estações de Monitorização da Qualidade do Ar

EN Estrada Nacional

ER Estrada Regional

ERSAR Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE Fundo Social Europeu

GCJ Grandes Campos de Jogos

GNR Guarda Nacional Republicana

ICNF Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IM Interesse Municipal

INE Instituto Nacional de Estatística

IP Itinerário Principal

IIP Imóvel de Interesse Público

IPSS Instituições Particulares de Solidariedade Social

LBGPPSOTU Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

MN Monumento Nacional

MIM Monumento de Interesse Municipal

MIP Monumento de Interesse Público

MR Mapa de Ruído

NUTS Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OAU Óleos Alimentares Usados

ORU Operação de Reabilitação Urbana

PAICD Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

PAMUS Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

PART Programa de Apoio à Redução Tarifária

PARU Plano de Ação de Regeneração Urbana

PCJ Pequenos Campos de Jogos

PDM Plano Diretor Municipal

PEDU Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PEOT Programa Especial de Ordenamento do Território

PERSU Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos

PENSAAR 2020 Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

PEAASR II Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

PGRH Plano de Gestão da Região Hidrográfica

PGRH Douro Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras Oeste

PI Prioridades de Investimento

PIOT Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território

PMDFCI Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

PMEPC Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

PMOT Plano Municipal de Ordenamento do Território

PNA Plano Nacional da Água

PNPOT Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PP Plano de Pormenor

PRN Plano Rodoviário Nacional

PROF Programa Regional de Ordenamento Florestal

PROF Alentejo Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo

PROT Programa Regional de Ordenamento do Território

PROT Alentejo Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

PS Programa Setorial

PSRN 2000 Plano Setorial da Rede Natura 2000

QREN Quadro de Referência Estratégica Nacional

RAN Reserva Agrícola Nacional

REN Reserva Ecológica Nacional

REOT Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

RJIGT Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RJRU Regime Jurídico de Reabilitação Urbana

RJUE Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

RSU Resíduos Sólidos Urbanos

SIC Sítio de Importância Comunitária

TPF Transporte de Passageiros Flexível

UOPG Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

VALNOR Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Alentejano, S.A.

ZIF Zona de Intervenção Florestal

Glossário

Alojamento Pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, destina-se a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

Alojamento Familiar Clássico Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado.

Atividade Económica Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços.

Densidade Populacional Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território.

População / Área

Edifício Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Esperança média de vida Corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

Estabelecimento Hoteleiro A atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento e classificado entre 1 a 5 estrelas.

Empreendimentos Turísticos Dividem-se em estabelecimentos hoteleiros (1 a 5 estrelas), em Aldeamentos Turísticos (3 a 5 estrelas) e Apartamentos Turísticos (3 a 5 estrelas).

Grupo Etário Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

Habitação Social Habitação a custos controlados que se destina a venda ou a arrendamento a agregados familiares de baixos recursos.

Família Clássica Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Índice de Dependência de Idosos Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com

idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

$$(\text{População com 65 ou mais anos} / \text{População entre os 15 e os 64 anos}) * 100$$

Índice de Dependência de Jovens Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa.

$$(\text{População com menos de 15 anos} / \text{População entre os 15 e os 64 anos}) * 100$$

Índice de Dependência Total Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens e idosos do que pessoas em idade ativa.

$$[(\text{População com menos de 15 anos} + \text{População com 65 ou mais anos}) / \text{População entre os 15 e os 64 anos}] * 100$$

Índice de Envelhecimento Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

$$(\text{População com 65 ou mais anos} / \text{População com menos de 15 anos}) * 100$$

Mão-de-obra Familiar Pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que, não pertencendo ao seu agregado doméstico, trabalham regularmente na exploração.

Mão-de-obra não Familiar Pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.

Movimento Pendular Deslocação diária entre o local de trabalho ou estudo e o local de residência.

Património Classificado Bem imóvel de interesse cultural classificado por lei.

População Ativa População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População Residente Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Serviço Público de Transporte de Passageiros Flexível Serviço público de transporte de passageiros explorado de forma adaptada às necessidades dos utilizadores, permitindo a flexibilidade de, pelo menos, uma das seguintes dimensões da prestação do serviço: itinerários, horários, paragens e tipologia de veículo.

Setor de Atividade Divisão das atividades económicas, de acordo com a essência da tarefa em questão. Estarão no mesmo setor instituições que produzam bens ou prestem serviços de uma mesma classe.

Taxa de Atividade Define o peso da população ativa sobre o total da população.

$$(População\ ativa / População\ total) * 100$$

Taxa de Crescimento Migratório Saldo migratório, ou seja, a diferença entre imigrantes e emigrantes, observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$[(Imigração - Emigração) / População\ Total] * 1000$$

Taxa de Crescimento Natural Saldo natural, ou seja, a diferença entre nascimentos e óbitos, observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$Taxa\ de\ natalidade - Taxa\ de\ mortalidade$$

Taxa de Desemprego Define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

$$(População\ desempregada / População\ ativa) * 100$$

Taxa de Mortalidade Óbitos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$(Óbitos\ no\ ano\ civil / População\ total) * 1000$$

Taxa de Natalidade Nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$(Nados\ vivos\ no\ ano\ civil / População\ total) * 1000$$

Taxa de Variação Diferença entre os valores em dois momentos temporais.

ANEXO

Matriz de Ações e Grau de Execução

EIXO ESTRATÉGICOS	LINHAS DE INTERVENÇÃO	AÇÕES	INTERVENÇÕES/ PROJETOS	GRAU DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS	INTERVENÇÕES/ PROJETOS NÃO PREVISTAS	GRAU DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES NÃO PREVISTAS	
QUALIFICAR O TERRITÓRIO	Intervenções de regeneração e requalificação urbana.	REGENERAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA	Requalificação urbana do centro histórico de Nisa.	Em Execução	Construção de vias pedonais no centro histórico de Nisa	Executada	
					Requalificação da Devesa e áreas adjacentes	Executada	
					Reabilitação da casa do forno	Executada	
					Reabilitação do edifício da cadeia velha	Não executada	
					Reabilitação do hospital velho	Em Execução	
	Fibra ótica e utilização inteligente das TIC	Sem Ações/ Sem Projetos				Redes Wi-fi no centro histórico de Nisa	Executada
	Qualificação do património natural e cultural.	CONSERVAÇÃO, PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL	Arranjo paisagístico dos largos do Cruzeiro e do Calvário em Alpalhão	Executada	Valorização do património megalítico do concelho de Nisa	Em Execução	
					Caracterização valorização ambiental dos recursos geológicos, hidrogeológicos, minerais e hidrotermais	Executada	
					Enquadramento paisagístico do novo balneário	Executada	
					Valquíria enxoval	Executada	
					Renovação de aldeias – roteiro das fontes	Executada	
			Arranjo paisagístico e valorização do Alto de Santa Luzia, envolvente ao Bairro da Fonte Nova e Bairro da Cevadeira	Executada	Valorização do património megalítico do concelho de Nisa	Em Execução	
					Centro Interpretativo do Conhal	Executada	
					Valorização da envolvente à Barca da Amieira	Executada	
	Circuitos pedestres temáticos (circuito das Fontes, circuitos religiosos, circuito das Mestras e dos Mestres das artes do artesanato, do megalitismo, do granito e do judaico);	Em Execução	Montalvão vintage – reviver o passado	Em Execução			
	Criação da montra itinerante do concelho de Nisa	Executada	Requalificação das linhas de água da Ribeira do Fivenco e Ribeira do Figueiró	Em Execução			
	Valorização das zonas ribeirinhas (recuperação de azenhas, pontes, pontões, passadeiras, açudes, fontes de chabouco, etc.)	Em Execução	Estabilização de emergência após os incêndios de 2017 no concelho de Nisa – Portas de Rodão	Em Execução			
Qualificação dos serviços coletivos de proximidade às populações;	INVESTIMENTOS NAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS E DE SAÚDE	Centro de acolhimento temporário	Não executada	Construção do centro de cultura e lazer de apoio à EB1/JI de Alpalhão	Executada		
		Televigilância e teleassistência no concelho de Nisa	Executada	Aquisição de equipamentos para o novo balneário	Executada		
		Construção do centro de saúde de Nisa	Em Execução				
		Instalação de linhas de tratamento mecânico e biológico de resíduos	Não executada				

EIXO ESTRATÉGICOS	LINHAS DE INTERVENÇÃO	AÇÕES	INTERVENÇÕES/ PROJETOS	GRAU DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS	INTERVENÇÕES/ PROJETOS NÃO PREVISTAS	GRAU DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES NÃO PREVISTAS
	Eficiência energética da rede de equipamentos públicos e coletivos.	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA REDE DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COLETIVOS	Eficiência energética em edifícios públicos e municipais	Não executada		
	Redes de conectividade dos municípios do Alto Alentejo	Sem Ações/ Sem Projetos				
	Infraestruturas de transporte ferroviário e rodoviário.	INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO E RODOVIÁRIO	Melhoramento de acessos a zonas de risco de incêndio no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta	Executada	Terminal rodoviário e parque de estacionamento de Nisa	Executada
Beneficiação e reparação de arruamentos e caminhos rurais no concelho			Executada	Requalificação da rede viária municipal	Executada	
INOVAÇÃO E FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	Alto Alentejo empreendedor – qualificação e organização em rede de ninhos de empresas.	ALTO ALENTEJO EMPREENDEDOR – QUALIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM REDE DE NINHOS DE EMPRESAS	Criação de gabinetes de apoio ao empreendedorismo	Executada	GIP – Gabinete de inserção profissional (apoio ao empreendedorismo)	Executada
	Reorganizar a oferta de formação escolar e profissional.	REORGANIZAR A OFERTA DE FORMAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL	Formar para a vida ativa	Executada	Incubadora de empresas	Em Execução
	Mais educação - Combate ao abandono e insucesso escolar.	REDUÇÃO E PREVENÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE ACESSO A UM ENSINO INFANTIL, PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO DE BOA QUALIDADE	Reforço da ação social escolar – apoio na alimentação e medidas de combate ao abandono escolar	Em Execução	Planos inovadores de combate ao insucesso escolar	Em Execução
			Academia de férias escolares	Executada		
ATRATIVIDADE E REESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA	Centro de negócios e logística	Sem Ações/ Sem Projetos				
	Qualificação de equipamentos económicos.	QUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ECONÓMICOS	Infraestruturas de apoio aos agentes económicos	Em Execução	Zona de atividades económicas de Nisa – ZAE Nisa	Em Execução
			Reabilitação do mercado municipal de Tolosa	Executada	Requalificação do mercado municipal de Nisa	Executada
	Energia Sustentável – Produção e gestão	Sem Ações/ Sem Projetos				
	Economia do património e turismo/ lazer.	QUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ECONÓMICOS	Centro de artes e ofícios na antiga escola co Convento	Em Execução		
	Promoção do turismo de natureza.	PROMOÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA	Criação e valorização de percursos ecológicos	Em Execução		
Economia social e solidária.	ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	Criação de uma oficina móvel social	Executada			
		Apoio a famílias carenciadas sinalizadas	Executada			

EIXO ESTRATÉGICOS	LINHAS DE INTERVENÇÃO	AÇÕES	INTERVENÇÕES/ PROJETOS	GRAU DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS	INTERVENÇÕES/ PROJETOS NÃO PREVISTAS	GRAU DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES NÃO PREVISTAS	
	Turismo de Saúde.	INVESTIMENTO NA SAÚDE E NAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS	Aproveitamento do imóvel "Albergaria Penha do Tejo" – Unidade de apoio à demência/ deficiência	Não executada			
DESENVOLVIMENTO LOCAL (TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE/ ZONAS DE FRONTEIRA)	Qualificação e animação económica do património rural.	QUALIFICAÇÃO E ANIMAÇÃO ECONÓMICA DO PATRIMÓNIO RURAL	Registo e promoção da Marca "é Nisa"	Executada	Comunicação, publicidade e divulgação – Nisa em festa 2019	Executada	
			Reforçar e promover a fileira das produções agroalimentares	Executada			
			Dinamização empresarial e diversificação da base económica	Em Execução			
	Valorização das artes e ofícios e produtos do Alto Alentejo.	VALORIZAÇÃO DAS ARTES E OFÍCIOS E PRODUTOS DO ALTO ALENTEJO	Eventos de promoção e animação do Concelho		Executada	Valquíria Enxoval	Executada
						Nisa em festa 2019	Executada
						Criação da montra itinerante do concelho	Executada
Eurocidade Elvas - Badajoz	Sem Ações/ Sem Projetos						
Cooperação entre cidades e territórios da Raia.	COOPERAÇÃO ENTRE CIDADES E TERRITÓRIOS DA RAIA		Projeto transfronteiriço Tejo internacional	Em Execução			
			Arranjo paisagístico das margens do Tejo próximo das aldeias	Em Execução			
GOVERNAÇÃO E ESTRATÉGICA EM REDE	Pacto para o desenvolvimento e coesão territorial	Sem Ações/ Sem Projetos					
	Modernização administrativa	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Modernização administrativa	Em Execução			
	Pacto territorial par a empregabilidade	Sem Ações/ Sem Projetos					